

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Rio + 20, A
REALIZAR-SE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, EM
JUNHO DE 2012**

OUTUBRO DE 2012



DEPUTADOS COMPONENTES DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Rio + 20, A REALIZAR-SE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, EM JUNHO DE 2012.¹

TITULARES

- 1. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS (PV/RJ)**
- 2. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)**
- 3. DEPUTADO DR. ROSINHA (PT/PR)**
- 4. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI)**
- 5. DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP)**
- 6. DEPUTADO PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB/AC)**

SUPLENTES

- 1. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)**
- 2. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ (PT/SP)**
- 3. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA (PV/SP)**

PRESIDENTE: DEPUTADO ALFREDO SIRKIS
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO DR. ROSINHA
RELATOR: DEPUTADO EDUARDO AZEREDO

¹ Última atualização em 14/06/2012. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/subcomissoes/subcomissao-especial-rio-20/composicao/view>. Acesso em: 30/08/2012.



AGRADECIMENTOS

Cumpro à relatoria da Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre 13 e 23 de junho de 2012, agradecer a todos os seus integrantes e participantes dos eventos por ela desenvolvidos. Manifestamos nosso reconhecimento às instituições públicas e privadas que acolheram os convites e estiveram presentes nas audiências públicas e nos demais eventos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável é um marco dos debates internacionais sobre o futuro do planeta. A atuação dos Paramentos dos países envolvidos é fundamental para que as metas propostas pelos seus governos sejam alcançadas, implementadas e logrem êxito. O Brasil, como país anfitrião, tem o compromisso de atuar como protagonista nas questões econômicas, sociais e ambientais.

Registro especial deve ser feito à relevância das contribuições dos diferentes conferencistas e debatedores no sentido de permitir que as propostas pertinentes à área temática que tramitam no Congresso Nacional, bem como os compromissos internacionais encaminhados a este Parlamento para a obtenção de aprovação legislativa, sejam tratados com profundidade e compromisso com *o futuro que queremos*

Deputado EDUARDO AZEREDO

Relator



LISTA DE SIGLAS

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural;

AOSIS – Alliance of Small Island States (Aliança dos Pequenos Estados Insulares);

BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China;

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul;

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco;

COP – Conference of the Parties of the United Nations Framework Convention on Climate Change;

CSD – United Nations Commission on Sustainable Development

CMADS – Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados;

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal;

CREDN – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados;

CRER +20 – Subcomissão permanente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para Acompanhamento da Rio + 20e do Regime Internacional de Mudanças Climáticas;

CMARIO +20 – Subcomissão temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal;

DCD – Diário da Câmara dos Deputados;

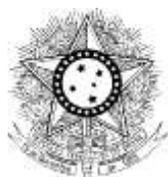
DOU – Diário Oficial da União;

ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

ECOSOC – Conselho das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico e Social;

ESTOCOLMO 72 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972;

FAO – Food and Agriculture Organization;



Fórum Global – Fórum internacional de organizações não–governamentais paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio 92;

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change;

ISA – Instituto Socioambiental;

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;

MRE – Ministério das Relações Exteriores;

MSC– Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional;

NAMAS – Nationally Appropriate Mitigation Actions (ações de mitigação apropriadas em âmbito nacional);

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

PDC – Projeto de Decreto Legislativo;

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

RCC– Rio Climate Challenge (Iniciativa Rio Clima ou Desafio Rio Clima);

RIO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

RIO + 10 – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, na África do Sul;

RIO +20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável a ser realizado no Rio de Janeiro, em junho de 2012;

SOBRADIMA – Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente;

SBDIMA – Sociedade Brasileira de Direito Internacional do Meio Ambiente;

UNCED – United Nations Conference on the Environment and Development;

UNCHE – United Nations Conference on the Human Environment (Estocolmo 72);

UNCSD – United Nations Conference on Sustainable Development (Rio 92);

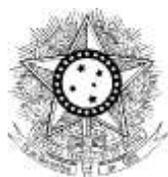
UNEP – United Nations Environment Program;

UNESCO – United Nations Organization on Education, Science and Culture;

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change;

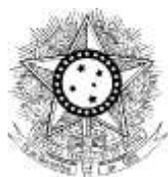
UNU – United Nations University;

WWF – World Wildlife Fund.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	9
2. CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO RIO + 20 DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL.....	16
3. BALIZAMENTO LEGISLATIVO: PROPOSTAS FEITAS PELA SUBCOMISSÃO RIO + 20 DA CREDN PARA COMPOR A AGENDA OFICIAL DA CONFERÊNCIA RIO + 20	17
4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS.....	22
5. O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E ASPECTOS HISTÓRICOS DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	37
5.1. ASPECTOS GERAIS.....	37
5.2. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O AMBIENTE HUMANO DE 1972.....	38
5.3. A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, RIO 92 OU ECO 92.....	39
5.3.1. Principais instrumentos declaratórios da Rio 92	40
5.3.2. Principais instrumentos normativos da Rio 92	42
5.3.3. Marcos institucionais no âmbito das Nações Unidas:.....	43
5.3.3.1. RIO+10 – JOANESBURGO 2002:.....	44
5.4. A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RIO + 20	47
5.4.1. Convocação e aspectos gerais.....	47
5.4.2. Eixos temáticos da Rio + 20.....	47
5.4.3. Conceito de desenvolvimento sustentável.....	48
5.4.4. Considerações posteriores à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20:	49
6. A ATUAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL RELATIVA AOS PACTOS INTERNACIONAIS	55
6.1. ASPECTOS GERAIS.....	55
6.2. CONTORNOS DA MANIFESTAÇÃO LEGISLATIVA.....	57
6.3. ATUAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL EM RELAÇÃO A ALGUNS ATOS INTERNACIONAIS EMBLEMÁTICOS	58
6.3.1. Convenção de Ramsar	58
6.3.2. Convenção de Basileia	58
6.3.3. Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas .	59
6.3.4. Convenção da Biodiversidade	60
6.3.5. Protocolo de Quioto	60
7. ENCAMINHAMENTO AO CONGRESSO NACIONAL DE ATOS INTERNACIONAIS PRELIMINARES À CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, NELA ABERTOS À ASSINATURA, E ATOS INTERNACIONAIS POSTERIORES	61



7.1.	ATOS INTERNACIONAIS REFERENTES A CLIMA.....	61	
7.2.	ATOS INTERNACIONAIS REFERENTES À DIVERSIDADE BIOLÓGICA.....	62	
7.3.	ATOS INTERNACIONAIS REFERENTES AOS MARES E OCEANOS.....	63	
7.4.	ATOS INTERNACIONAIS REFERENTES À DESERTIFICAÇÃO.....	63	
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65	
ANEXO I - DOCUMENTOS E ATAS PERTINENTES ÀS REUNIÕES E SEMINÁRIOS REALIZADOS			69
I.I.	DOCUMENTOS	69	
I.I.I.	Criação da Subcomissão	69	
I.I.II.	Prospecto para orientação parlamentar apresentado à Subcomissão pela Coordenação de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados	69	
I.II.	ATAS E ANOTAÇÕES DE REUNIÃO:	74	
I.II.I.	Ata nº 1:	74	
I.II.II.	Memória de audiência no gabinete do Ministro	75	
I.II.III.	Ata nº 2: audiência pública sobre informes gerais da Rio+ 20.....	76	
I.II.IV.	Memória da reunião 1: sugestões da subcomissão	76	
I.II.V.	Memória de reunião 2: Rio +20/ aspectos gerais e de organização	77	
I.II.VI.	Ata da 4ª reunião ordinária de audiência pública: temas da Rio+20	78	
I.II.VII	Memória de audiência pública: economia verde	79	
ANEXO II – NOTAS TAQUIGRÁFICAS			80
II.I.	SEMINÁRIO RADAR RIO +20 PARA JORNALISTAS, REALIZADO NO PLENÁRIO 4, DO ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:.....	80	
II.I.I	Programação do Seminário.....	80	
II.I.II.	Notas taquigráficas do turno matutino	81	
II.I.III.	Notas taquigráficas do turno vespertino	121	
II.II.	NOTAS TAQUIGRÁFICAS DO CICLO DE PALESTRAS E DEBATES PARA A RIO+20, ORGANIZADO PELA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA	146	
II.III.	NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ECONOMIA VERDE:.....	187	
ANEXO III – INFORMAÇÕES REFERENTES A EVENTOS ADICIONAIS EXTERNOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS, RELATIVOS À RIO + 20, APOIADOS PELA SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:			234
III.I.	INICIATIVA / DESAFIO RIO CLIMA OU RIO CLIMATE CHALLENGE:	234	
III.I.I.	Ato conjunto das Subcomissões Rio + 20, do Congresso Nacional:	235	
III.I.II.	Prospecto relativo ao evento:	236	
III.I.III.	Painéis apresentados:.....	241	
III.I.IV.	Memória de reunião preparatória ao Desafio Rio Clima, realizada em Recife, Pernambuco	243	
III.II.	RECOMENDAÇÕES DA RIO CLIMATE CHALLENGE OU INICIATIVA RIO CLIMA, OU DESAFIO RIO CLIMA PARA A CONFERÊNCIA RIO + 20,;.....	245	
III.III.	RESUMO DE RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES DA RIO CLIMATE CHALLENGE OU INICIATIVA RIO CLIMA, OU DESAFIO RIO CLIMA, PARA A COP 18.....	246	



ANEXO IV – INFORMAÇÕES ADICIONAIS	256
IV.I. OUTRAS CONEXÕES ELETRÔNICAS ÚTEIS	256
IV.II.I. Sítios eletrônicos correlatos na Câmara dos Deputados:.....	256
IV.II.II. Sítios eletrônicos correlatos no Senado Federal:	256
IV.II.III. Outros sítios eletrônicos de interesse:.....	257



1. APRESENTAÇÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados tem, como um de seus principais campos temáticos, acompanhar e deliberar sobre as relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas da República Federativa do Brasil com outros países; assim como as relações com entidades internacionais multilaterais e regionais, esfera de atuação na qual tem a faculdade de criar subcomissões.

Nesse espectro de atuação, foi criada a Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012, em face da aprovação do Requerimento nº 26, de 2011, do Deputado Alfredo Sirkis.

O objetivo geral da referida subcomissão, conforme expresso no requerimento aprovado, tem sido não apenas o de acompanhar os preparativos e a realização dessa importante conferência, mas, também, encaminhar ao Poder Executivo os subsídios e sugestões que tenham sido debatidas na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, assim como colaborar na preparação parlamentar para o evento. Afinal, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável pretendeu não se limitar a *“discutir a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, mas também a vinculação desta com a erradicação da pobreza, para, a partir disso, tentar estabelecer um marco institucional para desenvolvimento sustentável. [...] sem dúvida, um grande desafio, ainda mais quando vemos que as políticas públicas voltadas para as mudanças climáticas estão patinando nos fóruns da ONU”*.

Ressaltou-se, ainda, na proposição de criação desta subcomissão, trecho do instrumento convocatório para a Cúpula dos Povos para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que ilustra, com propriedade, o foco norteador dos debates e atividades realizados:

“Está mais que na hora que sistemas econômicos incorporem princípios, valores e instrumentos que assegurem a justiça e equidade social e a sustentabilidade e integridade ambiental. Motivados por essas bases, serão realizadas diversas atividades paralelas com a participação de inúmeras entidades de várias partes do mundo, como organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades ambientalistas,



trabalhadores rurais e urbanos, mulheres, juventude, além de empresários ligados à economia solidária”.

A Subcomissão assim criada selecionou, então, os seguintes tópicos como áreas prioritárias de estudo:

a) preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, incluindo o acompanhamento à Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável;

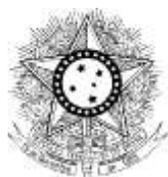
b) sugestões a serem encaminhadas ao Poder Executivo para serem incluídas na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio + 20;

c) estudos e debates referentes aos temas que comporiam a agenda da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20.

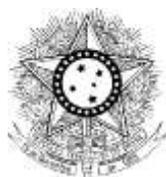
Para se desincumbirem a contento da missão a que se propuseram, os membros da subcomissão discutiram e aprovaram documento que foi encaminhado ao Poder Executivo contendo sugestões e propostas a serem inseridas no temário e na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20; realizaram reuniões ordinárias de audiência pública e seminários técnico-temáticos, além de debater a possibilidade de participação parlamentar na conferência e trabalhar para viabilizá-la.

O quadro a seguir traz uma síntese das reuniões realizadas com as respectivas datas, temas debatidos e participantes.

DATA	EVENTO / TEMA	PARTICIPANTES E CONVIDADOS
31/05/2011 Sala de reuniões da Presidência da CREDN	Reunião de instalação da Subcomissão e eleição da respectiva mesa diretora.	Deputados Alfredo Sirkis, Antônio Carlos Mendes Thame, Perpétua Almeida – Titulares. Deputados Eduardo Azeredo e Janete Rocha Pietá – Suplentes.
13/06/2011 Ministério das Relações Exteriores, gabinete do Ministro	Audiência com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota	Deputados Alfredo Sirkis, Eduardo Azeredo, Ivan Valente e Antônio Carlos Mendes Thame.



DATA	EVENTO / TEMA	PARTICIPANTES E CONVIDADOS
01/07/2011 Palácio Itamaraty - MRE	1ª Reunião Preparatória da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Representantes do governo e da sociedade que integram a Comissão Nacional; Deputados Alfredo Sirkis e Deputado Eduardo Azeredo, respectivamente Presidente e Relator da Subcomissão Especial Rio + 20.
08/08/2011 Palácio Itamaraty - MRE	2ª Reunião Preparatória da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Representantes do governo e da sociedade que integram a Comissão Nacional; Deputados Alfredo Sirkis e Deputado Eduardo Azeredo, respectivamente Presidente e Relator da Subcomissão Especial Rio + 20.
11/08/2011 Plenário 4, do Anexo II Câmara dos Deputados	Seminário Radar Rio + 20 para jornalistas Aspectos gerais referentes às possibilidades de participação da sociedade civil na Conferência.	Tony Gross – Representante do Instituto Socioambiental. Aron Belinky – Representante do Instituto Vitae Civilis, Patrícia Bonilha – Assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Pedro Ivo Batista – Representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
06/10/2011 Plenário 3, do Anexo II Câmara dos Deputados	Informações gerais sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. (Audiência Pública, em face da aprovação do Requerimento nº 78/CREDN, de 2011, de autoria dos Deputados Alfredo Sirkis e Eduardo Azeredo). Pauta de trabalho da subcomissão.	Fernando Lyrio - Assessor Extraordinário para a Conferência Rio + 20 - Ministério do Meio Ambiente.



DATA	EVENTO / TEMA	PARTICIPANTES E CONVIDADOS
11/10/2011 Plenário 9 do Anexo II Câmara dos Deputados	Reunião para debater as sugestões da CREDN à Rio+20, a serem inseridas em documento oficial a ser encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, MRE, na fase de consulta pública preparatória à Conferência.	Deputados Alfredo Sirkis, Antônio Carlos Mendes Thame, Eduardo Azeredo, Ivan Valente.
26/10/2011 Palácio Itamaraty MRE	3ª Reunião Preparatória da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Representantes do governo e da sociedade que integram a Comissão Nacional; Deputado Alfredo Sirkis e Deputado Eduardo Azeredo, respectivamente Presidente e Relator da Subcomissão Especial Rio + 20.
08/02/2012 Palácio Itamaraty MRE	4ª Reunião Preparatória da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Representantes do governo e da sociedade que integram a Comissão Nacional; Deputado Alfredo Sirkis e Deputado Eduardo Azeredo, respectivamente Presidente e Relator da Subcomissão Especial Rio + 20.
09/03/2012 Palácio Itamaraty MRE	5ª Reunião Preparatória da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Representantes do governo e da sociedade que integram a Comissão Nacional; Deputado Alfredo Sirkis e Deputado Eduardo Azeredo, respectivamente Presidente e Relator da Subcomissão Especial Rio + 20.
21/03/2012 Plenário 3, do Anexo II Câmara dos Deputados	Audiência Pública sobre os preparativos em andamento para a Rio+20, no âmbito do Poder Executivo e da Câmara dos Deputados	Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar , Secretário Executivo da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20. Assessora do Departamento de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.



DATA	EVENTO / TEMA	PARTICIPANTES E CONVIDADOS
27/03/2012 Auditório Nereu Ramos Câmara dos Deputados	Seminário sobre o tema Debate sobre o tema Em Busca de uma Economia Sustentável (4ª Reunião Ordinária de Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional).	Regina Cavini – Superintendente de Comunicação e Engajamento do WWF Brasil. Roberto Klabin – Representante da SOS Mata Atlântica. Paulino Franco de Carvalho Neto – Ministro e Chefe da Divisão do Meio Ambiente da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores. Helder Muteia – Representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Izabella Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente. Sérgio Bessermann – Economista, professor e ecologista. Sandra Rios – Economista.
17/05/2012 Plenário 3, do Anexo II Câmara dos Deputados	Audiência Pública sobre o tema Economia verde	Embaixador André Corrêa do Lago - Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Sérgio Margulis - Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; Francisco Gaetani - Secretário Executivo do Meio Ambiente; Aloísio Lopes Pereira de Melo - Coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
12/06/2012 Pavilhão 3 do RioCentro, no Rio de Janeiro	6ª Reunião Preparatória da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Deputada Perpétua Almeida , Presidente da CREDN; Deputado Alfredo Sirkis e Deputado Eduardo Azeredo , respectivamente Presidente e Relator da Subcomissão Especial Rio + 20.



Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Subcomissão Rio + 20, criada para acompanhar as atividades preparatórias e o desenrolar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre 13 e 23 de junho de 2012, foram multifacetados e reveladores da evolução conceitual da temática ambiental nesses últimos quarenta anos. Não foi por mero acaso que a Conferência das Nações Unidas, realizada na cidade de Estocolmo, em 1972, denominou-se Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the **Human Environment***), sendo sucedida, vinte anos mais tarde, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (*United Nations Conference on **Environment and Development***), desembocando, este ano, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (*United Nations Conference on **Sustainable Development***).

Essa trajetória de 40 anos revela uma caminhada iniciada nas preocupações inerentes à contaminação ambiental, que começava a afetar o uso dos espaços ambientais pelas populações humanas. Esse percurso prosseguiu, nos vinte anos seguintes, aliando a questão do ambiente à questão do desenvolvimento e, vinte anos mais tarde, somando-se esses dois eixos temáticos, desembocou na discussão sobre o conteúdo de um desenvolvimento sustentável no qual se possa permitir a utilização dos espaços ambientais pelas populações humanas do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também poderem fazê-lo.

Como muito bem colocado pelas Nações Unidas, a pretensão de se discutir desenvolvimento sustentável extrapola, transborda a dimensão meramente ambiental. Nos últimos anos – e especialmente na Rio 92 – inseriu-se nesta discussão o futuro de um mundo que se vê envolto hoje em graves crises econômicas. Busca-se avançar sobre um conceito de desenvolvimento sustentável erguido por três pilares: econômico, social e ambiental.

Algumas reuniões preparatórias para a conferência ressaltaram que os programas sociais, voltados para a erradicação da pobreza, serviriam de modelo para esse novo modo de pensar que se está propondo. Neste ponto, vale lembrar: não é apenas por meio de programas sociais que se erradica a pobreza. É preciso aproveitar o momento histórico em que vivemos, para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento, a ciência e a tecnologia.



Afinal, a inovação tecnológica torna possível a melhoria nas condições de vida dos bilhões de habitantes deste planeta que se veem ameaçados pelas próprias ações deletérias do homem, ontem – e ainda hoje – praticadas.

É necessária a percepção histórica: é tempo de se voltar a atenção para um desenvolvimento sustentável que contemple, sim, o crescimento econômico, mas, crescimento, esse, que seja capaz de erradicar a pobreza promovendo melhorias na qualidade de vida desta e para as futuras gerações.

É o que esperam tanto os países menos desenvolvidos, quanto os países ricos que, em meio à crise atual, devem e podem contribuir para novos padrões de produção. Mudanças são temidas, mas necessárias, em momentos, tais como o presente, em que a governança global é colocada em questão. Percebe-se que tem havido um reordenamento internacional e, nesse sentido, precisamos encetar uma nova trajetória coletiva de construção do progresso e de uma paz sustentáveis. Afinal, conforme leciona Paulo Affonso Leme Machado, *“desenvolvimento sustentável é uma locução verbal em que se ligam dois conceitos: o conceito de sustentabilidade passa a qualificar ou caracterizar o desenvolvimento”*².

A Rio + 20 representou o desafio de se debater diversos temas: água, alimentos, cidades, desastres naturais, empregos e migração, energia e oceanos.

Esta subcomissão pretende que temas tão relevantes não fiquem adstritos à seara dos debates travados no Rio de Janeiro, em junho passado, ou nos escritórios de agências e organismos internacionais, mas sejam continuamente aprofundados, também nos legislativos do mundo e, em nosso país, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

² MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, p. 73, 20^a e. São Paulo: Malheiros, 2012



2. CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO Rio + 20 DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

A Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no campo de atuação temática da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi proposta pelo Requerimento nº 26, de 2011, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que postulou *“a criação de subcomissão para acompanhar a Conferência Rio + 20”*. A demanda foi submetida a debate na reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no dia 27 de abril de 2011, e aprovada por unanimidade.

A Subcomissão foi instalada por ato da presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, datado de 1º de junho de 2011, no qual se fixou em 6, tanto o número de membros titulares, quanto de suplentes para compor o referido colegiado. Reunião de instalação e eleição da respectiva mesa foi convocada para a mesma data, às 15h, na sala de reuniões da presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Foram nomeados, como titulares, os Deputados Alfredo Sirkis (PV/RJ); Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP); Dr. Rosinha (PT/PR); Hugo Napoleão (PSD/PI); Ivan Valente (PSOL/SP); Perpétua Almeida (PCdoB/AC). Foram designados suplentes os Deputados Eduardo Azeredo (PSDB/MG); Janete Rocha Pietá (PT/SP); Roberto de Lucena (PV/SP).

A mesa diretora da Subcomissão Especial Rio + 20 ficou assim composta: Presidente: Deputado Alfredo Sirkis; 1º Vice-Presidente: Deputado Dr. Rosinha; Relator: Deputado Eduardo Azeredo.



3. **BALIZAMENTO LEGISLATIVO: PROPOSTAS FEITAS PELA SUBCOMISSÃO RIO + 20 DA CREDN PARA COMPOR A AGENDA OFICIAL DA CONFERÊNCIA RIO + 20**

A Subcomissão Rio + 20 decidiu encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores um conjunto de sugestões que desejava ver inseridas na agenda deliberativa da conferência.

Esse documento, debatido e aprovado pela subcomissão, em plenário, no dia 11 de outubro de 2011. Foi assinado pelo seu presidente, Deputado Alfredo Sirkis, e pelo relator, Deputado Eduardo Azeredo, e por ambos entregue ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota.

É o seguinte o texto do documento:

Sugestões da Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - RIO+20, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, à Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20).

Criada, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no dia 27 de abril de 2011, a Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - RIO+20 foi instalada em 1º de junho de 2011; com o propósito de discutir os temas pertinentes à construção da agenda temática daquela Conferência e as contribuições do Poder Legislativo ao esforço brasileiro para bem organizá-la.

Participando, assim, do debate proposto, esta Subcomissão decidiu por oferecer a contribuição que se segue à Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20).

A Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - RIO+20 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados entende que:

1 - A adoção de uma posição coesa entre os Poderes Legislativo e Executivo nas negociações brasileiras é fundamental para o êxito da Conferência e para a construção de uma agenda consistente, ambiciosa, capaz de oferecer caminhos para as gerações futuras. Assim, o Congresso Nacional deve atuar em conjunto com a Comissão Nacional, legitimando politicamente suas propostas.



2 - Foi identificado importante deficit de implementação em, praticamente, todos os acordos logrados na Rio-92, particularmente no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima (UNFCCC), com as metas mandatórias cessando em 2012, quando o poder de enforcement do regime de mudanças climáticas ficará comprometido. O futuro das negociações sobre clima dependerá dos resultados da Conferência das Partes (COP 17) a realizar-se em Durban e, provavelmente, só serão conclusivas na Rio+20.

3 - Pretende-se que a Conferência Rio+20 resgate o “espírito do Rio”, servindo de palco para reavaliação dos resultados das últimas décadas. Esta Subcomissão entende que o “espírito do Rio” deve guiar as negociações numa postura de diálogo, identificando os pontos onde houve falhas de implementação dos acordos da Rio-92 e propor novas formulações para sua efetiva realização.

A respeito dos dois principais temas da Cúpula Rio+20, quais sejam, Governança e Economia Verde, a Subcomissão entende que:

1) devem-se buscar sinergias no sistema, sem deixar que temas alheios ao desenvolvimento sustentável sejam inseridos de forma inadequada;

2) é importante que existam incentivos positivos à transição da economia de alto consumo de carbono para uma economia verde.

A partir dessas premissas, apresentamos propostas de compromissos para compor a agenda da Cúpula Rio +20.

PROPOSTAS DE COMPROMISSOS A SEREM FIRMADOS NA CÚPULA RIO+20

1) Obter o compromisso de, até 2017, os países adotarem o PIB Verde, de modo que suas contabilidades incorporem variáveis relacionadas à sustentabilidade social e ambiental, adotando as recomendações metodológicas do Relatório da Comissão Stiglitz-Sen. Para uma transição, os países poderiam adotar o novo PIB, inicialmente, de forma paralela ao PIB tradicional até que, gradativamente, esse seja substituído. Os países devem comprometer-se com a atribuição de valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas, de modo que esses valores possam, de forma transparente, ser incorporados à contabilidade do setor produtivo, sendo também utilizados para a nova metodologia de cálculo do PIB, que passaria a ser um indicador conjunto dos processos econômicos, da sustentabilidade ambiental e do bem-estar da sociedade.

2) Obter o compromisso dos países com o cumprimento de metas de transição, para uma economia sustentável de baixo carbono. Seriam as Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS), envolvendo, entre outros tópicos: energias limpas, preservação e recomposição de florestas e biodiversidade, verde urbano, qualidade de água e ar, reciclagem de resíduos, saneamento, mobilidade urbana, empregos “verdes”, assim



como o acesso a bens e serviços culturais e padrões de consumo sustentáveis.

3) *Obter o compromisso dos países com a taxa zero para tecnologias de produção de energia renovável.*

4) *Obter o compromisso dos países com o direcionamento de suas compras e contratos governamentais para bens, produtos e serviços certificados quanto à origem social e ambientalmente sustentáveis, de modo a impulsionarem, em suas economias, a competitividade de bens, produtos e serviços da economia verde.*

5) *Iniciar a negociação de um fundo internacional de financiamento e de implementação de um sistema de transferência de recursos financeiros, de tecnologias e de capacitação para a Adaptação às Mudanças Climáticas.*

Observação: *A respeito da preocupação com a inclusão social, além das políticas de enfrentamento das desigualdades, preocupa-nos, sobremaneira, considerado o estágio avançado e praticamente irreversível de concentração de gases causadores de efeito estufa, a questão, ainda pouco desenvolvida, da adaptação às mudanças climáticas. São as populações mais pobres, as que estão em áreas de risco e em regiões áridas e em processo avançado de desertificação, que mais sofrerão com os desastres advindos das mudanças climáticas. Um parâmetro razoável seria que os países de renda alta financiassem e transferissem tecnologias e capacitação aos países de renda baixa e que transferissem também tecnologias aos países de renda média. Os países de renda média, por sua vez, seriam também transferidores de tecnologias e de capacitação e, em certa medida, também de recursos financeiros aos países de renda baixa, como cogitou o Presidente Lula, em 2009, em Copenhague.*

6) *Criar a Organização Mundial do Desenvolvimento Sustentável (OMDS), a partir da ampliação do PNUD/PNUMA, que deve passar a ter uma segunda sede no Brasil, no Rio de Janeiro. Entre suas funções, a OMDS deverá: a) monitorar e promover as Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS), fomentando e assistindo sua execução e b) coordenar um esforço mundial de pesquisa de fontes de energia descarbonizantes, nos moldes do esforço supranacional para a construção da estação espacial.*

Para a função de subsidiar a OMDS e influenciar o conjunto de órgãos da ONU e organismos multilaterais para a execução das MDS, propor a reforma e a integração de dois conselhos da ONU: o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) em um Conselho Mundial do Desenvolvimento Sustentável (CMDS), incorporando, além dos governos nacionais, organismos multilaterais, setor empresarial, sociedade civil e governos locais. O Conselho agiria também como um mecanismo internacional de revisão periódica universal (semelhante ao Conselho de Direitos Humanos da ONU), no qual os países e as agências internacionais expusessem e



deliberassem sobre o progresso do desenvolvimento sustentável de cada país.

7) *Criar, por iniciativa do Brasil, durante a Conferência Rio + 20, o G-CLIMA um grupo informal de 20 a 30 principais países emissores e alguns países vulneráveis, emblemáticos, como uma instância facilitadora da COP 18, diante do risco de se chegar ao final de 2012 sem um acordo satisfatório para a segunda fase de compromissos do processo de Quioto. O G-CLIMA seria informalmente constituído, em reunião de chefes de estado, como uma atividade paralela à Rio + 20, a convite da presidente Dilma Rousseff.*

8) *Adotar uma métrica unificada para dar mais transparência às metas obrigatórias e objetivos nacionais voluntários no que diz respeito à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e de um “termômetro-símbolo”, de grande visibilidade, que vá indicando, diariamente, a concentração de GEE na atmosfera e sua aproximação do limite de 450 ppm.*

9) *Estabelecer o princípio “responsabilidades compartilhadas e poluidor-pagador” nas negociações do Clima: 1 - todos os países devem assumir objetivos de redução absoluta de suas emissões de GEE para atingir o objetivo de manter as concentrações de carbono na atmosfera abaixo de 450 ppm. 2 - já a transição global para uma economia de baixo carbono deve ser financiada na proporção da respectiva responsabilidade histórica no acúmulo de GEE na atmosfera.*

10) *Propor uma Convenção Internacional, a partir do Princípio 10 da Declaração do Rio e do Princípio da Precaução.*

11) *Fomentar a discussão sobre impostos sobre transações financeiras e novos indicadores de riqueza;*

12) *Estimular a reflexão sobre como todo mecanismo para erradicação da pobreza deve considerar mecanismos para redução de desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres do mundo;*

13) *Iniciar negociações tendo em vista a coordenação das ações e arcabouços conceituais entre as instituições Bretton Woods e as Nações Unidas;*

14) *Aprovar a proposta “Objetivos de Consumo do Milênio”, do Professor Munasinghe (janeiro de 2011, UN-NY);*

15) *Promover a inserção das dimensões éticas, morais e espirituais do desenvolvimento sustentável nos debates nacionais e internacionais, bem como o papel fundamental da educação formal e informal para a eco-alfabetização e efetivação do desenvolvimento sustentável;*

16) *Debater a inserção do conceito de cidadania mundial nos debates nacionais e internacionais;*

17) *Debater a necessidade de evolução do socioambientalismo como área de conhecimento para subsidiar o avanço do discurso sobre desenvolvimento sustentável;*



18) Criar uma ouvidoria para gerações futuras;

19) Fortalecer e reformar os “Major Groups”, com o objetivo de:

1) torná-los mais representativos da diversidade da sociedade civil mundial;

2) facilitar logisticamente e financeiramente a interação de seus membros nos âmbitos nacionais, regionais e internacional.”

Esperamos que nossa colaboração contribua para que a Conferência Rio + 20 possa estabelecer uma nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos e para que o Brasil possa exercer a liderança desse processo, apresentando propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates.

Brasília, 11 de outubro de 2011.

*Deputado Alfredo Sirkis
Presidente da Subcomissão Especial Rio + 20*

*Deputado Eduardo Azeredo
Relator da Subcomissão Especial Rio + 20*



4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS

A Subcomissão Rio + 20 realizou dois seminários e quatro audiências públicas sobre os seguintes temas: organização e preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável; possibilidades e mecanismos de participação da sociedade civil no evento; possibilidades e maneiras de participação parlamentar; economia sustentável; economia verde.

As atas e sumários dessas reuniões, assim como as notas taquigráficas pertinentes estão anexadas a este relatório, dele fazendo parte integrante, como registro histórico dos eventos preparatórios à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20 na CREDN.

Nesta parte do relatório, apenas incluir-se-á breve notícia de cada um desses eventos, que poderão ser analisados, um a um, em detalhe, nos documentos anexados.

Após a sua instalação, em 31 de maio de 2011, o primeiro evento técnico da subcomissão ocorreu em 8 de agosto de 2011, denominado *Seminário Radar Rio + 20 para jornalistas*. Contou com a participação de **Tony Gross**, representando o Instituto Socioambiental; **Aron Belinky**, representando o Instituto Vitae Civilis; **Patrícia Bonilha**, assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, e **Pedro Ivo Batista**, representando a Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

Esse evento teve caráter predominantemente informativo, sendo realizado, também, com o objetivo de esclarecer e provocar questionamentos.

Sintetizam-se, a seguir, os principais pontos levantados.

Tony Gross, que é, também, pesquisador da Universidade das Nações Unidas, fez um apanhado histórico da questão. Abordou os episódios do desaparecimento de espécies; reportou-se aos principais atos internacionais de caráter ambiental, desde a Convenção de Washington, de 1940; as modificações na abordagem internacional, a partir da criação da Organização das Nações Unidas; o crescimento exponencial de emissões e dos vários tipos de poluição, durante o século XX; A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972; o



relatório *Nosso Futuro Comum*, coordenado por Gro Harlem Brundtland, em 1987; a história e desenrolar da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, assim como seus principais resultados. Discorreu sobre as conferências pós-Rio realizadas, até que se chegasse ao processo da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20:

“Estamos numa situação paradoxal: sabemos o tamanho do problema, temos uma base científica muito mais robusta do que 20 ou 40 anos atrás; temos uma compreensão cada vez maior e uma aceitação política cada vez maior da gravidade das consequências, mas tanto no plano interno nacional como intergovernamental, estamos diante de uma incapacidade de identificar os caminhos e os mecanismos para reverter essas tendências nefastas, para colocar a humanidade num caminho seguro.”³

A seguir, abordou a estrutura prevista para a Conferência Rio + 20, previsão inicial de datas e os caminhos e descaminhos do percurso, como se têm apresentado até o momento.

Trouxe, ainda, os aspectos referentes à estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, reforçando a necessidade de efetiva cooperação entre setores, com o respectivo ***rompimento de padrões antiquados e a busca sincera de novas práticas.***⁴

Patrícia Bonilha, a expositora seguinte, procurou problematizar e questionar os aspectos referentes à Rio + 20, criticando, principalmente, a exclusão da questão climática da agenda da conferência.

Pedro Batista abordou, em detalhe, os mecanismos previstos e possíveis de participação na conferência.

Ricardo Abramovay, discorrendo sobre a economia verde, trouxe à baila as discussões doutrinárias que têm ocorrido, lembrando, inclusive, o

³ Notas taquigráficas, p. 93 deste relatório.

⁴ Notas taquigráficas, p. 136.



receio de vários países em desenvolvimento de que a chamada economia verde sirva, na verdade, para esconder novas formas de dominação:

“Portanto, o maior desafio não é simplesmente acelerar a redução da pobreza; o desafio maior – e esse é o sentido da minha exposição– é que, ao se manter o ritmo atual, não existe a menor chance de se prosseguir a redução da pobreza se não houver um movimento drástico e radical de redução da desigualdade no uso dos recursos. De que recursos? De todos, mas, fundamentalmente, de energia, de matéria – eu vou mostrar as informações referentes a isso, essas palavras podem parecer abstratas aos senhores – e, terceiro lugar, redução da desigualdade em relação à maneira como é ocupado o espaço carbono remanescente, para evitar um desequilíbrio climático mais catastrófico do que o que já está se anunciando nos dias de hoje”⁵.

O segundo evento ocorreu em 11 de outubro de 2011, com caráter eminentemente informativo, cabendo a **Fernando Lyrio**, Assessor Extraordinário para a Conferência Rio + 20, do Ministério do Meio Ambiente, fazer ampla exposição sobre o estágio em que, naquele momento, estavam os preparativos para a conferência, como estava sendo desenhada a participação da sociedade civil e qual a logística prevista para o evento.

Em 21 de março de 2012, coube ao **Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar**, Secretário Executivo da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, expor à subcomissão o histórico do desenrolar dos preparativos para a conferência, desde a sua concepção, assim como o estágio em que estavam esses trabalhos.

Na semana seguinte, em 27 de março, houve seminário conjunto, organizado pelas Subcomissões Rio + 20 da Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o tema ***Em busca de uma economia sustentável***, em que foram expositores **Regina Cavini**, Superintendente de Comunicação e Engajamento do WWF Brasil; **Roberto Klabin**, representante da SOS Mata Atlântica; **Paulino Franco de Carvalho Neto**, Ministro e Chefe da Divisão do Meio Ambiente da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações

⁵ Notas taquigráficas, p. 124



Exteriores; **Helder Muteia**, representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; **Izabella Teixeira**, Ministra de Estado do Meio Ambiente; **Sérgio Bessermann**, economista, professor e ecologista; **Sandra Rios**, economista.

Desse evento, de caráter não apenas informativo, mas doutrinário, cujas notas taquigráficas também estão inseridas neste relatório, delineiam-se, a seguir, os principais pontos levantados.

Ouviu-se, em primeiro lugar, **Regina Cavini**, representando o WWF Brasil, que fez um chamamento geral à adesão à *Hora do Planeta*, quando, em 31 de março, por uma hora, das 20h30 às 21h30, pede-se que todos desliguem as luzes elétricas, ato através do qual governos, empresas e a população em geral têm a oportunidade de demonstrar a sua preocupação com o aquecimento global.

Roberto Klabin fez, a seguir, uma exposição geral sobre os aspectos teóricos da economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável, abordando biomas, recursos hídricos, meio ambiente urbano, energia e segurança alimentar. Abordou, também, a evolução histórica das chamadas conferências ambientais das Nações Unidas, desde a Conferência sobre o Ambiente Humano, de 1972, às conferências do Rio: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, e Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio 2012, ou Rio+20. Abordou o conteúdo do documento de debates preliminar à Rio +20, que tem sido chamado de *zero draft*, ou rascunho zero.

Coube ao Ministro **Paulino Franco de Carvalho Neto**, Chefe da Divisão de Meio Ambiente da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty fazer a explanação seguinte. Antes de abordar o histórico da preparação da conferência em nível internacional, esclareceu que foi designado para substituir os Embaixadores Antônio Patriota, Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo e André Corrêa do Lago, que estavam no exterior, em missões oficiais.

Lembrou, inicialmente, que as datas previstas para a conferência sofreram uma modificação, desde a primeira previsão, e são as seguintes:



1º) uma **última reunião do comitê preparatório**, entre **13 e 15 de junho**, para finalização dos documentos a serem firmados no segmento de alto nível da conferência;

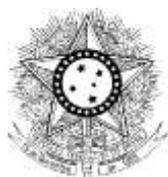
2º) um segmento da conferência, denominado **Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável**, entre 16 e 19 de junho - organizado pelos governos, porém, sem a participação do setor público, pois destina-se aos vários setores da sociedade civil, do setor empresarial, da academia, dos movimentos sociais, dos quais resultará um texto que será submetido à conferência propriamente dita;

3º) nos dias 20, 21 e 22 de junho o segmento de alto nível da conferência, ou seja, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável propriamente dita, com a presença dos chefes de Estado e de governo.

O expositor apontou os temas propostos para a conferência, quais sejam: ***segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; energia sustentável para todos; economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; cidades sustentáveis e inovação; desemprego/ trabalho decente e migrações; águas e oceanos.***

Enfatizou que a grande novidade do desenho da Rio +20, em relação a outras reuniões multilaterais semelhantes, foi exatamente a possibilidade de as discussões da sociedade civil sobre esses temas serem submetidas à apreciação dos governos, ideia, essa, apresentada pelo governo brasileiro.

Mencionou, ademais, que o Brasil, no que diz respeito à moldura institucional, defende o **fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA**, o que deveria ocorrer através de aportes contributivos obrigatórios pela totalidade dos países que compõem a ONU e pela universalização da participação pelo conjunto total dos países que compõem a ONU. Para o palestrante, deveria ser criado, no âmbito da ONU, o **Conselho de Desenvolvimento Sustentável**, que teria o condão de unir os três aspectos do tripé do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental propriamente dito.



Hélder Muteia, palestrante seguinte, esclareceu que representava, na oportunidade, o Dr. José Graziano, novo diretor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, FAO. Sua apresentação centrou-se na proposta da FAO para a Rio+20, *“perante os enormes desafios que nós temos na atualidade. Temos um grande problema de degradação ambiental, que é uma realidade; temos o desafio da explosão demográfica, somos 7 bilhões de pessoas hoje no planeta e, em 2050, seremos 9 bilhões.”*

Lembrou que a degradação do solo tem, ao seu lado, *“a degradação dos pastos, a degradação das florestas, perda da biodiversidade; a crise energética”*⁶. Ademais, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. Nesse aspecto, assim se manifestou: *“O Brasil tem algumas situações de má nutrição, mas nada comparado com a realidade que se vive na África e no sul da Ásia, onde há pessoas morrendo de fome. É uma morte sofrida: a pessoa vai definhando, até morrer sem peso, sem dignidade, desprovida de tudo”*.

Feitas essas considerações, o palestrante ateu-se à forma de gestão da economia mundial, que degrada a base de recursos que sustenta a vida no planeta. Enfatizou, nesse aspecto:

*“Estamos acelerando o desenvolvimento a custos muito altos para o nosso ambiente. E a mensagem que a FAO traz é a de que é possível, de que existe uma alternativa para encontrarmos uma forma mais sustentável de desenvolver a nossa economia, de desenvolver a humanidade, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista ambiental.”*⁷

Nesse ponto, questionou: qual seria a contribuição da agricultura para a economia verde? Reportou-se aos problemas da água, agroquímicos, desmatamento. Manifestou, como moçambicano, o seu choque em relação ao desperdício diário de alimentos em nosso país.

A discussão que a FAO propõe à conferência do Rio é, assim, desenhar ou aprimorar o papel da agricultura, em um contexto de economia verde, ou, como propaga o sítio eletrônico da FAO, ***“para irmos ao encontro do futuro que queremos, temos de erradicar a fome e fazer a transição para uma***

⁶ Notas taquigráficas, p.158.

⁷ Notas taquigráficas, p. 159.



agricultura e sistemas de alimentação sustentáveis”, nos quais inexista todo e qualquer desperdício. Nas palavras de Hélder Muteia:

“Para concluir, eu queria dizer, de forma resumida, que o tema que a FAO vai levar para a Rio+20 é este da Green Economy Without Agriculture, que significa desenhar ou aprimorar o papel da agricultura dentro da economia verde, baseado em quatro pilares, basicamente: a integridade ambiental; a estabilidade econômica, que é fundamental; o bem-estar social - nós somos seres humanos e devemos viver com dignidade, e qualquer solução que encontremos deve garantir esse princípio básico, que é o da vida com dignidade; e a boa formação. Eu já disse que precisamos de lideranças fortes, de lideranças comprometidas e viradas para o futuro.”⁸

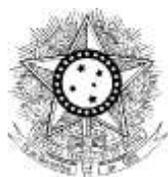
A Ministra **Izabella Teixeira** discorreu sobre os preparativos para a conferência, nos diferentes níveis, em especial na sua pasta. Abordou aspectos técnicos do chamado *zero draft*, informou que o documento que dá sequência à análise contida no estudo *Nosso Futuro Comum*, coordenado por Gro Harlem Brundtland, na década de 80, está disponível, em português, na página do Ministério do Meio Ambiente. Ressaltou, nesse sentido, que *a conferência que se avizinha está recepcionando não apenas os 20 anos vividos, mas os próximos 20 anos*.

De sua fala, referente à sustentabilidade, destaca-se o seguinte trecho, quando ela aborda aquelas que, em sua opinião, são as questões relevantes que, nesse momento, se colocam:

A primeira diz respeito a uma falha em relação à vontade política; isso não está no discurso político. Todo mundo consegue usar a sustentabilidade de uma maneira muito perversa. A minha política é sustentável, mas as pessoas nem sequer sabem o que isso significa. As pessoas não traduzem isso em custos sociais, econômicos e ambientais. Existe essa falha política de entendimento para realmente se trazer dividendos de longo prazo para o dia a dia de quem toma decisões hoje.

A segunda questão diz respeito ao seguinte. O conceito, embora seja entendido por todos, não é uma prioridade, é um conceito marginal. Ele não está no **main stream** das decisões

⁸ Notas taquigráficas, p. 162.



das políticas econômicas e das políticas de desenvolvimento. Essa é uma visão geral de planeta, mesmo nos países mais desenvolvidos⁹.

A ministra concluiu sua exposição salientando que, sem a *erradicação da pobreza, sem um novo patamar de governança ambiental e sem uma economia que pense e incorpore os custos do desenvolvimento sustentável, tanto da inação, como da ação, será impossível avançarmos em uma agenda mais robusta do desenvolvimento sustentável¹⁰.*

Coube ao Prof. **Sérgio Besserman Vianna**, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a exposição seguinte, iniciada de forma aguda e provocativa. Recordou um determinado rascunho que, escrito, foi guardado na gaveta por seus *dois jovens autores*. Quando encontrado, muito depois, tão genial era que começou a fazer parte da chamada ideologia alemã: *só existe uma ciência, a ciência da história; só existe uma realidade, a realidade histórica*. A frase, de Karl Marx e Friedrich Engels, serviu como mote para o professor ressaltar os compartimentos estanques em que são colocados os diferentes saberes. Lembrou, então, que a realidade histórica atual *faz da Rio+20 uma conferência das Nações Unidas, sim, mas esse é apenas um momento de um grande processo político*. Afinal, assinalou:

Estamos no olho do furacão. Estamos face a face com ele e não a um futuro distante, mas no futuro de agora, começando desde ontem, ao longo dos próximos anos e décadas, as maiores transformações econômicas, sociais, políticas e do pensamento humano, em toda a história da civilização, quer nós façamos o que é necessário, quer nós não façamos nada. Não existe economia verde, não existe problema do meio ambiente; existe um momento histórico em que o rumo atual, o modo de produzir e consumir da civilização, no momento, esbarrou nos limites do planeta.¹¹

Prosseguiu, alertando para o fato de que estamos em meio à maior crise econômica, desde 1929, mas que **essa crise abre**, ao mesmo tempo, uma **janela de oportunidades**. Abordou as eras históricas, lembrando que o primeiro *homo sapiens* surgiu há, aproximadamente, 200 mil anos, enquanto a vida,

⁹ Notas taquigráficas, p. 167.

¹⁰ Notas taquigráficas, p. 170

¹¹ Notas taquigráficas, na p. 171.



no planeta, tem 3 bilhões e 600 milhões de anos, ou seja, se colocado esse tempo em uma equação de 24 horas, a vida teria surgido nos últimos fragmentos de segundo após as 23h59min59...

Enfatizou, então:

“...não há problema nenhum em relação a meio ambiente. Isso é uma grande bobagem. Essa oposição entre preservação e conservação ambiental, de um lado, e de crescimento econômico, luta contra a pobreza, desenvolvimento do espírito humano, de outro, é um anacronismo do século XX e, na verdade, algo quase idiota. Corre da onipotência narcísica da humanidade que ouviu que somos feitos à imagem e semelhança de Deus e entendeu errado que somos deuses.”¹²

Lembrou, nesse momento, que a natureza tem, enquanto natureza, seu tempo próprio de recuperação. Por esse tempo, entre 5 e 10 milhões de anos, ela se recupera. Fazendo uma metáfora, disse que, se um vendedor de seguros fosse vender à natureza uma apólice contra a degradação ambiental humana, a *Dona Natureza* não investiria nisso um centavo pois, a espécie humana, para a natureza, representa, apenas, *leve coceira* que, se muito incômoda, será, com um pequeno safanão ou estalar de dedos, naturalmente expelida: ou seja, não é a natureza, mas sim a espécie humana que corre risco de extinção, em face de desrespeitar os limites do sistema ambiental que a essa espécie, chamada *sapiens*, o sistema atual da natureza dá suporte: *“Há uma única realidade: a econômica, a social e a da nossa relação com os limites do planeta.”*

Adicionou, então, que *“não estamos falando de esbarrar nos limites do planeta amanhã; estamos falando que já perdemos o bonde da história”*, pois estamos extinguindo a vida *“...a uma velocidade de um dos 5 grandes apocalipses da história natural do planeta”*, o que *“...não irá acontecer em 2050, isso está acontecendo agora”*.

Ressaltou que o ***fantasma do desenvolvimento insustentável***, a ser transformado em desenvolvimento sustentável, não ocorrerá na Rio+20, mas no âmbito de um processo político, no qual a humanidade estará frente

¹² Notas taquigráficas, na p. 172.



ao chamamento mais complexo e inédito de sua história: **porque consciente e porque nós estamos desafiados a fazer coisas que a humanidade jamais fez.**¹³

Levantaram-se, então, os seguintes aspectos:

1) em primeiro lugar, a decisão tem que ser da humanidade, e *“a humanidade é um conceito abstrato, porque, no concreto, nós somos indianos ou paquistaneses, israelenses ou palestinos, rubro-negros ou vascaínos; mas teremos de tomar uma decisão global; a humanidade tem que se insurgir enquanto humanidade”*;

2) em segundo lugar, **temos que tomar uma decisão no tempo, como nunca o fizemos antes:** *“os políticos têm que trazer para o seu mandato, hoje, custos a fim de evitar sofrimentos e prejuízos, e desinteligência daqui a 30 anos, 40 anos, quando não só não estarão nos seus postos, como nem vivos estarão”*.

Em síntese, *“estamos destruindo a natureza do nosso tempo, não estamos destruindo a natureza, nunca teremos capacidade para isso”*. Afinal, estamos destruindo *“a natureza da qual dependemos. Dependemos do clima, da biodiversidade, dos solos, dos recursos hídricos. Nós é que sofreremos. Nós não estamos separados dela. Somos parte dela e dependemos dela”*. Lembrou, ainda, que desenvolvimento também é crescimento econômico, mas é muito mais do que isso – **é libertar o potencial**. E, segundo o professor, é desse tipo de desenvolvimento de que necessitamos, conquanto ninguém saiba o seu significado exato, **“mas é do nosso tempo histórico encontrar a resposta para essa linda pergunta”**.¹⁴

À **Sandra Rios**, também economista, coube a manifestação seguinte. Abordou políticas industriais relacionadas à transição para a chamada economia verde.

Nesse aspecto, citou três conjuntos de políticas. Em primeiro lugar, a remoção das barreiras ao crescimento verde, o que remete a subsídios à

¹³ Notas taquigráficas, p. 174

¹⁴ Notas taquigráficas, p. 176.



produção intensiva em emissão de carbono, primordialmente o consumo de combustíveis fósseis.

Em segundo lugar, a remoção às barreiras ao comércio de bens ambientais, mencionando, como exemplo, o caso das barreiras à exportação brasileira de etanol.

Em terceiro, enfatizou a questão da implementação de medidas que promovam a difusão de novas tecnologias, de financiamento para adaptação à reconversão. Ressaltou que a agenda da reconversão *“...requer forte intervenção do Estado para dotar as economias dos países de condições, de instrumentos políticos e econômicos para que caminhem no rumo do processo de reconversão”*.

Lembrou que ***“é fundamental a combinação de regulação, precificação e oferta de condições de financiamento e de estrutura tributária que possa estimular esse processo de desenvolvimento e de inovação”***¹⁵.

Concluiu, asseverando que o recado mais importante que gostaria de deixar é que não vê *“contradição entre transição para a economia verde, transição para a economia de baixo carbono e crescimento, particularmente se estivermos pensando em crescimento sustentável”*, havendo, nesse sentido, uma série de oportunidades a serem exploradas que o Brasil tem condições de enfrentar, mas precisa *“de um ambiente político-institucional e de instrumentos de política industrial e econômica que sejam compatíveis e estimulem esse processo”*.

A seguir, fez sua exposição o **Deputado Alfredo Sirkis**.

Assinalou que a Rio +20 tem duas grandes características, de um lado é uma conferência oficial das Nações Unidas, com 193 países devendo decidir, por consenso, o que tiverem condições de aprovar. De outro lado, é um processo político multifacetado que envolve segmentos da comunidade internacional e da sociedade do país que está sediando a reunião. Nesse sentido, em sua opinião, a melhor forma de se discutir o assunto, seria sair do campo conceitual e ir para o campo prático, no qual, em vez de fazer digressões sobre um longo texto, fossem considerados *“...quatro, cinco, seis pontinhos singelos, para ver se se avança alguma coisa”*.

¹⁵ Notas taquigráficas, p. 179.



Em **primeiro lugar**, ressaltou, *“temos que discutir e questionar profundamente o PIB como o grande alfa e ômega dos indicadores em termos de desenvolvimento”*.

O **segundo ponto**, no seu entender, é a recomendação para que os países mexam nos respectivos sistemas tributários: considerar-se *“...a substituição de tributos que são regressivos, do ponto de vista ambiental e social, por tributos que levem em conta questões como intensidade de carbono, biodiversidade”*. Há, ademais, o aspecto de taxas internacionais, tais como a *Tobin tax*¹⁶. Enfatizou, nesse ponto de sua análise, os trilhões de dólares hoje em mãos do capital especulativo e que um imposto nessa linha deveria existir para estimular a economia de baixo carbono e a preservação da biodiversidade.

Em **terceiro lugar**, abordou a necessidade de um investimento público no campo dos 193 países da ONU e das agências multilaterais, uma espécie de *new deal* planetário, no qual houvesse grande investimento público para gerar empregos nas áreas de reflorestamento, recuperação ambiental, energias limpas e renováveis, saneamento, habitação, áreas nas quais estivesse incorporada a economia verde.

De outro lado, enfatizou que, entre os grandes problemas da Rio+20, está o fato de que não há previsão de um único momento em que a conferência realize, *“...de fato, um follow-up, um check list da Rio 92”*¹⁷, o que, em seu entender, seria mais do que pertinente, pois, *“se temos uma conferência que fecha um ciclo iniciado há 20 anos pelo Rio - 92, tínhamos que ter um momento em que se fizesse o check list da Convenção do Clima, da Convenção da Biodiversidade, a Convenção da Desertificação e da Agenda 21”* para que fosse detectado o que, de fato, foi feito, onde houve avanços e onde esses não aconteceram: ***para que novas metas sejam, de fato, estabelecidas, torna-se necessária a avaliação e o balanço do que aconteceu com as metas que anteriormente foram fixadas.*** Então, enfatizou que o objetivo desse exercício é

16 A Tobin Tax, ou Imposto Tobin, é um conceito econômico que surgiu, originalmente, em 1972, cunhada pelo economista James Tobin, Prêmio Nobel de Economia. Seu objetivo era criar um imposto sobre todos os pagamentos feitos de uma moeda a outra, para evitar movimentos maciços e desestabilizadores de capital em moedas estrangeiras. Os fundos assim arrecadados serviriam para utilização em países em desenvolvimento necessitados. Acesso em: 31 mai. 2012. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/finance/personalfinance/consumertips/tax/9140749/What-is-the-Tobin-Tax.html>

17 Notas taquigráficas, fl. 182.



justamente ver o que seria necessário **para, de fato, lidar com essa questão do hiato entre teoria e prática** e mostrar os resultados dessa avaliação à sociedade global, na linha apresentada pelo Sérgio Basserman, “...diante da emergência planetária relacionada à questão climática”.

Seguiram-se os debates entre participantes e conferencistas.

A última audiência pública preparatória à conferência aconteceu em 17 de maio de 2012, a respeito do tema **economia verde**.

Foram ouvidos o Embaixador **André Corrêa do Lago** - Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; **Sérgio Margulis**, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; **Francisco Gaetani**, Secretário Executivo do Meio Ambiente e **Aloísio Lopes Pereira de Melo**, Coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que se debruçaram sobre os aspectos atinentes à evolução do debate relativo à chamada economia verde, assim como à necessidade de se passar a utilizar uma nova métrica econômica que possibilite incluir em conceitos, como os de produto interno bruto, os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.

Para **Aloísio Lopes Pereira de Melo**, “quando olhamos o debate em torno de economia, quando olhamos para o futuro, continuamos com um importante desafio, o desafio de um desenvolvimento inclusivo no Brasil, que, além de inclusivo, dê conta da agenda ambiental”¹⁸.

No Brasil, prosseguiu o palestrante, “avançamos em termos de renda per capita, mas estamos muito longe de patamares adequados”, pois, afinal, “avançar no combate à desigualdade, que não é um desafio só para o Brasil, hoje se coloca também como desafio para os países desenvolvidos”.

Portanto, o ponto crucial, tanto para o governo, quanto para a sociedade brasileira, “é como compatibilizar isso com uma agenda que faça isso de forma sustentável e consolide avanços”. Afinal, “... é importante reconhecer que o Brasil tem conseguido, na verdade, dar conta de vários desafios ao mesmo tempo, isso sem querer dizer que as coisas estejam resolvidas. Mesmo em termos ambientais stricto sensu, o Brasil é reconhecido como um dos poucos ou o único

¹⁸ Notas taquigráficas, p. 195.



país que atendeu aos compromissos, como, por exemplo, o da Convenção da Biodiversidade em relação à criação de áreas protegidas. Tem conseguido promover, ainda com desafios e dificuldades, uma expansão substantiva da produção agropecuária com crescimento de produtividade muito maior que uma expansão horizontal de área”.

Foi ressaltado, também, que a expectativa, para a conferência, *“...é de que saiam dali plataformas que permitam novos acordos e compromissos sejam desenvolvidos, detalhados no futuro e implementados em certo prazo, após 2015 etc.”*

Em uma agenda assim, poderia entrar *“[...] esse tipo de iniciativa, de revisão de indicadores, de olhar para uma nova metodologia de apuração de produtos, de PIB, que incorpore ou que tenha uma conta anexa que reflita o balanço dos ativos ambientais do país e o fluxo dos recursos naturais que ingressaram no sistema econômico e dos fluxos contrários de resíduos que impactaram os recursos naturais. Ou seja, é uma agenda em torno de definição de uma metodologia internacional acordada pelos países e o comprometimento dos países de implementar essa metodologia em “x” anos. Esse é um possível compromisso que vai sair”¹⁹.*

A discussão, enriquecedora, mas, ainda, tangenciando os vários elementos do **conceito em construção** de economia verde, também pode ser analisada, em detalhe, nas respectivas notas taquigráficas.

Cabe aduzir, em relação à economia verde, observações extraídas do sítio eletrônico oficial da conferência.

O desafio é imaginar como será o retrato da economia mundial na medida em que as economias internas dos países passem por uma reengenharia que lhes permita respeitar os limites ambientais, escassez de recursos e objetivos sociais²⁰.

Muito além de um conjunto de regras rígidas, a economia verde se propõe a ser *“uma estrutura decisória que promova a consideração*

¹⁹ Notas taquigráficas, p. 228

²⁰ In: http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/PAPER%201_Green%20Economy_Final_vj.pdf



*integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável, em todos os domínios relevantes dos processos decisórios público e privado*²¹.

Nos relatórios e documentos apresentados à conferência, inúmeros e diferenciados são os pontos em debate referentes à economia verde. Os objetivos-chave ou prioridades tratados pela Conferência são pontos de convergência do debate, quais sejam: *“erradicação da pobreza, segurança alimentar, gestão racional da água, acesso universal a serviços modernos de energia, cidades sustentáveis, gestão de oceanos e melhoria da resiliência e resposta contra os desastres e saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo, equitativo e gerador de empregos, inclusive para os jovens”*.

²¹ Id, ibidem.



5. O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E ASPECTOS HISTÓRICOS DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5.1. Aspectos gerais

Atendendo ao objetivo precípua de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, entende-se essencial adicionar, aos dados pertinentes aos debates realizados no âmbito desta subcomissão, aquelas informações essenciais pertinentes ao Direito Internacional Público, inclusive ao Direito Internacional Público do Meio Ambiente, vez que o Direito Internacional e as Relações Exteriores, assim como a Defesa Nacional, são as atribuições específicas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, buscaram-se as origens do debate a respeito do Direito Internacional Ambiental. É consenso, nessa discussão, que *“a cada dia que passa surge uma nova prova do caráter internacional do meio ambiente”*, raciocínio que se alicerça em três principais pontos:

1º) *As estruturas físico-geográficas têm um papel primordial na internacionalização dos problemas ambientais. Afinal, assim como a água, os diferentes tipos de poluição ignoram os limites fronteiriços entre os Estados, pois elas se podem propagar através dos mares, dos cursos d'água, do ar, mesmo do espaço extra-atmosférico.*

2º) *As estruturas econômicas contribuem, igualmente, para internacionalização dos problemas ambientais, uma vez que o Estado que tomar as medidas necessárias para preveni-los ou contê-los terá de arcar com os custos temporários e pontuais dessas ações. Ao longo do tempo, todavia, esses aparentes ônus previnem e coíbem um crescimento geométrico de gastos para a correção de problemas, haja vista como as tragédias decorrentes de deslizamentos de encostas; o custo e as consequências dos acidentes nucleares ou dos vários outros tipos de contaminação do ar, que tanto atingem as populações, quanto o ambiente, a fauna e a flora que, inclusive, são o suporte natural para a vida humana, sem o qual ela seria inviável.*



3º) *A existência de legislações nacionais que melhor protejam o meio ambiente, em contraposição a outras que sejam mais lenientes, faz com que países industrializados, que tenham legislações de proteção ambiental severas, passem a exportar a sua poluição, ou seja, a instalar seus complexos poluidores em regiões mais pobres nas quais as legislações nacionais sejam mais brandas, havendo, assim, uma necessidade premente de que regras gerais de prevenção e controle da poluição, em todas as suas formas, sejam fixadas através de instrumentos internacionais.*²²

Foi, exatamente, em razão dessa busca por um desenvolvimento sustentável, em nível mundial, que surgiu o **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA**, desenhado a partir da **Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, UNCHE**, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972.

5.2. Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972

A Conferência de Estocolmo, como é mais conhecida, foi uma consequência do aprimoramento do conhecimento científico em relação aos sistemas ecológicos planetários e às suas respectivas interações.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, UNCHE, de 1972, fundamentou-se na **Resolução 2398 (XXIII), de 3 de dezembro de 1968, da Assembleia Geral das Nações Unidas**, que, quatro anos antes, em sua 1733ª reunião plenária²³, estabeleceu, como objetivos do evento, a definição de ações conjuntas a serem desenvolvidas e implementadas pelos países a fim de tanto preservar, quanto melhorar o ambiente, considerando-o essencial à vida, a ser conservado como suporte indispensável também às gerações futuras, devendo ser empreendidos esforços comuns nesse sentido.

Por ocasião dessa conferência, que aconteceu, entre 5 e 16 de junho, em Estocolmo, foram votados os seguintes instrumentos:

1) a **Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente**, ou **Declaração de Estocolmo**, composta por um preâmbulo de 7 pontos

²² PRIEUR, Michel. *Droit de l'environnement*, p. 39. Paris: Dajoz, 1991.

²³ Acesso em: 31 mai.2012 Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/243/58/IMG/NR024358.pdf?OpenElement>



e de 26 princípios que, conquanto não tivessem o caráter de norma positiva vinculante para os Estados signatários, constituíram a pedra de toque tanto para a proteção ambiental e correspondente organização da sociedade civil, como para a sistematização do Direito Ambiental ao redor do globo, processo que foi desencadeado, a partir de então; de forma mais sistematizada.

2) um **Plano de Ação para o Meio Ambiente**, composto de 109 recomendações, que, segundo Guido Soares, estavam centradas em três grandes tipos de políticas, aquelas relativas à avaliação do meio ambiente global (*Earthwatch*); as de gestão do meio ambiente propriamente dito e, ainda, as relacionadas às medidas de apoio e capacitação (informação, educação e formação de especialistas);

3) uma Resolução das Nações Unidas relativa a aspectos financeiros e organizacionais para dar suporte às ações práticas;

4) a instituição de um organismo especialmente dedicado ao meio ambiente, no âmbito das Nações Unidas, que passaria a ser denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA²⁴.

Foi evidente a oposição entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento nessa Conferência em função do próprio contexto internacional em que estavam inseridos os participantes. A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, no Brasil, foi decorrente dos esforços pós-conferência da delegação brasileira, na busca de uma ótica que balizasse as variáveis envolvidas.

5.3.A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92 ou ECO 92

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento²⁵ foi convocada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução A/RES/44/228, adotada em sua 85ª Reunião Plenária, em 22 de dezembro de 1989²⁶. Essa convocação foi decorrente, também, da publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

²⁴ United Nations Environmental Program, UNEP.

²⁵ United Nations Conference on Environment and Development, UNCED, ou "Earth Summit". Tornou-se mais conhecida, em português, como ECO 92, Rio 92, ou, ainda, Cúpula da Terra.

²⁶ Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/44/ares44-228.htm> Acesso em: 31 mai.2012



denominado *Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como Relatório Brundtland, em face de ter sido coordenado pela médica norueguesa Gro Harlem Brundtland, PhD em saúde pública, que foi apresentado em 1987, às Nações Unidas, passando a constituir um dos eixos norteadores desse debate.²⁷

Os objetivos primordiais da Conferência, conforme decidido pelas Nações Unidas, eram debater e estabelecer um conceito de desenvolvimento que suportasse desenvolvimento socioeconômico e, ao mesmo tempo, fosse capaz de prevenir a contínua deterioração ambiental que se verificava, assim como estabelecer as bases para uma parceria global entre os países em desenvolvimento e os países mais industrializados, baseado nas necessidades recíprocas e interesses comuns, que assegurasse um futuro saudável para o planeta e seus habitantes como um todo.

Na Rio 92, 108 países foram representados pelos seus respectivos chefes de Estado ou Governo.

5.3.1. Principais instrumentos declaratórios da Rio 92

Chegou-se, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a um conjunto de três pactos internacionais principais, de caráter programático e de princípios, com o objetivo de mudar a abordagem tradicional do conceito de desenvolvimento.

A **Agenda 21** foi o primeiro desses três pactos e constitui um programa abrangente de ação global em todas as áreas pertinentes ao desenvolvimento sustentável. Nela, abordaram-se os principais problemas do mundo e foram estabelecidas propostas de ação econômico-sociais, tais como o combate à pobreza, a mudança de padrões de consumo; a dinâmica demográfica planetária; conservação e manejo dos recursos naturais (recursos hídricos, oceanos, biodiversidade, prevenção do desmatamento, promoção da agricultura sustentável, buscando incentivar parcerias entre o setor público e o setor privado, com ampla participação de todos os setores da sociedade).

²⁷ Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> Acesso em: 13 set.2012



É um documento complexo, cuja lista de prioridades pode ser agrupada nas seguintes categorias²⁸:

a) *busca por crescimento sustentável, através da integração do meio ambiente e desenvolvimento, aos processos decisórios;*

b) *fortalecimento de um mundo de equidade, pelo combate à pobreza e pela promoção da saúde humana;*

c) *viabilização de um mundo habitável pelo trato das questões de suprimento de água às cidades, da administração dos rejeitos sólidos e da poluição urbana;*

d) *encorajamento do uso eficiente e sustentável dos recursos ambientais (recursos energéticos, água doce, desenvolvimento florestal, manutenção e conservação de ecossistemas frágeis e da biodiversidade);*

e) *proteção dos recursos ambientais, tanto regionais, quanto globais (inclusive a atmosfera, oceanos, mares e recursos vivos marinhos);*

f) *gerenciamento de recursos químicos, perigosos e nucleares.*

A **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** foi o segundo instrumento, contendo uma série de princípios relativos aos direitos e responsabilidades dos Estados.

O **Consenso Global para o Manejo, Conservação e Manejo Sustentável de todos os tipos de Florestas**²⁹, mais conhecido como o Estatuto das Florestas, foi o terceiro compromisso que os países presentes firmaram.

Tanto a **Declaração do Rio**, quanto a **Agenda 21**, ao definirem direitos e responsabilidades dos Estados, estabeleceram as seguintes diretrizes:

1) Os seres humanos são o centro das preocupações relativas à sustentabilidade. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.

²⁸ WEISS, Edith Brown. *Introductory note*. United Nations Conference on Environment and Development, 31 International Legal Materials 814 (1992), conforme citada por SOARES, Guido. *Direito Internacional do Meio Ambiente*, 2ª e. São Paulo: Atlas, 2003. P. 83.

²⁹ <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>



2) A incerteza científica não deverá ser causa de adiamento de medidas que previnam a degradação ambiental onde quer que haja ameaça de dano irreversível.

3) Os Estados têm o direito soberano de explorar os seus próprios recursos naturais, mas não de tal forma que causem dano ao ambiente de outros Estados.

4) A erradicação da pobreza e a redução das disparidades nos padrões de vida do mundo são indispensáveis para o desenvolvimento sustentável.

5) A participação plena das mulheres é essencial à conquista do Desenvolvimento.

6) Os países em desenvolvimento devem perceber a responsabilidade que têm na busca planetária conjunta de um desenvolvimento sustentável, em vista das pressões que as suas sociedades representam para o ambiente global e das tecnologias e recursos financeiros que detêm.

Esse conjunto de preceitos não tem caráter jurídico de norma expressa de direito positivo vinculante, estando situado no grupo jurídico das chamadas normas brandas, ou *soft law*. Sinalizam uma direção, estabelecida em conjunto pelos Estados convenientes, rumo à qual comprometem-se eles a envidar esforços de implementação, através de programas e projetos de ação. Em outras palavras, os Estados reconhecem determinada necessidade e firmam o propósito de buscar e implementar as soluções possíveis.

5.3.2. Principais instrumentos normativos da Rio 92

Os Estados-membros da Organização das Nações Unidas, na Rio 92, resolveram, paralelamente a esse conjunto de normas internacionais programáticas, firmar duas convenções internacionais, essas com caráter legal vinculante, no âmbito do Direito Internacional Público positivo, para os países que a elas aderirem a:

1) **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**, que estabeleceu programas e projetos de ação para minimizar os



impactos da ação humana sobre o clima do planeta, fixando metas para o controle de emissões, com o objetivo de controlar o aquecimento global;

2) Convenção sobre Diversidade Biológica, cujo objetivo preponderante é prevenir a erradicação da diversidade de espécies biológicas, que são essenciais ao equilíbrio ecológico dos ecossistemas e, inclusive, à conservação da própria espécie humana.

Houve um chamamento às Nações Unidas, na Rio 92, para que fossem negociados, pelo conjunto dos Estados, acordos internacionais sobre desertificação; para evitar a pesca predatória; para estabelecer um programa de desenvolvimento para pequenos Estados insulares e para estabelecer mecanismos assecuratórios da implementação dos acordos decorrentes dessa conferência.³⁰

O **Acordo das Nações Unidas referente à Pesca em Alto Mar** foi aberto a assinaturas em Dezembro de 1995.

A **Convenção Internacional sobre o Combate à Desertificação** foi aberta a assinaturas em outubro de 1994 e entrou em vigor em dezembro de 1996. Nela, há um chamamento à ação urgente na África, onde 66% do continente é composto por áreas desérticas ou semiáridas, sendo que 73% da agricultura no semiárido já está degradada.

A **Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento** teve lugar em Barbados, em 1994.

5.3.3. Marcos institucionais no âmbito das Nações Unidas:

Deve-se ressaltar, ainda, que medidas foram tomadas no âmbito administrativo das Nações Unidas. Entre essas, mencionam-se quatro:

1) a criação da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que primeiro se reuniu em junho de 1993;

³⁰ Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/wo> Acesso em: 31 mai. 2012



2) a criação do Comitê Interagências para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecido pelo Secretário-Geral da ONU em 1992, com objetivo de assegurar um sistema efetivo e abrangente de cooperação e coordenação para dar sequência e acompanhamento às determinações da Rio 92;

3) a criação do Comitê Diretor de Aconselhamento em Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, que foi estabelecido em 1993,

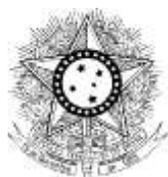
4) a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, CSD, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico-Social, ECOSOC, que estabeleceu um programa de trabalho de longo prazo para monitorar a implementação da Agenda 21, nos vários eixos setoriais (saúde, assentamentos humanos; água; produtos químicos tóxicos; resíduos perigosos; terra; agricultura; desertificação; montanhas; florestas; biodiversidade; atmosfera; mares e oceanos).

Em 1995, a CDS também adotou um programa referente à transferência de tecnologias consistentes em matéria ambiental, cooperação e capacitação que enfatizou três áreas prioritárias: acesso e disseminação da informação; capacitação para lidar com mudanças tecnológicas e cooperação e parcerias para financiamento. Essa comissão tem trabalhado com a Organização Mundial do Comércio e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA, buscando assegurar-se que comércio, ambiente e desenvolvimento sustentável constituam um mesmo e único tripé.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional tem sido chamada a se manifestar a respeito de vários dos instrumentos internacionais que precederam e sucederam a Rio 92, razão pela qual inclui-se, no capítulo 6 desse relatório listagem do conjunto destes atos internacionais, assim como os principais marcos da respectiva tramitação legislativa.

5.3.3.1. Rio+10 – Joanesburgo 2002:

A Organização das Nações Unidas, a partir de 1972, estabeleceu uma tradição de reflexão-macro sobre temas relativos à conexão ambiente-sociedade-populações-economia-desenvolvimento a cada vinte anos. As três grandes conferências realizadas mostram a evolução desse pensar.



A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, denominou-se Conferência das Nações Unidas sobre o **Ambiente Humano** (United Nations Conference on the **Human Environment**). A conferência-macro seguinte foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (United Nations Conference on **Environment and Development**). A terceira grande conferência foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (United Nations Conference on **Sustainable Development**) deste ano.

Essas conferências-macro revelaram uma evolução conceitual: há quarenta anos, falou-se em *ambiente humano*; há vinte anos, em *ambiente e desenvolvimento*. Essas variáveis – *homem, ambiente e desenvolvimento* – fundiram-se na expressão *desenvolvimento sustentável*, utilizada na conferência deste ano.

Nos intervalos entre um e outro evento, ocorreram conferências, consideradas pontos intermediários entre uma e outra conferência-macro (Estocolmo 72,UNCHE; Rio 92, UNCED; e Rio+20, UNCSD). Esses eventos buscaram aferir a evolução dos conceitos pactuados; a eficácia dos pactos celebrados, assim como estimular a continuação do debate.

Assim ocorreu, em 2010, em Joannesburg, na África do Sul. A conferência foi chamada **World Summit on Sustainable Development** (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável) e dela participaram 22.000 pessoas e 100 chefes de Estado e de Governo.

Aquela “foi a ocasião para que os participantes renovassem seu compromisso com os princípios estabelecidos na Declaração do Rio, assim como com os objetivos da Agenda 21, assim como o progresso verificado no sentido de priorizar a consecução de determinados objetivos. Esses incluem a eliminação da pobreza; mudança nos padrões de consumo; produção insustentável e a proteção e manejo dos recursos naturais. Os participantes também abordaram o tema da globalização e os laços que conectam saúde aos aspectos do desenvolvimento. Digno de nota o fato de que os representantes dos governos presentes também se comprometeram a estabelecer estratégias nacionais de desenvolvimento a serem implementadas antes de 2005.”³¹

³¹Disponível em: http://www.mddep.gouv.qc.ca/developpement/reperes_en.htm#2002 . Acesso em: 13 jun.2012



Segundo a mesma fonte, houve três resultados preponderantes da Cúpula de Joanesburgo, quais sejam³²:

1. a *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*, em que os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a tomar as medidas necessárias no sentido de fazer com que o desenvolvimento sustentável passasse de aspiração a uma realidade palpável;

2. o *Plano de Implementação de Joanesburgo*, negociado pelos governos presentes e que esboça, em detalhes, as ações a serem tomadas em áreas específicas;

3. *compromissos* a serem assumidos pelos governos e outros associados, para executar um amplo grau de atividades em parceria, e *iniciativas* destinadas a implementar o desenvolvimento sustentável em nível nacional, regional e internacional (nesse sentido, mais de 220 parcerias possíveis, envolvendo recursos da ordem de \$235 milhões, foram identificadas anteriormente à Cúpula e aproximadamente 60 parcerias foram anunciadas durante a Cúpula, incluindo iniciativas de maior vulto apresentadas pelos Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e União Europeia).

Os governos estabeleceram objetivos importantes, tais como: *“reduzir pela metade a proporção de pessoas sem Acesso a saneamento básico até 2015; usar e produzir substâncias químicas de maneira a evitar efeitos adversos à saúde humana e ao ambiente, até 2020; manter e restaurar, em caráter de urgência até 2015, onde possível, os estoques pesqueiros ameaçados de maneira a restaurá-los até volumes que possam atingir o rendimento máximo sustentável e, até 2010, reduzir significativamente a taxa corrente de perda da biodiversidade. Ademais, recursos significativos foram alocados e acertos feitos para que fossem abordadas tópicos pertinentes ao desenvolvimento sustentável ao redor do mundo, de modo particular para ajudar o mundo em desenvolvimento, tanto por parte dos governos, como através de atividades a serem desenvolvidas através de parcerias, com o concurso da sociedade civil, organizações internacionais e o setor privado”*.³³

³² Fonte: *United Nations: Johannesburg Summit 2002. Frequently asked questions about the Johannesburg Summit*. Acesso em: 13 jun. 2009

Disponível em: http://www.johannesburgsummit.org/html/basic_info/faqs.html#joburg2

³³ Mesma fonte. Mais documentos oficiais da Cúpula de Joannesburgo podem ser encontrados em http://www.johannesburgsummit.org/html/documents/summit_docs.html



5.4. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20

5.4.1. Convocação e aspectos gerais

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi apelidada de Rio + 20, em face da intenção de conectá-la, historicamente, à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, convocada pela Resolução 64/236, da Assembleia Geral das Nações Unidas (A/RES/64/236)³⁴, que estabelece as balizas para a sua organização e funcionamento.

Esperava-se que a ela acorressem chefes de Estado e líderes dos países do mundo, assim como milhares de participantes tanto dos setores governamentais, do setor privado e de organizações não-governamentais, atores, esses, que reunidos permitiriam desenhar e formatar meios de redução da pobreza, de avanço em direção à equidade social, bem como formas de assegurar conservação ambiental em direção ao futuro que desejamos em um planeta cada vez mais populoso.

Que futuro desejamos foi a pergunta proposta à reflexão na conferência. Essa pergunta, de forma visível, se alia ao *slogan* dos Fóruns Sociais Mundiais, que têm mobilizado organizações não-governamentais de todo o mundo desde 2003: ***um outro mundo é possível***. Nas respectivas agendas temáticas, entre outros tópicos, presentes as questões da erradicação da pobreza, igualdade de gênero, conservação ambiental compatibilizada com desenvolvimento econômico, redução das desigualdades sociais, parcerias público-privadas.

5.4.2. Eixos temáticos da Rio + 20

A Conferência, em face do seu instrumento convocatório, foi sendo organizada para debater dois principais eixos temáticos:

1) economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;

³⁴ Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/files/OD/ARES64236E.pdf> Acesso em: 31 mai.2012



2) moldura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Esses dois eixos descortinam um leque de debates que enfatiza sete áreas necessitadas de atenção prioritária:

1. trabalho digno;
2. energia;
3. cidades sustentáveis;
4. segurança alimentar e agricultura sustentável;
5. água;
6. oceanos;
7. desastres ambientais e defesa civil.

5.4.3. Conceito de desenvolvimento sustentável

Na Rio +20, conforme consta expressamente do sítio eletrônico da conferência, adotou-se o seguinte conceito de desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável supre as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Vê-se o desenvolvimento sustentável como o eixo norteador de longo prazo para o desenvolvimento global, que se alicerça em três pilares: desenvolvimento econômico; desenvolvimento social e proteção ambiental.³⁵

O conceito de desenvolvimento sustentável da Conferência Rio +20 pode, portanto, ser considerado um conceito doutrinário de Direito Internacional Público e, com base nesse conceito, segundo os preceitos e normas de Direito Internacional Público, foram desenvolvidos os trabalhos da Conferência.

³⁵ Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/about.html> Acesso em: 31 mai.2012 Ver, também, <http://www.uncsd2012.org/rio20/history.html>, para dados referentes à história e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável.



5.4.4. Considerações posteriores à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20:

Esta seção pretende levantar pontos que se destacaram na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, na avaliação desta subcomissão.

No que diz respeito à participação, a conferência foi um espaço multilateral de debates, não se limitando à participação dos governos, coerente, portanto, com o conceito pertinente à governança que se pretendeu debater. Marcada pela presença de todos os Estados membros das Nações Unidas, a Rio + 20 também contou com a participação de diversos segmentos da sociedade civil (*major groups ou grupos representativos principais*). A iniciativa brasileira, apoiada pela ONU, de dar voz à sociedade civil, à academia e ao setor privado através da plataforma ***Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável***, contou com a contribuição direta e indireta de milhares de pessoas³⁶ que fizeram três recomendações, a respeito dos dez painéis temáticos escolhidos, ao Segmento de Alto Nível da Conferência.

Outro exemplo de mobilização da sociedade civil foi a participação de importantes segmentos na Comissão Nacional para a Rio + 20 que, juntamente com a participação do setor público (governo e ministérios, legislativo e judiciário), levou para a conferência a posição que seria adotada pelo Brasil.

Para o governo brasileiro, a Rio + 20 consolidou-se o paradigma de desenvolvimento sustentável, respeitando-se os pilares ambiental, econômico e social. Essa é uma construção conceitual que vem sendo debatida nas últimas décadas, como já mencionado anteriormente, e que se via ameaçada diante da tentativa de retrocesso de alguns países a respeito dos compromissos assumidos. O principal resultado da conferência foi a assinatura do documento final: *O Futuro que Queremos*³⁷ que reafirmou os ***“princípios do Rio”***, inclusive o *princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas*. De outro lado, ***o princípio do não retrocesso*** buscou resguardar os entendimentos já alcançados pela comunidade internacional, podendo ser considerado uma inovação da conferência.

³⁶ Acesso em: 13 jun.2012 Disponível em:

<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&nr=596&type=13&menu=23>

³⁷ Disponível em: https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1_english.pdf.pdf Acesso em: 23 jul. 2012ln.



Alguns impasses entre grupos de países foram registrados e visíveis na elaboração do documento que teve sua discussão prolongada durante a conferência, por não haver entendimento a respeito da transferência de tecnologia e relativamente ao financiamento de políticas de mitigação para os países pobres. Nesse sentido, o documento pouco avançou, sobretudo por não ter considerado as questões climáticas nesta equação.

Os desgastes políticos, resultantes dos diferentes posicionamentos a respeito do novo processo de Quioto, podem ter conferido ao documento poucos elementos exigíveis internacionalmente. Embora a comunidade internacional tenha tentado manter a discussão sobre clima à parte da Rio + 20, concentrando-a no âmbito da Conferência das Partes, a questão é demasiado complexa para não se ponderarem as razões pelas quais ela não tenha transbordado os limites de seu fórum original de discussão e influenciado o posicionamento dos Estados envolvidos no que dizia respeito às outras questões. O atraso no fechamento do texto levado ao Segmento de Alto Nível, em função de impasses quanto aos termos e compromissos, é um dos principais indícios dessa avaliação.

Se for considerado o atual cenário internacional de crise financeira e as consequências respectivas na conferência, tanto no que concerne à presença de chefes de Estado, como a eventuais compromissos formais a serem assumidos pelos Estados Partes, em época de visível cautela em relação a quaisquer compromissos futuros, os consensos conquistados foram aqueles possíveis na conjuntura internacional do momento.

Nesse cenário, não foi possível qualquer avanço objetivo em relação à questão das mudanças climáticas, mas, se compromissos internacionais formais, vinculados ao princípio de Direito Internacional *pacta sunt servanda* foram impossíveis, inegavelmente ocorreu um riquíssimo processo de intercâmbio e formação de parcerias para uma mudança cultural necessária em direção a um futuro mais equilibrado para todos, em que foram valorizadas as chamadas boas práticas ambientais, tanto do ponto de vista individual, quanto de equipe ou coletivo, necessários a um desenvolvimento sustentável global.

O documento *O Futuro que Queremos* tratou, em linhas gerais, dos seguintes pontos: ***nossa visão comum (ou a visão comum do conjunto de Estados presentes) e a reafirmação dos princípios do Rio; estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável; economia verde; o pilar***



social; erradicação da pobreza; oceanos e mares; consumo e produção sustentáveis; objetivos do desenvolvimento sustentável e, finalmente, meios para a implementação dos objetivos preconizados.

Para o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, que fez um balanço geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável a Rio +20 à Assembleia Geral das Nações Unidas, os principais resultados da Conferência podem ser sintetizados em sete principais pontos, extraídos do documento final³⁸:

1º) a Rio+20 renovou e reforçou o compromisso político para o desenvolvimento sustentável: equilibrou as visões de 193 Estados-Membros das Nações Unidas e reconheceu a pobreza como o maior desafio para o bem-estar econômico, social e ambiental;

2º) os Estados-Membros concordaram em lançar um processo para estabelecer objetivos universais de desenvolvimento sustentável, ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável], que estarão baseados em nossos avanços no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [ODM], e eles serão parte integral do quadro de desenvolvimento pós-2015;

3º) os participantes reconheceram, no documento final, e enfatizaram a importância da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres;

4º) o incentivo às parcerias, reconhecendo-se que os governos permaneçam no centro, mas que, sozinhos, não podem fazer o trabalho, sendo imprescindível a participação ativa e apoio de todos os principais grupos da sociedade civil, incluindo o setor privado;

5º) os Estados Membros, no documento final, concordaram em fortalecer a arquitetura institucional das Nações Unidas para apoiar ações internacionais para o desenvolvimento sustentável, o que inclui o estabelecimento de um fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA];

³⁸ Disponível em: https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1_english.pdf.pdf Acesso em: 23 jul. 2012



6º) a Rio+20 adotou um quadro de dez anos de Programas sobre o Consumo e a Produção Sustentáveis e o documento final reconheceu a necessidade de se ir além do produto interno bruto [PIB] como uma medida do progresso, e reconheceu o papel que a economia verde pode desempenhar na redução da pobreza, no crescimento econômico e na preservação ambiental; o Sistema das Nações Unidas tem uma experiência considerável neste domínio e está pronto para trabalhar com todos os Estados-Membros que desejam explorar as opções da economia verde;

7º) a Rio+20 reconheceu o direito à alimentação e a importância da segurança alimentar e nutricional para todos. Reconheceu que estes podem ser alcançados através da agricultura e dos sistemas alimentares sustentáveis e foi lançado, na conferência, o Desafio Fome Zero, para que, trabalhando com governos, sociedade civil, empresas e parceiros de desenvolvimento, possa ser proporcionado um melhor acesso a alimentos nutritivos para todos. Queremos acabar com a desnutrição infantil, promover sistemas alimentares sustentáveis, aumentar a produtividade dos pequenos agricultores, assim como para se fazer cessar a perda e o desperdício de alimentos.

Um dos resultados concretos da conferência foi o lançamento do *Plano Decenal*, esperado desde a Conferência de Joanesburgo, em 2002. Relacionado à questão do consumo e produção sustentáveis, o plano é uma tentativa de os Estados promoverem mudanças significativas nos padrões de consumo e produção para que atinjam a sustentabilidade, o que implicará a utilização de modelos de desenvolvimento que respeitem os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Trata-se de um desafio que envolverá não apenas o setor público, como também o setor privado, a academia e a sociedade civil como um todo.

A *economia verde*, amplamente debatida na Conferência, é reconhecida pelos Estados como ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável, capaz de assegurar o incremento qualitativo da gestão dos recursos naturais, assim como a promoção destes padrões sustentáveis de produção e consumo. Nesse ponto, é imprescindível o entendimento entre os Estados quanto à cooperação tecnológica e financiamento das medidas complementares ao PIB, no caso dos países em desenvolvimento.



Conforme o balanço das Nações Unidas, mais de 700 compromissos foram registrados no Rio, entre os quais estão os compromissos em matéria de *transporte sustentável* de oito bancos multilaterais, liderados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento.

Outro grande destaque é o compromisso *Energia Sustentável para Todos*. “*Energia*”, sublinhou Ban Ki-moon, “*é o fio dourado que liga inclusão, desenvolvimento social e proteção ambiental*”. Mais de um bilhão de pessoas deverão ser beneficiadas por compromissos públicos e privados para uma *Energia Sustentável para Todos*, nas próximas duas décadas. Nesse sentido, há o engajamento inicial de mais de 50 governos, constatando-se adesões adicionais.

Destaque-se, ainda, a *Iniciativa de Sustentabilidade na Educação Superior* que atraiu centenas de apoiadores e compromissos de 250 universidades em cerca de 50 países.

Em relação à chamada *Cúpula dos Povos*, organizada pelo Governo brasileiro imediatamente antes da Conferência, cabe lembrar o destaque dado à dimensão social, lembrando que “*o desenvolvimento sustentável é sobre pessoas – o bem-estar dos indivíduos, famílias, comunidades e nações*”, ideia compartilhada pela própria Declaração das Nações Unidas, iniciada pela expressão “*Nós, os povos*”.

Ademais, lembrou o Secretário-Geral da ONU, a Rio+20 “*foi também a primeira Conferência da ONU que se concentrou em atrair as pessoas em todo o mundo por meio das redes sociais*”: centenas de milhões de pessoas de todo o mundo se uniram à conversa *on-line* para compartilhar suas visões para o futuro e exigir ação, demonstração inegável a Rio+20 “*está mobilizando um movimento global para a mudança*, representando um novo começo, “*um marco em uma jornada essencial*” em que se reafirmaram princípios essenciais para o desenvolvimento sustentável.

A Subcomissão Rio+ 20 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional registra e destaca, ainda, entre os debates e oportunidades para a construção de agendas comuns e consensos internacionais, feitos no Rio, durante o período da conferência, eventos paralelos e externos à conferência, que tiveram patrocínio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quais sejam a *Rio Climate Challenge* ou *Iniciativa Rio Clima* e o intercâmbio entre legisladores que



ocorreu, patrocinado pela associação interparlamentar internacional denominada *Globe International*.

Esses eventos fizeram parte da programação lateral da conferência, em que se buscou tanto a participação, quanto a interação, de vários segmentos da sociedade civil. Sua temática, todavia, não fez parte da programação formal e oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, na qual a problemática candente do clima, por exemplo, não compôs a agenda oficial do chamado **Segmento de Alto Nível**.



6. A ATUAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL RELATIVA AOS PACTOS INTERNACIONAIS

6.1. Aspectos gerais

Os pactos, acordos, tratados, protocolos, convênios, convenções ou todo e qualquer tipo de ato internacional bilateral ou multilateral celebrado pela República Federativa do Brasil, através do Presidente da República, ou por plenipotenciários por ele designados, nos termos do art. 84, inciso VIII da Constituição Federal, sejam eles firmados com outros Estados ou com quaisquer outras pessoas jurídicas de Direito Internacional Público, tenham caráter bilateral, plurilateral ou multilateral, sempre que tiverem conteúdo de direito positivo internacional a ser inserido no ordenamento jurídico brasileiro, como norma jurídica interna, devem ser inarredavelmente submetidos à apreciação legislativa, sob pena de ocorrer injuridicidade, em virtude de não se completar o processo interno de internalização da norma internacional pactuada.

Em outras palavras, quando, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal³⁹, esses instrumentos internacionais *acarretarem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*, ou seja, quando tiverem impacto jurídico, o que é ínsito a qualquer norma de direito positivada, o Congresso Nacional deve, obrigatoriamente, ser ouvido, sob pena de não serem cumpridas as regras pertinentes à existência, validade e eficácia dessas normas jurídicas. Assim, na hipótese de o Congresso não ser ouvido, essas normas, para o Direito interno brasileiro, do ponto de vista jurídico estrito, *não existirão*.

O processo de apreciação legislativa é, portanto, fase obrigatória anterior à vigência de qualquer avença internacional, pois é da competência *exclusiva* do Congresso Nacional (ou seja, apenas do Congresso Nacional *e de mais ninguém* em quaisquer dos outros poderes de Estado) **resolver definitivamente** sobre *tratados acordos ou atos internacionais*.

Vê-se, assim, que a *ratificação lato sensu* é um processo administrativo complexo, que envolve dois dos poderes de Estado, nesta sequência:

39 Art. 49: *É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

*I- resolver **definitivamente** sobre tratados, acordos **ou** atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.*
...omissis... (Destques acrescentados).



-Executivo: negociação e assinatura;

-Legislativo: permissão à inserção da norma no direito interno;

-Executivo: promulgação pelo Presidente, segundo os termos do decreto legislativo de aprovação; publicação e depósito do instrumento formal de *ratificação stricto sensu* no local convencionado no pacto internacional.

A praxe adotada é a seguinte:

1) o Presidente da República, ou plenipotenciário por ele designado, negocia e assina ou adere a pacto internacional e, no momento julgado oportuno, encaminha essa avença à apreciação legislativa. Isto é feito através de uma **mensagem** presidencial ao Congresso Nacional, acompanhada de cópia de inteiro teor, traduzida para o português e devidamente autenticada, do instrumento internacional ao qual o Parlamento deve conceder autorização legislativa para o prosseguimento do *processo de ratificação lato sensu*;

2) a mensagem presidencial é recebida na Câmara dos Deputados onde:

2.1) a matéria é autuada, sendo distribuída às comissões de mérito da Casa que sejam competentes para tratar da matéria, além da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e, obrigatoriamente, também ao Plenário;

2.2) a **mensagem** presidencial é encaminhada, inicialmente, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional ou à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (que é uma comissão mista permanente do Congresso Nacional, caso a matéria abordada seja atinente ao Mercosul), ou, ainda, a uma comissão especial, caso mais de três comissões de mérito sejam competentes para o exame da matéria;

2.3) nessa primeira avaliação, uma das duas comissões, ou a comissão especial, ao se manifestar, elabora, em caso de aprovação plena ou condicionada, o projeto de decreto legislativo – que inexistente caso haja rejeição nesses colegiados – ficando a competência de elaborá-lo aos colegiados seguintes ou ao Plenário, se a matéria, na sequência da apreciação legislativa, obtiver aprovação;

2.4) a tramitação da matéria prossegue, a partir desse primeiro embate, como **projeto de decreto legislativo** que, se aprovado em Plenário, segue



para o Senado Federal, cuja manifestação, se convergente com a da Câmara dos Deputados, dá origem ao Decreto Legislativo, promulgado pelo Presidente do Congresso Nacional; de outro lado, se houver qualquer divergência entre as duas Casas, a matéria retorna à Câmara, para manifestação definitiva sobre esse desencontro de posicionamentos;

2.5) em caso de aprovação, a autorização legislativa, constante do decreto legislativo de aprovação, é comunicada ao Poder Executivo através de Mensagem do Presidente do Congresso Nacional;

2.6) o Presidente da República, então, dá ou não, seguimento ao processo de internalização do pacto internacional, lavrando, ou não, o decreto de promulgação, efetuando a publicação no Diário Oficial da União e depositando o instrumento de ratificação *stricto sensu* do ato internacional no local que tiver nele sido convencionado.

Vê-se, portanto, que todos esses passos têm de ser palmilhados para que a norma internacional, *nos termos dos preceitos de existência, validade e eficácia das normas jurídicas*, efetivamente ingresse no direito interno brasileiro.

6.2. Contornos da manifestação legislativa

Ao analisar um instrumento ou ato, ou pacto, ou avença internacional, o Congresso Nacional, como foro por onde deve passar toda e qualquer norma jurídica pátria, exerce a sua **competência legislativa plena**: pode conceder ou recusar a aprovação legislativa ao processo de adesão do país ao instrumento celebrado e à sua inserção no direito público interno.

Na medida em que pode aprovar, ou rejeitar, em face do princípio jurídico *quem pode o mais pode o menos (qui majus potest minus et postest)*, pode também balizar, ou seja, opinar sobre os aspectos de sua competência, além de indicar eventuais problemas no texto pactuado, tais como impropriedades redacionais ou de tradução⁴⁰.

⁴⁰ Esse entendimento está sedimentado no Parlamento e é exemplificado pelas respostas dadas a respeito, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antiga Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, às Consultas nº 7, de 1993, e nº 4, de 2004, da Presidência da Câmara dos Deputados àquele colegiado., que constituem alentados estudos doutrinários a orientar e direcionar o agir legislativo. Agir legislativo então liderado pelo Deputado Fábio Feldmann



6.3. Atuação do Congresso Nacional em relação a alguns atos internacionais emblemáticos

6.3.1. Convenção de Ramsar

A Mensagem 28/1992, do dia 13 de março de 1992, assinada pelo Presidente Fernando Collor, submeteu à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente Como Habitat de Aves Aquáticas. Esse texto foi concluído, vinte e um anos antes, na cidade de Ramsar, no Irã.

Às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, após alguns anos de trabalho e várias indicações parlamentares, audiências públicas e outros instrumentos de ação parlamentar⁴¹, chegou, finalmente, ao Congresso Nacional.

Após chegar à Câmara dos Deputados, foi rapidamente aprovada na então Comissão de Relações Exteriores, sendo objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 1992.

Percorreu um célere trajeto parlamentar, nas duas Casas do Congresso, e a aprovação legislativa foi concedida poucos dias após o final da ECO 92, em 17 de junho de 1992, através do Decreto Legislativo nº 33, de 1992.

A sua inserção no direito interno, todavia, ainda demoraria e só ocorreria quatro anos mais tarde, em 16 de maio de 1996, com a edição do Decreto de promulgação nº 1.905, de 1996, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apenas após a promulgação, publicação e depósito do instrumento de ratificação *stricto sensu*, a referida Convenção entrou em nosso direito pátrio.

6.3.2. Convenção de Basileia

Não muito diferente, conquanto um pouco mais célere, foi a trajetória da Convenção Sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de



Resíduos Perigosos e Sua Eliminação, que foi concluída em Basileia, Suíça, em 22 de Março de 1989.

Com vistas à necessária autorização legislativa para a adesão brasileira à convenção, foi encaminhada ao Congresso Nacional a Mensagem nº 663, firmada em 28 de novembro de 1991, também do Presidente Fernando Collor, também após intensa mobilização parlamentar que reivindicava o envio ao Congresso desse texto e daquele da Convenção de Ramsar.

A tramitação legislativa foi, igualmente, célere, no ano da ECO 92. O Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de autoria da então Comissão de Relações Exteriores, data do início da sessão legislativa de 1992 e o Decreto Legislativo nº 34, de 1992, concedendo aprovação ao processo de ratificação *lato sensu*, é, também, de 17 de junho daquele ano, mesma data do decreto legislativo que promulgou a Convenção de Ramsar.

A promulgação da Convenção de Basileia, entretanto, foi mais célere. Já em 19 de julho de 1993, um ano após a concessão de aprovação legislativa o Presidente Itamar Franco a promulgou e publicou o inteiro teor de seu texto.

6.3.3. Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

A Mensagem nº 131, assinada pelo Presidente em 26 de março de 1993, encaminhou à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, adotada que foi pelas Nações Unidas, em Nova York um ano antes, em 09 de maio de 1992, portanto nos trabalhos preparatórios à realização da ECO 92.

A Convenção foi objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 1993. A sua tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional foi concluída no ano seguinte, sendo a aprovação legislativa promulgada através do Decreto Legislativo nº 1, de 1994, de 4 de fevereiro de 1994.

Essa Convenção, todavia, teve de aguardar mais quatro anos para ser inserida no sistema jurídico brasileiro, como direito positivo. Em 1º de julho



de 1998, foi promulgada e publicada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 2.652.

6.3.4. Convenção da Biodiversidade

O texto da Convenção Sobre Diversidade Biológica, assinada Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 05 a 14 de junho de 1992, foi encaminhada à apreciação legislativa do Congresso Nacional através da Mensagem nº132, assinada em 26 de março de 1993, pelo Presidente Itamar Franco.

Foi objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 1993. Seis meses depois, concluída a sua apreciação legislativa, foi promulgado o Decreto Legislativo de aprovação, nº 2, de 1994. A sua promulgação pelo Presidente da República, ocorreu, através do Decreto de promulgação nº 2519, no dia 16 de março de 1998, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

6.3.5. Protocolo de Quioto

A Mensagem nº 166, assinada em 14 de março de 2002, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, às vésperas, portanto da Rio + 10, realizada em Joanesburgo, submeteu à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Chegou, portanto, ao Congresso Nacional, para avaliação, quatro anos e meio após ter sido aberto a assinaturas. Sua apreciação parlamentar foi, igualmente, expedita. Foi objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.664, de 2002, e o Decreto Legislativo de aprovação, após a necessária tramitação nas duas Casas, foi promulgado pelo Presidente do Congresso Nacional, em 21 de junho de 2002. Teve, todavia, de esperar mais três anos até ser objeto de promulgação pelo Presidente da República, o que somente ocorreu em 12 de maio de 2005, através do Decreto nº 5.445, do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.



7. ENCAMINHAMENTO AO CONGRESSO NACIONAL DE ATOS INTERNACIONAIS PRELIMINARES À CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, NELA ABERTOS À ASSINATURA, E ATOS INTERNACIONAIS POSTERIORES⁴²

7.1. Atos internacionais referentes a clima

a) Mensagem 60, de 16 de fevereiro de 1989: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987*”, objeto do PDC 92, de 1989, e do Decreto Legislativo 91/1989 (publicado no DOU 27/12/1989, p. 24419, col.01), promulgados pelo Presidente Fernando Collor, por meio do Decreto nº. 99.280, de 6 de junho de 1990 (DOU 7/6/1990);

b) Mensagem 131, de 26 de março de 1993: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção-Quadro Das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima, adotada em Nova York, em 09 de maio de 1992*”, objeto do PDC 271/1993 e do Decreto Legislativo 1/1994 (publicado no DOU 4/2/1994, p. 1693, col. 01), que, conforme mencionou-se no capítulo anterior, foi promulgada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 2.652, em 1º de julho de 1998 (publicada no DOU 2/7/1998);

c) Mensagem 870, de 25 de novembro de 1993: “*Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992*”, objeto do PDC 434/1994 e do Decreto Legislativo 51/1996 (publicado no DOU 30/5/1996, p. 9365, col. 01), texto promulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 2.679, de 17/7/1998 (DOU 20/7/1998);

d) Mensagem 166, de 14 de março de 2002: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança*

⁴² Fonte: Sistema de Informações Legislativas referentes à tramitação de projetos de lei e outras proposições. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/sileg/default.asp>



do *Clima*”, objeto do PDC1664/2002 e do Decreto Legislativo 144/2002 (publicado no DOU 21/6/2002, p. 02, col. 3), promulgado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 5.445, de 12/5/2005 (DOU 13/5/2005);

e) Mensagem 780, de 14 de março de 2002: “*Submete à consideração do Congresso Nacional os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e em Pequim, em 3 de dezembro de 1999, por ocasião da Décima-primeira Reunião das Partes*”, objeto do PDC 13, de 2003, e do Decreto Legislativo 212/2004 (publicado no DOU 24/5/2004, p. 02, col. 01), promulgado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pelo Decreto nº 5.280, de 22/11/2004 (DOU 23/11/2004);

7.2. Atos internacionais referentes à diversidade biológica

a) Mensagem 132, de 26 de março de 1993: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 05 a 14 de junho de 1992*”, objeto do PDC 272/1993 e do Decreto Legislativo 2/1994 (publicado no DOU 4/2/1994, p. 1693), texto promulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 2.519/1998, de 16/03/1998 (DOU 17/03/1998);

b) Mensagem 349, de 28 de julho de 2003: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica, celebrado em Montreal, em 29 de janeiro de 2000*”, objeto do PDC 947/2003, de autoria de Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em face de ter sido distribuída a mais de três comissões de mérito, convertido no Decreto Legislativo 908/2004 (publicado no DOU 24/11/2003, p. 21, col. 02), promulgado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pelo Decreto nº 6.925, de 6 de agosto de 2009 (DOU 7/08/2009);

c) Mensagem 894, de 22 de dezembro de 2004: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003*”, objeto do PDC 1837/2005 e do Decreto Legislativo



72/2006 (publicado no DOU 19/4/2006, p.03, col. 3). promulgado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pelo Decreto nº 5.865, de 1º de agosto de 2006 (DOU 02/08/2006).

7.3. Atos internacionais referentes aos mares e oceanos

a) Mensagem 1638, de 27 de outubro de 1998: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982 sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 04 de dezembro de 1995*”, objeto do PDC 109/1999 e do Decreto Legislativo 5/2000 (publicado no DOU 31/1/2000, p. 01, col. 02). texto promulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 4.361, de 5 de setembro de 2002 (DOU 6/07/2002).

7.4. Atos internacionais referentes à desertificação

a) Mensagem 1870, de 13 de dezembro de 1999: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, relativo à Terceira Sessão da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente na África, celebrado em Brasília, em 22 de setembro de 1999*”, que foi arquivada na Câmara dos Deputados, em face do Art. 164 § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Ofício 42/01, da CREDN, comunica a prejudicialidade da MSC 1870/99, conforme consta da publicação no Diário da Câmara dos Deputados de 12/04/2001, p. 14806, col. 01);

b) Mensagem 697, de 25 de julho de 1996: “*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinado pelo governo brasileiro em Paris, em 15 de outubro de 1994*”, objeto do



PDC 347/1996 e do Decreto Legislativo 28/1997 (publicado no DOU 13/6/1997, p. 12257, col. 02), texto promulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 2;471, de 20/08/2008 (DOU 21/08/2008).

Desses treze instrumentos de Direito Internacional positivo, apenas aquele que acompanhou a Mensagem 1870, de 1999, não foi objeto de decreto legislativo. A Mensagem foi considerada prejudicada e, portanto, também o ato internacional nela contido, que sequer chegou a ser objeto de projeto de decreto legislativo, fato que se deveu ao envio de uma segunda mensagem presidencial ao Congresso pertinente ao mesmo pacto internacional.

Os demais pactos internacionais foram todos aprovados pelas duas Casas do Parlamento e transformados em Decretos Legislativos, convindo lembrar que a sua inserção no direito positivo interno só aconteceu após esses atos internacionais terem sido, também, promulgados pelo Presidente da República, através dos respectivos decretos de promulgação, devidamente publicados no Diário Oficial da União, acompanhados do inteiro teor do instrumento internacional.

Esses passos finais para a inserção da norma internacional no direito interno têm de ser percorridos na esteira e limites estritos fixados no decreto legislativo que a eles concedeu a aprovação do Poder Legislativo.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, neste relatório, fazer um registro fiel de todas as atividades desenvolvidas pela *Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012.*

Nesse sentido, fez-se, inicialmente, um sumário de todas as atividades desenvolvidas, tendo-se o cuidado de inserir todos os documentos pertinentes, assim como as notas taquigráficas das atividades desenvolvidas, que são um precioso registro histórico dos debates travados no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Ademais, sendo uma das matérias precípuas desta Comissão, o Direito Internacional Público, que, sob as balizas do Direito Constitucional, deve reger as Relações Exteriores do país, optou-se por inserir no texto do relatório os dados pertinentes, tanto do ponto de vista da doutrina jurídica, quanto dos instrumentos internacionais encaminhados à apreciação do Congresso Nacional, por compreender-se constituírem valioso instrumento de orientação não só para os parlamentares, como para os cidadãos brasileiros em geral e para os estudiosos do Direito Internacional Público e do Meio Ambiente em particular.

Nesse momento, em um balanço final das atividades realizadas por esta subcomissão, importa destacar que a interação entre as duas Casas do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, em relação aos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi frutífera e resultou em parceria proativa tanto no que concerne ao encaminhamento, ao Poder Executivo, de sugestões relativas à agenda da conferência propriamente dita, como no sentido de apoiar dois relevantes eventos paralelos à conferência, quais sejam a *Iniciativa Rio Clima* e a reunião da associação internacional interparlamentar *Globe International*, que congrega parlamentares de diferentes países.

É importante, ainda, lembrar-se que as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, ou Rio 92) e sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, ou Rio+20) tiveram focos diferenciados. Enquanto, na primeira, buscavam-se resultados normativos a partir do longo processo de negociação que a precedeu, desde Estocolmo 72, resultando nos



três grandes tratados multilaterais citados, a segunda, a Rio +20, teve o objetivo de sedimentar um processo de participação, discussão, gestão e construção de parcerias. Dela, não resultou qualquer texto normativo internacional multilateral que possa ser enquadrado nos atos internacionais regidos pelo princípio *pacta sunt servanda*.

Seu resultado final escrito, do ponto de vista dos atos internacionais, está circunscrito à Declaração *O Futuro que Queremos*, com 53 páginas e 283 parágrafos (Documento A/Conf.216/L.1)⁴³. Nele, os Estados Membros da Organização das Nações Unidas expressam convicções conjuntas, retratam propósitos e intenções, que estão situados, no âmbito do Direito Internacional Público, no escopo do que se denomina *soft law*, ou normas programáticas, que têm condão meramente indicativo, sem qualquer força coercitiva, conquanto, nesse documento, os Estados presentes, em boa fé, manifestem as suas preocupações e os seus propósitos, assim como indiquem ações necessárias e desejáveis para que um futuro melhor, em paz, seja construído para todos.

Pode-se dizer que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável resgatou o chamado *espírito do Rio*, que antecedeu e permeou a Conferência Rio 92, haja vista a maciça participação, na Conferência Rio +20, de cerca de 100 chefes de Estado e de governo, 12 mil delegados, 4.075 jornalistas credenciados, 9.856 organizações não governamentais e um total de 45.381 participantes, até o seu fechamento, em 22 de junho⁴⁴. Estes números abrangem os participantes presentes aos três momentos da conferência: 1) ***última reunião preparatória***; 2) ***Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável*** e 3) ***Segmento de Alto Nível***, que reuniu chefes de Estado e de governo.

É indicativa desse fato a participação, tanto na conferência propriamente dita, quanto nos eventos paralelos, de vários setores da chamada sociedade civil, advindos dos quatro quadrantes do globo, assim como de organismos e agências internacionais, bem como de diferentes setores governamentais, entrelaçando iniciativas, trocando experiências e ideias no sentido de viabilizar um futuro melhor para as presentes e futuras gerações da espécie humana no planeta Terra.

⁴³ Acesso em: 20 jul.2012 Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/381/64/PDF/N1238164.pdf?OpenElement>

⁴⁴ Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/rio20-em-numeros/> Acesso em: 20 jul.2012



Ademais, na Conferência Rio+20, os diferentes órgãos técnicos de estatística e pesquisa das Nações Unidas foram conclamados a desenvolver estudos no sentido de propor uma nova métrica econômica, como indicador de desenvolvimento, em complementação ao Produto Interno Bruto.

Nesse aspecto, foi feita, na Rio+20, a convocação formal e expressa para que os organismos das Nações Unidas voltados para estudos estatísticos e outros desenvolvam **outro indicador, além do PIB tradicional**, que **incorpore a variável ambiental na avaliação de desenvolvimento dos países**, sem, todavia, que qualquer prazo tenha sido fixado para o início, desenvolvimento e fim desses estudos.

Deve-se ressaltar, também como resultado da conferência, que a Rio+20 adotou um quadro de 10 anos de **Programas sobre o Consumo e Produção Sustentáveis** que, todavia, não tem caráter de obrigatoriedade, mas de sugestão de ações.

Em relação à necessidade de mudanças na arquitetura institucional da Organização das Nações Unidas para que o trabalho internacional efetivo ocorra em direção ao desenvolvimento sustentável, pouco se avançou, muito embora os Estados tenham concordado, no documento final, em reformar a arquitetura institucional das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, o que incluiria o estabelecimento de um fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA). Ninguém, todavia, mencionou aportar recursos ou estabelecer um foro capacitado a dirimir controvérsias ambientais, nos moldes do que ocorre, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, com as controvérsias comerciais internacionais.

Conquanto a conferência não tenha produzido direito estrito, a Rio +20 renovou e reforçou o compromisso político dos Estados para o desenvolvimento sustentável, fazendo um balanço das visões dos Estados-Membros das Nações Unidas a respeito, que concordaram, no documento final, em lançar um processo para que sejam estabelecidos **objetivos universais do desenvolvimento sustentável (ODS)**, baseados nos avanços ocorridos no âmbito dos **objetivos do desenvolvimento do milênio (ODM)**, que, no entender da ONU, deve fazer parte integrante do quadro de desenvolvimento pós-2015.



Houve, ainda, na conferência, expressa manifestação no sentido de ser reconhecida, de forma global, como condição de desenvolvimento e de respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero e da capacitação e participação feminina nos diferentes processos sociais. Ademais, reconheceu-se a pobreza como o maior desafio a ser superado para o bem-estar econômico, social e ambiental da comunidade planetária.

A Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20 – que se realizou na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, faz, ainda, as seguintes sugestões:

1) transformar-se, pós–Rio+20, em subcomissão permanente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nos termos de requerimento a ser apresentado, no sentido de propiciar, neste colegiado, o debate continuado dos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável em âmbito internacional, assim como acompanhar os processos pertinentes aos atos e demais instrumentos internacionais que venham a ser negociados pelo Poder Executivo, devendo ser continuamente informada a respeito dos instrumentos internacionais firmados pela Presidência da República, quando de sua assinatura;

2) encaminhar solicitação ao Poder Executivo, no sentido de que encaminhe ao Congresso Nacional a relação completa dos instrumentos internacionais que tenham sido assinados pelo Poder Executivo, mas não enviados ao Congresso, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, que não tenham, até o presente momento, sido encaminhados ao Congresso Nacional e que tenham caráter ambiental, ou seja, que se refiram a terra, água, ar, oceanos, espaço exterior, calotas polares etc., tanto em âmbito estrito, quanto abrangente.

É o relatório.

Sala da Comissão, em de de 2012.

EDUARDO AZEREDO
Relator



ANEXO I - DOCUMENTOS E ATAS PERTINENTES ÀS REUNIÕES E SEMINÁRIOS REALIZADOS

I.I. DOCUMENTOS

I.I.I. Criação da Subcomissão

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO

(Do Deputado Alfredo Sirkis)

Requer a criação de subcomissão para acompanhar a conferência Rio + 20.

Nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno, requero a criação de subcomissão especial no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para acompanhar as atividades da **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**, conhecida como Rio+20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012.

JUSTIFICATIVA

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável não se limitará a discutir a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, mas também a vinculação desta com a erradicação da pobreza, para, a partir dos temas que serão discutidos e pelos resultados em termos de políticas públicas, entendemos como importante a participação da CREDN na Conferência, por isso, pedimos apoio de todos os deputados.

Salas da Comissão, em 19 de abril de 2011.

Deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ)

I.I.II. Prospecto para orientação parlamentar apresentado à Subcomissão pela Coordenação de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados

1. O que é a Rio + 20?

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, será realizada no Rio de Janeiro, especificamente de 20 a 22 de junho



de 2012 (segmento dealto nível da Conferência). A expressão “+20” deve-se ao fatode que a conferência ocorrerá vinte anos depois da “ECO-92” ou “RIO 92”, também ocorrida no Rio de Janeiro e consideradaaté hoje a mais importante conferência mundial ambiental.

Dessa vez, no entanto, a Conferência terá uma amplitude maior, não se limitando aos aspectos ambientais, mas sim abrangendo três pilares do desenvolvimento: o ambiental, o econômico e o social. Os eixos básicos da Conferência são a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

Qual é a importância política desse evento?

Após 20 anos das discussões da Rio 92, novamente o Brasil sediará um encontro entre líderes mundiais com vistas a avaliar as propostas definidas naquela Conferência e as ações desenvolvidas ao longo desse tempo, além de propor novas orientações para a agenda futura dos países envolvidos. A descentralização das discussões será uma característica do evento, de modo que paralelamente à reunião da ONU, agendada para o Riocentro, em Jacarepaguá, de 20 a 22 de junho, as ONGs e a sociedade civil também promoverão eventos paralelos em diferentes locais da cidade com o objetivo de refletir sobre o tema Justiça Social e Ambiental, além de propor e mostrar alternativas para a prática do desenvolvimento sustentável ao redor do mundo.

Todos os eventos irão mobilizar autoridades, governos, entidades, movimentos sociais e sociedade civil nacional e internacional para pensar o meio ambiente e definir regras para a economia, buscando preservar os recursos naturais e oferecer oportunidades de desenvolvimento sustentável aos povos. A expectativa de público é bastante significativa em termos quantitativos e qualitativos, considerando que são esperados 100 a 120 chefes de Estado e de Governo, a cúpula do C-40, grupo que reúne os prefeitos das maiores cidades do mundo e cerca de 50 mil credenciados, além de diferentes setores da sociedade civil que terão a oportunidade de se mobilizar para influenciar as decisões tomadas pelos líderes mundiais. Em termos gerais, são esperados formadores de opinião especializados, como: autoridades governamentais, negociadores internacionais, juristas, parlamentares, altos executivos corporativos, sindicalistas, jornalistas, comunidade científica e tecnológica, ganhadores de prêmio Nobel, além de povos indígenas, agricultores e ONGs.

2. Como será a participação da Câmara no evento?

Em termos institucionais, o objetivo maior da participação da Câmara neste evento é mostrar para a sociedade o que mudou na legislação sobre questões ambientais nesses 20 anos e apresentar a Casa como palco da prática da democracia, contribuindo, por meio do processo legislativo, para organizar e dar voz às diversas visões que a sociedade possui acerca dos assuntos que influenciam na vida de toda a população. Mais que isso, a Câmara dos Deputados deve ser vista e entendida como espaço de intervenção popular e centro de excelência na elaboração das leis, estando a par e discutindo os temas de interesse público. Ainda no viés institucional, desde 2003, a Casa conta com o Comitê de Gestão Socioambiental (EcoCâmara), responsável por nortear as diretrizes sobre desenvolvimento sustentável dentro da Câmara e prestar assessoria a projetos institucionais. O Comitê foi criado por a Casa acreditar que deve contribuir com o governo no fortalecimento das ações voltadas para um novo modelo de desenvolvimento, economicamente viável, com mais justiça social e menor impacto sobre o meio ambiente. Em 2010, foi assinada a Política Socioambiental da Câmara e, ano passado, a mesma foi apresentada e começou



a ser praticada pelos diferentes setores. A Instituição mostra, com isso, sua preocupação em promover a consciência ambiental em seus diversos públicos.

Em resumo, a Câmara deve se aproximar cada vez mais da realidade dos cidadãos, de modo a reconhecer suas inquietações, ouvir sua opinião e considerar os diversos pontos de vista na elaboração de leis e políticas públicas, garantindo efetivamente a participação popular e, conseqüentemente, a construção coletiva das normas do País, buscando a justiça social. Deve, sobremaneira, mostrar que o cidadão pode e deve participar de todo o processo legislativo e que a Casa realmente faz parte da vida de todos. Assim, como espaço democrático de debate de assuntos impactantes na vida de todos os brasileiros, é essencial que a Câmara dos Deputados participe efetivamente de todo esse movimento, para conhecer os interesses envolvidos nas discussões, as alternativas práticas e as propostas de regulação para o tema. Diante disso, sua presença como suporte legislativo às autoridades e aos cidadãos, como interessada no resultado de suas ações na vida da população e como elemento fundamental para a prática e fomento da cidadania e participação popular deve ser garantida nos diferentes espaços que serão tomados pelos eventos da Rio+20 e encontros paralelos.

3. Como será a participação dos deputados federais no evento?

A ideia é unificar os procedimentos das diversas Comissões Permanentes da Casa e das Frentes Parlamentares, com vistas a orientar a participação dos deputados nos eventos paralelos da Conferência, a partir dos interesses envolvidos.

A Presidente da Comissão de Relações Exteriores sugere que os deputados interessados em participar da Comitativa da Câmara se articulem nas Comissões, Bancadas ou Frentes Parlamentares. Para isso, a Câmara dos Deputados está envidando esforços no sentido de conhecer detalhadamente a programação dos diferentes eventos, bem como a dinâmica de participação nos mesmos. É importante ressaltar que haverá restrições de acesso às plenárias mais importantes e que os critérios de credenciamento são estabelecidos pela ONU.

4. Qual é a programação dos eventos paralelos? Os eventos paralelos ocorrerão em diferentes locais e em datas que variam no período de 13 a 22 de junho. Os detalhes dessa programação ainda não estão definidos e serão bastante variados em função dos diversos públicos esperados nos diferentes palcos de discussões, a saber:

RIOCENTRO – perímetro restrito às Nações Unidas, no qual serão realizadas as sessões plenárias e negociações oficiais da Conferência. Espaço para eventos paralelos coordenados pelas Nações Unidas. Haverá um espaço destinado à Câmara dos Deputados no Pavilhão 4;

PARQUE DOS ATLETAS – local de exposição de países e Governo Brasileiro. A Câmara dos Deputados planeja exposição institucional nesse local;

ARENA DA BARRA – local para atividades da sociedade civil e ponto de retransmissão de atividades do RIOCENTRO e dos outros espaços;

PIER MAUÁ – quatro armazéns a serem utilizados para feira de inovação tecnológica e outras atividades;

GALPÃO DA CIDADANIA E QUINTA DA BOAVISTA – espaços reservados para atividades culturais e de inclusão social;

MAM – Museu de Arte Moderna – Térreo e arredores: área para Governo Brasileiro e sociedade civil. 1º pavimento:



Exposição temática;

VIVA RIO – área para eventos, debates e atividades da sociedade civil e ponto de retransmissão de atividades do RIOCENTRO e dos outros espaços;

MONUMENTO AOS MORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL – área de atividades da sociedade civil e exposições;

PARQUE DO FLAMENGO – área de atividades da sociedade civil e exposições;

5. Haverá apoio logístico para a participação de parlamentares no Rio de Janeiro?

Não. Os parlamentares da Câmara dos Deputados interessados em participar dos eventos deverão providenciar com seus próprios recursos o apoio logístico que necessitarão durante o período. É oportuno lembrar que a rede hoteleira da cidade do Rio de Janeiro já está com sua capacidade de atendimento bastante limitada no período.

6. Em que locais do Rio de Janeiro ocorrerão os eventos da Conferência?

Em três áreas da cidade: Barra da Tijuca/Jacarepaguá (RIOCENTRO, PARQUE DOS ATLETAS, ARENA DA BARRA), Centro da Cidade/Praça Mauá (PIER MAUÁ, GALPÃO DA CIDADANIA), Flamengo (MAM – Museu de Arte Moderna, VIVO RIO, MONUMENTO AOS MORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, PARQUE DO FLAMENGO) e São Cristóvão (QUINTA DA BOAVISTA);

7. Os parlamentares terão livre acesso a todos os locais do evento? Não. Haverá restrições de acesso nas áreas controladas pela ONU. Somente nos eventos paralelos haverá a possibilidade de participação, com ou sem poder de voz.

8. Quais são os eventos paralelos independentes que irão acontecer? Resumidamente, os principais eventos paralelos que não estão sob a organização da ONU são: CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20 POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL Data: 15 a 23 de junho. Local: Aterro do Flamengo.

Objetivo: evento organizado pela sociedade civil global para tratar dos graves problemas enfrentados pela humanidade e demonstrar a força política dos povos organizados. O espaço será organizado em grupos de discussão autogestionados, na Assembleia Permanente dos Povos e em um espaço para organizações e movimentos sociais exporem, praticarem e dialogarem com a sociedade sobre suas experiências e projetos.

Participação: inscrições abertas a partir da primeira semana de abril.

Programação e outras informações:

<http://cupuladospovos.org.br/>

Globe International

Data: 15 a 17 de junho.

Local: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Objetivo: encontro de legisladores de vários países, com objetivo de discutir as mudanças climáticas, encontrar respostas e soluções às questões reais, que envolvem inúmeros desastres naturais, e qualificar as políticas públicas.



Participação, programação e mais informações:

<http://www.globeinternational.info/>

Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável

Data: 16 a 19 de junho, entre a última Reunião do Comitê Preparatório (Prepcom), de 13 a 15 de junho, e o Segmento de Alto Nível, de 20 a 22 de junho.

Local: Riocentro.

Objetivo: promover o intercâmbio de experiências e ideias entre distintos segmentos da sociedade civil internacional (comunidade acadêmica, membros de organizações não governamentais, governos locais, empresários, juventude, etc) sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e elevar as conclusões e recomendações que resultarem dos Diálogos aos debates do Segmento de Alto Nível.

Áreas em debate:

- 1. Segurança alimentar e nutricional;*
- 2. Desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza;*
- 3. Desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras;*
- 4. Energia sustentável para todos;*
- 5. A economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo;*
- 6. Cidades sustentáveis e inovação;*
- 7. Desemprego, trabalho decente e migrações;*
- 8. Florestas;*
- 9. Água;*
- 10. Oceanos.*

Participação: convidados indicados pelo governo brasileiro e sociedade civil.

Informações: www.rio20.gov.br

Mais informações sobre a Rio+20 e eventos paralelos sob organização da ONU: <http://www.rio20.info/2012/> Locais de realização de eventos na cidade do Rio de Janeiro



CONTATOS

Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados

Diretora

Sueli Navarro

(61) 3216-1501

Coodenação de Relações Públicas

Diretor

Flávio Elias

(61) 3216-1750

(61) 9654-2491

flavio.elias@camara.gov.br

I.II. ATAS E ANOTAÇÕES DE REUNIÃO:

I.II.I. Ata nº 1:

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA Realizada em 01 de junho de 2011.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia primeiro de junho de dois mil e onze, reuniu-se a Subcomissão Especial destinada a acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro em junho de dois mil e doze, no Anexo II, na sala da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com a presença dos senhores deputados Alfredo Sirkis, Antônio Carlos Mendes Thame, Eduardo Azeredo, Perpétua Almeida – Titulares. Janete Rocha Pietá – Suplente. Deixaram de comparecer os deputados Dr. Rosinha e Hugo Napoleão. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor deputado Alfredo Sirkis assumiu a direção dos trabalhos e esclareceu que esta Subcomissão era composta por seis deputados titulares e igual número de suplentes. A seguir, anunciou que tinham sido indicados, conforme acordo de Lideranças, os nomes dos deputados Alfredo Sirkis (PV/RJ) como candidato para o cargo de Presidente e Dr. Rosinha (PT/PR) candidato para o cargo de Vice-Presidente, iniciando imediatamente o processo de votação. Encerrada a votação, foram eleitos, por unanimidade, os Deputados Alfredo Sirkis, para Presidente, e Dr. Rosinha, para Vice-Presidente, ambos com quatro votos, e seguidamente empossados. O Presidente eleito, deputado Alfredo Sirkis, ao assumir os trabalhos, indicou o deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG) como Relator da Subcomissão, tendo sido aceito unanimemente. Ato contínuo, o deputado Alfredo Sirkis usou a palavra para expor o objetivo da Subcomissão e propôs próxima reunião a ser realizada como visita ao Itamaraty com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores Antônio Patriota, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado - Diretor do Departamento de Meio-



Ambiente do Itamaraty e o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, interino - Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia. Ficou acordado pelos presentes que as reuniões da Subcomissão se realizariam de quinze em quinze dias. Usaram a palavra os deputados Carlos Alberto Leréia, Eduardo Azeredo e Perpétua Almeida. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deputado Alfredo Sirkis, encerrou a Reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos, antes comunicando que a próxima reunião seria confirmada como visita ao Itamaraty em data a ser agendada. E, para constar, eu _____, Elizabeth Gomes de Lima, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, deputado Alfredo Sirkis_____

I.II.II. Memória de audiência no gabinete do Ministro

No dia 13 de junho de 2011, no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota, com a participação dos Deputados Alfredo Sirkis, Eduardo Azeredo, Ivan Valente e Mendes Thame, representado a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e do Embaixador Sergio Danese e o negociador chefe do Brasil na COP-16 embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que, além do Ministro, representaram o Itamaraty.

Após a apresentação dos deputados, o Ministro manifestou a importância da criação da Subcomissão Rio+20 no âmbito da CREDN. Informou que o Secretário Geral da ONU, Ban ki-Moon estará no Brasil durante a semana. Informou também que no dia primeiro de julho ocorrerá a primeira reunião da Comissão Executiva da Conferência Rio+20 do Poder Executivo. Disse que ocorrerão, também, eventos e seminários em São Paulo.

Segundo o Ministro, será realizado, em agosto, evento dos "Amigos da Conferência" com a participação de alguns países que estarão presentes ao evento. Patriota disse que o início da Conferência está marcado para o dia 5 de junho de 2012, com três dias de atividades. Para ele, a contribuição original da Rio+20 é a junção de meio ambiente e economia. Após explanação do Chanceler, foi aberta a palavra para os deputados.

O Deputado Alfredo Sirkis perguntou sobre a possibilidade de o Brasil ser a sede de um organismo da ONU, a ser criado, que trataria exclusivamente de desenvolvimento sustentável e sobre a repercussão que terá sobre a Conferência do Rio os resultados da Conferência do Clima de Durban (COP17), na África do Sul, entre novembro e dezembro deste ano.

O Ministro Patriota informou, então, que o Brasil está mais preocupado em fortalecer os órgãos responsáveis já existentes. Aditando à resposta do ministro, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo falou que alguma mudança deve ser feita na área ambiental, dentro da ONU, mas não há consenso em relação à criação de um novo organismo. Ademais, segundo o ministro, há obstáculos para a sede de um novo organismo ser no Rio de Janeiro, uma vez que o PNUMA é o órgão que atualmente exerce essa função na área ambiental e tem sede no Quênia, na África, e nosso país considera importante, estrategicamente, a boa relação com a África, além do fato de que esse continente não sedia outro órgão importante da ONU. O embaixador também entende que não haverá influência direta da pós-Durban. Se houver influência será indireta, pois Durban não discutirá o mesmo tema da Rio+20.

O Deputado Ivan Valente indagou ao Ministro sobre o papel que o Brasil exercerá na Conferência. Patriota disse que, durante a Conferência, dever-se-á evitar culpar quaisquer países pela atual situação ambiental, mas haverá algum tipo de responsabilização coletiva. Para o ministro, a posição brasileira, na condição de anfitrião, deve ser ponderada, menos ostensiva, fazendo o papel de anfitrião conciliador. Além disso, o Brasil país deve evitar o debate vazio de normas.

O ministro informou que durante o Painel de Alto Nível poderá surgir um dos produtos da Rio+20, com enumeração das Metas do Milênio. Dessa vez não haverá pressão negociadora, como em outras conferências, quando havia prazo para acordo. No evento, poderemos ter resultados concretos sobre economia verde. Para o Embaixador Patriota, não haverá a renegociação de textos anteriormente aprovados.

O Embaixador Sérgio Danese sugeriu o que seria uma boa contribuição do Congresso Nacional: trabalhar para mobilizar os parlamentares e auxiliar na mobilização dos governos federal, dos estados e dos municípios.



Por fim, o Ministro Antonio Patriota colocou-se à disposição da Subcomissão para quaisquer outros esclarecimentos que vierem a necessitar os parlamentares no processo de preparação da Conferência.

I.II.III. Ata nº 2: audiência pública sobre informes gerais da Rio+ 20

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia seis de outubro de dois mil e onze, reuniu-se a Subcomissão Especial Destinada a Acompanhar as Atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro em junho de dois mil e doze, no Plenário III, sob a Presidência do Senhor Deputado Alfredo Sirkis – **Presidente**, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Azeredo - **Relator**; Ivan Valente – **Titular** e Roberto de Lucena - **Suplente**. Compareceram, também, os Deputados Gonzaga Patriota, Jaqueline Roriz e Jilmar Tatto, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Dr. Rosinha, Hugo Napoleão e Perpétua Almeida. **ABERTURA:** O Presidente deu início à reunião de audiência pública e chamou o convidado, Senhor Fernando Lyrio, Assessor Extraordinário para a Conferência Rio + 20 do Ministério do Meio Ambiente, para compor a mesa. A reunião é decorrente da aprovação do Requerimento nº 78, de 2011, de autoria dos Deputados Alfredo Sirkis e Eduardo Azeredo, e tem por objetivo tratar da posição brasileira na Conferência Rio +20. Na sequência, o Presidente esclareceu que a reunião abordaria dois aspectos principais: a economia verde e a governança corporativa; e passou a palavra ao convidado. Este esclareceu que o país está no meio do processo de contribuição das suas posições para a Conferência e contextualizou o processo no âmbito do governo brasileiro. Em seguida, manifestou-se o Deputado Eduardo Azeredo e, na sequência, o convidado respondeu às indagações dos parlamentares. O Presidente, no uso da palavra, sugeriu aproveitar a oportunidade e substituir alguns Conselhos das Nações Unidas hoje inoperantes, como o CDS, por Conselhos mais abrangentes e eficazes. **ENCERRAMENTO:** O convidado respondeu às últimas perguntas dos parlamentares e agradeceu a oportunidade. O Presidente convocou reunião da Subcomissão para a terça-feira seguinte, dia 11 de outubro, imediatamente após a reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para apresentar pontos principais a serem apresentados ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, no Itamaraty. Em seguida, o Presidente agradeceu a presença do Assessor, dos parlamentares e dos presentes e encerrou os trabalhos às doze horas e vinte e um minutos. E, para constar, eu _____, Elizabeth Gomes de Lima Santos, Secretária, lavei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Alfredo Sirkis, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. x – x – _____

I.II.IV. Memória da reunião 1: sugestões da subcomissão

Reunião realizada em 11 de outubro de 2011 e iniciada às 11h14, no Plenário 9, do Anexo II da Câmara dos Deputados, aberta pelo Dep. Alfredo Sirkis, presidente da Subcomissão. Presentes os Deputados Alfredo Sirkis, Eduardo Azeredo, Ivan Valente, Antônio Carlos Mendes Thame, **para debate e deliberação acerca do documento a ser encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores**. Os parlamentares debateram o texto apresentado, composto de 21 itens. Indagado pelo Dep. Ivan Valente em relação à possibilidade de maior tempo para análise das propostas a serem encaminhadas, informou o presidente que, conquanto o processo de participação brasileira só fosse finalizar durante a própria conferência, uma redação para as propostas da CREDN teria de ser concluída na reunião, uma vez que o prazo inicial para recebimento de propostas pelo Itamaraty em relação ao temário da conferência estava a se encerrar e, de forma a não se perder a oportunidade de participar, algum documento teria de ser deliberado. Deputados Mendes Thame e Ivan Valente discutiram a oportunidade, ou não, de ser sugerida a criação de uma agência internacional, nos



moldes da Organização Mundial do Comércio, OMC, para suceder o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA. Dep. Ivan Valente apontou que estavam incongruentes as propostas de criação de uma nova agência, com aquela de fortalecimento do PNUMA, no que foi secundado pelo Dep. Sirkis, havendo a opção por ser sugerida a criação da nova agência. Também foi levantado pelo Dep. Ivan Valente que seria completamente incongruente postular o avanço nos instrumentos internacionais, ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional aprovasse a proposta de Código Florestal em tramitação, que corresponderia à não feitura do dever de casa, no que foi apoiado pelo Dep. Sirkis, que sugeriu fosse esse aspecto incluído nas considerações iniciais do documento. Ponderou o Dep. Azeredo que, de fato, há pontos problemáticos no texto em apreciação, em relação à forma e conteúdo, mas que não concordava inteiramente com o juízo emitido pelos Deps. Ivan Valente e Sirkis. O presidente ponderou, então, que, como o combinado havia sido de serem encaminhados os pontos consensuais, na existência de divergência, o item ficaria fora. A seguir, foi debatido o aspecto da atribuição de valor econômico aos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas, sendo informado, pelo Dep. Sirkis, que, em sua opinião, não deveria ser criado, ao lado do PIB, uma nova métrica, mas que o PIB, em si, deveria ser reformulado. A proposta foi debatida pelos Deputados Azeredo e Sirkis, inclusive no aspecto dos debates internacionais que ocorrem no campo das ciências econômicas, ficando claro que qualquer novidade nessa seara seria gradual, mas havendo consenso no sentido de ser encaminhada a proposta, até como uma forma de ser estimulado esse novo debate. Foi decidido que o documento seria objeto dos ajustes de redação necessários, sendo encerrada a reunião às 11h56, pelo presidente.

I.II.V. Memória de reunião 2: Rio +20/ aspectos gerais e de organização

Reunião aberta, da qual não foi lavrada ata, intitulada “outro evento”, realizada no dia 21 de março de 2012, no Plenário 3, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, iniciada às 11h44, presidida pela Deputada Perpétua Almeida, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que, ao iniciar os trabalhos, salientou que o tema da conferência do Rio, desenvolvimento sustentável, interessa a todas as comissões da Casa, mas que a preocupação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, levada ao Presidente Marco Maia, é que a representação da Câmara dos Deputados represente a Casa como um todo, não esta ou aquela comissão. A seguir, chamou, para compor a Mesa, o Dep. Alfredo Sirkis, presidente da Subcomissão Especial Destinada a Acompanhar as Atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20,, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro em junho de dois mil e doze.às 11h49, a Presidente Perpétua Almeida, passou a palavra ao Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar, Secretário Executivo da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20,,para a sua exposição. Na oportunidade, o expositor lembrou que essa não será uma conferência do Brasil, mas das Nações Unidas, sendo o Brasil apenas o país que, por iniciativa do Presidente Lula, ofereceu-se para sediá-la. Mencionou que o título oficial da conferência foi escolhido de forma a deixar clara a ligação inextrincável que existe entre desenvolvimento econômico, social e conservação ambiental. A conferência abordará, portanto, trabalhando esses três eixos, não apenas a situação do planeta hoje, mas as perspectivas para o futuro do planeta. Ademais, como será tratado, no âmbito da ONU, o desenvolvimento sustentável, se através dos vários programas hoje existentes, se através de uma nova agência. As negociações dentro da Conferência serão intergovernamentais, mas haverá vários eventos paralelos, nos quais se busca ampla participação da sociedade civil. A conferência será realizada entre 13 e 22 de junho e o chamado segmento de alto nível da conferência, com a presença de chefes de Estado e de governo será realizado entre 20 e 22 de junho, precedida pelas negociações diplomáticas que ocorrerão entre 15 e 19 de junho Paralelamente ao evento oficial, é determinação do governo brasileiro que seja incentivada ampla participação da sociedade civil. Haverá, para tanto, vários eventos paralelos. Cidades sustentáveis, oceanos, energia etc. Participarão da conferência os Estados membros da ONU, que são 193 até o momento. Historicamente, entre 100 e 120 chefes de Estado e de governo participam dessas conferências. A importância da Rio + 20,, na opinião do expositor, teremos formadores de opinião de todas as



principais áreas do conhecimento, que virão acompanhar e debater a *Rio+20*. A importância da conferência para o Brasil é que o país tem uma liderança e tem apresentado desenvolvimento significativo na área e comprometimento com o desenvolvimento sustentável. A organização da conferência propriamente dita tem tido preocupação em utilizar, na sua organização, tecnologias sustentáveis, assim como tem tido preocupação com a acessibilidade, não apenas para o evento, mas para chamar a atenção dos visitantes para os aspectos atinentes à acessibilidade, tanto para a mobilidade urbana dos portadores de necessidades especiais, assim como para a conectividade. Também é preocupação dos organizadores propiciar a possibilidade de jovens, em situação de vulnerabilidade, participarem dos aspectos organizacionais e de apoio da conferência, com vistas, inclusive, a formar um cadastro positivo dos jovens, que fique disponível, inclusive, para outros eventos internacionais que ocorram no Brasil. A seguir, o palestrante discorreu a respeito dos espaços físicos que estão sendo organizados para a conferência, assim como dos espaços que estarão à disposição das Nações Unidas e aqueles para a sociedade civil. A seguir, presidindo os trabalhos, o Dep. Sirkis passou à palavra à assessora do Departamento de Comunicação Social, Débora, que apresentou a cartilha elaborada para orientar a participação parlamentar no evento. A seguir, Dep. Sirkis ressaltou a importância dos esforços que têm sido desenvolvidos, no sentido de propiciar uma participação parlamentar mais satisfatória, gratificante e eficaz. A seguir, abordou os aspectos práticos e realistas da participação parlamentar na conferência propriamente dita e o que acontecerá paralelamente à conferência que, do ponto de vista do interesse parlamentar estrito pode ser até mais interessante. Dep. Janete Pietá, a seguir, ressaltou a importância esclarecedora da reunião, indagando a respeito da forma e número de parlamentares para compor a delegação, assim como aspectos relativos à hospedagem no Rio de Janeiro e em relação a um texto norteador que oriente a participação parlamentar que tenha sido extraído do conjunto de opiniões apresentadas. As considerações logísticas foram feitas pelo Embaixador. Dep. Janete voltou a indagar em relação aos aspectos de circulação durante a conferência. Foram prestados os esclarecimentos, alertando-se para o fato de que esforços estão sendo feitos para que a população carioca seja afetada o mínimo possível, conquanto, certamente, haverá algum impacto. A sessão foi encerrada às 12h38.

I.II.VI. Ata da 4ª reunião ordinária de audiência pública: temas da Rio+20

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (que registrou a presente reunião como "outros eventos"), com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, com a presença dos seguintes parlamentares da CREDN: Deputada Perpétua Almeida - **Presidenta**; Senhores Deputados Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Ivan Valente, Janete Rocha Pietá e Leonardo Gadelha - **Titulares**; Augusto Carvalho e Elcione Barbalho - **Suplentes**. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Arnon Bezerra, Átila Lins, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Damião Feliciano, Dimas Ramalho, Dr. Rosinha, Emanuel Fernandes, George Hilton, Geraldo Thadeu, Gonzaga Patriota, Henrique Fontana, Hugo Napoleão, Íris de Araújo, Jair Bolsonaro, Jaqueline Roriz, Jefferson Campos, Luiz Nishimori, Luiz Sérgio, Manuela D'Ávila, Roberto de Lucena, Sergio Guerra, Takayama, Taumaturgo Lima e Vitor Paulo. Justificou a ausência o Deputado Eleuses Paiva. **ABERTURA:** Inicialmente, foi convidada a Senhora Regina Cavini, Superintendente de Comunicação e Engajamento da WWF Brasil, para formalizar a assinatura do Termo de Adesão da Câmara dos Deputados, do Ministério do Meio Ambiente e da Frente Parlamentar Ambientalista ao evento Hora do Planeta, ato simbólico, de abrangência mundial, promovido pela WWF. Foram convidados a compor a Mesa, o Senhor Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, a Presidente, em exercício, da Câmara dos Deputados, Deputada Rose de Freitas, a Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputada Perpétua Almeida, a Senhora Isabela Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, o Senhor Roberto Klabin, Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, o Senhor Paulino Franco, representante da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, o Senhor Helder Muteia, representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Senhor Vicente



Andreu, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). A Deputada Rose de Freitas, o Deputado Sarney Filho, a Deputada Perpétua Almeida e o Senhor Roberto Klabin fizeram seus pronunciamentos. Após, foram ouvidos os palestrantes: o Senhor Paulino Franco, o Senhor Helder Muteia, a Senhora Isabela Teixeira, o Senhor Sergio Besserman, Presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e a Senhora Sandra Rios, Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes). Em seguida, o Deputado Sarney Filho passou a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis, Presidente da Subcomissão Rio +20, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e autor do Requerimento nº 110/12. Manifestaram-se os Deputados Ivan Valente e Fernando Ferro. Ao final, foram respondidas perguntas encaminhadas aos palestrantes. **ENCERRAMENTO:** O Deputado Sarney Filho, presidindo a Mesa, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. E, para constar, eu, _____, Ana Cristina Silva de Oliveira, Secretária, lavei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pela Deputada Perpétua Almeida, _____, Presidente, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados

I.II.VII Memória de audiência pública: economia verde

A reunião foi iniciada às 9h27, pelo presidente da Subcomissão Rio+20, Dep. Alfredo Sirkis, com considerações gerais sobre os dois eixos da conferência de junho, governança internacional e economia verde. Manifestou seu pessimismo em relação ao tema *governança internacional para o desenvolvimento sustentável*, em face da crise que se verifica na zona do euro e, mesmo, a proximidade das eleições americanas, aliadas à forma como os americanos percebem as Nações Unidas. De outro lado, a *economia verde* é a bola da vez, podendo-se apontar quatro pontos fundamentais: a necessidade de revisão do PIB; como indicador mor de desenvolvimento totalmente inadequado; a ideia de que é necessário atribuir valor econômico aos serviços prestados por ecossistemas; a ideia de que é necessário reformar os sistemas tributários nacionais e, eventualmente, instituir também uma taxa internacional, no sentido de substituir tributos repressivos por subsídios regressivos em relação a maior ou menor intensidade de emissão de carbono de determinada atividade econômica; incentivo a um grande investimento público por parte dos governos e bancos multilaterais, em atividades de reflorestamento, inovação tecnológica, para baratear radicalmente o custo das tecnologias limpas em relação a saneamento e transporte, no mundo. O presidente manifestou a sua convicção de que, se apenas esses quatro pontos, que qualificou como singelos, fossem consagrados na conferência, esse seria um avanço importantíssimo. Ressaltou o fato auspicioso de que, no presente, o Ministério da Fazenda participa ativamente dessas discussões, sendo elidida a fragilidade institucional visceral anterior, quando o debate estava restrito aos setores ambientais. Manifestou, então, o Dep. Sirkis, a sua convicção de que é fundamental que as áreas econômica, tributária e de planejamento estejam profundamente envolvidas nessa discussão, vez que as grandes respostas virão da nossa capacidade de casarmos a questão ambiental com a questão econômica, combinarmos economia com ecologia e inaugurarmos a era do desenvolvimento sustentável. Passou, a seguir, a palavra aos presentes, Embaixador André Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Sérgio Margulis, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Meio Ambiente; Aloísio Lopes Pereira de Melo, Coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Após as exposições, foram iniciados os debates, franqueando-se a palavra não apenas aos parlamentares, mas a todos os participantes do evento. Dessa reunião, há notas taquigráficas.



ANEXO II – NOTAS TAQUIGRÁFICAS

II.I. SEMINÁRIO RADAR RIO +20 PARA JORNALISTAS, REALIZADO NO PLENÁRIO 4, DO ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

II.I.I Programação do Seminário

9h30 às 9h45 - Abertura: Deputado **Carlos Alberto Leréia** - Presidente da CREDN, Deputado **Alfredo Sirkis** - Presidente da Subcomissão Rio+20, Deputado **Dr. Rosinha** Vice-Presidente da Sub Rio +20; Deputado **Eduardo Azeredo** - Relator da Sub Rio +20

9h45 às 10h25 - Panorama histórico do Desenvolvimento Sustentável na ONU - Senhor **Tony Gross**, representante do Instituto Socioambiental

10h25 às 10h55 - Debates

10h55 às 11h35 - Rio+20: Cenário e expectativas - Senhor **Aron Belinky**, representante do Instituto Vitae Civilis

11h35 às 12h50 – Debates

12h5 às 12h45 - Participação da sociedade civil rumo à Rio+20 - Senhor **Pedro Ivo Batista**, representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos

12h45 às 13h15 – Debates

13h15 às 14h30 - Intervalo para Almoço

14h30 às 15h20 - Economia Verde - Senhor **Ricardo Abramovay**, Professor da FEA/USP

15h10 às 15h50 – Debates

15h50 às 16h10 - Intervalo para o café

16h10 às 17h - Governança: Senhor **Tony Gross**, representante do Instituto Socioambiental

17h às 17h30 - Debates



17h30 às 18h – Encerramento

II.I.II. Notas taquigráficas do turno matutino

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico
Não passível de alteração*

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES Subcomissão Especial Rio + 20,		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1125/11	DATA: 11/08/2011
INÍCIO: 09h28min	TÉRMINO: 12h50min	DURAÇÃO: 03h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h21min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TONY GROSS – Representante do Instituto Socioambiental.
ARON BELINKY – Representante do Instituto Vitae Civilis, que vai falar sobre o tema *Rio+20*.
PATRICIA BONILHA – Assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.
PEDRO IVO BATISTA – Representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

SUMÁRIO: Acompanhamento e análise dos últimos 20 anos com relação à sustentabilidade abordada na Conferência Rio 92.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
A reunião foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Senhoras e senhores, bom dia.

Gostaria de dar início aos nossos trabalhos compondo a Mesa inicial, antes chamando o Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado e ex-Governador Eduardo Azeredo, para compor junto comigo esta breve Mesa de abertura. Ato contínuo, gostaria de lhe passar a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Também quero dar um bom dia a todos. O objetivo da Subcomissão Especial Rio+20 é, evidentemente, como o próprio nome diz, acompanhar a realização desse importante evento no Rio de Janeiro.

Nós tivemos, há 20 anos, aquele que foi considerado como um dos encontros mais positivos em termos de propostas e também de presenças internacionais. Mas, infelizmente, as propostas não tiveram a necessária realização. E, nesses 20 anos, nós vamos analisar o que aconteceu nos caminhos da sustentabilidade.



É evidente que muitas coisas avançaram, melhoraram. Existe uma consciência ambiental no País que é reconhecida especialmente pela juventude, que tem hoje já esse ponto bem firme, bem forte. A própria legislação teve avanços significativos, como o ICMS Ecológico em vários Estados; a própria constituição de órgãos ambientais nos Estados, nos Municípios. Tudo isso evoluiu nesses 20 anos. É inegável que isso efetivamente aconteceu.

De maneira que nós precisamos fazer todo um levantamento de quais propostas podemos levar, do ponto de vista parlamentar, ao grupo executivo que acompanha essa preparação, porque, evidentemente, toda essa parte anterior é que leva as propostas que vão ser discutidas pelos representantes dos países —Presidentes, Primeiros-Ministros e autoridades da área ambiental que aqui virão.

Portanto, o objetivo colocado é este: trocar informações, sugestões, dentro do propósito maior da comissão de Relações Exteriores, que, por sugestão do Deputado Alfredo Sirkis, constituiu esta Subcomissão Especial Rio+20.

Existem outros fóruns nessa mesma linha aqui no Congresso. No próprio Senado Federal existe uma comissão de acompanhamento, e temos também uma Frente Parlamentar, que ainda ontem também se reuniu, se constituiu. São fóruns diferentes, todos eles com o mesmo objetivo.

De maneira que minhas palavras iniciais são exatamente no sentido de conclamação à participação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Deputado Eduardo Azeredo.

Eu vejo aqui o Tony Gross, que vai falar conosco daqui a pouco, logo a seguir, e, quando o vejo, eu me lembro do Fórum Global 92 e da Conferência Rio 92 — a Rio+20, evidentemente, se referencia na Conferência Rio 92. A Rio 92 veio 20 anos após a primeira conferência tratando do tema, que gerou o Relatório Brundtland, elaborado após a Conferência de Estocolmo, onde pela primeira vez se tratou desses assuntos.

Em 1972, durante a Conferência de Estocolmo, aqui, no Brasil, nós vivíamos sob a égide da ditadura militar. Eu estava, na época, exilado — em 1972 estava na Europa, depois, fui para o Chile, para a Argentina e voltei para a Europa correndo. Nesse período, não me recordo exatamente em que ano, o Governo brasileiro inseriu nas principais publicações da Europa e dos Estados Unidos um anúncio cujo mote era o seguinte: *“Venham nos poluir!”*.

Dentro desse anúncio se desenvolvia o raciocínio de que, de fato, no momento em que o mundo começava a se preocupar com questões de natureza bizarra, como poluição e coisas afins, e que restrições começavam a ser impostas a empresas, a indústrias que se instalavam, havia um país em que não havia esse problema absolutamente e que receberia qualquer forma de poluição de braços abertos, porque era um país que se desenvolvia de forma vertiginosa, com crescimento de 11% ao ano etc.; que naquele momento vivenciava o que todos chamavam de “milagre econômico”, “o milagre brasileiro”.

Então, nos anos 70, assim estávamos.

Quando se deu a anistia, em 1979, os exilados regressaram, alguns deles, influenciados pelos movimentos ambientalistas, pelos movimentos “verdes” que, naquele momento, se constituíam



na Europa, como é o caso do Fernando Gabeira, Carlos Minc, Liszt Vieira, Juca Ferreira e eu. Nós regressamos ao Brasil, naquele momento, não com a intenção de organizar um partido verde, mas basicamente de dar um conteúdo político ao movimento ambientalista, que, no Brasil, existia desde meados da década de 70 no sul do País, com lideranças como José Lutzenberger, Magda Renner e outros, e cujo marco fundador, na minha opinião, foi o episódio Carlos Dayrell, em Porto Alegre.

Carlos Dayrell, estudante, mineiro, viu que uma árvore frondosa ia ser cortada pela Prefeitura de Porto Alegre para o alargamento de uma via expressa. Ele subiu na árvore para não deixar que ela fosse cortada. Foi preso, naturalmente, mas a árvore acabou não sendo cortada. Aquilo era algo tão fora do esquadro que ele não foi preso por subversão, nem considerado subversivo. Aquilo era uma coisa completamente fora do esquadro do paradigma de confronto político que existia no anos 70.

Então, quando nós voltamos ao Brasil com essas ideias de criar um movimento ambientalista, começamos, na época, a organizar as assembleias permanentes de meio ambiente estaduais, a começar pela do Rio de Janeiro. Havia, tanto na Direita do tabuleiro político quanto na Esquerda, uma enorme desconfiança em relação a essas ideias. A Direita dizia que éramos inimigos do desenvolvimento econômico; *hippies*, *neohippies* — alguns até fisicamente tinham um pouco essa aparência naquela época. Do ponto de vista da Esquerda, diziam que isso era um elitismo danado; que isso estava muito bem para Holanda, para Suécia, mas no Brasil, um país com tanta fome, miséria, desemprego etc., tínhamos outros problemas mais importantes que teríamos que resolver primeiro, para, depois, começarmos nos preocupar com esses problemas; que eram problemas típicos de Primeiro Mundo e não de Terceiro Mundo.

Esse tipo de pensamento prevaleceu de uma forma intensa durante a década 80, embora, claro, em 1986, quando fundamos o Partido Verde, outros partidos se sentiram a necessidade de concorrer também e se abrirem um pouco para essas ideias etc., mas eu acho que a Conferência Rio 92, de fato, foi um marco.

Do ponto de vista da sua produção prática, como Conferência das Nações Unidas destinada a elaborar textos de referência legal de alcance planetário, na época podemos até não ter dado o suficiente valor, mas foi um acontecimento absolutamente extraordinário. Quem participou, por exemplo, da reunião de Copenhague, com aquela produtividade abaixo de zero, e se lembra do que foi a produtividade da Rio 92, que conseguiu elaborar a Agenda 21, as convenções, a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade, sabe que, de fato, nós tivemos ali um efeito prático extraordinário.

Foi um ciclo de conferências que hoje podemos ver até com uma certa saudade, porque cada uma delas tinha começo meio e fim e, no final, produzia alguma coisa, agregava um avanço em termos de legislação internacional em relação a questões ambientais e de sustentabilidade muito diversas. Isso foi, mais ou menos, acontecendo até a Conferência de Kyoto. Depois, a partir dos anos 90, começamos a ter uma sucessão de conferências pouco produtivas, improdutivas e até com riscos de retrocesso, e neste momento estamos.

De qualquer maneira, acho que a produção, vista retrospectivamente — porque, na época, nós não achávamos que fosse assim — hoje, olhando para trás, olhando para a Conferência Rio 92,



vemos que ela foi extraordinária do ponto de vista da sua produção; ela foi extraordinária do ponto de vista da sua repercussão planetária, um evento altamente midiático, televisivo, que, de fato, suscitou discussões, comentários e tudo; ela foi fantástica ao projetar a imagem da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, e teve efeitos práticos importantes sobre a política ambiental brasileira.

Só para dar um exemplo local, foi a partir da Conferência de 1992 que, em 1993, a cidade do Rio de Janeiro criou a sua Secretaria de Meio Ambiente, da qual eu fui o primeiro Secretário.

Houve um aspecto que me parece muito importante, que comecei a perceber na época e hoje percebo com mais nitidez: um dos segmentos mais fortemente atingidos do ponto de vista de pensamento pela Conferência Rio 92, de tudo o que aconteceu, foi o segmento empresarial, o qual, nos anos 80, quase todo ele via naquele conjunto de ideias e preocupações os inimigos do desenvolvimento econômico. Naquele momento, esse segmento começou a se abrir e descobrir uma expressão que se consagrou naquela Conferência, que foi “desenvolvimento sustentável”.

Nós, ambientalistas, inicialmente, tivemos um pé atrás, até dois pés atrás em relação a essa expressão, porque nos pareceu que era *business as usual*, com um pouquinho de *marketing* verde em cima. De fato, isso aconteceu em algumas situações, mas, de fato também, em relação a toda uma série de empresas, uma série de setores da economia, a questão calou muito mais fundo do que simplesmente a necessidade de se fazer o *marketing* verde para mascarar uma atividade poluidora; começou, de fato, a haver uma preocupação com o assunto em si, as empresas começaram a se organizar, a organizar departamentos, a realizar seminários, a realizar *brainstorm* para de fato começar a assimilar o novo mundo que se abria naquele momento. E assim fomos.

Um ingrediente fundamental — e aí volto a me lembrar do Tony Gross —: aquela não foi apenas a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada nos pavilhões do Rio Centro, com a presença — é interessante assinalar — de grandes atores da política internacional. Naquela reunião estiveram presentes George Bush pai, John Major, Fidel Castro e mais toda uma pletera de chefes de Estado, talvez os mais importantes daquele momento. Acho que dos grandes chefes de Estado, salvo engano ou lapso de memória, só o François Mitterrand não estava — se bem que, em 1992, não era mais ele — de resto lá estava a nata dos chefes de Estado no âmbito internacional. Aquilo evidentemente contribuiu para a grande repercussão na mídia, na televisão, nos jornais, na imprensa de todo o mundo.

Paralelo a esse evento ocorreu o Fórum Global 92, realizado no Aterro do Flamengo, em algumas tendas conseguidas na época. Em cada tenda desenvolvia-se uma porção de atividades e as ONGs tomaram conta daquilo. Eu, como Vereador, tive um papel na viabilização do evento porque consegui — o que foi relativamente fácil — convencer o Prefeito Marcelo Alencar a promulgar, o que já foi um pouco mais difícil, uma lei de incentivos fiscais, nos moldes da Lei Rouanet, para projetos ecoculturais.

A negociação, à época com a Secretaria de Fazenda, fez com que essa lei tivesse uma vigência muito efêmera. Foi uma lei que vigeu durante 1 ano apenas, mas ela permitiu que se financiasse em grande parte o Fórum Global 92, um evento extraordinário. Todo mundo que



representa — ou representava — algo em meio ambiente em termos internacionais naquela época passou por ali — eu me lembro do Al Gore, enfim, um monte de gente. Foi um grande acontecimento.

Então tivemos uma conferência diplomática extremamente produtiva, um evento midiático muito concorrido, a mobilização muito significativa da sociedade civil, e a reverberação disso tudo ao longo dos anos foi muito significativa.

Acho que a Rio 92 foi um dos grandes momentos desse processo, sem dúvida fantástico para a cidade do Rio de Janeiro. Agora, 20 anos mais tarde, estamos diante de uma conferência que se propõe a ser sucedânea da Rio 92. Vou me aprofundar na discussão sobre a conferência em si mais adiante, mas só queria balizar algumas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, a conferência se dá com um temário restrito a dois pontos, que é a economia verde e a governança internacional para temas ambientais e de sustentabilidade; oficialmente não se falará sobre clima, pelo menos na agenda oficial das Nações Unidas; a afluência de chefes de Estado a esta reunião não está claramente definida, quem virá, quem não virá. É claro, por exemplo, segundo me informou a Embaixada dos Estados Unidos, Barack Obama não virá porque ele quer vir em 2014 para a Copa do Mundo. Não se sabe quais outros chefes de Estado virão. Há a hipótese de que o Primeiro-Ministro da China comparecerá à reunião, mas não sabemos, não temos garantida aquela pletera extraordinária e plural de chefes de Estado. E nem os chefes de Estado de hoje são tão midiáticos como eram os daquela época.

Por um lado, temos no horizonte um bloqueio muito grande das negociações em âmbito internacional em torno do tema mais importante que neste momento a humanidade debate: a questão do clima. Tivemos um fracasso, na minha opinião — sei que nem todos pensam assim, mas, na minha opinião, foi um fracasso —, na Conferência de Copenhague, uma elaboração relativa em cima do fracasso em Cancún.

A Conferência de Durban será realizada em dezembro deste ano e nada indica que irá conseguir avançar um milímetro que seja do ponto de vista realmente substantivo. O que é substantivo? É a redução de emissões no nível que os cientistas dizem ser necessário. Então, não há essa perspectiva em Durban, e o final de 2012 é o prazo limite para a morte súbita da primeira fase de implementação do Protocolo de Kyoto, a partir do qual, por exemplo, na ausência de um novo acordo, a Comunidade Europeia pode se sentir desobrigada em relação às suas metas compulsórias de redução de emissão de gases.

Então, esse, digamos, é o contexto que vamos encarar nessa conferência e, depois, vou querer discutir um pouco a questão dos dois grandes pontos, como a questão do clima incide sobre essa conferência e uma série de questões que vou procurar abordar mais adiante.

Sem mais delonga, gostaria de abrir a primeira Mesa de discussão, que irá tratar justamente do Panorama Histórico do Desenvolvimento Sustentável na ONU.

Gostaria que o Tony Gross, por favor, tomasse assento à mesa. Ele representa o Instituto Socioambiental e vai marrar em detalhes o processo que esbocei em breves pinceladas aqui sobre as Nações Unidas e o advento da Conferência Rio +20. Tony, por favor, aqui à minha esquerda.



O SR. TONY GROSS - Srs. Deputados, membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e de sua Subcomissão Especial Rio +20, agradeço aos senhores esta honra, esta oportunidade de falar para esta Comissão e para os participantes. Agradeço aos organizadores o convite, ao Instituto Socioambiental, à Fundação Getúlio Vargas e ao Vitae Civilis.

Embora o Deputado Sirkis tenha me apresentado como Coordenador do Fórum Global 92, porque sou Diretor do ISA, do Instituto Socioambiental, devo esclarecer que eu falo também na condição de pesquisador da Universidade das Nações Unidas e de um ex-oficial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — PNUMA e do Secretariado da Convenção da Biodiversidade, para onde eu parti após o Rio 92.

A tarefa que me deram agora é dar um panorama histórico. Outros palestrantes vão falar mais especificamente sobre a Rio+20 e seus preparativos, sua razão de ser. Então, vou tentar dar um panorama histórico, resumido, para contextualizar a Conferência do ano que vem.

Sabemos que ao longo da sua história a humanidade, através de suas necessidades indígenas, camponesas, reinos, cidades, tiveram códigos internos de uso e conservação dos recursos naturais essenciais para sua sobrevivência, para seu bem-estar e para evitar conflitos entre usuários desses recursos naturais sobre o uso de água, pastagens, regras de caça, manutenção de florestas e de fauna e flora etc.

Estou dizendo isso para salientar o fato de que até certo ponto, na nossa história, essas regras e essas negociações eram questões internas a sociedades. E tivemos relatos — tenho a percepção cada vez mais nítida — de que certas sociedades não conseguiram gerenciar seus recursos naturais essenciais para sua sobrevivência e não sobreviveram, por má gestão de seus recursos naturais. Por exemplo, os assentamentos *vikings* na Groenlândia, os habitantes originários da Ilha de Páscoa etc.

E também casos específicos decorrentes do processo de colonização. Por exemplo, a população da Polinésia, que chegou às ilhas que hoje em dia são Nova Zelândia, dizimaram a fauna principal daquelas ilhas, a ponto de não existir mais.

Na colonização europeia, na América do Norte, por exemplo, há vários casos, como o do bisão, que desapareceu, e aqui em casa a questão é o desaparecimento da Mata Atlântica, com a chegada dos europeus no Brasil.

Estou querendo chegar a uma distinção entre problemas ambientais locais, suas origens e sua remediação, e questões ambientais globais. Com o processo de industrialização foram rompidas não somente essas estruturas e regras sociais, mas também se instalou uma visão de que a maneira de uma sociedade atender suas necessidades de promover o bem-estar não dependia mais da preocupação com o uso de recursos naturais.

E aí vemos ene exemplos, todos conhecidos, mas o mais óbvio seria o uso de recursos aquáticos, os rios. Uma comissão de inquérito do Parlamento britânico, em 1866, numa visita a uma região recém-industrializada, no norte do país, com fundições e usinas de tecelagem e minas de carvão, achou as águas de determinado rio tão poluídas, tão pretas, que concluiu que aquela água



servia como tinta. E para comprovar isso escreveu parte do seu relatório parlamentar em tinta tirada das águas ou fabricada com as águas daquele rio.

Ao mesmo tempo, tenho relato de outros rios onde as crianças da vizinhança, com brincadeiras — rios tão poluídos e tóxicos —, jogavam fósforos para acender as águas do rio. São exemplos conhecidos e até recentes.

Em 1972, um relatório semelhante, em Tóquio, descreveu condições semelhantes no Rio Sumida, que é um dos principais rios daquela metrópole. Temos exemplos perto de casa: os rios Tietê e Pinheiros, em São Paulo, onde, duas gerações atrás, era costume nadar em suas águas e fazer piquenique às suas margens.

Esses exemplos são conhecidos e são decorrentes de ações de ordem nacional, local, e sua remediação é local também. Um exemplo clássico é a despoluição do Rio Tâmisa, em Londres, no sul da Inglaterra, após a Segunda Guerra, que passou de ser um rio morto para um rio viscoso, onde era possível, mais uma vez, a abstração de água para beber.

Nessa época nem todos os problemas eram estritamente nacionais. No final do século XIX e início do século XX, temos o início de acordos, de tratados entre países soberanos sobre o uso compartilhado de recursos naturais ou a prevenção de sua deterioração.

Há exemplos iniciais na virada do século XIX para o século XX: o acordo entre os países vizinhos sobre a gestão do Rio Reno, na Europa; o acordo entre os Estados Unidos e o Canadá sobre a preservação de espécies de aves migratórias entre os dois países. Em 1900, houve a primeira convenção multilateral ambiental, para a preservação de animais, aves e peixes na África, assinada pelos poderes coloniais europeus, que, inclusive, tentava proibir a exportação de marfim e a caça de elefantes.

Ao longo do século XX se vê, cada vez mais, esse tipo de negociação entre países. Um dos primeiros exemplos é aqui nessa região, em 1940: a Convenção sobre a Proteção da Natureza e a Preservação da Vida Silvestre no Hemisfério Ocidental, a chamada Convenção de Washington, onde as partes contratantes se obrigaram a criar áreas para proteger e manter em seus *habitats* populações representantes de todas as espécies de sua fauna e flora nativas.

Na época pós-guerra, ou seja, a partir dos anos 50, o cenário mudou. Primeiro, foi criada a Organizações das Nações Unidas, com mandato de ser o fórum para a discussão de toda e qualquer questão intergovernamental. O que se vê no período pós-guerra é a incorporação pelas Nações Unidas de questões ambientais, principalmente porque nessa época cresceu a percepção de que havia uma série de problemas ambientais que não eram passíveis de serem solucionados em escala nacional ou regional e que os efeitos das atividades que causam esses problemas ambientais eram globais.

Trata-se de poluição atmosférica, poluição dos mares e oceanos, chuva ácida, transporte aéreo de partículas químicas nocivas à saúde humana, oriundas de processos industriais. Não é possível um único país ou um grupo de países vizinhos, por si só, resolverem, mitigarem os impactos desses problemas.



Tem-se nos anos 50 e especialmente nos anos 60 um processo paralelo, principalmente, para começar, mas não exclusivamente nos países desenvolvidos, o crescimento da preocupação entre a sociedade civil e a criação de órgãos e movimentos ambientais e uma preocupação governamental.

Um bom exemplo é a questão da chuva ácida se espalhando pela Europa, por causa de atividades industriais em alguns países, Alemanha, Inglaterra etc., que danificou florestas na Escandinávia, na Alemanha e no Leste Europeu.

Em 1969, foi proposta uma conferência da ONU sobre meio ambiente. A proposta veio da Suécia, um dos países especialmente afetados por esses fenômenos, especialmente pela chuva ácida. A ONU acatou a proposta. Entre 1970 e 1972, houve todo o processo preparatório para a conferência de 1972 em Estocolmo, o que o Deputado Sirkis descreveu.

O revelador, revendo os preparativos e as conclusões da conferência de 1972 em Estocolmo, é a modernidade do tratamento e das conclusões. A produção da conferência era a Declaração de Estocolmo, com 26 princípios, o plano de ação para o ambiente humano, a criação de um programa das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — PNUMA, e a criação de um fundo ambiental no âmbito do PNUMA.

Entretanto, como o Deputado Sirkis descreveu, o ambiente dessa conferência tinha muito o caráter de embate entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Países latino-americanos, inclusive o Brasil, argumentaram que a poluição e a degradação ambiental eram facetas necessárias do processo de industrialização, para atender às aspirações e às necessidades sociais. Até um país africano, Costa do Marfim, se não me engano, declarou que gostaria de ser muito poluído se essa poluição fosse oriunda de um processo de industrialização.

Mesmo com essas tensões, chegou-se a um bom termo. Os 26 princípios da Declaração de Estocolmo criaram as bases da discussão internacional até agora, porque, entre seus princípios, há o de que o planejamento econômico e o processo de desenvolvimento econômico de países têm de estar atentos aos impactos ambientais, têm de incorporar questões ambientais em seu planejamento. Outro princípio diz que o planejamento e as atividades de hoje não podem ter impacto negativo sobre as perspectivas de gerações futuras. São princípios que vemos repetidos na Conferência de 1992 e em todo discurso global de desenvolvimento sustentável até agora.

Em 1983, houve o intuito de demonstrar que a questão não era simplesmente ambiental, mas de proporcionar bem-estar, desenvolvimento econômico, erradicação de desigualdades etc. no plano global, o essencial era mais do que estar atento às questões ambientais.

Em 1982, a ONU criou sua comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, a chamada Comissão Brundtland, que se reuniu entre 1983 e 1987, fez várias visitas de campo, inclusive ao Brasil, em São Paulo, no início de 1987. Falando internamente, foi um impulso ao crescimento do conceito de socioambientalismo.

Pela primeira vez, representantes de comunidades indígenas, comunidades extrativistas e comunidades de base brasileiras tiveram acesso e puderam informar o processo intergovernamental



sobre seus pontos de vista, suas necessidades e seu dia a dia nesse processo, como foi dito, de industrialização intensiva do Brasil.

Em 1987, a comissão lança seu relatório, *Nosso Futuro Comum*, que estabelece, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável e coloca, no mote usado até hoje, que o desenvolvimento sustentável é atender às necessidades das gerações atuais, sem prejudicar as necessidades das gerações futuras.

Como consequência, iniciou-se uma série de negociações e o estabelecimento de outros tratados globais, como as duas convenções negociadas no período 1990 a 1992, a Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

No final dos anos 1980, a ONU resolve convocar sua segunda cúpula global sobre meio ambiente, que vem a ser a conferência do Rio de 1992. Mas o título mudou significativamente, refletindo essas novas percepções. Em 1970, era a Conferência da ONU sobre Ambiente Humano. Em 1992, era a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Vou tentar ser breve. Como o Deputado disse, foi um evento superimportante. Pegou uma onda de entusiasmo e energia, e um contexto no cenário global em que politicamente estava acontecendo muita coisa, principalmente o desmoronamento da União Soviética e a perspectiva do mundo e, portanto, das negociações intergovernamentais não mais baseadas em blocos no mundo bipolar. Imaginava-se nessa época a esperança de que poderia haver negociações e soluções negociadas globalmente, sem interferência da Guerra Fria.

A conferência do Rio aconteceu em um momento de muito entusiasmo e muita energia. De passagem, atribui-se boa parte dessa energia à figura do Secretário-Executivo da convenção, Maurice Strong, que havia sido Secretário-Executivo da Conferência de Estocolmo, que montou uma equipe.

Ao contrário do que veremos na conferência do ano que vem, a ONU criou um secretariado próprio para a organização da conferência, com bastante autonomia. Um dos usos dessa autonomia que Maurice Strong fez, que é muito importante, como mencionamos e como veremos, é abrir as portas. Até então, as negociações da ONU eram restritas a um leque muito pequeno de observadores, sob o argumento de que são negociações entre Governos. Tudo bem, pode haver alguns observadores de instituições da sociedade civil ou de setores científicos e acadêmicos, mas sobre regras estritas.

O resultado é que, entre a criação da ONU, em 1945, e a Conferência do Rio, em 1992, a participação da sociedade civil nos debates e trabalhos da ONU, não somente nas áreas ambientais e de desenvolvimento, mas em todas as áreas, era muito restrita.

Maurice Strong decidiu, mais ou menos por conta própria e contra as tradições da ONU, que a Conferência do Rio estaria aberta a qualquer observador que pudesse comprovar a relevância de suas atividades aos temas em discussão. Já que os temas em discussão abrangiam quase todas as atividades humanas imagináveis, abriram-se as portas e houve a participação de observadores na Conferência Oficial, no Riocentro, mas principalmente no Fórum Global, no Parque do Flamengo. Calculamos que foram 17 mil participantes cadastrados de mais de 10 mil entidades de mais de 170



países. Era o primeiro encontro realmente global da sociedade civil. Além disso, mais de 400 mil residentes do Rio de Janeiro tiveram acesso ao Fórum Global.

Não vou falar sobre isso agora, mas é um fator para se ter em mente. No Brasil, na saída do regime militar, consolidou-se o conceito de legitimação da participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas, o que teve importância inegável.

Também, como veremos, pelo menos na área de desenvolvimento sustentável, em todas as conferências subsequentes no âmbito da ONU, as regras que Maurice Strong impôs, em 1992, no Rio, se mantiveram mais ou menos. Então, a partir desse momento, a participação da sociedade civil organizada global nas tomadas de decisão e negociações da ONU é ampliada de forma extraordinária.

Os produtos da Conferência do Rio, como sabemos, são a Declaração do Rio, com 27 princípios, alguns dos quais refletem e elaboram com mais precisão os princípios de Estocolmo; a Agenda 21, um receituário de 300 páginas, 40 capítulos sobre todas as facetas do desenvolvimento sustentável, identificando áreas programáticas, base para a ação, objetivos, atividades e meios de

Foram abertas à assinatura as convenções de biodiversidade e mudança de clima, que haviam sido negociadas a bom termo, cujos textos estavam prontos para assinatura no Rio. Ainda foram feitas uma declaração de princípios a respeito de florestas, a decisão de criar, para dar sequência aos resultados da Conferência do Rio, principalmente a implementação da Agenda 21 no âmbito da Assembleia Geral, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que, a partir de 1993, se reúne anualmente.

No resto da década de 90 ocorreu intensa atividade intergovernamental. A partir de 1993/1994, entraram em vigor as duas convenções de biodiversidade e mudança de clima.

Geralmente, temos a negociação de um tratado, é aberta a assinatura e depois a ratificação. Na maioria dos casos a ratificação passa pelos congressos nacionais. É um processo demorado, que leva 2, 3 anos. E geralmente o tratado entra em vigor somente quando 50 ratificações são recebidas pela ONU. Então, não é uma coisa difícil aguardar 5, 10 anos para que o tratado entre em vigor após sua negociação.

É importante ressaltar que as duas convenções negociadas, às vésperas da Convenção de Biodiversidade e Mudanças de Clima, no Rio, entraram em vigor em menos de 2 anos, o que é um tempo recorde e indica a importância dada pelos Governos à sua entrada em vigor.

A partir desse momento acontecem as reuniões periódicas dessas duas convenções — as chamadas Conferências das Partes, cuja 15ª Conferência de Mudança de Clima foi realizada em Copenhague — é negociada, e entra em vigor, a Convenção Internacional de Combate à Desertificação. E também outros processos paralelos.

A negociação complicada sobre florestas, no Rio, resulta, em 1995, na criação de um Painel Intergovernamental sobre Florestas, que, a partir de 2000, vira o Fórum da ONU sobre Florestas, é negociado e acordado, em 2007, o Instrumento Não Vinculante sobre todos os tipos de Florestas, ou



seja, uma convenção, mas que, dadas as restrições e os problemas ao redor do assunto, não é vinculante como as três Convenções do Rio.

Nos anos 90, voltando um pouco, houve intenso calendário de conferências globais da ONU sobre temas relacionados à questão do desenvolvimento sustentável. Em 1994 houve a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Também, em 1994, a Conferência da Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento. Em 1995, a Conferência Mundial sobre Mulheres e também a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social. Em 1996, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos. E, em 1997, a Cúpula da Terra, a Rio +5.

Estou listando isso para tentar ilustrar que, nesse período, nos anos após Rio, até hoje, houve no plano intergovernamental intensa atividade de estabelecimento do arcabouço normativo para implementação das diferentes facetas do desenvolvimento sustentável.

Temos ainda um pouco de tempo.

Em 2002 ocorreu a Rio +10, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, que — isso é relevante para as discussões de hoje tarde — enfatiza o fato de que o conceito e a implementação do desenvolvimento sustentável têm de ser necessariamente baseado em três pilares: o econômico, o social e o ambiental.

A ONU foi instruída a coordenar esses três pilares, através da Assembleia Geral das Nações Unidas, como órgão máximo; do Conselho Econômico e Social — ECOSOC, que tem a reponsabilidade de integrar esses três pilares, e a Comissão do Desenvolvimento Sustentável, cuja incumbência é acompanhar, avaliar e implementar a Agenda 21.

Na década de 2000 houve significativo aprofundamento da base científica, com avaliação ecossistêmica do milênio, no início da década. Depois, o Relatório Stan, sobre os custos de tratar a questão do clima agora, em vez de empurrar com a barriga, e TEEB, estudo sobre a economia de ecossistemas e biodiversidade, todos apontando para o fato de que os bens e serviços fornecidos pela biodiversidade e pelos recursos naturais são a base da economia mundial.

As tendências são alarmantes. A perda de serviços ecossistêmicos e de recursos naturais terão fatalmente impactos muito sérios sobre a capacidade dos países e do mundo, como um todo, de atender às necessidades de erradicação da pobreza, de atender às necessidades sociais e o bem-estar de suas populações.

Ao mesmo tempo, vemos que o conceito de desenvolvimento sustentável é amplamente conhecido por organismos internacionais, governos, sociedade civil, mídia, público em geral.

Resumindo a história desses 40 anos, mais especialmente 20 anos após a Conferência do Rio, a arquitetura institucional, o arcabouço normativo, os instrumentos globais e nacionais têm sido identificados e estão em vigor. Mas há um acordo geral entre todos os observadores e participantes de que a coisa não anda nada bem: há déficit de implementação, problemas sérios de capacidade de recursos, de vontade política, de conhecimento técnico, de base científica para os países poderem implementar os compromissos assumidos em todos esses instrumentos; há um abismo entre as intenções e os resultados concretos, tanto no plano internacional como nacional; os organismos



normativos, responsáveis pela implementação, foram criados em outras épocas e não necessariamente conseguem operar à altura das demandas; a base do acordo entre os países, entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento eram acordos sobre recursos financeiros, transferência de tecnologia, capacitação, etc. E, via de regra, esses acordos não têm sido cumpridos, pelo menos na escala inicialmente acordada.

Então, hoje o entusiasmo e as expectativas, de 1972 e de 1992, são um tanto ingênuas, principalmente em boa parte, porque o mundo mudou de uma forma não prevista. As mudanças que estamos observando aconteceram mais rapidamente e foram mais profundas do que o previsto. Cito, como exemplo, a explosão tecnológica, especialmente na área de comunicação, tem impactos econômicos, sociais, políticos e de hábitos inimagináveis, 20 anos atrás; a integração e o crescimento da economia global mudaram de forma inesperada; em 1972, o PIB global era de 13 trilhões de dólares; em 1992, de 25 trilhões; em 2009, de 40 trilhões, ou seja, no período de que estamos falando, de 1972 a 1992, triplicou o tamanho da economia global. A projeção do FMI e do Banco Mundial é de que, em 2050, vai triplicar novamente para 135 trilhões de dólares. Além disso, o PIB *per capita* em escala global também cresceu bastante: de 3.500 dólares, em 1972, para 4.600 em 1992, e para 6 mil em 2008, ou seja, 172% em menos de 40 anos.

E temos os paradoxos. Apesar dos esforços, apesar dos investimentos, apesar de muitos países terem feito a coisa certa, persiste a situação de gravidade.

Eu trabalho muito com a Convenção da Biodiversidade. Nos últimos 2 anos, fizemos um estudo da implementação por parte dos 193 países contratantes, ou seja, quase todos os países do planeta que fazem parte da Convenção da Biodiversidade, que têm a incumbência de elaborar e implementar estratégias nacionais de biodiversidade, para atender os objetivos dessa convenção. A boa notícia é que mais de 180 países fizeram o dever de casa, têm suas estratégias nacionais de biodiversidade, em alguns casos supersofisticados, com bases científicas robustas, com capacitação técnica e institucional capaz de levar à sua implementação. Mas com todo esse investimento, com todos esses esforços, a ciência relata que as taxas de biodiversidade continuam a crescer, ou seja, o investimento e os esforços não tiveram aparentemente impactos concretos sobre o problema. Então, esse é o ponto a que chegamos.

Eu vou concluir, porque os palestrantes que vão me suceder falarão mais especificamente sobre a Conferência de 2012.

Estamos numa situação paradoxal: sabemos o tamanho do problema, temos uma base científica muito mais robusta do que 20 ou 40 anos atrás; temos uma compreensão cada vez maior e uma aceitação política cada vez maior da gravidade das consequências, mas tanto no plano interno nacional como intergovernamental, estamos diante de uma incapacidade de identificar os caminhos e os mecanismos para reverter essas tendências nefastas, para colocar a humanidade num caminho seguro.

Eu observei com muito interesse, e alguns dos senhores devem ter visto na televisão, no final de semana passado, uma entrevista com José Graziano, o brasileiro que será o próximo Diretor-Geral da FAO, a quem foi perguntado se o mundo está caminhando para um colapso em 2050, com



incapacidade de alimentar sua população de 9 a 10 bilhões de pessoas. Ele disse que não, que isso é catastrofismo; que a produção agrícola do mundo é suficiente para dar uma dieta adequada e nutritiva a uma população de 9 a 10 bilhões, mas é impossível alcançar isso com os atuais padrões de produção e consumo, onde o conteúdo energético da embalagem de alguns alimentos é maior do que o conteúdo calórico dos próprios alimentos. E que, salvo a região do Saara, o problema da fome não é de falta de alimentos, mas de acesso à renda, de poder de compra.

Então, se existe um problema principal e intratável, pelas evidências atuais, é a falta de integração nos âmbitos intergovernamental e governamental.

Desenvolvimento sustentável continua sendo visto como responsabilidade de ministérios de meio ambiente e não de ministérios de economia, não de ministérios de planejamento, não dos ministérios responsáveis pelos investimentos em infraestrutura ou em serviços sociais. E muito menos desenvolvimento sustentável é visto nos países como a linha dorsal, transversal, e norteador de políticas de governo.

No período da tarde falaremos mais sobre questões de governança, mas acho que, como pano de fundo para a Conferência Rio+20, era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Tony, muito obrigado por sua intervenção. Passou um pouco da hora, mas eu achei melhor não interrompê-lo, dada a importância das questões que estava levantando.

Vou fazer uma pequena adaptação. Vou passar a palavra, de imediato, ao nosso próximo expositor, Aron Belinky, representante do Instituto Vitae Civilis, que vai falar sobre o tema *Rio+20 — Cenários e expectativas*. Ao término de sua intervenção faremos conjuntamente o debate, a sessão de perguntas e respostas e intervenções dizendo respeito às duas exposições.

Com a palavra, por favor, o Sr. Aron Belinky.

O SR. ARON BELINKY - Obrigado, Deputado Sirkis.

Bom dia a todos. É muito bom termos a oportunidade de conversar novamente sobre o andamento da Rio+20, sobre o preparo desse caminho.

O Vitae Civilis, que represento, vem fazendo um trabalho bastante intenso há mais ou menos 1 ano procurando pautar o assunto da Rio+20 e trazer para o conjunto da sociedade brasileira os temas e as discussões em pauta.

Eu vou procurar ser bem focado e ir bem diretamente ao ponto sobre como a conferência está funcionando.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro ponto que acho importante é termos a noção de que a Rio+20 não é simplesmente um evento. Como se pode ver neste quadro, há uma sequência de datas que compõem o que é, de fato, a Rio+20.

Assim, temos ali: nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2012, o evento oficial da ONU, a conferência em que será oficialmente tratado o tema. Isso é completamente diferente do que aconteceu em 1992, quando a conferência durou, só ela, 10 dias — aqui são 3 dias.



Há outro fato interessante. Uma semana antes — na segunda, terça e quarta-feira da semana anterior — teremos um evento preparatório dessa mesma conferência da ONU, também no Rio de Janeiro, que será uma reunião de pré-negociação do processo. Assim, a ONU terá dois eventos, de 3 dias cada um, acontecendo no Rio de Janeiro em junho de 2012. Entre um evento e outro há 4 dias, período que está sendo transformado em parte informal da conferência. Está sendo pautado para esses 4 dias entre os dois eventos oficiais um conjunto de debates e de pautas que tanto vai acontecer no campo governamental quanto no campo do diálogo do Governo com a sociedade civil, puxado pelo próprio Governo, quanto na sociedade civil, independentemente.

Temos neste quadro, na parte de baixo, o que está marcado ali como Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental. É um conjunto de eventos, um grande encontro da sociedade civil que está sendo articulado pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 que vai congrega um conjunto muito grande de atividades de vários atores da sociedade civil. E também acontecerão em paralelo outros eventos do setor empresarial, do setor governamental e de várias outras áreas que estão se congregando em torno da Rio+20.

Outro ponto também importante é que, do ponto de vista do que vai acontecer lá e pensando em cobertura de imprensa, pensando no foco deste seminário, que é muito sobre pautar cobertura e obviamente também a participação do Parlamento e de todos, no fim de semana anterior a esse processo todo, quando vai começar a chegar gente no Rio de Janeiro, vai começar a acontecer eventos. E teremos o *day after* — os 4 dias após a conferência oficial (quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo) — em que alguns milhares de pessoas que estarão no Rio de Janeiro certamente ainda estarão trabalhando e discutindo o que fazer dali para a frente.

Como o Tony comentou, a Rio+20 está pautada um pouco nesse cenário não como um evento, vamos chamar assim, um ponto de chegada, mas um ponto de convergência e de encaminhamento de outros passos que virão pela frente. Isso é muito importante. Não se espera resolver tudo lá, mas certamente será pautado na Rio+20 muito do que nós vamos fazer pelo menos nos próximos 5, 6 anos e, eventualmente, nos próximos 20 anos. Muita coisa ali vai se convergir, trazendo esse processo que está meio desgastado, como comentou o Deputado Alfredo Sirkis.

Outro ponto importante é que esse processo já está acontecendo. Uma série de atividades que têm a ver com a Rio+20 já estão acontecendo dentro e fora do Brasil. Está cheio de eventos marcados para a Rio+20, para quando chegar a Rio+20, até a Rio+20. Nós, aqui, estamos hoje fazendo isso, e isso já está pautando uma série de temas na agenda. Então a conferência já está acontecendo.

Outro ponto importante de ser lembrado é que o contexto político em que a Rio+20 ocorre tem esse problema, já também comentado pelo Deputado Sirkis, de esvaziamento das conferências da ONU nos últimos anos — aquilo que aconteceu em Copenhague, em 2009, com a COP-15, que foi ao mesmo tempo um grande sucesso em termos de mobilização e de pautar debates mundiais, mas também foi muito improdutiva, do ponto de vista da capacidade de entrega do sistema ONU, do sistema multilateral. Então há um grande ceticismo nessa direção.



E hoje há a crise econômica, que em 2008 teve um grande impacto, e agora, em 2011, estamos vendo o que está acontecendo nessas semanas.

Em 2007, quando a Rio+20 foi sugerida pelo Presidente Lula, nada disso existia. Até digo que, para mim, a Rio+20 é como se fosse aquele filho concebido na lua de mel e nascido depois do divórcio. Ela foi chamada num contexto e acontecerá em outro completamente diferente.

Os senhores certamente vão ouvir várias conversas de ceticismo sobre a importância da Rio+20, do ponto de vista da presença de Chefes de Estado, do engajamento oficial, das decisões que serão tomadas. Isso certamente está na pauta porque o contexto mundial é diferente, porque o tipo de organização da conferência é completamente outro. Existe, de fato, um movimento e um risco de esvaziamento da conferência oficial, mas, ao mesmo tempo, existe uma percepção global da sociedade civil e também do setor de negócio, das empresas, de que esse é o momento fundamental de juntar peças que hoje estão separadas e que são fundamentais para o conjunto nosso no futuro. Então, esse momento irá acontecer independentemente do que a ONU faça ou deixe de fazer e isso está causando uma situação muito curiosa para o sistema Organização das Nações Unidas pelo qual aquela primeira tentativa de esvaziamento pode se converter, na verdade, num grande problema para que países que convocaram a ONU e que convocou uma conferência com esse volume, de repente, seja um ator secundário no processo.

O risco que a ONU está correndo e que os países estão correndo é de se tornarem atores secundários, devido ao interesse da sociedade civil, que, portanto, induz um crescimento no processo oficial. Então, não temos de alimentar ou se deixar desmotivar porque a Rio+20 está sendo meio esvaziada. Isso não procede e mesmo a tentativa do sistema oficial, que de fato houve, de baixar a bola e ainda existe está nessa armadilha, que é muito positiva do nosso ponto de vista.

Esta aqui é, vamos dizer, a convocação. Há uma declaração, uma resolução da ONU que convoca a Rio+20, aprovada em 24 de dezembro de 2009, em que ela pauta a conferência de uma maneira muito direta, muito explícita, indicando o que será feito lá. Esse termo, da maneira que está mostrado aqui, procuramos traduzir num diagrama.

O que este diagrama está mostrando? Ele é uma tradução daquilo que está na declaração propriamente dita, que é a Rio+20 como uma conferência cujo objetivo é reforçar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Ela não está substituindo o que estava feito ontem. Ela não está recolocando. Ela está reforçando o comprometimento político. Esse é o objetivo dela, e, para fazer isso, ela propôs um pequeno processo, que é o de avaliar o que aconteceu em virtude dos compromissos assumidos. Quer dizer, houve uma série de conferências, uma parte foi feita, outra parte não foi feita. Além disso, há questões novas que surgiram e que têm de ser identificadas. Isso é que deve ser objeto do compromisso político que se espera.

Agora, de que jeito isso acontece? E aí há meios de implementação e meios de governança. Esse são os dois temas centrais da conferência, um deles é a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável de erradicação da pobreza. Ou seja, não é uma economia verde qualquer, é um conceito que está sendo construído agora. Ninguém sabe o que é economia verde. Ela vai ser aquilo que fizermos dela, e estamos agora definindo o que será.



E, segundo ponto, governança global, que passa não só pelo desenvolvimento sustentável especificamente, mas ela terá grande interferência em grandes áreas de poder na área da economia, na área da divisão internacional de trabalho, divisão internacional de riqueza.

Segundo o pessoal do ONU com quem temos conversado, falar em governança global para o desenvolvimento sustentável só perde em complexidade para a reforma do Conselho de Segurança da ONU. É nesse nível de complexidade que se está falando, se for para levar a sério. Se for para fazer uma coisa fajuta, aí é fajuta mesmo, não tem de se preocupar muito. Esse é um tema muito complicado.

Muito bem. Uma outra maneira de enxergar essas mesmas peças é vendo o seguinte: existe um conjunto de buracos, os hiatos no cumprimento dos acordos, que é esse grande problema que o Tony comentou de que estamos aqui sabendo o tamanho da encrenca, sabendo que temos meios para mudar, sabendo que teremos um custo muito maior se demormos para agir, e, mesmo assim, não agimos.

Então, por que isso acontece e como mudamos esse quadro? Esse conjunto desses hiatos pede um quadro institucional de governança do desenvolvimento sustentável. Esse quadro se assenta, obviamente, naqueles três pilares clássicos do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Esses três pilares, como muita gente acredita, não é exatamente tudo que pode resolver, mas tem o lado cultural, o lado político, tem outras coisas ali, mas ele, certamente, é uma maneira interessante de olhar. A economia verde é aquilo que dá a liga nesse conjunto e uma economia verde tem de ser vista não como uma coisa sozinha, mas como uma coisa que serve a um projeto político. A economia, qualquer que seja ela — isso é um erro que existe muito frequente — é vista como um sistema autônomo. Os mercados acham isso, os mercados acham aquilo, os preços fazem assim.

Primeiro, os preços, o mercado, o juro e a Bolsa são criações humanas, são criações institucionais, assim como o crédito. De tudo que estamos cercado no sistema econômico é resultado de uma construção, e uma construção relativamente recente em grande parte. Quer dizer, o sistema financeiro internacional é pós-Segunda Guerra, é uma coisa muito recente. O sistema de crédito ao consumidor é uma coisa dos anos 1960, dos anos 1970. Construímos isso e podemos reconstruir, temos meios muito melhores hoje. Essa economia verde que queremos serve a um propósito de governança. Isso é uma coisa muito importante de se ver.

Existe um *site* da Rio+20, o *site* oficial da conferência — uma coisa que não existia em 1992 —, nesse endereço que está ali: www.uncsd2012.org. Ao contrário do que podemos imaginar, ele é muito rico e muito interessante. Ele pode não ser interativo, pode não ser divertido, mas a quantidade de informação que há lá e o nível de detalhe que conseguimos de informação são muito relevantes. Esse *site* não é um lugar bobo, há coisa legal lá. Alguns colegas aqui costumam explorar e sabem que lá há coisa bem interessante. Está certo, Daniela? Você é uma que pesquisa bastante.

Daria para falar durante uma hora sobre esse mapinha aqui. O campo verde, de um lado, é aquilo o que está acontecendo no Brasil. O campo azul é aquilo que está acontecendo no sistema



ONU em torno da Rio+20. Não vou entrar em todos os detalhes, porque isso aqui é complicado, mas nos ajuda a ter uma noção do que está rolando nessa construção.

O primeiro ponto é que a Rio+20 tem um Secretariado, tem um Secretário que se chama Sha Zukang. É um diplomata chinês de muito tempo, o diplomata chinês mais antigo na ONU. Ele não tem nenhum tipo de histórico com desenvolvimento sustentável. Então, é totalmente diferente do que era Maurice Strong na Rio 92. Por outro lado, é uma pessoa que aparentemente está disposta a abrir espaços. Isso ao mesmo tempo gera uma certa desorganização, mas gera uma maneira interessante de podermos participar. Dentro da estrutura formal da ONU, isso está abrigado no DESA, que é o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Ali existe uma pessoa já bem conhecida do assunto, Tariq Banuri, que é o chefe e líder do DESA.

Além disso, temos dois Coordenadores Executivos da conferência, que foram nomeados agora em janeiro: Brice Lalonde, que é ex-Ministro de Meio Ambiente da França, e Elizabeth Thompson, que é ex-Ministra de Meio Ambiente de Barbados. São pessoas que estão se dedicando *full time* a costurar a sociedade civil. Os dois, ou pelo menos o Brice, vão estar aqui semana que vem numa missão da ONU para conversar com a sociedade civil brasileira e o Governo em geral. São duas pessoas chave no processo.

Há também outros atores do Sistema ONU, que são, por exemplo, agências da ONU como o PNUMA, o PNUD, a UNITAR, que têm pautas muito claras sobre a Rio+20 e estão presentes puxando o processo. Elas não têm autoridade formal na conferência, mas são muito relevantes e estão pautando vários temas.

O Secretariado-Geral da ONU constituiu um painel de alto nível para tratar de temas ligados à Rio+20, do qual participa a Ministra Izabella Teixeira. É um painel presidido pela Primeira Ministra da Finlândia e pelo Presidente da África do Sul, o Zuma, e está sendo uma instância de debate paralela ao Secretariado, em que você também tem conteúdos.

Há todo o conjunto das convenções da ONU, como eu estava falando: a Convenção do Clima, da Biodiversidade, da Desertificação, as várias instâncias que também têm algum tipo de relacionamento com a Rio+20.

Há todo o recorte da política internacional, G20, G77, União Europeia, os vários recortes onde também se está debatendo implicações da Rio+20 no campo internacional.

Ainda do lado internacional, há um birô, que é um *board*, um conselho da conferência, em que 11 membros são nativos — vamos dizer assim — do Sistema ONU, que são as várias divisões regionais da ONU, e um décimo segundo membro, que é o representante do Brasil na ONU. Esse *board* da conferência conta com a participação permanente de uma diplomata brasileira, que está na missão da ONU. Essa diplomata faz uma conexão entre o processo oficial e a diplomacia brasileira, além da parte informal que está lá dentro. Essa pessoa do Ministério das Relações Exteriores tem outra conexão, que é com o Comitê Organizador da Rio+20. Foi criado em junho agora, recentemente, uma instância do Governo Federal, chamada Comitê Organizador, presidida pelo Ministério de Relações Exteriores, pelo Itamaraty, com 16 órgãos federais, o Ministério Público Federal e Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro. Esse Comitê Executivo é que vai



tomar as decisões na Rio+20 sobre credenciamento, logística, infraestrutura. Toda a parte de protocolo está nas mãos desse Comitê Organizador presidido pelo Itamaraty.

Agora, há uma outra instância, uma Comissão Nacional Brasileira co-presidida pelo Itamaraty e Ministério do Meio Ambiente. Essa Comissão Nacional é um espaço de interlocução com a sociedade civil. E o que há nela? Há 25 Ministérios de órgãos federais; outros órgãos do Governo brasileiro; do Estado, que são organismos municipais e estaduais de meio ambiente; Ministério Público; Poder Judiciário; Congresso Nacional; Governo do Estado do Rio, Municipal e Estadual. E também nós temos a sociedade civil.

Então, há ali 14 cadeiras, colocadas para sete segmentos da sociedade civil, segmentos da academia, das empresas, das ONGs, dos sindicatos, dos movimentos sociais, indígenas e comunidades tradicionais.

Ali há um grupo de sociedade civil, que são 14 titulares mais 14 suplentes, 28 pessoas, que tiveram sua primeira reunião de trabalho segunda-feira, agora, dia 8, e está começando a virar um fórum de interlocução sobre a Rio+20.

Então, ali será um lugar muito importante.

Além disso, temos o Conselho, ligado diretamente à Presidência da República, que tem um grupo de trabalho sobre desenvolvimento sustentável. Dentro dele, há um subgrupo Rio+20 que vai realizar um debate substantivo sobre os temas, já começando. Há uma mesa de diálogos do Conselho no dia 30 de agosto e uma no dia 11 de outubro para preparar o posicionamento e discussões sobre os temas da Rio+20.

O Vitae Civilis tem participado como um assessor técnico na formulação desse trabalho, por exemplo. Em vários outros lugares, estamos presentes nisso aqui.

Aqui há todo o conjunto de eventos paralelos da sociedade civil, que estão ligados em todo um universo, é o que está nessa área branca abaixo do gráfico, da sociedade civil no sistema ONU e no Brasil, nacional e internacional.

No sistema ONU, a sociedade civil é constituída pelos tais dos 9 grupos principais ou *medius groups*, que são negócio do setor privado, juventude e infância, produtores rurais, povos indígenas, governos locais, ONGs, ciência e tecnologia, trabalhadores dos sindicatos e mulheres. Essas nove categorias são categorias em que a ONU, desde 1992, como o Tony falou, passou a reconhecer a sociedade civil como um ator nos seus debates; um ator ainda secundário, coadjuvante, mas um ator.

E cada um desses grupos tem seus integrantes discutindo o processo oficial, e com reflexos no Brasil. A Daniela, por exemplo, que está aqui, do *medius groups* de juventude. Ela participa de três *medius groups* no âmbito da ONU. Não sei se há mais alguém que participa diretamente. Mas, veja, há pessoas do Brasil que já estão nesse sistema, não necessariamente por causa da Rio+20, mas permanentemente. Vitae Civilis está no grupo de ONGs desse mesmo grupo.

Do lado brasileiro, nós temos duas articulações que começaram a acontecer já. Uma, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil e outra a União Global pela Sustentabilidade — vou falar deles um pouco mais para a frente —, que estão credenciados no sistema ONU como interlocutores com a sociedade civil brasileira.



Temos, aqui no Brasil mesmo, além do Comitê Facilitador, uma articulação, como, por exemplo, na área de negócios, o Business Action for Sustainable Development, o BASD/BR, que é o capítulo brasileiro de uma associação de negócios envolvendo o pacto global, o CEBDS, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, e a Câmara de Comércio Internacional.

Esse cenário todo aqui está dinamicamente trabalhando e as várias iniciativas internacionais na área da sociedade civil já estão andando.

Então, você tem a Green Economy Coalition, trabalhando com economia verde, da qual a Vitae Civilis faz parte; a GCCA, que é a Campanha Climática Internacional, que trabalhou no esquema da COP 15; Stakeholder Fórum; o próprio Business Action Internacional. Ou seja, há todo um cenário de atores que já estão mobilizados nessa direção.

Esse sistema de *medius groups* seria precário do ponto de vista de representação da sociedade, porque ele chama agricultores. Os agricultores estão lá dentro, desde a agricultura familiar até o agronegócio. Empresas, a mesma coisa. Mas, ele, de certa maneira, é um campo de participação.

Esses *medius groups* estão em “n” agendas internacionais. Estão debatendo clima, fome, OMC, comércio internacional, “n” coisas. E essa turma toda está vindo na Rio+20 um ponto de encontro, porque nós estamos há mais de uma década trabalhando em caminhos paralelos, em processos separados. Há muito tempo já não há eventos do porte de uma Rio+20, para pautar o conjunto das coisas. E esse é o valor diferencial da Rio+20. Essa é uma grande coisa, independentemente do que os governos resolvam.

Nesse processo, o eixo central, que é o processo oficial, ONU e Governo brasileiro, temos no campo mais sociedade civil clássica, de ONGs, movimentos sociais e articulações nesse campo:

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil está constituído, funcionando, operando. Quer dizer, é um órgão muito ativo, do qual vai ser falado à tarde. Pedro Ivo, que é um dos membros, vai falar à tarde disso com bem mais detalhes.

A Geração+20, movimento de juventude, dos quais temos vários participantes; inclusive o Guilherme, filho do Sirkis, também já está participando disso fortemente no Rio, indo no rumo de mobilização nacional e internacional de juventude nessa direção. Uma coisa que pode ser uma grande massa, um grande trabalho aqui, ainda mais que o mundo é interconectado hoje, o que tem muito a ver com a juventude.

Mulheres indígenas, trabalhadores, vários setores estão com as suas agendas sendo trabalhadas e com agendas muito claras. Vários deles.

Do outro lado, temos, vamos dizer assim, um lado mais voltado a mercado: União Global pela Sustentabilidade, que é uma coisa plural, mas que inclui mercado e governo. Não é só a sociedade civil clássica. Você tem a Green Economy Coalition, que, no Brasil, está promovendo os Diálogos Nacionais de Economia Verde. É um projeto conduzido pelo Vitae Civilis aqui no Brasil. Vou falar dele um pouco mais para a frente. Como eu falei lá atrás, o setor de negócios, através do Business Action for Sustainable Development, no capítulo brasileiro.



Já há muita coisa acontecendo na sociedade brasileira nessa direção. E cada uma delas tem “n” inter-relações. Há várias pessoas que participam de várias delas e que estão mirando não só a Rio+20, mas além. A Rio+20, como eu falei, não é um ponto de chegada, ela é um ponto de convergência. E, dali, vamos fazer muita coisa para a frente.

Como é que participamos e o que dá para fazer? No processo oficial, temos quatro grandes viéses de participação. Um deles são as propostas para o secretariado da ONU. Está aberto no *site* da ONU hoje “Coleta de Propostas”. Na verdade, é 11 de novembro, foi adiado. Até o dia 11 de novembro a ONU, o Secretariado, está aguardando algumas propostas com alguns temas que eles colocaram ali como sobre como você poderia ou deveria apresentar sua proposta: quem é você que propõe: você é um país; você é um representante de *medius groups*; você é um órgão da ONU; ou você pode ser inclusive algum organismo credenciado junto ao sistema, como, por exemplo, o Comitê Facilitador da sociedade civil. Tanto o Governo brasileiro vai-se posicionar quanto outros agentes vão-se posicionar nesse período de 11 de novembro. É o que vai ser a matéria-prima para fazer a minuta da declaração que vai ser negociada a partir de dezembro para a frente na declaração do Rio oficial, fora tudo o que aconteceu no paralelo. Então, esse canal está aberto.

O Governo brasileiro já anunciou, coordenado pela Secretaria da Presidência da República, por Gilberto Carvalho, junto com o Itamaraty, muito proximamente, que está fazendo um processo de consulta conduzido nos três pilares e depois convergido na Comissão Nacional.

Os três pilares do processo de consulta: sobre a parte econômica é o Ministério da Fazenda, sobre a parte ambiental é Ministério do Meio Ambiente e sobre a parte social é o Ministério do Desenvolvimento Social. Esses três Ministérios estão encarregados de consultar e dialogar, da maneira como eles puderem, conseguirem e inventarem, com a sociedade civil para trazer propostas para que esse documento do dia 11 de novembro tenha a voz da sociedade civil. A Comissão Nacional vai-se reunir para tratar dele em algum momento daqui até final de outubro por exemplo. Então, esse canal está aberto e está acontecendo, e podemos entrar por essa via.

Outro canal que está aberto é a questão de organizações setoriais ou temáticas, ou seja, várias entidades já podem trabalhar nisso.

Outro canal são os processos indutores no Brasil, que podemos fazer, ou seja, processos de diálogo como esse da consulta que eu acabei de comentar, e o acompanhamento direto de que acontece na ONU, seja via *site*, seja via organizações com as quais vocês têm contato e que estão participando lá, como, por exemplo, o Vitae Civilis e a Comunidade Baha’i, que está direito acompanhando e está muito bem informada disso. Vários outros no Brasil também estão.

Nos eventos paralelos nós temos possibilidade de participação nas atividades, ou seja, são eventos abertos — quem quiser fazer, faz. Então, você pode apoiar alguma coisa que está acontecendo, pode propor alguma coisa, não está muito claro qual é o cenário, pode articular iniciativas da sua própria pauta. Você pode ajudar a pautar isso na mídia, ou seja, dar visibilidade para o que acontece, seja setorialmente, seja mídia global, e pode promover formação de opinião por meio de palestras e debates, como nós estamos fazendo aqui agora. Estamos participando obviamente da conferência ao fazer isso.



Em relação ao que vai ser produzido, o que dá para esperar da conferência? Primeiro, o documento que vai ser produzido oficialmente na conferência. Ele hoje tem uma estrutura que está proposta — vamos saber melhor mais na frente — em 8 tópicos: uma introdução, um balanço, como foi falado lá atrás, os desafios novos, a economia verde, o quadro institucional, como nós partimos para um quadro de ação referencial, os meios de implementação e forma de acompanhamento. Essa é a estrutura. Que peso vai ter cada capítulo desses? Qual é o conteúdo? Vamos negociar e vamos descobrir o que vai ser isso. É um processo longo ainda.

Outra coisa que pode aparecer dentro desse processo de Rio+20, que acho que é importante lembrar? Podem aparecer, por exemplo, encomendas de novas convenções. Está sendo discutido hoje, por exemplo, que poderia sair da Rio+20 uma convenção da ONU sobre responsabilidade social por exemplo. Eu estive aqui neste plenário, cerca de 3 meses atrás, falando sobre ISO 26000, que é a norma internacional de responsabilidade social e que acabou de ser negociada no ano passado. Trata-se de uma base para, por exemplo, uma convenção sobre isso ser debatida como um potencial: Convenção sobre Princípio da Precaução. É um dos princípios do Rio que prevê que certas medidas tecnológicas só podem ser feitas se tiver uma segurança clara sobre os efeitos. Isso tem tudo a ver com geoengenharia, biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias de informação. Pode aparecer uma convenção nessa direção.

Outra encomenda possível sobre transparência e governança (art.19): direito à informação, transparência que tem a ver com combate à corrupção e com todo o processo de participação cidadã. Essas 3 convenções, por exemplo, estão começando a ser “lobbyadas” nos bastidores de uma Rio+20. Elas podem ou não progredir. É uma coisa em que podemos pensar. A questão de participação da sociedade civil pode aparecer lá mais fortemente, reformar esse sistema de *medius groups*, que é um sistema precário, mas que hoje, com os meios tecnológicos que nós temos, pode evoluir muito para uma governança global. E também a questão dos métodos do desenvolvimento sustentável é uma coisa que pode aparecer e ainda podem aparecer decisões políticas que ajudam a destravar processos como o do clima, que estão ali com problemas complicados na sua dinâmica interna. Ela tem uma indução, não tem o poder formal.

No processo de desafios emergentes, o que está aparecendo com destaque até agora nos debates? Energia, água e saneamento, as questões das cidades e dos alimentos. No que se refere a alimentos, na FAO, há coisas em que o Brasil pode entrar fortemente. Tivemos a C40 agora aqui no Brasil sobre cidades sustentáveis. Então, quanto a temas emergentes, temos espaço para se colocar diretrizes que podem trabalhar muito para frente, mesmo que não tenham força de lei.

Aquele painel de alto nível que foi constituído pelo Secretário da ONU, que está pensando no seu relatório, está focando em 5 temas. Essa é a notícia que nós temos. O relatório dele está focando em segurança alimentar, segurança climática, segurança energética, biodiversidade e paz e justiça social. A minha leitura disso foi que a Civilis está focando em segurança, ponto, sob os seus vários aspectos. Ou seja, estamos com um medo danado. Se esse é o painel de alto nível e tudo que ele consegue tirar é segurança, quer dizer, estamos com medo. E temos toda razão de estar com medo. E quem sabe esse medo nos mobiliza para tomarmos decisões corajosas, porque às vezes o medo é



um grande indutor para isso. Mas esse é um lugar em que temos um Ministro brasileiro incluído nesse grupo, ajudando a escrever. Então, há muito espaço para nós interferirmos nesse conteúdo.

No processo paralelo, temos um abaixo-assinado global, saindo pela juventude do Brasil, pela Geração+20 e outros, que pode ser um grande movimento.

Para vocês terem uma ideia, na Campanha do Clima, em 2009, em 4 meses de campanha global, nós coletamos 18 milhões de assinaturas. Tivemos, nos dias de mobilização global, nem torno desse abaixo-assinado, num dia em que houve mais mobilização, 5 mil e 300 eventos no mundo inteiro, em 24 horas — isso nunca havia acontecido em torno de uma pauta.

No Brasil nós tivemos 260 eventos auto-organizados acontecendo no Brasil sobre a questão do clima. A ideia é, tendo mais tempo de preparo e mais amplitude, repetir e ampliar essa dose, tendo como âncora esse abaixo-assinado global que fala cinco coisas que podemos na Rio+20.

Primeiro, traçar as linhas gerais de um plano de governança global. Não fechar mas ter o plano geral; evidenciar a existência de condições materiais. Este é um ponto alto da Rio+20. Ou seja, todo mundo, seja no empresariado, seja no movimento mais anticapitalista com que eu já conversei, em todos eles, todo mundo fala o seguinte: *“Nós temos soluções. As soluções estão emperradas por uma estrutura pesada e enraizada em interesses. Queremos mostrar que as soluções existem e devem ser liberadas”*.

Não se trata mais de uma questão de saber o que nós queremos ou qual é a tecnologia que vai nos ajudar. Nós já temos tudo isso. É uma questão de viabilizar, como a questão dos alimentos, que foi falada.

Terceiro ponto. Estabelecer diretrizes para transição justa para a economia verde. Todo mundo que pensa sabe que tem de mudar. Desde o maior empresário até o menor não dá para manter a economia como ela está hoje. Isso é evidente.

A questão é como se muda isso, como trabalhar esse processo. Os sindicatos têm uma agenda chamada transição justa. O que é? É a seguinte mensagem: nós sindicatos — isso está muito forte no movimento sindical — acreditamos que, sim, devemos mudar a economia, entendemos que isso vai implicar perda de certos empregos, extinção de certos setores, eventualmente, a médio prazo.

Agora, tudo bem, desde que saibamos para onde as pessoas viver. temos uma transição justa com seguridade social, metas de criação de empregos, ocupação, uma política que permita as pessoas terem um modo de vida decente e não tornem obsoletos milhares e milhões de seres humanos. Essa é uma agenda do sindicato com que podemos certamente trabalhar. Romper, em parte, negociações em curso, aquilo que falei lá atrás, ou seja, dar mensagens políticas que ajudam a destravar alguns nós e construir e reforçar os laços na sociedade civil e nas suas lideranças. Isso podemos fazer.

Podemos também deflagrar campanhas globais. Isso está tomando cada vez mais força.

Em 2015, cinco anos depois da Rio 2020, será o ano de balanço das metas do milênio, que foram acordadas no ano 2000. A ideia é que também marquemos 2015 como o ano para ter algumas coisas que nós sociedade civil global — vamos acordar o que vão ser essas coisas — queiramos.



Por exemplo, alimentos para todas as pessoas, distribuído de uma maneira adequada; por exemplo, saneamento, para que as pessoas não morram simplesmente porque não têm água potável, como acontece no mundo, e essa é a meta do milênio mais atrasada; campanha, por exemplo, para haver uma taxaço internacional sobre fluxos de capital, a fim de controlar os capitais especulativos. Ou seja, meia dúzia de grandes campanhas que possam ter grande mobilização global com ponto de chegada. Não se trata de um processo. É assim: daqui a 3 anos queremos. Vamos fechar o que queremos e vamos cobrar e fazer uma campanha com começo, meio e fim. Isso é algo que deve nascer da Rio+20.

Também uma amostra livre do futuro agora é essa ideia de que soluções existem. É uma coisa que certamente vai aparecer e de vários lados. O difícil vai ser separar soluções paliativas de soluções transformadoras. Isso é um outro departamento, mas todo mundo quer trazer soluções e propostas.

A Green Economy Coalition, que eu vou destacar um pouquinho só pelo fato do Vitae Civilis estar envolvido nisso, é uma articulação internacional. Como os senhores podem ver pelos logos, pelo álbum de figurinhas, você tem desde a TUAC, que é a Central Sindical Internacional, União das Centrais Sindicais, até a World Business Council, Consumers International.

Quer dizer, temos vários atores: oficiais, não oficiais; de mercado, não de mercado; todo mundo misturado procurando fazer com que a economia verde seja uma coisa que faça sentido e não uma grande enganação. Isso é fundamental.

Estão acontecendo os Diálogos Nacionais de Economia Verde aqui no Brasil: nós tivemos em Brasília, na semana passada, no primeiro seminário regional; tivemos no ano passado, em novembro, o primeiro Seminário Nacional sobre Economia Verde, que produziu o Quadro Referencial da Economia Verde, que é uma base conceitual e de prioridades com o qual nós estamos trabalhando. Faremos agora, até o final de setembro, debates focalizados. O primeiro foi aqui em Brasília, vamos ter ainda em Belém, Recife, Foz do Iguaçu, Belo Horizonte e mais alguns setoriais — o Instituto Ethos debateu muito isso na conferência deles. O Instituto Sustentável vai ter isso no Rio de Janeiro, o Instituto Sustentar, em Belo Horizonte. Há várias frentes discutindo isso.

Nós teremos o segundo Seminário Nacional nos dias 17 e 18 de outubro, em São Paulo, para fechar a Agenda Essencial de Economia Verde, que é uma base para que se possa trabalhar nesse sentido.

Eu não vou ler isso tudo, obviamente, mas quero que vocês vejam que existem já grandes linhas de atuação. A linha amarela, ali em cima, é o processo oficial da ONU; a linha azul são os debates entre Governo e sociedade civil no campo brasileiro; a linha verde, os eventos autônomos no campo que envolve mercado; e a linha amarelinha, no campo de sociedade civil mais no sentido clássico. Há muitos eventos acontecendo.

Também estamos colocando isso na forma de uma agenda com datas, para facilitar, e isso está disponível no *site* do Vitae Civilis, não dá para pegar cada momento, é só para chamar a atenção de que nós tivemos, agora, de 7 a 9 de agosto, a Conferência Ethos, vamos ter o evento do CBEDS, que é o Centro Brasileiro Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que vai realizar uma



conferência no Rio e que vai tratar dos temas do Rio+20; o Seminário Nacional sobre Economia Verde, como eu falei, nos dias 17 e 18 de outubro; o prazo da ONU, 11 de novembro; nesse meio tempo tem consultas do Governo brasileiro acontecendo em várias áreas. E será realizada uma reunião da ONU nos dias 15 e 16 de dezembro, uma interseccional, oficial, preparatória que certamente vai haver uma repercussão grande, podemos ter até uma primeira movimentação da sociedade civil mais forte nessa ocasião.

(Não identificado) - Durban é quando?

O SR. ARON BELINKY - Não tenho a data exata de Durban, mas é nas duas últimas semanas de dezembro, e que também vai ser um caminho para esse momento.

(Não identificado) - Duas últimas? Costuma ser nas duas primeiras.

O SR. ARON BELINKY - Pedro, quando é Durban? *(Pausa.)* As duas primeiras, desculpa.

E vamos ter o Fórum Social Mundial Social em Porto Alegre, em janeiro do ano que vem, para tratar da Rio+20 nesse sentido, é um fórum social temático.

Para mais informações, aqui tem alguns *sites*: o do Vitae Civilis, que é o da minha organização, tem também o Comitê Facilitador da Rio+20, que é um *site* que está sendo reformado agora, e o Pedro Ivo vai contar melhor como ele funciona. Nem tudo que eu falei aqui é do Comitê Facilitador. Tem os Diálogos Nacionais sobre Economia Verde e o *site* oficial da ONU.

É isso que eu gostaria de falar.

Obrigado, e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado, Aron. Tivemos, tanto por sua parte quanto por parte do Tony Gross, duas excelentes intervenções que nos dão um amplíssimo subsídio para o prosseguimento do nosso debate.

Infelizmente, eu não vou poder ficar até o final da tarde, porque tenho que voltar hoje para o Rio de Janeiro.

Quero convidar para participar da Mesa o Deputado Ivan Valente, fazer algumas observações e colocar a possibilidade das perguntas e respostas aos dois e intervenções gerais.

Quero fazer a segunda parte daquela intervenção que eu comecei já mais focada no processo da conferência em si, inclusive incorporando os valiosos subsídios que nós tivemos aqui.

Está na hora de problematizarmos um pouco as discussões. Quais são os problemas que me preocupam em relação a essa conferência? Em primeiro lugar, que não há claramente o espaço para a discussão da questão do clima, embora, como nós vimos aqui, haja certas brechas por onde ele pode até penetrar, porque é quase certo que a Conferência de Durban, à semelhança da Conferência de Copenhague e de Cancún, não seja capaz de produzir um sucedâneo para a segunda fase do Protocolo de Kyoto.

Está claro que neste momento existe um grande bloqueio: os dois países responsáveis por 40% das emissões, a China e os Estados Unidos, estão em um *clinch*, como se fossem dois grandes lutadores de sumô e não conseguem se mover nem para um lado nem para o outro.

Os Estados Unidos não vão se mover antes das eleições de novembro de 2012. E, evidentemente, os Estados Unidos não se movendo, a China poderá se mover em termos de



tecnologias e metas dentro da lógica de raciocínio dela, o que já tem feito muito. Não é uma lógica de raciocínio de diminuição absoluta de admissão, mas de diminuição de emissões relativas a pontos no Produto Interno Bruto chinês, o que, para todos os efeitos, não resolve o problema que a comunidade científica detecta.

Falávamos aqui do processo da Rio 92 e do processo subsequente. Na época, a própria base de conhecimento científico que se tinha a respeito da questão do clima era infinitamente inferior à que temos hoje e também muito menos alarmante.

Então, sobre a Conferência Rio+20 para um espectro: o do clima e da possível inocuidade da Conferência de Durban.

Tenho procurado fazer o meu *lobby* aqui em torno de uma proposta que seria importante para o Governo brasileiro, caso de fato aconteça, como esperamos, um não avanço da Conferência de Durban: que a Presidenta Dilma Rousseff convide um grupo restrito de países — vinte e poucos países — responsáveis pela parte do leão da emissão de gases de efeito estufa e alguns outros países que representam os que seriam mais afetados, uma espécie de G-Clima, para uma reunião no Rio de Janeiro, coincidindo com a Conferência Rio+20.

Por que a Rio+20? Porque a Conferência Rio+20, como muito bem vimos nas duas brilhantes exposições anteriores, é um processo multifacético. Ela tem uma conferência normal nos cânones do sistema das Nações Unidas e uma série de atividades paralelas. E uma dessas atividades paralelas, incorporando o momento político internacional, poderia ser uma reunião mais restrita de grandes emissores e de grandes vítimas para tentar avançar alguma coisa em termos do clima antes do momento fatal, que é o final de 2012, quando Kyoto vai para o espaço. Então, é uma proposta que nós estamos fazendo ao Governo brasileiro.

Com relação aos dois grandes temas da Conferência, no caso da economia verde, ela hoje, como foi dito antes, é algo de contornos indefinidos, é uma espécie de paspartur, cada um puxa um pouquinho para seu lado. Existe o risco, inclusive, de essa discussão se converter em um debate quase que sucedâneo dessas discussões da OMC, com alguém dizendo se o etanol tem ou não tais e quais problemas.

Acho que o fundamental nessa discussão são três pontos que me parecem muito relevantes. Em primeiro lugar criar claramente um princípio de precificação de atribuição de valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas. Se isso é consagrado, de uma vez por todas estaremos dando um grande passo. Os ecossistemas prestam serviços ambientais e isso tem de ser reconhecido pela economia oficial, digamos assim.

Segundo ponto, temos de mudar os grandes indicadores, o alfa e ômega de todos os indicadores. O PIB — Produto Interno Bruto é hoje algo totalmente fora da realidade. Porque, na verdade, pode-se ter atividades extremamente deletérias, não só do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade imediata, mas do próprio futuro da economia produtiva que contabilizam como pontos para um crescimento dentro do critério do PIB. Então, temos que ter outro padrão, outro indicador que não mais o PIB da forma como é calculado hoje.



At last, but not least, tem que haver mecanismos que consigam atrair, reconverter esse mundo, esses trilhões de dólares de recursos na economia especulativa e trazer, pelo menos, uma parte disso para uma economia produtiva e verde para produtos e serviços e até para títulos financeiros que estejam vinculados a um padrão diferente de sustentabilidade. Então, parece-me que esses três pontos são extremamente importantes para serem discutidos no primeiro tema.

Quanto ao segundo tema, estou discutindo com o Itamaraty e estamos com certa dificuldade de nos entendermos, eu acho o seguinte: foi dito aqui claramente pelo Aron que, se formos levar a sério, essa discussão terá de ser no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Isso é a pura verdade. Além do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o único órgão planetário com um poder supranacional no sentido de poder mediar, sancionar etc., é a Organização Mundial do Comércio. Como sou um sujeito pragmático, vou tateando as coisas. Discuto com o Itamaraty essa questão há certo tempo e me lembro de que, na Conferência de Bali, numa longa conversa, o pessoal do Itamaraty estava namorando a ideia de uma organização mundial da sustentabilidade, meio ambiente, etc. e diziam até que o Governo da França era simpático a isso. É claro que esse seria um objetivo, se analisarmos realisticamente, até mais fácil de alcançar do que o do nosso *locus* no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ideia nossa, claro, seria trazer um órgão desse tipo para o Brasil. Então, uma organização mundial de desenvolvimento sustentável com poderes espelhados nos poderes que a Organização Mundial do Comércio dispõe, com a possibilidade de arbitrar, de sancionar, de agir com os mínimos mecanismos de pressão e de coerção dentro do universo planetário.

Vejo hoje o Itamaraty extremamente recuado em relação a isso. Eles dizem que há uma proposta de governança e parece-me que passa muito pela reativação daquele conselho que o Tony mencionou a certa altura na sua intervenção. Parece-me um objetivo muito modesto. Ou bem existe uma instância de governança supranacional com poderes de fato ou bem não existe, e temos evidentemente de trabalhar como existe, mas há dúvida de como poderia ser formatado. Existe uma discussão de que os países africanos ficariam muito chateados porque isso pode representar um esvaziamento do PNUD. Não penso assim, porque o PNUD é outra coisa completamente diferente, tem outros objetivos, outra visão. Eu acho que tem de ser, de fato, uma governança em cima da sustentabilidade.

Dito isso, abro espaço aos nossos participantes para que façam perguntas aos dois palestrantes e eventuais ponderações e intervenções.

Parece-me que os microfones estão abertos. Aguarda-se a primeira pergunta.

Moema, você está com cara de quem quer perguntar alguma coisa. (*Pausa.*)

É importante que os senhores e as senhoras se identifiquem.

A SRA. PATRÍCIA BONILHA - Bom dia, a todos. Meu nome é Patrícia Bonilha, sou assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Acho que as falas foram boas e bastante informativas. Mas estou sentindo falta da problematização dos temas. Para nós jornalistas ou participantes de organizações da sociedade civil



é muito importante que os senhores, que estão dentro do processo, coloquem para nós as questões mais críticas, a fim de que possamos olhar essa Conferência com olhar mais crítico.

A partir disso, queria fazer a seguinte pergunta ao Tony: apesar de tudo o que disse, principalmente ao final de sua fala, sobre desenvolvimento sustentável, conceito que hoje muitas organizações questionam, ele foi totalmente apropriado pelo setor empresarial e pelos governos de forma destorcida. Vemos muitas empresas que cometem crimes ambientais, sociais e econômicos ganhando prêmios de desenvolvimento sustentável. Isso é um fato. Para citar um exemplo, empresas, como a Camargo Corrêa e Odebrecht, estão atuando nas usinas do Rio Madeira, onde ocorrem mortes de trabalhadores, com o aumento da prostituição em 208%. Enfim, são números muito tristes e lamentáveis. Mas essas empresas continuam ganhando prêmios de desenvolvimento sustentável.

Parece que o conceito definido há 30 anos foi apropriado de forma destorcida — você mesmo disse isso no final de seu discurso. Apesar disso, 20 anos depois, um dos temas da Conferência, ou a Conferência como um todo, vem no sentido de desconectar-se um pouco. Acho que não está sendo feita uma avaliação desse processo, do que significa o desenvolvimento nem como ele tem sido implementado no Brasil, nos países em desenvolvimento e nos já desenvolvidos.

O que significa a sustentabilidade, de fato, não na teoria, mas na prática? Como ela vem sendo implementada?

Se há problemas graves, sérios e lamentáveis, como o Tony disse, como a Conferência vai continuar com esse mesmo conceito de desenvolvimento sustentável? Não sei, existe todo um arcabouço que foi feito, mas não implementado. Os problemas estão aí, e cada vez mais graves.

O Tony disse que a principal questão é o modelo de produção e consumo. O que a Conferência propõe para mudar esse modelo de produção e consumo?

Queria entender melhor por que o tema do clima ficou fora da Conferência. Não entendi a razão. Para mim, que não sou especialista no assunto, economia verde tem relação com clima, (*ininteligível*), tudo isso. Não consigo entender por que clima vai ficar fora.

Farei mais duas perguntas: gostaria de saber se está sendo construída alguma relação entre os processos, já que se junta economia com as questões sociais e ambientais, no conceito de economia verde. O que está sendo feito para estabelecer relações entre a Rio+20, a Conferência de Durban e o G-20? São três processos amplos. Gostaria de saber quais as relações entre esses três processos.

Por último, não entendi, na fala do Aron, por que disse que o processo em relação à participação da sociedade está em andamento no Brasil. Parece-me que a primeira reunião foi segunda-feira. Dia 11 de novembro é a data limite para apresentação das propostas diretas ao secretariado. Considerando-se a dimensão do Brasil, com todos os problemas que a sociedade civil tem em participar disso, parece-me um prazo muito curto, levando-se em conta que o processo, de fato, começou esta semana.



Gostaria que o Aron esclarecesse se teremos tempo de ter um processo mais participativo. Também me parece estranha a divisão entre o Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado. Já vou passar a palavra aos dois.

Acho que foi feito um conjunto de perguntas muito interessantes e instigantes. Da minha parte, falarei sobre o desenvolvimento sustentável.

Costuma-se dizer que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude. Então, da mesma forma que as palavras justiça e liberdade, muitas vezes, tiveram um uso totalmente deturpado, seria um milagre que a expressão “desenvolvimento sustentável”, em algum momento, não fosse apropriada para finalidades que não aquelas que são as mais corretas.

De qualquer maneira, é importante que mesmo os poluidores, que hipocritamente se apropriam disso, dentro de um paradigma cultural, estejam recuando e reconhecendo que aqueles são valores importantes. São tão importantes que tentam se mascarar, mas eles reconhecem que são importantes.

Com relação a problematizar, claramente, acho que é necessário, neste momento, problematizar a Rio+20. Parece-me que as grandes questões são ausência, por razões burocráticas e formais compatíveis com a lógica de funcionamento das Nações Unidas, e o Tony irá explicar isso melhor. Mas, de fato, não há um local nobre e oficial para discussão da questão do clima no Rio de Janeiro. Vai ser muito difícil se chegar à governança. Inclusive o próprio Brasil não tem uma proposta clara a respeito. Para problematizar, ainda daria uma última problematizada.

Tentei participar de todas as conferências sobre o clima que já aconteceram, com exceção da última, no México. Particularmente, considero impossível o sistema das Nações Unidas gestar um acordo pós-Kyoto da forma como ele funciona, necessitando do consenso de 192 países, para se chegar a alguma conclusão, e também em razão daqueles problemas políticos que mencionei.

Concedo a palavra ao Sr. Tony.

O SR. TONY GROSS - Com relação à questão do clima estar fora da pauta da Rio+20, como o Deputado Alfredo Sirkis disse, no fundo, é uma questão formal. A Convenção sobre Mudança do Clima é um tratado. No cenário do direito internacional-ambiental tem personalidade jurídica. É uma coisa à parte, não é subordinada a nada. Os delegados, as partes contratantes, através de suas delegações, são muito ciosas de sua autonomia e não querem, recusaram-se, a subordinar as negociações, no âmbito da Convenção, a essa Conferência. Mas há motivos racionais para isso. Se se perguntar isso a qualquer diplomata, aos colegas do Itamaraty, eles irão dizer que não se pode misturar as negociações. Se se está em uma negociação difícil, a última coisa que se quer é abrir uma outra frente, começar uma discussão sobre mais um tema, visando a um mesmo ponto em outro fórum. É o caos. Essa é a resposta formal.

Se o conceito de desenvolvimento sustentável está superado, acho que a pergunta parte de um equívoco. Quem elaborou o conceito do desenvolvimento sustentável não estava fazendo nenhuma recomendação. Acho isso uma resposta um tanto brutal. Mas se se colocasse, por exemplo, a Comissão Brundtland contra a parede, eles iam dizer “*Não, não estamos entrando na*



questão de modelos políticos". Poder-se-ia ter, para nós e para o conceito, um regime comunista sustentável, um regime capitalista sustentável, uma ditadura sustentável. São as atividades econômicas e sociais do âmbito do regime comunista posto.

Então, a sociedade de economia ante as grandes empresas tem um papel predominante e atua de forma um tanto dúbia para não dizer cínica. Mas a meu ver, pelo menos isso não reduz o valor do conceito.

O SR. ARON BELINKY - Serei breve. Sobre a questão do clima, acho que a explicação foi colocada de uma maneira bem clara, mas só para enfatizar um ponto.

Formalmente, a Rio+20 não tem autoridade sobre o processo das mudanças climáticas e tentar fazer isso acontecer, foi aventado, seria uma complicação enorme, mas tem o processo político muito relevante. O que o Deputado Sirkis disse sobre essa reunião, de que a Dilma poderia chamar de "G-Clima", ou aquilo que comentamos, como um comitê, na minha apresentação, de ter algumas mensagens políticas fortes que possam sair e que ajudem a destravar algum ponto, isso pode acontecer. É questão de sabermos pautar quais seriam esses pontos. Isso é um ponto delicado, mas dá para fazê-lo.

Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, ênfase muito o que foi dito. Acho que temos de entrar nessas negociações, e essa é a postura que nós, Vitae Civilis, temos procurado ter: não entrar perdedor. Realmente, sempre vai haver alguém interpretando erroneamente, tentando se aproveitar daquilo que estamos propondo. Agora, se nós vamos, a cada vez, jogar fora o conceito porque foi mal colocado, vamos ter um problema.

O que precisa — aí acho que é fundamental o papel tanto da Rede Brasil como de várias entidades — é colocar a boca no trombone e denunciar com clareza as safadezas. Esse é o ponto. O que não podemos é lamentar que estão sendo mal utilizados e não ter espaço para essa crítica.

Acho que há um desafio enorme da sociedade: o desânimo por um lado e o bloqueio da imprensa por outro. É muito difícil fazer, com a mesma força e a mesma visibilidade, a crítica dizendo: *"Olha, esse cara está ganhando um prêmio, mas há aqui um lado "b" da história, que é enorme"*. E também entender que existe uma dinâmica complicada, mas que acontece, dentro das próprias empresas, a saber: o peixe morre é pela boca. Ou seja, na medida em que a empresa começa a colocar a marca dela associada a certos valores — hoje a marca é o maior ativo da maior parte das empresas —, se ela amanhã for denunciada porque assumiu um compromisso mentiroso, ela começa a correr risco.

Então, vai-se criando uma maneira em que as empresas vão se enredando e acabam tendo de avançar mais.

Ontem, participei da Conferência Ethos, do Instituto Ethos, que é de empresas, que foi muito curiosa. As empresas, várias, grandes, sentiram-se muito desconfortáveis porque viram que o seu velho discurso sobre o investimento social privado está totalmente superado e vazio. E aí o cara foi lá, com uma coisa requeitada, e ficou com vergonha frente a outras empresas. Então, começa a criar-se um mecanismo de indução.



Não estou dizendo que isso é virtude, mas é um jeito de tentarmos melhorar, usando as ferramentas, os espaços que temos. A crítica é muito importante, é fundamental.

Sobre a questão de economia verde, Durban e G-20, é totalmente interligada. Não acho que o sistema ONU vá fazer isso, mas a sociedade civil está fazendo. A Rede Brasil é uma das integrantes do Comitê Facilitador. E o que estamos procurando fazer, no Comitê Facilitador, como processo autônomo da sociedade civil, é exatamente dar visibilidade a esse tipo de conexão e trazer para a arena do Rio+20 essas visões mais críticas que de não podemos simplesmente fazer um grande mostruário de lindas intenções, ou todo mundo vai dar um tapinha nas costas do vizinho *“Puxa, você fez o possível até agora, nós vamos nos esforçar mais”* e sai tudo igual. Isso não é possível nem aceitável.

Então, realmente, temos que colocar isso com clareza em todas as pautas e emendar.

Sobre a questão do processo que está entrando no Brasil, está muito atrasado.

A primeira reunião preparatória da Rio+20 foi em maio de 2010. Já faz mais de 1 ano. A única pessoa da sociedade civil que estava nessa reunião era o Rubens Born, do Vitae Civilis. Ela foi pautada pelo FBOMS — Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Eu digo isso, não com orgulho, mas com tristeza. Por quê? Porque perdemos uma chance de estar presente lá. Não havia ninguém de lugar algum, nem de empresariado, nem alguém; simplesmente, passou batida. É uma coisa com a qual perdemos muito tempo. Então, acho que começou atrasado, acho que o ritmo de envolvimento está sendo muito rápido para a nossa real capacidade de participar. Agora temos que fazer o possível, dentro do prazo que existe, que é o prazo da ONU. Não adianta querermos mudar o prazo sozinho. Mas não significa que termina em novembro. Em novembro, estaremos colocando os ingredientes. A negociação do texto, a elaboração do documento oficial, todo o processo paralelo, continua.

Então, há muito que ser feito ainda, mas, certamente, devíamos ter acordado e começado a trabalhar antes. Infelizmente, não foi possível, mas agora estamos caminhando bem.

Concordo totalmente com a consulta em três pilares. Há algum tempo, quando foi anunciado em uma reunião, pelo Figueiredo, sobre essa consulta separada, várias pessoas, não só eu, criticaram uma abordagem fragmentada. E a promessa que tivemos é de que isso vai convergir e ser discutido na Comissão para procurar fazer essa interlocução. Ponto um; ponto dois. Nada diz que uma organização não pode participar em mais de um processo. Por exemplo, a Rede Brasil, espera-se que ela esteja nas três consultas. Vai dar um trabalho danado, e temos pouca gente, pouco tempo e pouco recurso. Mas a ideia é que ela vai ter de estar presente a várias frentes nos articulando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Só uma observação sobre o último ponto que o senhor estava abordando.

Acho interessante que, pela primeira vez, salvo engano, corrijam-me se eu estiver errado, abre-se um canal de interlocução do Ministério da Fazenda com a questão ambiental. Porque que o Ministério do Meio Ambiente consulte, discuta, faça e aconteça, brigue etc. em relação à questão



ambiental, está dentro da normalidade e dentro de uma governança compartimentada e ineficaz que nós temos.

Quando essa discussão passa de alguma forma a permear pelo Ministério da Fazenda, acho que isso é um avanço em relação a uma situação anterior.

Só para agregar mais uma questão. Acho muito grave na questão da discussão, por exemplo, sobre economia verde, a ausência do *link* disso com a questão do clima. Porque, por exemplo, um dos tópicos importantes de discussão que se pode colocar em relação à economia verde está profundamente vinculado com a questão do clima. É uma coisa que por acaso interessa muito ao Brasil.

O Brasil é um país que, com todas as dificuldades, está em condições mais favoráveis para poder reduzir em termos absolutos as suas emissões. As nossas emissões são basicamente de queimadas e desmatamentos da Floresta Amazônica e de outras florestas. Isso, embora não seja simples e as mudanças do Código Florestal estejam aí para nos atrapalhar a vida, é menos complexo do que por exemplo a China ou os Estados Unidos mexerem no seu padrão energético. São países — a China, 80%; os Estados Unidos, 50% — dependentes da geração elétrica das suas termelétricas a carvão.

Então, o Brasil passa a estar numa situação extremamente vantajosa para atrair créditos de carbono que sirvam para grandes projetos, inclusive geradores de emprego no País. Isso faz parte de uma discussão internacional sobre economia verde.

Mas se a questão do clima está ausente ou necessita se infiltrar de forma sub-reptícia em algumas atividades secundárias da Conferência, eu acho que a discussão sobre economia verde sofre com isso.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Senhores, não foi possível estar aqui na parte da manhã, e a sessão acabou de ser derrubada pelo Deputado Anthony Garotinho, que teve de sair outra vez. Então, não se tem sossego aqui. É difícil fazer reunião dessa forma.

Eu só quero demarcar uma questão sobre o debate da Rio+20. É o seguinte: como o Brasil é o país-sede, vai sediar o evento, logicamente que precisa de um esforço máximo para ter papel protagonista. Essa é a primeira questão. E não é fácil, porque o que está em jogo na Rio+20 é sempre o ganho, o debate mundial, o peso das grandes potências econômicas, os modelos econômicos e as matrizes energéticas estabelecidas, difíceis de serem alteradas, porque poderosos interesses econômico-financeiros incidem sobre essa questão. Mas eu acho que o País tem realmente condições de tomar iniciativas importantes.

Eu mesmo sou daqueles que têm sérias dúvidas sobre esse debate da economia verde. Tenho mesmo, porque a lógica de mercado, de alguma forma, entra aí. E quando entra lógica de mercado, nós somos aprendizes. Eu tenho sérias dúvidas sobre esse debate.

E mais: acho que há coisas muito boas em termos de iniciativa empresarial e muito cinismo também para aumentar os lucros. É claro que todos os compromissos assumidos pelo empresariado em relação a essa questão e sendo claramente a favor do meio ambiente, em defesa do meio



ambiente, são positivos. Mas há outros que são puro *marketing* político, e nós sabemos o que isso significa.

Particularmente, concordo com o Deputado Sirkis. A questão do clima, mal ou bem, tem um peso hoje porque rastreia a questão energética, a questão das florestas, enfim, ela rastreia uma gama enorme de questões relativas ao chamado desenvolvimento sustentável. Mas quero relatar aqui minha maior preocupação quanto a essa questão: eu acho realmente um imenso retrocesso, algo deletério, o que a Câmara dos Deputados votou sobre o Código Florestal. Porque ela tem, além do peso real, um peso simbólico muito grande, muito grande. Quer dizer, o relatório votado na Câmara dos Deputados é extremamente nocivo ao interesse nacional, ao interesse coletivo, à imagem do Brasil e contraria todos os protocolos que este País assinou, como o da Convenção do Clima em Copenhague e de tudo adiante.

Então, acho que essa questão precisa, daqui para lá, entrar na nossa agenda, porque o Brasil não pode entrar na defensiva nesse debate. Se ele quiser propor coisas importantes para os outros países, ainda mais sendo sede, sendo protagonista, não pode entrar com um rombo no casco como esse, com uma bancada ruralista mandante no Congresso Nacional.

Agora ela trata de tudo. Ontem, o Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e também da Comissão de Agricultura propôs a relativização da questão do trabalho escravo e que passem pelo Congresso Nacional todas as questões relativas — ele propôs publicamente, está publicado no G-1 — à reserva indígena, aos quilombolas e à unidade de conservação. Isso para vermos o tamanho da questão simbólica que existe.

Então, o nosso seminário deve também levantar os problemas relativos a esse tipo de questão, que tem uma incidência sobre o conjunto que vai nos deixar vulneráveis, para o País ter posições mais avançadas. Não se podem propor posições mais avançadas e fazer exatamente o contrário. É evidente que a questão aprovada é ampla. E há também as questões energéticas, como Belo Monte e as outras usinas na Amazônia. Essa questão toda tem um enorme impacto.

Eu acho que isso não nos tira, por exemplo, o papel de ataque e a ideia de que devemos ter uma bateria de questões, particularmente por pressão da sociedade civil organizada em todos os países, e mecanismos de financiamento, como aqui citado, por exemplo, como a taxação capital/financeiro internacional do fluxo de capitais especulativos, e deverá haver outro tipo de debate, de forma mais ampla. Mas sabemos que essas discussões são bastante amarradas, porque o sistema que é efetivo, que delibera, digamos assim, é bastante blindado. E eu digo que ele é blindado também pela grande mídia, que é financiada, afinal, pelas grandes empresas e pelo capital financeiro.

É importante que tenhamos um papel mais presente de movimento social, popular, de pressão de baixo para cima, porque todas as questões expostas aqui, com muita propriedade, com muito detalhe e, inclusive, com conhecimento, são difíceis de serem processadas pelo conjunto da sociedade brasileira, inclusive pelas suas entidades de vanguarda, na sua maioria, que teriam capacidade de mobilização ou de fazer pressão de baixo para cima. Essa é uma questão que me preocupa porque há um descolamento das iniciativas de entidades, de participação, com questões



muito complexas. Mas falta um acompanhamento, uma pressão social de baixo para cima, para transformar isso no que eu chamaria de bandeiras e palavras de ordem que mobilizem.

Essa a preocupação que gostaria de deixar registrada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado. Vamos continuar com as perguntas.

Passo a palavra à Sra. Moema Santiago.

A SRA. MOEMA SANTIAGO - Não é bem uma pergunta, é mais uma preocupação.

Peço desculpas, porque eu estava no lançamento da Comissão da Verdade, na OAB, junto com a Ministra Maria do Rosário.

Quando eu vejo a Rio+20, o desenvolvimento sustentável, as pessoas falando em matrizes energéticas, marcas e economia verde... Concordo muito com as posições dos dois Deputados que falaram anteriormente. Infelizmente perdi a exposição dos senhores, e não sei se, em algum ponto, essa questão foi abordada.

A minha preocupação é com o fato de termos um projeto nacional energético como o pré-sal, quando se tem, no mundo, um histórico de acidentes ecológicos mais recentes, como os dos Estados Unidos e do México. Na semana passada, foi divulgado um relatório do desastre ecológico do petróleo na África. Vão demorar de 30 a 50 anos para os danos serem ensinados.

Gostaria de saber se há, em algum nível da discussão do desenvolvimento sustentável no Rio+20, a preocupação de acompanhar e saber se as medidas necessárias de segurança... No que se refere a marcas, citadas em termos de economia verde, a PETROBRAS não tem uma imagem muito saudável em relação a desastre ecológico no Rio. Então, quando se vai passar para um projeto de pré-sal, que envolve uma série de desenvolvimento não só tecnológico, nós não temos ainda garantia alguma de que essa preocupação existe, se algum nível foi colocado ou se alguém já manifestou essa preocupação, nem temos segurança de que isso será efetivamente assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Vou abrir uma exceção para uma última pergunta, porque temos que dar a palavra ao Pedro Ivo. É uma última pergunta e será respondida em conjunto com a colocação da Moema. (*Pausa.*) Não há uma última pergunta.

Então, alguém gostaria de fazer algum comentário?

O SR. ARON BELINKY - Eu vou fazer um comentário rápido.

Nós passamos perto de várias dessas ponderações, mas, para ir bem ao ponto, acho que o foco desse tipo de preocupação tem que ser exatamente usarmos o fato de esses valores e essas prioridades estarem pautados para expor com veemência, aproveitando a presença de muitas pessoas, o microfone e a imagem que teremos na Rio+20.

Esse tipo de atitude incongruente e cínica de vários autores, sejam empresas, sejam outros autores em várias áreas, é fundamental. Do ponto de vista mais concreto, mais objetivo, acho que o que está na pauta da Rio+20, além do balanço do que foi avançado, é uma possível decisão para que se crie uma convenção internacional sobre o princípio da precaução. Esse princípio é um dos pontos,



de 1992, que não foi desenvolvido e gera enormes polêmicas porque exatamente segue o foco das medidas responsáveis e da responsabilização de quem age sem a devida segurança.

Talvez o alvo primordial dele seja nanotecnologia, geoengenharia e questões de biotecnologia, questões que seguem essa linha, hoje, das tecnologias de ponta, de grande impacto, mas obviamente ele também se aplica a tecnologias anteriores.

Acho que, no rastro disso, está a discussão sobre o modelo, ou seja, a questão do pré-sal. O Brasil está apostando em extrair o petróleo do pré-sal dentro de um certo plano que pressupõe uma economia antiga. Então, se vamos dar novo significado a essa economia, isso pode implicar, e deve implicar, rever o uso. Quer dizer, não que se vá eventualmente deixar de utilizar um recurso. Mas este deve ser utilizado de maneira sensata. Ou seja, certamente não vamos tirar o petróleo do pré-sal para queimar no tanque de ferraris. Se for para fazer alguma coisa que ajude a construir o mundo de que precisamos, com a devida compensação, pode ser um caminho razoável, mas não para manter um (*ininteligível*).

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado.

Eu só gostaria de terminar essa parte, confessando um paradoxo que percebo na minha dupla condição: por um lado, um militante de causas ecológicas que muito frequentemente critica e briga com o Governo brasileiro e os agentes econômicos internos em relação a questões múltiplas envolvendo o meio ambiente; por outro lado, uma pessoa que vai a fóruns internacionais.

Nesses fóruns internacionais ficamos chocados com o fato de que, de repente, zanolhos... Há aquele ditado: "*Em terra de cego quem tem um olho é rei.*" Porque, talvez, por força das negociações do clima, por exemplo... É incrível, mas, fora a Europa, que faz parte do Anexo I do Protocolo de Kyoto, e o Japão, que tem a obrigatoriedade de reduzir as suas emissões, embora de forma suficiente... porque, na época de Kyoto, achava-se que aqueles 5% eram suficientes. Hoje, cientistas provaram que é altamente insuficiente. Mas a Europa tem essas obrigações. Quase todos os países têm cumprido. Fora esses países, existe um único país que está reduzindo as suas emissões de forma voluntária ao longo dos últimos tempos: o Brasil. Claro que, para nós, é mais fácil, pela circunstância a que eu me referi há pouco. Mas a realidade é essa.

Então, nós vivemos um pouco uma esquizofrenia. Estamos aqui brigando contra Deus e o mundo, achando que é tudo um desastre ecológico. Mas vamos a um fórum internacional e vemos outros representantes, aquele pessoal das ONGs de outros países dizendo: "*Ah, o Brasil! Que maravilha!*" Essa é uma situação realmente paradoxal.

Gostaria de passar a palavra ao nosso querido Deputado e ex-Governador Azeredo, que vai assumir a Presidência agora, para poder chamar o Pedro Ivo.

Agradeço a participação ao Ivan Valente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Vamos ouvir agora o representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, Pedro Ivo Batista, que vai falar sobre o tema *Participação da sociedade civil rumo à Rio +20*.

Depois, então, vamos ter o intervalo para o almoço.



Primeiro teremos a participação do Sr. Pedro Ivo, que está com a palavra.

O SR. PEDRO IVO BATISTA - Bom dia a todos e a todas. Quero saudá-los pela iniciativa deste seminário. Quero saudar os Deputados Eduardo Azeredo e Alfredo Sirkis, saudando os dois saúdo todos os Parlamentares aqui presentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Sou da Associação Alternativa Terrazul. Esses são meus dados e meus contatos.

A Associação Alternativa Terrazul é uma entidade da sociedade civil sediada em Fortaleza com representação em Brasília e no Rio de Janeiro. Ela atua em várias redes, entre elas a Rede Brasileira pela Integração dos Povos — REBRIP e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente.

Através da REBRIP, a Terrazul é uma das representantes, junto com a FASE, do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio + 20,.

O comitê é facilitador e eu já fui facilitado pelas outras palestras que abordaram algumas coisas que eu queria dizer. Então, também pelo tempo, eu vou ser breve, até por que algumas coisas os senhores já ouviram. Vou tentar situar onde está, digamos assim, a nossa percepção como sociedade civil nesse processo.

Então, eu não vou mais me ater muito às estruturas, porque já foi discutido.

Em relação à participação da sociedade civil nós estamos entendendo que ela vai acontecer em dois momentos: na Cúpula dos Povos — nós estamos chamando Cúpula dos Povos o que o comitê está preparando, que é a conferência paralela da sociedade civil — e na conferência oficial da ONU, com as mil restrições existentes nessa conferência à participação da sociedade civil.

Por isso nós vamos ter um processo paralelo, amplo, aberto, para toda a sociedade que queira participar, desde os grupos organizados até os indivíduos. Vai haver um espaço paralelo à conferência, onde vamos também realizar um conjunto de atividades e que será aberto para as pessoas que estão em organizações da sociedade civil, como também para os indivíduos que queiram chegar lá e tentar conversar de alguma forma.

Vou explicar isso. As empresas terão seu próprio espaço por opção comum, as empresas terão o Fórum Global, que é coordenado e organizado no Brasil pelo Instituto Ethos, e o Comitê da Sociedade Civil será um espaço onde vão estar os movimentos sociais e a sociedade civil.

Em algum momento nós vamos conversar, em algum momento nós vamos ter pontos em comum, mas nós preferimos — essa foi a decisão do comitê — ter uma cara própria, diferenciada das empresas e diferenciada do Governo. Os senhores vão entender por quê. Temos uma agenda que achamos que converge em determinados momentos com algumas empresas, converge em determinados momentos com o Governo, mas também diverge, em determinados momentos, com ambos. E eu vou tentar explicar por que isso.

Como é essa participação? O próprio Comitê Facilitador e outras organizações, por exemplo, como o senhor falou, os empresários que estão organizados no Fórum Global, o Parlamento, que já tem várias Comissões, também vão ter um espaço de discussão. É um espaço aberto. Sabemos que vêm caravanas e caravanas de todo o mundo, muitas pessoas que sequer estão organizadas nos



processos oficiais da ONU e no processo articulado pelo Comitê Facilitador. Então, realmente, a Rio+20 tende a ser um espaço muito plural de incidência de organizações e de pessoas.

Também queremos atuar no processo oficial, seja no processo organizado pelo Governo, através da Comissão brasileira, como aqui foi bem destacado, seja nos espaços da ONU, através de nossas interlocuções com *major groups* e dos espaços que a ONU abre para a sociedade civil.

Não temos muita expectativa na Rio+20 — quero deixar isso claro para os senhores —, porque como ocorreu nas últimas conferências da ONU, como disse o Deputado Sirkis, há necessidade de acordo consensual e é muito difícil as agendas andarem. Então, digamos que a nossa expectativa como Comitê da Sociedade Civil é baixa no resultado da ONU em si e no próprio resultado organizado pelo Governo brasileiro — vamos já explicar por quê. Mas a nossa expectativa é alta no sentido de oportunidades de diálogos e mobilizações para a sustentabilidade, diálogo entre a própria sociedade, diálogo entre o movimento organizado e as pessoas e diálogo intersetorial: sociedade-empresa, sociedade-Parlamento, sociedade-mundo cultural etc.

Então, estamos apostando — eu já estou meio careca de saber que nesses congressos da ONU, nas conferências da ONU os resultados são bastante limitados — muito na sinergia da sociedade. Isso não significa dizer que vamos secundarizar o debate na ONU, não é isso, mas não vamos à conferência com alta expectativa.

Esse é o histórico, as datas. Estou ressaltando duas coisas: constituímos o Comitê da Sociedade Civil em novembro de 2010 e o Governo constituiu o processo dele em 7 de junho de 2011. Então, vim aqui também para dar umas pitadinhas no debate.

Há um claro problema. Qual é o problema? Esse processo da Rio+20 foi proposto pelo Presidente Lula ao Sistema ONU, tanto que a sede no Brasil tem a ver com esse protagonismo do Governo brasileiro. Ora, se isso foi feito lá atrás, por que o processo foi aberto somente agora?

Estamos participando do processo, lógico, já que é um processo de consulta, mas nós, do Comitê Facilitador, estamos preocupados com o processo. Agora o Governo brasileiro vai abrir um início de consulta. Esse início de consulta é para chegar a uma proposta do Brasil, até dezembro, para a ONU. Essa consulta começa agora, e se dará a partir de agosto e setembro, como foi anunciado na última reunião. Também estamos preocupados com isso. Como vai ser esse processo de consulta? Como é que se abre um processo de consulta ou pelo menos se anuncia um processo de consulta e não se diz os meios? Como é que a sociedade civil vai participar disso? Como é que os empresários vão participar disso? Como é que o Parlamento vai participar disso? Não está claro.

Nós, do Comitê da Sociedade Civil, não vamos aceitar a pasteurização da Rio+20. Não existimos para homologar as decisões do Governo. Nós queremos dialogar com o Governo, mas temos autonomia e queremos colocar a voz da sociedade civil e obviamente não só nós. Nós não somos representantes da sociedade civil. Na Rio+20 somos parte da sociedade civil. Ela vai-se representar de várias formas, mas nós estamos preocupados com esse processo.

Há um paradoxo. O Brasil, com as iniciativas que tem tomado em escala internacional e com a iniciativa de propor a conferência hoje chamada popularmente de Rio+20, tem, ao mesmo tempo, um processo dos mais retardatários. Vejam: a sociedade civil iniciou antes, a ONU iniciou antes e, se



eu não me engano, o próprio Parlamento iniciou antes. Se não me engano, foi constituída a primeira Comissão Parlamentar para discutir a Rio+20 antes da comissão que o Governo definiu. O decreto em que o Governo definiu essa comissão foi do dia 7 de junho.

Então, estamos preocupados com isso. Queria dizer isso a todos os senhores, principalmente à imprensa, para que acompanhem isso, para que esse processo seja o mais transparente e democrático possível.

Fiz esse levantamento dos históricos e do que foram as datas constitutivas mais importantes desse processo muito mais na intenção de mostrar o atraso em que estamos.

O que é esse comitê da sociedade civil, chamado Comitê Facilitador da Sociedade Civil? É um comitê aberto. Qualquer organização que entrar no *site*, como o Aron já destacou, e que concordar com a convocação da Cúpula dos Povos pode imediatamente ser integrada ao Comitê Facilitador. Então, nós temos desde pequenas organizações, sindicatos, ONGs, movimentos de mulheres, movimentos de juventude, movimentos sociais os mais diversos, a grandes redes.

Mas como eu disse antes, por opção, o comitê não tem representação empresarial. A representação empresarial é feita em outro espaço. Isso não significa que não dialoguemos com a representação empresarial, mas preferimos ter uma cara própria.

Esse comitê é coordenado pelo grupo de articulação que antes chamávamos de coordenação nacional. Na última reunião, chegamos à conclusão de que somos apenas um grupo de articulação, e devemos investir num processo totalmente horizontal. Não temos a pretensão de representar todo o povo brasileiro. Temos a pretensão de facilitar, de articular a presença da sociedade civil nesse processo.

Existem vários grupos de trabalho em discussão. Há um grupo de trabalho específico, o GT Rio, que vai cuidar dos eventos e de toda a logística. Há um grupo de trabalho de mobilização. Há um grupo de trabalho de discussão, que acompanha o evento oficial. Esses grupos de trabalho estão em construção. A própria participação no comitê é aberta.

Finalmente, existe o grupo de articulação, que é composto por estas entidades que eu citei — ABONG, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Jubileu Sul, Rede Brasil, Via Campesina, Movimento Marcha Mundial das Mulheres, Associação de Mulheres do Brasil, CUT, Fórum Brasileiro de ONGs, Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo Fórum Nacional Mundial (GRAP), REBRIP, Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA); o CONEN e o CENARAB, que representam as populações negras; o Comitê Intertribal e o INBRAPI, que representam os indígenas. Outras redes estão entrando, como a Rede Mata Atlântica, a Rede Cerrado e outras organizações.

Esse grupo de articulação é aberto. Qualquer rede ou entidade nacional pode participar dele. Ele tem uma secretaria composta pela REBRIP, pelo GRAP e pela Via Campesina que tem sede no Rio de Janeiro. A secretaria é uma instância meramente operativa, funcional, e nós optamos por redes que têm representação no Rio, para facilitar essas negociações.

Quais são os desafios do comitê? Primeiro: garantir a participação plural e ampla da sociedade civil. Esse é o primeiro grande desafio, com o qual já estamos preocupados, porque se



queremos interferir também no resultado da conferência da ONU, nós estamos preocupados com essa consulta que o Governo vai começar a fazer e não estão claros quais são os meios que nós teremos. Sabemos que é muito rápida. E os senhores sabem que a sociedade civil tem uma capilaridade de pequenas organizações, que estão lá no interior do Brasil trabalhando no semiárido, a grandes organizações. Não é fácil construir um processo que inclua todos nisso. Então, estamos muito preocupados com isso.

O nosso segundo grande desafio é realizar diálogos. Nós queremos realizar diálogos com a ONU, com os governos, com os empresários, com as mídias, com os atores internacionais. Um diálogo plural. Não significa dizer que teremos as mesmas posições, mas queremos um diálogo para convergir naquilo que for possível. Então, essa é uma segunda tarefa desse comitê.

A terceira e também difícil tarefa é influir na agenda da conferência e nos seus resultados. Quer dizer, nós queremos que, ao final, essa conferência não seja como a maioria das conferências da ONU, uma grande frustração ou letra morta em um papel, para que depois o que for realmente decidido nós possamos cumprir, possamos ajudar os nossos Governos a cumprir.

Quando eu disse aqui que queremos influir na agenda, é outra crítica que fazemos. Nós, do comitê facilitador, não queremos simplesmente nos submeter à agenda proposta pela ONU, que é Governança e Economia Verde; nem queremos uma conferência da ONU pasteurizada.

Vamos fazer a conferência. O Brasil tem um papel importante, sabemos disso. O Brasil é um dos poucos países que definiu metas. Ótimo! O Brasil tem a matriz energética mais limpa. Excelente! Sim, mas o Brasil está usando... A mão que afaga é a mesma que apedreja. Apesar de tudo isso o Brasil está fazendo Belo Monte. O Brasil está tentando desmontar a legislação ambiental através, principalmente, desses ataques ao Código Florestal.

Nós queremos que esse processo seja vivo, que não se discuta só abstração, que se discuta também os meios em que serão implementadas as decisões e como está o estado da arte do planeta. Afinal, é a Rio+20, nós passamos por várias conferências de desenvolvimento sustentável — várias.

A nossa preocupação na sociedade civil é como nós vamos fazer um processo mais aberto. Não necessariamente nós vamos nos deter a dois temas, embora nos dois temas principais nós vamos tentar incidir com força — está claro?

Queremos discutir, digamos assim, o que foi feito. O que foi feito com a Agenda 21? Por que o Governo brasileiro não está fazendo a Conferência Nacional do Meio Ambiente? Por que a Comissão de Política e Desenvolvimento Sustentável — e há um decreto presidencial estabelecendo que ela tem que discutir com o Conselho Nacional, o conselho — não é alçada a essa discussão? Por que ela não está discutindo os orçamentos, como está definido no decreto? Por que muitos dos processos que são definidos são muito bem propagados em âmbito internacional mas a sua implementação é difícil?

O Brasil tem que fazer o seu dever de casa para continuar sendo protagonista e poder chegar na Rio+20, já que ele também sedia, com autoridade.



Nós, da sociedade civil, queremos ajudar nisso. A nossa posição é uma posição construtiva, mas é uma posição autônoma. É uma posição para tentar avançar na agenda. Nós queremos o debate vivo. É o que estamos dizendo aqui: para além da pauta da ONU.

A segunda questão importante para nós: queremos discutir economia verde, mas não queremos discutir economia verde só na perspectiva das grandes empresas transnacionais ou das grandes corporações. Ora, existe um passivo aí. É muito importante que haja uma virada dos organismos internacionais que tratam da economia para uma nova economia. O que nós chamamos de economia marrom já mostrou o que representa em termos de destruição. Mas os mesmos que destruíram vão agora apenas usufruir de uma decisão da ONU e de um novo arcabouço do mundo financeiro internacional sem resolver o passivo? Essa é a primeira questão.

Então, esse debate não é só sobre recurso público, esse debate também é sobre como a iniciativa privada entra nesse processo se convertendo, que é uma coisa muito boa, mas também discutindo o que ela fez até hoje.

Segundo: economia verde não é só para o grande. Nós tememos que esse debate seja simplesmente para guinar o sistema financeiro mundial para as grandes corporações. E a economia da floresta? E as comunidades que já fazem economia verde? E a economia solidária? E as empresas nacionais que se preocupam em adotar uma política sustentável para as suas iniciativas? Então, é muito mais amplo.

Nós partimos do pressuposto de que já existem muitas iniciativas. Se alguém pegar as iniciativas dos seringueiros, dos quilombolas, da economia social, como chamamos, ou economia solidária, como é que isso entra? Não está claro. Qual é o peso que essas pessoas vão ter? Qual é o peso para apoiar essas iniciativas também? E quais são as parcerias possíveis de serem feitas?

Então, no nosso ponto de vista, a economia verde tem que ser organizada no sentido da sustentabilidade com justiça socioambiental. Nem vale uma economia verde simplesmente ambiental *stricto sensu*, mas também não vale simplesmente combater a pobreza e destruir as florestas, destruir a natureza.

Nós queremos um processo que combine, que melhore a qualidade de vida das pessoas, que trabalhe com a justiça social e com a justiça ambiental e, ao mesmo tempo, proteja a natureza.

O que nós podemos ter desses acordos internacionais para que possam realizar isso?

A segunda agenda da ONU, também importante, é a governança. Nós queremos fazer esse debate. Nós queremos também que essa governança para o desenvolvimento sustentável seja fortalecida, mas nós queremos que ela seja fortalecida em escala mundial, em escala regional, em escala nacional, em escala local e com participação da sociedade, porque nós já conhecemos o sistema financeiro internacional. Nós sabemos quais foram as metas, como é que ele ajudou no processo desta crise ambiental que vivemos hoje.

Então, nós queremos a participação da sociedade civil. É possível conquistar isso? Não sei. É difícil, é difícil! Mas o que vale na luta é quando ela é boa, quando ela é justa, se vamos conquistar ou não é todo um processo que vamos ter de capacidade, de fazer parceiras e de fazer alianças.



Pretendemos dialogar com o setor empresarial mais moderno, que está preocupado realmente em preservar o meio ambiente. Vamos dialogar com o setor parlamentar mais preocupado com os interesses coletivos, não com interesses corporativos, como é hoje a bancada ruralista. Vamos dialogar também com o Governo, porque nós sabemos que no Governo há contradições, há aqueles segmentos que buscam realmente pensar um novo tipo de desenvolvimento e há outros que não.

Levamos em consideração que a sociedade é complexa, é contraditória. Na própria sociedade civil também há divergências.

Este debate sobre desenvolvimento sustentável, como a colega destacou aqui, é questionado por parte da sociedade civil. Eu, particularmente, acho que nós devemos disputar o conteúdo e não a nomenclatura, o conteúdo da economia verde, porque senão vamos ser a favor do quê? Da economia marrom?

Qual é o conteúdo da economia verde? Ele aglutina ou não os pequenos? Ele é realmente para fazer o bem estar social e para avançar na sustentabilidade ou é mais uma forma de mascarar a exploração e a destruição da natureza? É um debate de conteúdo.

O desenvolvimento sustentável, para nós, é para alterar o modelo de produção e consumo que está aí, mesmo que seja de forma transitória? Nós não devemos ter a ilusão de que vai mudar tudo abruptamente. Mas qual é a transição possível para o modelo sustentável? Como é que fica esta questão da mudança climática que o Deputado citou? Como é que fica, portanto, um conjunto de atitudes, de políticas econômicas e políticas sociais que combine um processo para essa sustentabilidade?

É lógico que estamos preocupados com o pré-sal! É lógico que estamos preocupados! Aliás, a Rio+20 vai-se realizar num Estado que vai ter uma grande incidência do pré-sal e em que já existem grandes impactos ambientais.

Pretendemos enfrentar esses desafios, de forma que o Comitê da Sociedade Civil quer trabalhar em diálogo com todos os segmentos, mas vai trabalhar de forma autônoma e de forma a tentar pôr a agenda da sociedade civil, com os seus diversos olhares, da forma mais plural e mais inclusiva possível nesse debate. Esse é um desafio.

E assim vamos ter alguns processos importantíssimos. A juventude, por exemplo, está pensando em fazer um grande processo mundial, um grande jogo global utilizando as mídias e as novas ferramentas da Internet. Os movimentos sindicais estão discutindo empregos verdes. Os movimentos de mulheres estão discutindo o clima e a forma como ele afeta as populações de mulheres vulneráveis em vários países. Portanto, é um processo multifacetário.

Qual é também a preocupação que temos? Uma das preocupações que temos é que não se transforme num grande evento *pop* global.

Essa diversidade, que é importante, não pode ser um momento em que vamos estar lá celebrando as boas causas, questionando os problemas, e não haver resultados, não haver ações.



Vamos procurar, na medida do possível, convergir para pautas comuns, tanto da sociedade civil quanto do Governo, dos Paramentos e das empresas para tentar incidir no resultado final desse processo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Quero agradecer e dizer que fui facilitado, porque muitas das questões em que eu poderia adentrar em termos de conteúdo e de estrutura foram objeto das falas anteriores, tanto do Tony quanto do Aron.

Estou à disposição, entendendo que estamos quase no horário de almoço. Mas estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado, Pedro Ivo.

Eu perguntaria à nossa assistência se existe mais alguma pergunta. *(Pausa.)*

Não havendo, a reunião está suspensa até as 14h30min.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

II.I.III. Notas taquigráficas do turno vespertino

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES Subcomissão Especial Rio+20		
EVENTO: Seminário	Nº: 1129/11	DATA: 11/08/2011
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 17h23min	DURAÇÃO: 02h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h13min	PÁGINAS: 35	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RICARDO ABRAMOVAY – Professor da USP.
TONY GROSS – Representante do Instituto Socioambiental.

SUMÁRIO: Seminário sobre o tema *Radar Rio+20 — os Caminhos da Sustentabilidade.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado em breve intervenção.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Boa tarde a todos e a todas. Após um breve intervalo, nós reabrimos neste momento o Seminário *Radar Rio+20 — os Caminhos da Sustentabilidade*, uma realização da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, por meio da Subcomissão Especial Rio+20 da Câmara dos Deputados.

Sem dúvida nenhuma, as preocupações que existem hoje não apenas em nosso País, mas em todo o mundo, no sentido de assegurar que o desenvolvimento seja condicionado à sua sustentabilidade, passa a ser uma demanda que envolve toda a sociedade.

Evidentemente, numa quinta-feira, os senhores e as senhoras sabem que há uma agenda muito especial e muito particular para os Deputados da Câmara.

Queria cumprimentar todos os que participam deste debate, que já participaram na parte da manhã e que vão dar continuidade a esta reflexão. Quero, sobretudo, cumprimentar os palestrantes, que são pessoas que se dedicam à compreensão de que a sustentabilidade é condição *sine qua non* para o desenvolvimento humano.

Queria convidar para compor a Mesa o Sr. Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo — FEA/USP, que discorrerá sobre o tema Economia Verde, ao mesmo tempo em que eu tenho a satisfação de também convidar para compor a Mesa o Sr. Tony Gross, representante do Instituto Socioambiental, que fará uma explanação sobre o tema Governança.

Passo, neste momento, a palavra ao nosso primeiro expositor, Sr. Ricardo Abramovay, professor da USP, que falará sobre o tema Economia Verde.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY- Boa tarde a todos. É uma satisfação e uma honra estar na Câmara dos Deputados, nesta Comissão, para contribuir nas reflexões e, tanto quanto possível, nas tomadas de decisão a respeito da Rio+20.

Eu estou chegando de 2 dias de reunião no Instituto Ethos, em que esse tema foi crucial.

Eu queria, antes de tudo, além de agradecer à Deputada e à Comissão, agradecer ao Instituto Socioambiental, ao Vitae Civilis e ao Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas pela oportunidade de participar desse evento que se realizou em São Paulo.

Bom, o título que eu coloquei para esta exposição tem como base a seguinte constatação: quando se fala em economia verde, tanto aqui no Brasil, jornalistas e intelectuais, como também na comunidade internacional, há uma imensa desconfiança. Essa desconfiança, em parte, é razoável e bem fundamentada e, em parte, é exagerada. Eu vou tentar mostrar esses dois lados.

O Embaixador Corrêa do Lago, que tem uma presença muito significativa na organização da Rio+20, mostrou, ao final da conferência, que vários países em desenvolvimento receiam que, por trás da economia verde, se escondam novas formas de dominação, em que haveria uma espécie de domínio tecnológico dos caminhos capazes de produzir energia limpa e de usar de forma limpa a energia por parte dos países ricos, ampliando a dependência dos países pobres, sem que se coloque o acento na questão da pobreza.

A exposição que eu preparei procura mostrar o seguinte: o nosso problema maior hoje na compatibilização do funcionamento do sistema econômico com a preservação dos serviços



ecossistêmicos básicos, que estão ameaçados — como todos os senhores sabem — e alguns deles já destruídos, a principal preocupação que temos que ter não é apenas com a pobreza. Se a nossa preocupação fosse fundamentalmente com a pobreza, o *business as usual*, ou seja, conduzir as coisas como elas estão sendo conduzidas até aqui, bastaria.

A pobreza no mundo está diminuindo. Um estudo do Goldman Sachs de 2008 mostra que anualmente existe a entrada, no mercado consumidor mundial, de 80 a 90 milhões de pessoas, numa espécie de nova classe média mundial, o que significa que este patamar de renda entre 6 mil e 30 mil dólares em paridade de poder de compra, que correspondia a 29% da população mundial em 2008, em 2030 corresponderá a 50% da população mundial.

Então, a redução da pobreza está acontecendo. Apesar das cenas tão chocantes que nós vimos nos jornais com relação à Etiópia, a fome no mundo hoje é muito menor do que era há 30 anos, mesmo que nos últimos 5 anos tenha havido um aumento escandaloso, tendo em vista as possibilidades da economia mundial.

Portanto, o desafio maior não é simplesmente acelerar a redução da pobreza; o desafio maior — e esse é o sentido da minha exposição — é que, ao se manter o ritmo atual, não existe a menor chance de se prosseguir a redução da pobreza se não houver um movimento drástico e radical de redução da desigualdade no uso dos recursos. De que recursos? De todos, mas fundamentalmente de energia, de matéria — eu vou mostrar as informações referentes a isso; essas palavras podem parecer abstratas aos senhores — e, terceiro lugar, redução da desigualdade em relação à maneira como é ocupado o espaço carbono remanescente, para evitar um desequilíbrio climático mais catastrófico do que o que já está se anunciando nos dias de hoje.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nessa lâmina que os senhores estão vendo, meu ponto de partida é o seguinte: não existe a menor possibilidade de o mundo se emancipar das energias fósseis daqui até 2100.

O caso do Brasil é muito particular. Hoje, como os senhores sabem, metade da nossa matriz energética vem de energias renováveis. Nós temos um potencial extraordinário de ampliar essas energias renováveis não só em biomassa, mas há notícias muito positivas, muito alvissareiras no que se refere a energia eólica e solar.

O que eu tenho lido a respeito da matriz energética brasileira mostra que nós temos muito menos necessidade de usar energia nuclear e de expandi-la do que países com uma economia do tamanho da nossa. Felizmente, nós não estamos na situação da França, em que 80%... Em que se cortarem a energia nuclear, as pessoas morrem de frio. E nós não estamos na situação da China e da Índia, com a faca no pescoço, altamente dependentes de petróleo e sobretudo de carvão.

Então, o que eu estou dizendo é o seguinte: não há a menor possibilidade de nós nos emanciparmos do petróleo, do gás e do carvão daqui até o final do século.

As energias renováveis modernas correspondem hoje a 1% da oferta energética global. Normalmente se fala de uma cifra bastante superior a essa, porque se inclui aí a biomassa usada pelos quase 2 bilhões de pessoas da Índia, da China e da África ao sul do Saara, cuja alimentação e



aquecimento dependem da biomassa tradicional: da lenha, do carvão, do esterco, da palha etc. Se nós excluirmos essa biomassa tradicional, a biomassa moderna vai corresponder a apenas 1%.

Um relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) recentemente divulgado, em maio, vindo de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, falava que, em 2050, 80% do mundo iria ter energia renovável. É importante prestar atenção quando se lê esse relatório, porque esse era um dos cenários, e composto na seguinte base: existe sol e vento para isso. Existe, mas não há a menor possibilidade de...

Parece que isto foi falado aqui hoje de manhã: um dos grandes problemas da transição da economia verde, claro, é a base de produção de energia primária. E o que acontece nas sociedades, em qualquer sociedade, é que a maneira de produzir energia implica decisões que, uma vez tomadas, têm efeitos de longuíssimo prazo. Quando se decide construir uma estrada, está-se dizendo que a matriz de transporte das pessoas e das mercadorias vai ser rodoviária por um bom período, até aquela estrada perder o sentido econômico. Então, a estrutura econômica existente está voltada para as energias fósseis.

Eu não estou dizendo isso como uma manifestação de ceticismo, mas porque esse é o nosso ponto de partida, em primeiro lugar, em termos globais, e, em segundo lugar, porque, no caso do Brasil, isso oferece a nós uma oportunidade extraordinária.

O que é mais chocante ainda, como os senhores podem constatar nessa lâmina — eu espero que o pessoal lá atrás esteja vendo —, é que essa linha azul, que está acima, corresponde ao crescimento do PIB. O PIB cresce mais ou menos na mesma proporção que o uso de carvão. Ou seja, em pleno 2011, depois da Conferência do Rio, depois dos quatro relatórios do IPCC e da consciência que temos do que representa o carvão, a intensidade do consumo de carvão na economia mundial não está caindo. E, pelo que nós vemos, a intensidade em gás, que é menos nefasto do que o carvão, também aumenta, mas... E a combustão de CO₂ reduz-se, mas não é muito significativa — aquela linha vermelhinha picotada.

Isso é tanto mais grave que nós já estamos... Isso é algo que tendemos a comentar pouco no Brasil. O raciocínio que eu acho que temos que fazer, só para que entendam o pensamento que estou tentando desenvolver... Quando vamos abordar o tema da economia verde, um primeiro ponto a perguntar é este: quais são as fontes da energia, da energia primária? O segundo ponto: de que maneira essa energia primária é usada pela sociedade? O meu ponto é: as fontes são de energias basicamente fósseis? Isso nos traz uma questão decisiva: nós temos, como civilização, que usar melhor as energias das quais dispomos.

Mas ainda com relação às fontes de energia, essa figura mostra o pico do petróleo. O pico do petróleo norte-americano, por exemplo, foi atingido em 1970, quando o país produzia 10 milhões de barris. Em 2007, esse total caiu para 5 milhões de barris diários. No Golfo Pérsico, mais da metade da produção estimada já foi extraída, e agora o declínio é incontornável. Nos novos poços cresce a quantidade de energia necessária para extrair uma unidade de petróleo.

A energia primária representada pelo petróleo é extremamente poderosa. No entanto, a quantidade de energia necessária para extrair petróleo aumenta, e aumenta de maneira assustadora.



Em 1930, investia-se uma unidade de energia para se obter cem unidades de energia em petróleo. Isso foi caindo ao longo do século XX. Hoje é necessário investir uma unidade de energia para obter dez unidades de energia. Caiu de cem para dez. No pré-sal é mais ou menos 10, 12.

Por que isso é importante? Isso é importante porque, quando se fala, por exemplo, em armazenamento e captura de carbono para combater os gases de efeito estufa, isso tem um custo energético. Quando se fala em produção de petróleo, isso tem um custo energético. Esse custo energético está aumentando cada vez mais, o petróleo está escasseando, e, ao mesmo tempo, a produção mundial de petróleo passou de 84 milhões de barris diários, em 2009, para 88, em 2011. Então, olhem a situação que está sendo armada na economia mundial. É uma economia cada vez mais dependente de petróleo, com uma capacidade cada vez menor de produzir petróleo e que produz petróleo a um custo energético cada vez maior. Só que, além do pico do petróleo, há o pico de outras matérias-primas. Cito o pico do carvão. No caso do carvão, é verdade que a produção norte-americana cresce 2% ao ano desde 1940, mas as fontes de carvão de maior rendimento energético já vão se tornando cada vez mais escassas. E a previsão da Agência Internacional de Energia é de que o consumo norte-americano de carvão vá aumentar, daqui até 2030, em 47%.

Isto aqui é muito impressionante: a energia primária para produzir o iPad, que alguns de vocês têm aí, é carvão.

A base energética da economia mundial tem uma dependência dos combustíveis fósseis mais poluentes e mais tradicionais que é muito impressionante.

Urânio: há um pico de urânio. Temos que fazer a discussão da energia nuclear levando em consideração que o urânio também não é infinito.

O que vou mostrar logo mais é um fenômeno chamado “descasamento”. Ou seja, o mundo contemporâneo é capaz de produzir mais riqueza sobre a base de uma quantidade cada vez menor de energia e de matéria por unidade de produto. Para cada copo, para cada microfone, para cada celular que se produz, para produzir cada um, usa-se menos energia e menos matéria.

Na agricultura isso acontece também: produzimos cada vez mais com menos terra. Mas atenção: com os fertilizantes isso não está acontecendo. Olhem o gráfico: na cor marrom está representada a produção de cereais; na cor verde, o consumo de nitrogênio para produzir cereais, de fertilizantes nitrogenados para produzir cereais. Isso significa que a intensidade de energia e a quantidade de fertilizantes nitrogenados para a produção agrícola estão aumentando, o que é uma das maiores ameaças à segurança alimentar mundial e o que nos coloca diante de uma exigência de revisão dos padrões a partir dos quais nós sabemos produzir alimentos que é extremamente importante.

Esse gráfico mostra que a extração primária de metais está aumentando drasticamente. Os chineses, no plano energético que fizeram, chegaram à constatação de que são capazes de gerar energia por meio de hidroelétricas. Mas talvez não haja cobre suficiente para a transmissão da energia, o que é um negócio gravíssimo.



Bom, o contexto desta discussão é este: precisamos reduzir as nossas emissões, de 50 gigatoneladas anuais globais para 10, em 2050. Vocês devem ter ouvido falar dos 80% de redução. É apenas isso. Nós precisamos baixar as emissões de 50 gigatoneladas para 10.

E o contexto é o seguinte: se a redução das emissões começasse em 2011, o ritmo do declínio nas emissões ia ter que ser de 3,5% ao ano; se começar em 2015, o ritmo tem que ser de 6% ao ano; se começar em 2020, o ritmo vai ter que ser de 9% ao ano. E por aí vai. Se começar em 2030, muitos estudos mostram que esse ritmo vai ter que ser muito... Enfim, chega-se a situações insustentáveis.

Nos países ricos está havendo o fenômeno que mencionei para vocês, do descasamento. O que é o descasamento? É o fato, como vocês estão vendo, de que a intensidade material da produção de riqueza está caindo. Isto é, produzimos riqueza com cada vez menos matéria. Como se mede isso?

Uma medida foi apresentada em relatório das Nações Unidas que saiu agora em 2011, criada por um grupo de trabalho dirigido por uma pesquisadora do Instituto de Ecologia Social da Áustria, com muito prestígio na Europa toda, que soma o peso de materiais de construção, biomassa e minérios, basicamente.

A conclusão a que se pode chegar é a seguinte: a humanidade, hoje, produz riqueza extraindo 60 bilhões de toneladas anuais de materiais da superfície terrestre. Essa extração, durante o século XX, cresceu oito vezes. Sessenta bilhões de toneladas anuais de matéria que se extrai da superfície terrestre para produzir riqueza: houve um crescimento de oito vezes.

Os países ricos de fato conseguem produzir cada vez mais riqueza usando menos matéria. Mas cuidado: nas indústrias, as chamadas “atividades marron” dos países ricos, em grande parte, foram transferidas para a China e para a Índia. E nós nos vemos hoje numa divisão internacional do trabalho para a qual estamos preparados de maneira muito precária. O Brasil, na América Latina, exporta minérios altamente intensivos em energia para a China, que transforma esses minérios — suas atividades industriais são altamente emissoras — em produtos que serão consumidos no resto do mundo. A China hoje é o maior emissor de gases de efeito estufa. Mas, se considerarmos o ponto de vista do consumo e não o ponto de vista da produção, extrairmos das emissões chinesas aquilo que a China exporta, veremos que essas emissões têm que ser reduzidas, no cálculo, entre 25% e 30%. E a China deixa de ser o maior emissor do mundo.

Por que estou dizendo isso? Estou dizendo isso porque houve de fato melhoria muito significativa na qualidade material. Esse é um conceito muito importante para a maneira como nós raciocinamos, pelo tema, o conceito de metabolismo social. Qual é o metabolismo que as sociedades contemporâneas têm no uso que elas fazem de matéria e energia e metabolismo industrial? O metabolismo social ou metabolismo industrial dos países ricos melhorou, mas melhorou, em primeiro lugar — é claro; não se pode subestimar isso —, graças ao progresso tecnológico, sem dúvida isso é muito importante, mas também ao fato de boa parte das atividades industriais foram exportadas e terceirizadas.



Nessa figura, a linha preta representa o aumento do PIB. Vocês vêem que o PIB mundial aumentou mais do que o consumo de matéria necessária para o PIB mundial ter esse aumento. Qual é a matéria? Em peso, combustíveis fósseis, materiais de construção, minérios e biomassa. Mas vocês percebem que, com exceção da biomassa, a linha azul, a linha marrom e a linha amarela indicam que também estão crescendo, mesmo que estejam crescendo menos do que o PIB.

Qual é o problema da economia verde? O problema da economia verde é que, mesmo que eu aumente a eficiência no uso de recursos e de energia, o aumento no consumo e o aumento na produção estão sendo tão grandes que continuo usando mais matéria, mais energia e emitindo mais para produzir. É o que os especialistas chamam de efeito ricochete — *rebound effect*. Eu aumento a eficiência, só que o resultado do aumento da eficiência, um dos resultados... E, além disso, o resultado do aumento do consumo é que vou produzir cada vez mais, vou consumir cada vez mais. Então, embora com mais eficiência, eu aumento igualmente a pressão exercida sobre os recursos materiais. Portanto, a conta não fecha. Não há como fechar essa conta.

Aí é que vem a questão da desigualdade. Normalmente as pessoas dizem: “É claro. Isso é porque existe muita gente no mundo.” Só que — cuidado — um indiano que nascer hoje... Esta é aquela que eu já havia mostrado, relativa aos cereais e aos fertilizantes.

O ponto que eu quero assinalar para vocês é o seguinte: três documentos internacionais recentes colocam acento naquilo que eu também quero acentuar. É claro que seria muito melhor se o crescimento populacional não tivesse adquirido a velocidade que tem hoje. Aliás, só um parêntese: o último livro de Jeffrey Sachs mostra que o Governo Bush cortou a ajuda ao planejamento familiar em países da África Subsaariana por razões de fundamentalismo religioso, o que certamente atrapalhou a ocorrência de um crescimento populacional mais razoável nesses países.

Mas, independentemente disso, as pessoas estão aí e as previsões são estas. A grande questão não é o consumo dos pobres, a grande questão é o consumo dos ricos, a tal ponto que um documento recente do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas propõe que haja um limite *per capita* do consumo energético em termos internacionais. Como fazer isso é outra questão.

Por que esse limite? Porque hoje um norte-americano consome o dobro de energia do que um japonês e 18 vezes mais energia do que um indiano. Portanto, dizer que o problema da escassez dos recursos se refere ao crescimento populacional é ignorar o fato de que existe uma parcela da população mundial que está consumindo energia numa proporção muito superior à capacidade de suporte dos ecossistemas.

A proposta do documento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas é que caminhemos para estabilizar o consumo mundial em 70 gigajoules *per capita*. Essa é uma proposta inédita. Nunca, que eu saiba, as Nações Unidas haviam proposto um patamar físico de limitação do consumo de energia.

Em segundo lugar, em termos de matéria, um indiano que nascer hoje vai consumir, ao longo da sua vida, em torno de 4 toneladas de materiais tal como estava descrito aqui, ou seja, em peso — combustíveis fósseis; minérios; materiais de construção; e biomassa —; um canadense vai consumir 25. A proporção é de 4 para 25.



Em termos de emissões, um indiano não emite uma tonelada *per capita*; a média mundial está em torno de 2,5 toneladas; os chineses estão em torno de 5 toneladas *per capita*; os europeus estão, mais ou menos, em 12; norte-americanos e australianos, 20.

Ou seja, se o maior desafio da economia verde é reduzir a intensidade material e energética na produção de riqueza — produzir cada vez mais riqueza com menos matéria e menos energia —, essa conta só fechará se as 500 milhões de pessoas que respondem por metade das emissões, se aqueles que respondem pelo essencial no consumo de matéria e o essencial no consumo de energia tiverem uma drástica redução no seu consumo de matéria e de energia.

O que isso significa? Significa que o grande desafio da Rio+20 consiste em saber se poderão ser criados mecanismos institucionais para que o processo de inovação tecnológica em direção à economia verde se dirija, antes de tudo, para a satisfação das necessidades básicas. Necessidades básicas não são arroz, feijão, mandioca e um cobertorzinho para não morrer de frio; necessidades básicas é um conceito elaborado por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia e incorporado pelas Nações Unidas, que corresponde a uma moradia decente, a saúde decente, a educação, àquilo que Amartya Sen chama de “*uma vida que vale a pena ser vivida, uma vida decente*”.

O grande problema da Rio+20 não está em convencer os atores econômicos de que eles precisam acelerar as mudanças tecnológicas para usar menos energia e menos matéria em seus processos produtivos. O grande desafio da Rio+20, o grande desafio que nós temos para conseguir construir a ponte da transição, que não está construída, ponte da transição para uma economia menos intensiva em carbono e mais respeitosa dos ecossistemas — já vou falar rapidamente, antes de concluir, da questão da biodiversidade —, é que, se não houver redução material e energética em termos de emissões nessa desigualdade, não há como as inovações tecnológicas fazerem por si só, com uma espécie de gotejamento da prosperidade em direção aos miseráveis, para que eles se tornem menos miseráveis.

Esse modelo que está funcionando — e, de certa forma, não está funcionando tão mal até aqui — é incompatível com a manutenção dos serviços ecossistêmicos básicos. Para que nós tenhamos o atendimento às necessidades básicas dos chineses, dos indianos, dos habitantes da África ao sul do Saara, dos latino-americanos, que estão aquém dessas necessidades básicas, não é possível manter a mesma distância existente hoje em termos energéticos, materiais e de emissões, na distribuição do uso dos recursos materiais.

Vejam a maneira como esse tema está sendo colocado hoje. É muito interessante o fato de que isso começa a entrar nos próprios documentos das Nações Unidas.

Eu não estou falando em distribuição de renda porque, quando se fala em distribuição de renda, parte-se da premissa de que o limite da distribuição de renda, no fundo, é algo quase infinito como o trabalho humano. Então, as pessoas dizem assim: “*Não, mas se as pessoas trabalharem mais, se as pessoas produzirem mais, se as pessoas tiverem mais oportunidades, elas vão criar mais renda, e aí você vai ter mais renda e você vai até poder distribuir mais renda, mesmo sem comprometer ou sem atacar de frente a desigualdade*”.



O raciocínio aqui é diferente. Nós estamos em uma situação em que nos vemos diante de uma exaustão física de recursos, o que vai exigir uma revisão drástica na própria ideia do que é a distribuição de renda.

Eu não queria concluir esta exposição sem falar de uma outra dimensão igualmente fundamental da economia verde, que se refere ao uso sustentável da biodiversidade, à economia do conhecimento da natureza. No Brasil, mas também na Indonésia e na esmagadora maioria dos países da África Subsaariana, etc., países portadores da maior riqueza em termos da biodiversidade, a economia predominantemente aplicada nessas regiões é uma economia da destruição da natureza. E a riqueza potencial embutida na destruição da natureza é absolutamente fantástica, como se vê pelo que representam as exportações de carne no Brasil, as exportações de minério e as próprias exportações de soja, decorrentes em parte e felizmente em grande parte refreadas pela expansão, felizmente refreada, da soja na Amazônia.

Pois bem, o desafio que temos hoje pela frente, a meu ver muito bem destacado pela professora Bertha Becker, em vários de seus estudos, é a transição de uma economia da destruição da natureza para uma economia do conhecimento da natureza. Isto exige não só investimentos públicos em pesquisa, formação de gente, etc. Quando Carlos Nobre assumiu a Secretaria que hoje dirige no Ministério da Ciência e Tecnologia, o quadro encontrado em termos de pesquisa voltada à valorização sustentável da biodiversidade, tese que ele defendeu abertamente em documentos da Academia Brasileira de Ciências, dos quais foi autor, o quadro que ele encontrou era surrealista: instituições na Amazônia que não tinham quadros permanentes, só bolsistas.

E, mesmo do ponto de vista privado, os investimentos privados hoje existentes na valorização sustentável da biodiversidade, no Brasil e no restante do mundo, estão muito aquém daquilo que se poderia esperar. Quando se lê a documentação do Ano Internacional da Biodiversidade, a do ano passado, quando se lia aquilo, ficava-se com a impressão de que os fundos de pensão, os *venture capitals*, etc, iriam investir “massivamente” em valorização sustentável da biodiversidade. Os investimentos voltados a essa direção, não só no Brasil, e esse é um grande problema, um grande obstáculo à economia verde.

Para resumir, e por aí eu concluo: o desafio central da economia verde envolve inovação e, muito mais do que transferência de tecnologia, envolve cooperação tecnológica em uma escala global hoje inexistente. Claro, envolve inovação em larga escala, mas inovação tem que ser conjugada com duas outras palavras. A primeira é “limite”. Nós precisamos inovar, mas nós precisamos inovar conscientes de que os ecossistemas não são infinitos. E a segunda é “justiça”. Nós precisamos inovar, respeitar os limites dos ecossistemas e abordar a questão da justiça a partir da promoção urgente de mecanismos de redistribuição do uso da matéria, da energia e do próprio espaço carbono ainda remanescente, antes que se criem, antes de chegar a patamares incompatíveis com a vida civilizada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Sem dúvida.



Quero registrar a presença do Deputado Roberto de Lucena, integrante desta Subcomissão e que contribui com este debate.

Quero dizer ao Prof. Abramovay que ele nos coloca diante de um grande desafio: o equilíbrio entre a garantia da satisfação das necessidades básicas — e concordo com o professor —, que se ampliam cada vez mais, na medida em que as novas tecnologias são desenvolvidas no mundo, e o equilíbrio de uma economia com uma produção sustentável.

Digo, professor, que temos diante de nós uma outra dimensão a medida que vivemos numa sociedade que estimula cada vez mais o consumo. Além disso, a ânsia pelo consumo, o motor fundamental de toda a produção midiática, leva a conflitos de natureza humana na relação necessidade básica, exacerbação do consumo e equilíbrio da economia verde que temos que assegurar.

Quero cumprimentar o professor pela proposta e, desde já, pedir desculpas. Nós, Deputados, vivemos num borboleteamento nas nossas atividades. Ou seja, temos, a cada momento, que comparecer a atividades diferentes — vamos nós dois para uma atividade.

Chamamos aqui, diríamos, a grande responsável por esse projeto, por esse pensamento, a Adriana Hans, do Instituto Socioambiental, para que nos ajude na condução dos trabalhos.

Enquanto ela se posiciona, passamos a palavra para o Sr. Tony Gross, representante do Instituto Socioambiental, lembrando a todos e a todas que este seminário está sendo reproduzido ao vivo pela Internet, o que nos assegura, a todos os presentes, uma memória mais efetiva.

Mais uma vez, cumprimento todos os presentes e passo a direção dos trabalhos à Adriana Hans.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Muito obrigada, Deputada. Tony, com a palavra.

O SR. TONY GROSS - Primeiro, eu gostaria de reiterar minha satisfação pelo convite, saudar os Deputados membros da Subcomissão, agradecer aos organizadores e a platéia pelo seu interesse e persistência.

O título que os organizadores me deram era governança, mas o segundo tema da Conferência da Rio+20, no ano que vem, não é exatamente governança, mas estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Quero demonstrar agora rapidamente como essa questão vai ser debatida, negociada e o que está em jogo. São várias facetas, vários ângulos de uma série de questões complexas e interligadas. Espero que a exposição seja lógica o suficiente para demonstrar isso.

Vou retomar onde terminei na parte da manhã, sobre onde estamos 40 anos após a Conferência de Estocolmo e 20 anos após a do Rio de Janeiro, Conferência do Rio. Há no sistema intergovernamental, nos governos nacionais, no público em geral e na sociedade civil um alto grau de consenso sobre os princípios básicos do que chamamos desenvolvimento sustentável: que, para chegar a um modelo de desenvolvimento sustentável, tem que haver uma integração de três pilares: a questão social, a questão econômica e a questão ambiental; que os países têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas; que os países podem e devem ter plenos poderes para exercerem suas soberanias sobre seus recursos naturais; que é fundamental uma participação ampliada e



efetiva de organizações da sociedade civil na construção do chamado desenvolvimento sustentável; que as políticas públicas têm que ser baseadas em ciência robusta; e, que há um compromisso compartilhado para a capacitação, para a mobilização de recursos financeiros e para as transferências de tecnologia.

Como vimos na parte da manhã, os princípios são largamente aceitos. O arcabouço institucional, jurídico e normativo foi construído, foi acordado, mas os resultados estão muito aquém do esperado. Aqui entram, então, a estrutura institucional e a governança.

A primeira aspecto que quero enfatizar — e vou retomar essa questão — é que estamos falando sobre uma conferência da ONU, onde a estrutura institucional, no plano intergovernamental, faz parte do quadro que estamos descrevendo. Mas não é somente isso. É estrutura institucional no âmbito dos países, uma estrutura subnacional. No caso do Brasil, no âmbito dos Estados e dos Municípios. Cada um desses ângulos, ou desses planos, tem sua própria dinâmica e seus próprios problemas.

Vamos falar primeiro do plano intergovernamental. Antes de embarcar nisso, quero chamar a atenção ou repetir o óbvio: muitas vezes, falamos sobre a ONU, o sistema da ONU, o sistema intergovernamental, como se tivesse uma existência própria, uma personalidade própria, quando nada mais é do que o conjunto de governos decidindo, negociando, “puxando sardinhas para suas respectivas brasas”. Os organismos internacionais têm os seus secretariados. E são exatamente isso: secretariados. Eles têm que prover serviços à coletividade dos governos reunidos naquele órgão. Então, o que é produzido, o que sai das discussões e é implementado posteriormente por oficiais técnicos, peritos *etc.* das Nações Unidas e suas várias agências nada mais é do que o cumprimento das instruções recebidas dos governos. Então, se o sistema falha, se o sistema demonstra ineficiências, contradições e perversidades, a origem, a raiz do problema reside na atuação das posições adotadas e levadas às negociações pelos próprios governos membros da organização.

Lembramos disso, como mencionamos na parte da manhã e repetimos agora, para dizer que há um consenso, pelo menos em âmbito formal, sobre a necessidade de integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável. Em 2002, em Joanesburgo, para a Rio+10, houve um reconhecimento ou uma orientação explícita no programa de implementação, adotado em Joanesburgo, atribuindo responsabilidades no plano intergovernamental, como mencionamos. A Assembleia Geral é o órgão máximo; a ECOSOC, Conselho Econômico Social, tem a incumbência de promover a integração dos três pilares; e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, o acompanhamento e a revisão da implementação da Agenda 21.

O que observamos é que isso não acontece. Por quê? Quem seriam os atores no plano intergovernamental? No pilar econômico, temos a OMC – Organização Mundial do Comércio –, o FMI, a OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual –, a UNCTAD e uma série de agências. São instituições sólidas, mas que nunca, a não ser pelas exortações oriundas de conferências sobre desenvolvimento sustentável, nunca foram obrigadas a incorporar de fato questões ligadas à implementação de padrões de desenvolvimento sustentável e à promoção do tipo de mudanças que Ricardo descreveu agora.



No plano social, há a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, o PNUD, a UNESCO, uma série de organismos multilaterais com 50 anos ou mais de história, sólidos, com corpo de profissionais, mas o que caracteriza todas essas instâncias é que são relativamente autônomas. São as chamadas agências especializadas. Portanto, têm sua “membrosia” própria, e o órgão máximo tem autonomia. Não é subordinado à Assembleia Geral da ONU. Têm corpo técnico próprio, têm procedimentos próprios. Então, só vão ouvir, levar em conta as recomendações do Rio de Janeiro, da Rio 92 e de Joanesburgo se os governos que participaram no Rio e em Joanesburgo levaram a essas instâncias uma mensagem, uma exposição de negociações consistentes e coerentes com o que adotaram no Rio, em Joanesburgo e nos demais lugares em que foram tomadas decisões a respeito do desenvolvimento sustentável.

Não há como, a não ser por vontade própria, explícita e proativa dos governos, enquadrar os organismos multilaterais que têm a incumbência de promover políticas de desenvolvimento sustentável, de orientar suas recomendações e a capacitação que provém dos países nesse sentido. Isso depende totalmente das posições levadas às negociações dentro desses órgãos pelos governos nacionais.

No plano de implementação de Joanesburgo, como mencionei, a ECOSOC tem a responsabilidade de conseguir, de facilitar essa integração, mas tem sido uma facilitação de pouca eficácia. Então, este é um dos problemas: temos o arcabouço conceitual/institucional, que deveria desaguar em políticas reais no mundo real, mas que depende de adoção voluntária das regras por parte de instituições autônomas que foram criadas 50 anos, 60 anos atrás, e que não estão sendo impulsionadas pelos próprios governos dos países membros a mudar de pensamento, de conceito, de política, de recomendação, de programas de capacitação e de ajuda aos países. E são sempre, obviamente, os mesmos governos. Então, isso é um problema.

O segundo problema, correlato, é que temos três pilares; dois deles, embora não tenham assimilado, como acabo de explicar, o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável, pelo menos são instituições sólidas, mas o terceiro pilar, o ambiental, é muito fraco. É muito fraco! Não existe uma instância no mesmo nível das agências especializadas da ONU, com o mesmo grau de autonomia, o mesmo poder, a mesma base financeira, técnica etc., comparável com a da OMC, a da OIT, a da OMS, de todas as agências que mencionei. O que há é o PNUMA, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que, como vimos na parte da manhã, é um programa criado, estabelecido por decisão da Conferência de Estocolmo em 1972, mas é um programa. Na terminologia dos Estados Unidos, um programa é um programa, não é uma agência. É um programa da Assembleia Geral. Portanto, não tem “membrosia” universal. São 54 países só que fazem parte do seu Conselho de Gestão. Não tem recursos suficientes e seguros, não tem mandato, e muito menos pode ser comparado, por exemplo, à OMC, que foi criada com base em um tratado vinculante, com regras, com sanções, com todo um sistema de avaliação de cumprimento das regras, das normas da OMC etc. Então, o pilar ambiental é muito débil.

Uma outra faceta dessa debilidade é a atualização. O PNUMA, de certa forma tentando argumentar em causa própria, mas com uma certa dose de verdade, aponta o fato de que há hoje em



dia, entre regionais e globais, quase 500 tratados ambientais, tratados sobre todos os assuntos importantes, sérios, que merecem ser objeto de acordos internacional, de estar enquadrados no conceito de Direito Ambiental Internacional, de mares, de oceanos, de ecosfera, de biodiversidade, de mudanças de clima, de recursos genéticos, de poluição química e tudo mais. São 500. Um país como o Brasil tem muita dificuldade de acompanhar todas as convenções, todos os tratados e os compromissos decorrentes das dezenas, se não centenas, de convenções, de instrumentos internacionais dos quais faz parte; imaginem pequenos países insulares, países pobres da África. É logisticamente, humanamente, financeiramente impossível um país acompanhar todos esses processos de negociação, primeiro; segundo, não há coordenação entre os processos de tomada de decisão.

Um país pode — e muitos fazem isso — tomar uma decisão, advogar uma linha num instrumento, e advogar posições de certa forma contraditórias em outro instrumento. Isso também ajuda a manter essa debilidade do pilar ambiental. Bom, está havendo, e isso faz parte do processo preparatório, do processo de negociação para a conferência do ano que vem, uma tentativa de repensar a governança desse pilar. É o chamado para as negociações IEG, International Environmental Governance, Governança Ambiental Internacional. É uma questão que está em evidência há várias décadas. Há posições, ou pelo menos sempre havia posições opostas, e pouca flexibilidade nas discussões.

Nos últimos 2 anos, no âmbito do PNUMA, houve dois processos acoplados de repensar essa questão, de tentar chegar, se não a uma opção única e mágica, pelo menos a um leque de opções viáveis, esforço que chegou a seu final no início deste ano, quando o Conselho de Gestão do PNUMA adotou as conclusões do segundo desses processos, que era o processo liderado pelos Ministros do Meio Ambiente do Quênia e da Finlândia, e que chegou a uma lista de cinco opções. Essa lista foi adotada para encaminhamento posterior à Assembleia Geral, e, portanto, à Conferência do Rio; ou seja, ou é encaminhado, ou é empurrado com a barriga, depende do seu ponto de vista, para mais considerações na Conferência do Rio. Então, as opções são, resumidamente: aumentar o *status* e o poder do PNUMA; estabelecer uma nova organização guarda-chuva para o desenvolvimento sustentável; criar uma agência especializada da ONU, uma organização mundial ambiental; reformar o ECOSOC e a Comissão do Desenvolvimento Sustentável; e continuar com as reformas institucionais para melhor integração e afinamento das estruturas existentes.

Bom, agora, pelo menos temos não clareza no horizonte, mas opções na mesa, depois de mais de 10 anos tateando ao redor dessa questão. Então, essa é uma terceira parte do que estamos falando. Primeiro, há a questão da integração, no plano intergovernamental, dos três pilares: social, econômico e ambiental. O segundo elemento da equação é o fortalecimento do pilar ambiental, e agora temos cinco opções na mesa; mas o terceiro elemento dessa equação, que talvez seja o mais importante, e ao mesmo tempo o mais difícil de se conseguir, é a estrutura institucional para desenvolvimento sustentável em âmbito nacional e subnacional.

Agora há também o consenso de que qualquer mudança que venha a acontecer, qualquer possibilidade de se alcançar o chamado desenvolvimento sustentável é um processo que vem de



baixo para cima, necessariamente dependente das decisões tomadas em nível nacional e subnacional, que não têm um receituário padrão. Em termos de Direito Internacional e de negociações, isso faz a grande diferença. Se se está negociando um regime de limitação de armas nucleares, por exemplo, isso, por mais complexo que seja, é no fundo simples: os países assumem compromissos numéricos, há um esquema de verificação, e acaba-se sabendo quais os países que têm armas nucleares, quantas são e qual é o plano de redução. Isso é impossível em se tratando de questões ambientais, de questões sociais. Não há um receituário. Cada país é diferente, tem biodiversidade diferente, tem recursos e ecossistemas diferentes, tem tradições políticas diferentes, tem populações diferentes, economia diferente etc.

Então, a questão da assimilação dos princípios e das recomendações elaboradas e acordadas em plano internacional no cenário nacional é absolutamente fundamental. E aí, repetindo o que eu disse na parte da manhã, o que observamos é a persistência da premissa de que toda essa questão de desenvolvimento sustentável é responsabilidade de Ministério de Meio Ambiente, mas há transversalidade, como existe num país como o Brasil. Como Sirkis disse mais cedo, o Brasil, embora às vezes seja difícil acreditar, especialmente quando estamos cotidianamente metidos nas brigas, nas discussões internas, o Brasil em muitos aspectos é muito avançado, está na liderança. Mas, por mais que haja um discurso de transversalidade, é um discurso oriundo do Ministério do Meio Ambiente, e se formos encostar o Ministro da Fazenda ou o do Planejamento contra a parede e perguntarmos: “O que o senhor ou a senhora entende por transversalidade e desenvolvimento sustentável?”, bom, sabemos de antemão o tipo de resposta que receberemos, e isso é repetido no plano estadual e no plano municipal.

Então, quando dizemos que o segundo tema da conferência do ano que vem é governança, é disso que estamos falando, destes três ângulos: a falta de integração dos três pilares no nível intergovernamental, a debilidade do pilar ambiental no cenário internacional e a falta de incorporação, de assimilação de tudo isso nos planos nacionais. Então, acho que é isso eu queria comentar. É a síntese da ópera.

Mas eu quero, pegando carona nisso, comentar ainda duas observações, uma do Deputado Sirkis e outra do Deputado Ivan Valente, sobre o papel do anfitrião de conferências globais, de conferências da ONU. O anfitrião tem um papel importante, obviamente. Obviamente não é determinante, mas que tem a capacidade de influenciar para o bem ou para o mal os resultados, isso tem. Em 1992 o Brasil saiu-se razoavelmente bem na foto; embora estivesse metido numa crise interna, no início de um processo de *impeachment*, mesmo assim saiu bem na foto.

Já Copenhague foi um desastre por muitos motivos, mas entre esses motivos ressalto a inabilidade do governo dinamarquês, principalmente do presidente da Conferência, que era na época o Primeiro Ministro e cometeu vários erros, várias infelicidades de encaminhamento, o que ajudou a torpedear o que já era uma negociação supercomplicada, verdade seja dita, com poucas possibilidades de chegar a um bom termo. Com certas coisas que foram feitas, conseguiu torpedear de vez essa possibilidade.



Bem, com o que o Brasil poderia contribuir, na qualidade de anfitrião, agora e para o ano que vem? Pedro Ivo mostrou pela manhã que o Governo Federal, pelo menos no plano interno, está chegando tarde, mas que uma das questões, talvez a questão principal, é conseguir uma mudança conceitual que leve a mudanças na prática de governos nacionais e subnacionais, à reavaliação do que exatamente constitui uma vida boa, uma vida digna, uma vida com condições de equidade e de justiça que qualquer governo poderia oferecer às suas populações. Essa é uma mudança radical, mas, como ouvimos em várias palestras hoje, é disso que estamos falando. Que mensagem melhor haveria do que o País anfitrião demonstrar na prática aos demais participantes que assimilamos essa lição e estamos embarcados de fato, não para inglês ver, mas de fato, numa tentativa de repensar o que significa desenvolvimento para a nossa população, para o nosso País?

Uma maneira de sinalizar isso, o tamanho do desafio e a necessidade de identificar novas formas de pensamento e novas formas de fazer políticas públicas, seria mostrar para o mundo que estão encabeçando as preparações da Conferência no Rio não somente a Ministra Izabella e o Ministro Patriota, mas também o Ministro Guido Mantega, Miriam Belchior e a própria Presidente. Eu acho que é isso. Se existe uma coisa que o Brasil pode fazer para criar um impulso positivo, para criar uma mensagem que ressalte o tamanho do desafio e a necessidade de romper com padrões antiquados e com sinceridade buscar novas práticas, seria algo assim.

Acho que eu vou terminar aqui. Obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Ramos) - Muito obrigada, Tony. Nós vamos abrir a palavra para as perguntas e as respostas dos palestrantes, e eu vou começar fazendo-lhes uma provocação.

Eu acho que o quadro que vimos aqui de tarde, inclusive em comparação com várias perspectivas que foram dadas de manhã, vai em uma curva meio descendente, do ponto de vista de expectativas. Especialmente quando analisamos a implementação da Convenção de Clima e da Convenção de Biodiversidade, vemos que em tudo aquilo em que era possível avançarmos, seja no campo das políticas estritamente ambientais, seja na perspectiva de mecanismos compensatórios, avançamos um pouco, mas quando chegamos aos momentos cruciais, àquilo era realmente papel, digamos, dos setores de desenvolvimento econômico, tudo travou. Na área de biodiversidade isso fica muito claro, porque na agenda de criação de áreas protegidas avançamos, numa série de políticas avançamos, e quando chegamos à parte que diz respeito ao uso privado da biodiversidade, com todas as necessidades de regulamentação, os avanços institucionais não aconteceram. E na questão de clima também; a questão central, que é a da redução de emissões, ainda não foi enfrentada.

E, ao mesmo tempo, uma conferência como essa, com o tema da economia verde, abre um potencial para esses setores do desenvolvimento econômico, principalmente os setores privados, de mostrarem mais a sua cara. Eu sei que o Prof. Ricardo Abramovay já estudou muito sobre *greenwashing* também, e eu queria saber se ele não acha que eventualmente o tiro pode sair pela culatra, no sentido de que nós vamos para uma conferência em que temos muito poucas perspectivas de resultados concretos e uma possibilidade de apropriação de espaço por esses setores



econômicos, que não querem de fato fazer a diferença, mas que podem aproveitar isso como ambiente para tentar mostrar um *marketing* verde que não está muito perto da realidade.

Por outro lado, Tony, em todas as conferências, mesmo com as situações de chegarmos ao final das reuniões, das convenções, sem resultados concretos, nós sabemos que a diplomacia é mestre nisso, não só a brasileira mas a de vários países; sempre se tenta obter algum documento, algum acordo, alguma coisa que pareça que não foi tão ruim assim. Aconteceu isso na Rio+10, aconteceu isso em Copenhague, onde, apesar do fracasso e dos problemas todos do próprio governo dinamarquês, o Brasil conseguiu posar bem na foto.

E nós vamos então para uma situação de dilema. Nós temos, a menos de 1 ano da Conferência, praticamente, as cinco propostas que Tony apresentou para a questão da governança, e é grande a tendência de que isso chegue até lá na frente sem nenhuma decisão, ou com uma decisão dessas; aí, eu queria saber qual dessas cinco propostas Tony acha que seria, digamos, aquela mais factível, aquela que pode ser, digamos, a mais simples para tentarmos alcançar.

Se alguém tiver mais alguma questão, por favor, estamos abertos.

Vou passar a palavra para Ricardo, para começar a rodada.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY - Olhem, eu acho que é importante termos como ponto de partida os avanços, os avanços na luta contra a pobreza, como eu disse, e outros. Hoje há anúncio da Coca-Cola no jornal em que a empresa se compromete a reciclar 100% da água que usa. Isso é bom! Ninguém vai dizer que isso é ruim. É melhor jogar a água suja no rio? É claro que não! Isso é ótimo. A Coca-Cola e a Pepsi estão comprando plástico verde, integradas com a Braskem; o Walmart está fazendo lojas com iluminação ecológica; a Siemens tem um plano de investimento etc.; tudo isso é muito bom, e sem dúvida alguma importante. Agora, não é que seja insuficiente, mas quando, com um mínimo de realismo, equacionamos o desafio que temos pela frente e o que está sendo feito, a conclusão é de que estamos rumando para o rochedo, com duas possibilidades; uma é: já que estamos rumando para o rochedo, vamos locupletar-nos, como diz o personagem de Chico Anysio; a outra, e isso, mesmo no meio empresarial, começa a ser sentido, é reconhecermos a necessidade de elaborar planos estratégicos sobre o que é, por exemplo, fazer negócios num cenário desses.

Qual é o cenário? Eu não sei se os senhores se deram conta do seguinte: saíram na Nature e na Science, nestes últimos tempos, alguns artigos — portanto, não estou falando do jornalzinho do meu bairro; estou falando da Nature e da Science —, artigos em que se fez o seguinte: analisou-se em todos os planos nacionais onde houve avanço, e eu acho que essa dificuldade de avanço na negociação internacional tem como contrapartida o fato de que os países não estão parados, inclusive o Brasil. Por exemplo, quando se compara a posição brasileira em Copenhague e a posição brasileira pré-Copenhague, constata-se que a posição brasileira em Copenhague é melhor do que a posição brasileira pré-Copenhague. Mas não é só o Brasil; outros países também fizeram avanços. Os Estados Unidos também fizeram avanços. Pois bem, quando se analisam os principais países e somam-se os compromissos desses países com relação a mudanças climáticas, temos como resultado da soma quanto ao Brasil. Com quem o Brasil se comprometeu? Com quem os Estados Unidos estão comprometidos? Se projetarmos todos os compromissos assumidos em planos — não é



blá-blá-blá, mas coisas assumidas em planos, etc. — e somarmos tudo, o resultado é que o aumento da temperatura no século XXI vai ser de 4 graus. Já estamos, diante dos planos que estão sendo executados, na rota dos 4 graus. Quem quiser uma explicação mais minuciosa digite no Google Four Degrees e uma revista britânica chamada *Philosophical Transactions*. Lá está, entre outros, o resumo a respeito disso. Acho muito importante essa informação, para dar uma medida da urgência que nós temos com relação a esse tema.

A segunda coisa sobre a qual eu queria falar é que existe sobre a mesa uma proposta — e eu não sei se está embutida entre as cinco que o Tony mencionou — feita pelo conselho consultivo alemão de desenvolvimento sustentável, lançada num documento de 2009, documento esse que é endossado por Angela Merkel e pelo Primeiro-Ministro da Índia, para a criação de um banco climático mundial. E o que quer dizer um banco climático mundial?

Depois da II Guerra Mundial, para algo fundamental para a existência da espécie humana numa sociedade moderna, que é a moeda, criou-se um banco mundial. É muito importante a moeda, ninguém vai negar isso. Agora, eu tenho a impressão que o clima é mais importante que a moeda, por mais importante que a moeda seja. Pois bem. Essa proposta de um banco climático mundial significaria uma instância executiva com a missão de monitorar o processo de declínio das emissões por parte de cada país e teria a responsabilidade de assumir compromissos quantificáveis e monitorados em que a transferência de tecnologia que permitiria que o processo de crescimento dos países mais pobres fosse cada vez menos intensivo em carbono. E a base do raciocínio tem dois conceitos fundamentais: espaço carbono e orçamento carbono.

O que quer dizer espaço carbono? Espaço carbono quer dizer o seguinte. Isso foi escrito em 2009: se nós quiséssemos ter 75% de possibilidades de nos manter no limite dos 2 graus, as emissões globais entre 2009 e 2050 deveriam ser de 750 giga toneladas — durante esses 40 anos —, ou seja, um forte declínio. Se nós quisermos aumentar essa chance... Perdão, essa é a chance de 67%. Se quisermos ter 75% de chance de ficarmos nos 2 graus, tem-se que emitir ainda menos. Mas vamos ficar nos 67%, ou seja, em 2 terços de chances. Toda a questão é a seguinte. Quem tem o direito de ocupar o espaço carbono remanescente? A posição dos indianos, dos chineses, e que eu acho interessante para o Brasil, é que o espaço carbono remanescente, aquilo que ainda temos de ocupar com petróleo, gás e carvão, porque não há como fazer diferente, pois é caro demais fazer diferente, tem de ser voltado à produção de escolas, hospitais, alimentação, estradas, etc., para uma economia do bem-estar, para a satisfação de *basic needs*.

Basic needs não são algo expansível infinitamente, a menos que eu tenha compreendido mal, como disse a nobre Deputada que estava ao meu lado. As necessidades humanas não são infinitas,, as fantasias humanas são. Isso é Gandhi, que dizia que a terra é suficiente para satisfazer as necessidades humanas. A questão gandhiana do quanto é o suficiente é fundamental hoje em dia. A ideia segundo a qual a humanidade precisa, de que a vocação da espécie humana é produzir cada vez mais e não importa o que se produza tem de ser contestada em todos os planos, inclusive na negociação internacional.



As Nações Unidas e uma parte importante do pensamento social se voltam à tentativa de se definir o que é uma casa decente, o que são vestimentas decentes, o que é um modo de transporte decente, o que significa, por exemplo, produzir cada vez mais refrigerantes e cada vez mais alimentos num mundo em que, por exemplo, nos Estados Unidos se desperdiça 40% dos alimentos e onde em 26 Estados da Federação 25% da população é obesa — e há 6 Estados em que mais de 30% da população é obesa. Dizer “*o mundo está carente de alimentos*” nessas circunstâncias é uma completa insanidade.

Do ponto de vista prático, parece-me que o Brasil, que fez avanços extraordinários na luta contra a pobreza, ao menos na pobreza de renda, e fez um avanço considerável na reversão da trajetória histórica de aumento da desigualdade de renda, tem autoridade para colocar o tema da desigualdade na conferência no seguinte sentido. Se os padrões de consumo permanecerem intactos e nós imaginarmos que podemos ter meios tecnológicos para fazer ingressar no consumo de uma vida civilizada os bilhões de pessoas que não fazem parte dessa vida, além dos 2 bilhões e meio que estão chegando por aí, essa conta não fecha. É necessário colocar o ataque à desigualdade no eixo, no centro da economia verde. E o Brasil é o país, como anfitrião, que deveria liderar isso. Se eu acho que isso é provável? Eu acho isso altamente improvável, mas eu não vejo, racionalmente, uma outra solução em que as contas fechem senão essa.

Com relação a *greenwashing*, essa resposta que eu dei com relação à Coca-Cola em parte vai no sentido da pergunta que Adriana fez. E não é só a Coca-Cola. A indústria automobilística tem responsabilidade sobre a situação das metrópoles e sobre o ar que eu respiro em São Paulo. Não adianta dizer: “*É ótimo produzirmos mais carros porque nós estamos criando riqueza, nós estamos criando emprego*” porque São Paulo já tem 7 milhões de carros e o ingresso de mil carros por dia na cidade só está piorando a situação da mobilidade urbana, e não melhorando a vida das pessoas.

O sistema produtivo tem que se voltar para uma vida decente. Esse é um discurso puramente utópico?

Michael Porter, um guru da administração, publicou na *Harvard Business Review* de fevereiro um artigo muito interessante em que ele se pergunta se não chegou a hora de as empresas se perguntarem a respeito do real valor daquilo que elas criam. E o real valor daquilo que elas criam não se manifesta simplesmente no balanço contábil, mas sobretudo na possibilidade de que os diferentes protagonistas com os quais as empresas se relacionam tenham o sentimento claro de que estão sendo criados valores e não destruído valores conforme aumenta a riqueza da empresa.

Se esse discurso estivesse sendo feito pela Via Campesina, pelo MST ou simplesmente por mim não teria a menor importância. Ele está sendo feito por um papa da administração, alguém que tem a estatura de um Peter Drucker, etc. Isso dá o que pensar.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Obrigada.

Eu combinei com o Tony que vamos abrir a palavra para a Patrícia, para o Luiz e, depois, na volta, ele começa respondendo.

A SRA. PATRÍCIA - Boa tarde. Quero perguntar para o Ricardo se, nesse sentido de promover uma transição do atual modelo, existem propostas já sendo discutidas, mecanismos de



mudança do modelo de produção e consumo. Você falou muito de produção e consumo, e eu queria saber se você sabe já de algumas propostas e mecanismos que vão nessa linha, como imagino que seja uma proposta — aquela que você mencionou — do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, do limite do uso energético. Então, eu gostaria de saber se existem outras propostas nesse sentido.

E queria só fazer uma observação, porque hoje de manhã isso já foi falado, e agora vocês retomaram isso. Os Governos, as nossas cidades, já têm muito conhecimento, uma compreensão muito grande dos problema, da dimensão do problema, já existem muitas propostas de como lidar com isso, mas mesmo assim não conseguimos caminhar. Então, parece que não é só vontade política, vai muito além disso. Há ainda a defesa de interesses de alguns grupos que não deixam a coisa decolar em nome do bem-estar coletivo social. Então, se você pudesse fazer algum comentário em relação a isso, seria interessante.

Obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Obrigada, Patrícia.

Com a palavra Luiz Mota.

O SR. LUIZ MOTA - Eu gostaria de agradecer pelas palavras ao Prof. Abramovay, sempre trazendo muita clareza para as estruturas, para tentarmos entender melhor como as coisas funcionam. Isso é sempre muito brilhante.

Esses eslaides que o senhor apresentou a respeito do consumo dos recursos naturais me fizeram lembrar um pouco as teorias do Clube de Roma. Eu gostaria de saber se o senhor faz algum diálogo com isso. Não estou sendo irônico, juro para o senhor. Eu queria realmente saber se o senhor está tentando ressuscitar um pouco o que pensou o Clube de Roma nos anos 70.

Em relação ao que a Patrícia perguntou também, eu gostaria de saber se há alguma corrente de economia hoje que está conseguindo jogar um pouco de luz sobre esse fundo do poço que o senhor fala que estamos perto de chegar.

Eu acho que a EcoEco, a Economia Ecológica, pelo que eu tenho lido sobre o que eles têm escrito, defende que se deve tratar a economia como sempre, mas colocando uma variável ética da sustentabilidade. Mas aí a ética fica sempre como um passivo contra a produção. Foi o que eu senti. Eu acho que temos de colocar a ética como um ativo.

Por outro lado, se ficarmos insistindo em fazer os cálculos pela economia clássica — terra, trabalho e capital —, vamos chegar sempre ao argumento do Banco Mundial.

Então, faço uma referência ao que a Patrícia perguntou, mas tentando entrar mais na questão de saber se há alguma corrente econômica que está conseguindo apontar alguns caminhos.

É isso.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Tony, você quer começar, só para comentar a questão da Patrícia?

O SR. TONY GROSS - É uma certa salada de frutas de questões, mas vamos lá.

Primeiro, quero comentar sobre essa questão de limites. Como o Ricardo mencionou, um número superimpressionante, milhões de pessoas, de concidadãos deste planeta foram tirados da



pobreza nos últimos anos. Vemos isso com muita clareza aqui no Brasil. Acompanho a implementação do programa Bolsa-Família e acredito piamente que é uma coisa ótima e que cria um círculo virtuoso. Você é de uma família paupérrima dos rincões do Nordeste, você recebe pouco dinheiro, mas um dinheiro regular por mês, e, com isso, sua vida muda. E você consome coisas de que precisa, que constituem uma vida decente, adequada. Com isso, você estimula a economia da mercearia na esquina, você acaba adquirindo geladeira, o que gera emprego para as populações urbanas de São Paulo, e por aí vai. É um círculo vicioso. Mas até que ponto? Onde é o ponto em que você vai ter que dizer para um cidadão ou para um país que esse patamar de consumo que ele está pretendendo agora é excessivo? Essa é a questão.

Tente, na prática, sugerir a um americano ou a um canadense que eles estão consumindo além do limite, que eles têm que limitar o seu padrão de consumo. Nós sabemos a resposta. E, politicamente, é óbvio. Estamos, no fundo, falando de questões filosóficas, conceituais, sobre o sentido da vida: o que constitui uma vida decente, como atender às expectativas dos nossos concidadãos, como criar um mundo solidário e tal.

Os Governos, os Parlamentares, os Legisladores, o sistema intergovernamental não estão preparados para discussões filosóficas. Não é por aí. Esse é o dilema. Não tenho a resposta, mas há um país que — quero entender melhor — acho que tem a resposta, que é Butão, com seu sistema de índices de felicidade nacional.

Parece uma coisa meio "riponga", mas não é. Pelo pouco que estudei, é uma coisa séria.

(Não identificado) - O Ministério da Fazenda britânico fez um estudo com os cidadãos.

O SR. TONY GROSS - Ah, é?

(Não identificado) - É. Saiu agora, há duas semanas, um estudo do Ministério da Fazenda britânico sobre esse tema, junto aos cidadãos britânicos.

O SR. TONY GROSS - Disso eu não sabia. No Butão, cada proposta de política pública tem que passar por um crivo matricial, que tem uma série de linhas, de perguntas horizontais e de colunas verticais. As colunas verticais, eu acho, são cinco: essa ação proposta não vai aumentar o grau de felicidade nacional; poderia aumentá-lo; deixá-lo neutro; é capaz de aumentar a felicidade nacional; ou com certeza vai. São cinco colunas. Só pode ser adotada como política pública proposta que consiga a pontuação positiva nas últimas duas colunas. Imaginem se um país como o Brasil ou como os Estados Unidos adotasse isso.

O dilema é que há ideias. Há um livro que quero ler, mas não o li ainda, chamado *Prosperity Without Growth* — prosperidade sem crescimento —, de um economista britânico chamado Tim Jackson. Não vejo como poderíamos, politicamente, conceitualmente, facilitar a incorporação dessas ideias, sua adoção por governos e principalmente pelo setor privado. Não vejo como fazer isso politicamente, muito pelo contrário.

Retomando algo que mencionei na parte da manhã, o cenário, em termos do que foi feito pós-Rio 92, não é tão negro. No âmbito da Convenção da Biodiversidade, houve uma multiplicidade de ações. Como eu disse, 180 países cumpriram com sua obrigação de elaborar e tentar implementar uma estratégia nacional de biodiversidade nos seus territórios.



Existem muitos problemas: falta de recursos, falta de embasamento científico, falta de capacidade técnica, mas, que foram feitas tentativas de investimento, foram. Ao mesmo tempo, a Avaliação Ecossistêmica do Milênio e o Global Biodiversity Outlook — o Panorama Global da Biodiversidade —, lançado no ano passado, comprovam, sem sombra de dúvida, que isso tudo, todo esse investimento, desde a entrada em vigor da Convenção da Biodiversidade, não teve um impacto significativo sobre as taxas de perda da biodiversidade, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, as consequências da perda da biodiversidade são mais graves do que estávamos imaginando. E está sendo largamente aceita, agora, a ideia de *tipping points*, de pontos de virada, depois dos quais vão acontecer mudanças não lineares, completamente imprevisíveis. Há bastante produção científica sobre isso, principalmente por um grupo da Suécia, mas também no âmbito das Nações Unidas, e isso tem implicações horrosas para a própria sobrevivência da humanidade.

Vamos abrir um pequeno parêntese, uma pequena provocação. Talvez, ao longo dos últimos 30 ou 40 anos, o movimento ambientalista tenha cometido um erro tentando mobilizar a opinião pública em torno de espécies carismáticas, de espécies de animais carismáticos, porque não se conseguiu embutir ou inserir na consciência pública que não se trata de espécies individuais, mas de cadeias de vida, de processos biológicos que são supercomplexos, largamente desconhecidos. Mexe-se com um elemento e há consequências lá na frente que jamais se imaginaria.

Agora, estamos chegando ao ponto em que, com essas mudanças imprevisíveis e não lineares, se continuarmos a perder a biodiversidade como estamos, nas taxas atuais, se o aumento da temperatura média do planeta continuar subindo, vamos entrar em um terreno completamente desconhecido, onde haverá riscos para a humanidade, onde não somente a possibilidade de se conseguir justiça social, equidade, bem-estar e uma boa vida será comprometida, mas a própria sobrevivência da espécie no planeta estará em jogo.

Isso remete a outra questão do movimento ambiental, que, durante muitos anos, teve como mote formas de como salvar o planeta. O planeta não precisa ser salvo, ele vai sobreviver. Somos nós que precisamos ser salvos. E, como todos sabemos, a maioria das espécies que existiam desde o início da vida biótica neste planeta já desapareceram. Todas as espécies são fadadas a desaparecer. A vida média é em torno de 1 milhão de anos para cada espécie ao longo da história. Então, o que está em jogo é se temos inteligência suficiente para retardar o nosso desaparecimento ou se somos burros ao ponto de acelerá-lo, fechando o parêntese.

A Adriana perguntou qual das opções que estão na mesa para o fortalecimento da governança internacional ambiental tem mais chances de vingar. É óbvio que a que tem mais chances é a opção que custa menos. Então, é a opção 5, que é, mais ou menos, o "vamos deixar como está para ver como fica", tentar melhorar incrementalmente o sistema e tentar impor uma certa harmonização das estruturas existentes.

A título de informação, a posição oficial nas negociações da União Europeia é no sentido da criação de uma organização mundial ambiental, uma agência especializada, como a Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial do Comércio, com poderes vinculantes e com autonomia



própria. A posição do Brasil, pelo menos o que foi anunciado na última reunião do comitê preparatório, em março, é o conceito de um guarda-chuva. Não está muito claro o que o Itamaraty tem em mente, mas é alguma estrutura ou alguma organização nova que passa a agir como um guarda-chuva para os organismos, as convenções, os secretariados e os programas existentes.

Finalmente, se a conferência do ano que vem vai ser um fracasso, digo que nenhuma negociação, com raras exceções, é publicamente assumida como um fracasso. O produto, sendo um sucesso ou sendo um fracasso, é sempre o mesmo, é um texto. Então, que vai haver um texto, vai. A questão é saber se esse texto vai estar à altura das aspirações e das necessidades ou se vai empurrar o problema com a barriga por mais um tempo.

Vou tomar uma liberdade, porque achei uma citação de um livro de avaliação da conferência de 1992 escrito por um acadêmico que também era um diplomata britânico nas negociações: Tony Brenton, em *The Greening of Machiavelli*. (Risos.) É um parágrafo um pouco longo. Peço desculpas e a compreensão de todos.

Existe um ciclo de vida para as conferências da ONU. Cada conferência nasce da necessidade política de ser visto fazendo alguma coisa a respeito de um problema visível. O anúncio da conferência gera altas, embora imprecisas, expectativas públicas. Na medida em que as preparações prosseguem, fica claro para os negociadores, embora não para o público em geral, que as palavras, que, ao fim das contas, são tudo o que a conferência vai produzir, teriam que incluir um leque altamente divergente de posições nacionais, assim diluindo significativamente seu eventual conteúdo operacional.

Diferenças políticas do momento, que poderiam se interpor aos objetivos da conferência, complicarão e, possivelmente ou ocasionalmente, dominarão as negociações. Os governos vão alegar seus compromissos com o futuro bem-estar da humanidade, ao mesmo tempo, firmemente e, no seu ponto de vista, consistentemente, defendendo, em particular, seus interesses nacionais.

Na medida em que o período preparatório se esgote, os negociadores começarão a procurar algumas decisões concretas, geralmente institucionais ou financeiras, que poderiam ser utilizados para apaziguar o apetite público para ações concretas. A essas alturas, os discursos ministeriais estarão focando menos na importância única da conferência e muito mais no seu papel como parte de um processo. No período de pânico, no final do processo, textos de meio-termo são montados, nos quais uma língua generalizada, muitas vezes substituiu compromissos precisos, mas nos quais vultosas somas de recursos e novas instituições visíveis farão, se possível, parte.

Esse pacote é apresentado ao mundo esperançoso, e os participantes retornam às suas capitais. Resta à imprensa cética a responsabilidade de avaliar o real impacto que todo esse investimento teria feito no problema que foi originalmente desenhado para resolver.

Como mencionei hoje de manhã, passei 20 anos nas negociações do Rio e depois na Convenção da Biodiversidade. Não é exagero.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Obrigada, Tony. Bom, não é por acaso que na Convenção do Clima fala-se tanto de emissões e nunca se permitiu e nunca se quis fazer a contabilidade de quanto se emite para realizar uma reunião da Convenção de Clima.



Ricardo, por favor, com a palavra.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY - Eu estava vendo aqui, essa figura foi embaixador britânico na Rússia entre 2004 e 2008. Isso está na Wikipedia.

Patrícia, começa a haver uma certa clareza com relação a objetivos, mas muito menos com relação a mecanismos, mas eu não acho que o que esteja em jogo seja, por um lado, uma filosofia nobre, e, por outro lado, a triste realidade da vida. Não tenho absolutamente essa impressão, e não tenho essa impressão porque os temas que estamos abordando aqui estão presentes de maneira cada vez mais intensa, não só na academia, mas no mundo dos negócios, em organizações da sociedade civil, em organizações internacionais.

Então, vou dar alguns exemplos: nessa questão do Butão, de que o Tony estava falando, a coisa está muito mais avançada do que estava quando o grande expoente dessa discussão era o que se fazia lá. O Tony sabe disso perfeitamente. Hoje, a avaliação a respeito do que é riqueza, não só sobre quais são as medidas da riqueza, mas sobre o que é riqueza e qual o sentido da riqueza, está presente no Banco Mundial, quando procura elaborar indicadores de poupança genuína ou de riqueza genuína; está presente na fortaleza intelectual dominante do pensamento econômico mundial, que é a OCDE — várias publicações da OCDE; está presente em dois dos mais expressivos trabalhos. Nada mais insustentável do que uma sala de reunião sobre sustentabilidade. É uma coisa impressionante. Quer dizer, quando se pega a literatura de arquitetura sobre sustentabilidade e como fazer reuniões em lugares aproveitando a luz natural, o ar natural, etc., a cada reunião que se vai há uma declaração de que, na verdade, continuamos fazendo as coisas como sabemos fazer.

Então, eu estava falando do Relatório Stiglitz, que é assinado pelo Prêmio Nobel de Economia Stiglitz, pelo Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, ele é endossado Pelo prêmio Nobel de Economia Kenneth Arrow, e não é um relatório que está discutindo apenas o PIB como medida de riqueza, mas ele está discutindo a importância do trabalho feminino, a importância do trabalho doméstico, a capacidade que a criação de riqueza tem de provocar bem-estar, etc. Portanto, não é que estamos numa situação, em termos intelectuais, na qual existe o Gandhi, existe Jesus Cristo, existem alguns pensadores proféticos que dizem como seria bom ter uma vida bacana. Não é isso. O que estamos vendo são mudanças muito significativas no interior de instituições dominantes que manifestam profunda insatisfação diante do que está sendo feito hoje. Isso, em primeiro lugar — e me parece muito importante.

O livro do Tim Jackson foi encomendado por uma comissão governamental britânica que foi dissolvida pelo governo de direita. Não sei se é assim que se fala de direita na Grã-Bretanha, mas aqui, nós, latinos, usamos essa expressão. O atual governo dissolveu quando era ministro um jovem brilhante e promissor, pelo qual tenho uma admiração profunda, que é o Miliband. O pai dos irmãos Miliband foi um marxista muito importante. Enfim, é uma família com uma história muito interessante.

Então, acho que o nosso maior desafio é saber como é que essa tentativa de mudar parâmetros e sentido da riqueza no plano macroeconômico pode se traduzir no plano dos comportamentos empresariais. Porque é óbvio que, se no plano macroeconômico nós nos perguntamos qual é o sentido da criação da riqueza e se ela realmente está produzindo bem-estar, do



ponto de vista empresarial essa pergunta também tem de ser feita. Qual é o problema? O problema é o seguinte: se estivéssemos numa economia centralizada em que houvesse o Goss Plan dizendo o que é bom e o que não é bom fazer, a questão estaria resolvida. Só que se jogaria fora o bebê junto com a água do banho, como mostrou a experiência do século XX nos países de economia centralmente planificada.

O desafio é saber como, numa economia descentralizada, regida por mecanismos de preços e onde atores são providos do poder felizmente de tomar decisões em função de suas inclinações, de sua sensibilidade, etc., numa economia organizada assim, é possível que esses atores tomem decisões voltadas a produzir valores capazes de fazer bem-estar. Essa discussão — e eu citei o texto do Michael Porter como apenas um exemplo — parece-me cada vez mais presente no meio empresarial.

De um lado existe uma tentativa. Aí, sim, há uma disputa fantástica. Volto a citar o exemplo da Coca-Cola. Antes da propaganda hoje a respeito da reciclagem da água, ontem e anteontem havia nos jornais propaganda da Coca-Cola sobre o trabalho comunitário feito por ela: fulaninho de tal cresceu no lixão, hoje é um líder, não sei o quê. Ótimo, fantástico que se faça isso. A questão que a sociedade vai colocar e está colocando para a Coca-Cola cada vez mais está no vínculo entre o consumo de Coca-Cola e uma das maiores causas de enfermidades no mundo contemporâneo, que é a obesidade. A Coca-Cola sabe que essa questão está sendo colocada, tanto é que ela está diversificando sua linha de produção. Ela sabe que nos países ricos seu mercado não pode mais aumentar. No México, hoje, é onde ela mais está crescendo, mas também no Brasil. Ela tem uma política de transformar o consumo de refrigerante em algo que se associe a um consumo cotidiano. Não estou preconizando que se proíba a produção de refrigerante. O que estou dizendo é que existem certos produtos alimentares que a própria indústria alimentar será obrigada a dizer que aquilo não deve ser de consumo cotidiano, assim como na indústria de tabaco, que no maço está escrito que aquilo mata. Há 10 anos, isso era impensável. Hoje em dia está aí no mundo todo, está aí no Brasil. Temos uma batalha com relação à cerveja; à associação entre esporte e cerveja e a essa fantástica construção intelectual que permite propaganda de cerveja em horário incompatível com propaganda de bebida alcoólica. "Porque cerveja não é bebida alcoólica, gente. Que isso? Claro que não. Então, não tem nenhum problema os astros esportivos..." Isso tem perna curta, tem vida curta. Isso não vai durar. Isso não é sustentável. Não é que não seja sustentável do ponto de vista da sociedade. Não é sustentável do ponto de vista empresarial. Isso é uma mineração social que está sendo feita no pior sentido da palavra mineração.

A pressão de todos nós nesse sentido é fundamental. As empresas terão que se dar conta de que não é possível persistir num modelo de negócios no qual os ganhos sejam o avesso da criação de valores verdadeiros para a vida social. Já existem modelos de negócios explicitamente voltados para isso. E cito, já que citei empresas. Não conheço profundamente, mas o que tenho visto por exemplo de matérias sobre a Siemens, parece-me muito interessante. Uma empresa que se deu como objetivo estratégico ajudar no processo de transição em três óticas: cidades sustentáveis,



infraestrutura e serviços para a sustentabilidade. Quer dizer, o ganho, não só reputacional, mas o ganho de valor que a Siemens tem potencialmente é fantástico.

O Japão tem um programa há uns 10 anos chamado Top Runner. Digitem no Google Japan e Top Runner. O Governo japonês fez um acordo com produtores e importadores de mercadorias no Japão para reduzir a intensidade energética daquilo que o país consome: carros mais eficientes, liquidificadores mais eficientes, lâmpadas mais eficientes, etc. Os ganhos de energia que o Japão teve foram extraordinários. E com o negócio do *tsunami*, o Japão se definiu, os planos governamentais, Tony, não são só do Ministério do Meio Ambiente, mas são planos estratégicos. Evidentemente não sei como dizer isso em japonês, mas se trata de uma sociedade sadia do ponto de vista do consumo de materiais, do ponto de vista do ciclo de materiais. Isso também se encontra na Internet.

Eu acho que o sentido de um automóvel de três toneladas e meia como aquele que provocou o acidente com o menino na Vila Madalena, o sentido de ter isso dentro da cidade de São Paulo não tem como a sociedade não exercer uma pressão sobre as empresas para que o sentido de vender uma coisa dessa para alguém. Por que uma pessoa precisa ter um negócio desse, circular com um negócio desse? O vínculo entre riqueza e utilidade está na raiz dessa discussão.

Nós precisamos trazer de volta essa discussão, que foi desqualificada como uma discussão tradicionalista, autoritária etcE, para terminar, eu concordo com você, vai muito além de vontade política. É interesse, mas é também dificuldade de dependência de trajetória. Estamos acostumados a isso.

Luiz Mota, o Clube de Roma, certamente, cometeu exageros e cometeu erros de previsão. Mas só comete erros de previsão quem arrisca, quem é verdadeiramente cientista, quem faz hipóteses; e aí as hipóteses são feitas para eventualmente serem desmentidas. Houve erros, exageros. Agora, Malthus, o Clube de Roma, a Economia Ecológica Contemporânea estão colocando assento na ideia de que o engenho e a capacidade inventiva humana não são capazes, suficientemente, de substituir o esgotamento dos recursos naturais. Essa é uma discussão que, no interior da economia, é muito importante, e me parece que nós estamos assistindo hoje à convergência de duas correntes que evoluíram de maneira independente: de um lado, a corrente das capacitações, a Amartya Sen e a Martha Nussbaum etc.. e, de outro lado, a economia ecológica, que, justamente, faz o esforço de colocar a ética no centro da discussão sobre a economia.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Muito obrigada, Ricardo.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a reunião. Quero agradecer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, na pessoa do Deputado Carlos Alberto Leréia, Presidente; à Subcomissão Especial da Rio+20, na pessoa do Deputado Alfredo Sirkis; à assessoria da Comissão e à assessoria do Deputado Alfredo Sirkis, que colaboraram conosco; aos palestrantes e a todos demais os presentes.

Convido todos para o lanche que está servido para depois do encerramento.

Muito obrigada.



II.II. Notas taquigráficas do Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA- RIO + 20, - EM BUSCA DE UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Encontro	Nº: 0185/12	DATA: 27/03/2012
INÍCIO: 09h39min	TÉRMINO: 12h39min	DURAÇÃO: 02h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h58min	PÁGINAS: 59	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REGINA CAVINI – Superintendente de Comunicação e Engajamento do WWF Brasil.
ROBERTO KLABIN – Representante da SOS Mata Atlântica.
PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Ministro e Chefe da Divisão do Meio Ambiente da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty.
HÉLDER MUTEIA – Representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente.
SÉRGIO BESSERMAN – Economista, professor e ecologista.
SANDRA RIOS – Economista.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *Em Busca de uma Economia Sustentável*.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. APRESENTADOR (Umberto Pinheiro) - Senhores e senhores, bom dia. Como norma do cerimonial brasileiro, pedimos a todos que mantenham os celulares no sistema silencioso ou *vibracall*.

Damos início, neste momento, ao Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com a Subcomissão Rio+20, da Câmara dos Deputados, com o apoio da Fundação SOS Mata Atlântica, Tetra Pak e Fundação Herbert Daniel.



Este encontro, intitulado *Em Busca de uma Economia Sustentável*, será uma prévia das discussões que ocorrerão na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, marcada para junho deste ano.

Apoiam a realização deste evento a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Subcomissão Especial Rio+20; a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados; com o Departamento de Taquigrafia, cuja Diretora é a Sra. Cássia Regina Ossipe Martins Botelho; o Ministério do Meio Ambiente; o Ministério das Relações Exteriores; os Srs. Roberto Klabin e Mário Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica; a Fundação Herbert Daniel; os Srs. Marco Mroz e José Carlos Lima; a Coca-Cola; a Tetra Pak; e a Comunidade Bahia.

Os palestrantes são os seguintes: a Ministra Izabella Teixeira, o Ministro Paulino Franco, o Sr. Helder Muteia, o Sr. Sérgio Besserman e a Sra. Sandra Rios.

Antes de iniciarmos os pronunciamentos, convidamos a Sra. Regina Cavini, Superintendente de Comunicação e Engajamento do WWF Brasil, para a formalização da assinatura do Termo de Adesão da Câmara dos Deputados, do Ministério do Meio Ambiente e da Frente Parlamentar Ambientalista ao evento Hora do Planeta. Trata-se de um ato simbólico, promovido no mundo todo pela rede WWF, no qual governos, empresas e a população demonstram a sua preocupação com o aquecimento global, apagando as luzes durante 60 minutos. O evento acontece no dia 31 de março, das 20h30min às 21h30min. Em todo o mundo, mais de 1 bilhão de pessoas participam da Hora do Planeta.

Convidamos o Exmo. Sr. Líder do Partido Verde e Presidente da Comissão e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, Deputado Sarney Filho, para compor a Mesa de Honra. (*Palmas.*)

Convidamos também a Exma. Sra. Presidente em Exercício da Câmara dos Deputados, Deputada Rose de Freitas (*palmas*); a Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira (*palmas*); a Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputada Perpétua Almeida (*palmas*); o Sr. Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Roberto Klabin (*palmas*); o representante da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Paulino Franco (*palmas*); o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — FAO, no Brasil, Helder Muteia (*palmas*); o Sr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA.

Senhoras e senhores, pedimos que se coloquem em posição de respeito para a execução do Hino Nacional.

(*É executado o Hino Nacional.*)

O SR. APRESENTADOR (Umberto Pinheiro) - Convidamos a Sra. Regina Cavini, Superintendente de Comunicação e Engajamento do WWF Brasil para formalização da assinatura do Termo de Adesão da Câmara dos Deputados, do Ministério do Meio Ambiente, da Frente Parlamentar Ambientalista ao evento Hora do Planeta.



A SRA. REGINA CAVINI - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês neste momento tão importante de discussão sobre a Rio+20. Agradeço à Comissão de Meio Ambiente, à Câmara, à EcoCâmara, ao Senado Verde por este espaço que está sendo dado ao WWF Brasil para trazer aqui a Hora do Planeta como movimento de conscientização global que nós promovemos no sétimo ano, em que as pessoas, as cidades, as empresas e todos podem participar com um gesto simples de apagar as luzes, demonstrando a sua preocupação com o aquecimento do planeta, com a elevação da temperatura.

E é com muita satisfação que, nesta quarta edição brasileira, nós contamos aqui com a adesão de instituições tão relevantes para o País, como a Câmara dos Deputados, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e o Ministério do Meio Ambiental formalmente aderindo a Hora do Planeta.

Aproveito este momento para convidar todos vocês para participarem também. A Hora do Planeta acontece no próximo sábado, dia 31 de março, das 8h30min às 9h30min da noite. Nós vamos nos unir a mais de 100 países e a mais de 1.850 cidades que vão estar no mesmo dia se mobilizando num gesto simples de apagar as luzes.

Agradeço mais uma vez esta oportunidade. Todas as informações da Hora do Planeta estão no *site* horadoplaneta.org.br. Eu convido vocês também para visitar o nosso *site* e fazer a adesão a esse movimento global.

Enfatizo mais uma vez a importância de a Presidente em exercício da Câmara, Rose de Freitas, aderir oficialmente à Hora do Planeta; a Ministra Izabella Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente, mais uma vez representando o Governo Federal na Hora do Planeta; o Presidente da Frente Ambientalista, Deputado Sarney Filho, e também a Deputada Perpétua Almeida, que assina a adesão à Hora do Planeta pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Muito obrigada por esta oportunidade. Bom seminário para vocês. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Umberto Pinheiro) - Registramos as presenças dos Srs. Deputados Domingos Dutra, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Paulo Piau e Amauri Teixeira. Todos assinam a adesão.

Fará uso da palavra a Exma. Sra. Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Deputada Rose de Freitas.

A SRA. VICE-PRESIDENTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Rose de Freitas) - A Deputada Jandira está me provocando dizendo que sou flamenguista, mas eu sou Botafoguense.

Bom dia a todos. É um prazer participar desta conferência, deste evento realizado mais uma vez pela Frente Parlamentar Ambientalista que tem feito um belo trabalho nesta Casa e pelo Brasil afora. Saúdo o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, comandada pelo Deputado Sarney Filho; saúdo a Ministra de Estado de Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira, que esperamos que consiga nos próximos dias, com muito diálogo, apaziguar os ânimos desta Casa e promover um grande entendimento para que nós possamos votar a Lei Geral da Copa.



Cumprimento a Sra. Perpétua Almeida, uma grande Parlamentar desta Casa, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; o Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Sr. Roberto Klabin; o representante da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Paulino Franco; e o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO no Brasil, Sr. Helder Muteia, a quem saúdo com grande prazer.

Minhas palavras serão breves. Estou aqui na condição de Presidente interina da Casa, também representando o Presidente Marco Maia, que hoje exerce interinamente o cargo de Presidente da República. Quero dizer que nós temos —desculpe-me, estou com o discurso dos *royalties*, deixa eu trocar, esperem aí, só 1 minutinho. É porque eu também coordeno a Frente Nacional pela Redivisão dos *Royalties* no Brasil.

Eu quero saudar aqui a iniciativa tomada pelo Deputado Sarney Filho e dizer que nós vivemos novos tempos no Brasil e no mundo. E a preocupação que todos têm com o meio ambiente já não é a preocupação de um grupo seleto de Deputados ou de intelectuais ou de um setor ligado ao meio ambiente. Essa conferência que vai ser sediada no Brasil vai refletir exatamente um pensamento e uma preocupação mundial, que vai procurar definir para as próximas décadas essa agenda com esse desenvolvimento sustentável de que tanto falamos na hora de redigir as nossas leis e que sempre fica fora das leis.

Então, o Brasil hoje tem essa preocupação, mas ainda não se tem a militância necessária dentro do Legislativo, do qual eu faço parte no meu sétimo mandato. E, portanto, essa agenda vai se impor necessariamente em todos os seus patamares da vida nacional. Eu quero crer que essa discussão que se impôs internacionalmente tem um conceito que vai reverberar fortemente na construção do futuro das próximas gerações.

Portanto, não é uma pauta insossa, não é uma pauta eleitoral, não é uma pauta pontual. É uma pauta permanente. Tem que ser um tratado de países, e tem de ser cumprido fidedignamente por qualquer mandatário: aquele que estiver no comando de uma Casa de Leis ou aquele que estiver no Poder Executivo.

E é nesse contexto e em caráter preparatório para a Rio+20 que a Frente Ambientalista vem oferecendo essa contribuição para esse debate, promovendo encontros no Brasil inteiro — e nós a parabenizamos por isso —, em cada região, com temas os mais relevantes, tais como Biomas, Recursos Hídricos, Meio Ambiente Urbano, Energia, Segurança Alimentar.

Efetivamente o Brasil estará preparado para estar presente no Rio não apenas como espectador, mas como um País que pode contribuir de fato. Apesar de o assunto ser inovador, ele não é inovador como militância. Ele é inovador como prática. Há uma preocupação no Governo da Presidenta Dilma, há uma preocupação muito grande nesta Casa, haja vista que a Frente Ambientalista arregimentou um grande número de Parlamentares. E ontem, com a visita que tivemos nesta Casa, recebemos uma notícia de que a Frente Ambientalista terá uma comissão para tratar dos assuntos do mar, o que é fortemente positivo para o Brasil.

Nesse ciclo de palestras, com esse caráter proativo, a Frente Ambientalista teve um êxito que eu gostaria muito de registrar em torno da economia verde, que não se encerra absolutamente no



certame do Rio de Janeiro. É esse tema que nós gostaríamos que tivesse uma agenda perpétua no nosso País. Aí temos certeza de que o Brasil vai retratar com fidelidade, nesse momento, a preocupação que hoje grassa em todas as gerações do Brasil, além de contribuir efetivamente com o pensamento nacional, consoante com aquilo que são as responsabilidades da classe política da qual faço parte. Vai marcar uma contribuição de desenvolvimento sustentável que não pode ser uma metáfora, e vai ser o grande norteador do crescimento socioeconômico do planeta. E eu falo neste momento do Brasil.

Então, saúdo todos os que aqui estão presentes, agradeço a presença de todos e digo, em meu nome próprio, que o nosso compromisso, Deputado Piau, Deputada Jandira, Deputado Amauri, nosso querido Deputado Domingos Dutra e todos os Deputados que aqui estão, é absorver todos os dados da realidade, para que possamos construir um Brasil melhor.

Eu sempre digo que na questão ambiental as mulheres são mais ativas, mas eu queimei minha língua, porque hoje estamos vendo que não há mais diferença. Apesar de sermos mais da metade da população, não temos número suficiente nesta Casa para refletir essa realidade, mas temos uma coisa que é muito sincera: as mulheres se comovem mais com a questão ambiental, por isso estão educando as meninas e os meninos mais preparadamente para olhar a questão ambiental com mais carinho e dedicação. Acho que homens e mulheres têm que cuidar desse futuro, como se fôssemos renascer amanhã num mundo muito melhor do que esse em que vivemos hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Umberto Pinheiro) - Registramos a presença do Exmo. Sr. Deputado Mendes Thame.

Este evento tem o apoio da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e da Gestão Socioambiental do Ecocâmara.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Sarney Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bom dia, amigos e amigas. Estamos efetivamente dando início a este ciclo de palestras.

O ciclo de palestras começou em julho do ano passado, com uma reunião para discutir biomas, em Manaus, na Assembleia Legislativa de Manaus. Depois, discutimos recursos hídricos, água, em Cuiabá, também na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Depois, discutimos energia em Recife, também na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Depois, discutimos cidades sustentáveis na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo. Por último, discutimos segurança alimentar em Porto Alegre, durante do Fórum Social, e agora estamos encerrando esse ciclo de debates.

Por questões de horário e até pelo atraso no nosso início — já tive oportunidade de pedir desculpas por isso —, queremos passar a palavra ao Dr. Roberto Klabin, da SOS Mata Atlântica, que tem passagem marcada para daqui a pouco.

Então, por questões de tempo, vamos ouvir o Dr. Klabin. O senhor pode falar daí mesmo.

O SR. ROBERTO KLABIN - Sr. Presidente, muito obrigado. Sra. Ministra, Deputada Rose, Deputada Perpétua, Ministro Paulino, demais autoridades, meus amigos, minhas amigas, a



Conferência Rio+20 está marcada para começar daqui a 11 semanas. Um escasso tempo para a criação de novos debates, mas suficiente para juntarmos forças para conscientizar a sociedade civil da importância do evento. Desde setembro de 2011, encontros preparatórios foram organizados pela Frente Parlamentar Ambientalista para debater os dois temas centrais do encontro, a chamada economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, como também a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Os temas abordados nesses eventos preparatórios foram escolhidos de forma a englobar os principais problemas encontrados no Brasil. Biomas, recursos hídricos, meio ambiente urbano, energia e segurança alimentar foram debatidos com técnicos, organizações governamentais e não governamentais. O ciclo se fecha com a consolidação dos estudos, neste dia 27 de março, com o Seminário *Rio+20 - Em busca de uma economia sustentável*.

Deve ser lembrado que a história da Rio+20 remete ao primeiro encontro intergovernamental voltado diretamente para o meio ambiente. Apesar de termos muito ainda a caminhar, parece claro que esse processo histórico ajudou a reforçar o entendimento de que os desafios para combater a crise ambiental não estão relacionados apenas com aspectos técnicos, mas estão, sim, diretamente relacionados à questão de justiça social, bem como de responsabilidade política.

Para que não ocorra na Rio+20 o mesmo desencanto do encontro de Joanesburgo, será preciso necessariamente aprofundar os documentos que estão sendo elaborados no processo de pactuação formal da conferência.

O *Rascunho Zero, Zero Draft*, disponibilizado pelas Nações Unidas em janeiro último, mostra-se extremamente generalista. Não há assunção de compromissos efetivos e claros. A esperança é que, até o próximo mês de julho, novas diretrizes possam ser incluídas e assim se renove o atual quadro de negociações, com propostas mais corajosas.

É preciso ressaltar a importância do Brasil nesse quadro. Fica clara a relevância do País ao sediar dois dos três maiores encontros ambientais dos últimos 40 anos. Entretanto, como é do conhecimento de todos, o iminente retrocesso da legislação ambiental certamente enfraquecerá a liderança brasileira. A revisão do Código Florestal, em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, irá comprometer a proteção dos recursos ambientais do nosso território, a preservação da biodiversidade e a proteção dos mangues e de outros ecossistemas.

Estão em pauta retrocessos não apenas em relação ao Código Florestal, mas também no que toca à Lei da Mata Atlântica. Em relação a essa discussão, é preciso compreender antes de tudo que a erradicação da pobreza passa diretamente pelo desenvolvimento sustentável, por uma economia que considere nas ações práticas e não apenas no discurso a questão ambiental, seja ela denominada “verde” ou não.

No plano internacional, além de implementar as decisões dos encontros e conferências já realizados, novas ações também são demandadas. Esboços generalistas como o preparado para a Rio+20 só servirão para postergar ainda mais um processo que precisa ser catalisado. O momento de crise econômica que se espalha no mundo coloca em cheque modelos ultrapassados e pode



viabilizar avanços relevantes. Temos de aproveitar essa crise em favor da proteção do meio ambiente.

Gostaria, por último, de destacar que a SOS Mata Atlântica vem, desde o início da criação da Frente Parlamentar Ambientalista, apoiando suas iniciativas, seus eventos e atividades, pois nós entendemos que essa é uma forma de aproximar a sociedade civil do Parlamento, na construção de políticas públicas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (Umberto Pinheiro) - Passamos a palavra à Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Bom dia a todas e a todos, amigas e amigos aqui presentes.

Queria saudar os colegas da Mesa, os Parlamentares e as entidades aqui presentes, permitam-me, na pessoa da Presidente em exercício da Casa, da Ministra Izabella Teixeira e do Presidente dos trabalhos desta Comissão.

O Brasil receberá um grande evento nos próximos meses. Aliás, o Brasil, a partir de agora, começa a receber grandes eventos. É tanto que a Comissão de Relações Exteriores da Casa organiza debates acerca da nossa preparação para garantir a segurança nesses grandes eventos.

E é claro que a Rio+20 nos traz uma preocupação maior, uma responsabilidade muito maior: medir o comprometimento dos países e das organizações a partir da Eco 92; saber quais foram as lacunas deixadas, quem garantiu e quem assumiu os seus compromissos, firmados há 20 anos.

O Brasil precisa ter a compreensão de que o desenvolvimento dos países que não cumpriram os seus compromissos até aqui, em detrimento do não desenvolvimento de outros países, como o Brasil, é a nossa grande preocupação. Para garantir o sucesso da Rio+20, com a assinatura de compromissos reais, cada um tem que assumir a sua parte. Para nós, não há desenvolvimento sustentável sem a garantia do envolvimento da questão econômica, da questão ambiental e acima de tudo da questão social.

Eu dizia, na nossa última reunião de organização da Rio+20, que, se formos avaliar o desenvolvimento humano do planeta e do Brasil e analisarmos a Região Norte do Brasil, principalmente, que tem a maior cobertura florestal, verificaremos que são exatamente daquela região os piores IDH do País. Isso nos traz a responsabilidade de resolver primeiro um problema interno. Como vamos valorizar aqueles que cuidaram do planeta, que cuidaram das suas florestas, que cuidaram dos seus rios? Como vamos incluir na contabilidade do nosso País a valorização e a garantia do desenvolvimento sustentável de todas essas populações, se os melhores IDHs do planeta e/ou do Brasil estão exatamente naquelas cidades que não se protegeram? Então, nós precisamos inverter essa lógica.

Se o rumo da Rio+20 é o do desenvolvimento sustentável, em busca de uma economia verde, nós precisamos inverter a lógica do desenvolvimento, para que aquele que preservou o planeta até aqui seja compensado por isso.



Acho que precisamos resolver esse problema internamente, para fazer um debate global e internacional. E é claro, todos os países devem colocar no papel o seu compromisso sobre o que precisa ser feito para o desenvolvimento sustentável. E acho que o Brasil deve ter essa preocupação de documentar e acima de tudo de assumir o compromisso de trazer os líderes mundiais até a conferência, para que todos façam o seu comprometimento.

Da nossa parte, estamos buscando entendimento no sentido de criar uma Comissão representativa da Câmara dos Deputados, que participe e intervenha conjuntamente, para que haja um único objetivo na participação da Casa. A partir da Rio+20, uma parte da legislação vai vir até nós, para que possamos impulsionar e inclusive aprovar uma legislação que garanta a sustentabilidade econômica, a participação e o desenvolvimento de toda a sociedade.

Um bom encerramento de debates e uma grande participação a todas as entidades.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Umberto Pinheiro) - Registramos a presença da Deputada Marinha Raupp e do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Por motivos de agenda, a Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Deputada Rose de Freitas, terá que se ausentar, assim como a Deputada Perpétua Almeida e o Sr. Roberto Klabin, Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Sarney Filho, que, a partir de agora, vai conduzir os trabalhos deste evento.

E começarão a partir de agora também as palestras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vamos, então, completar a composição da Mesa de palestrantes, chamando o Sr. Sérgio Besserman e a Sra. Sandra Rios para fazerem parte da Mesa.

Enquanto isso, convido o Chefe da Divisão do Meio Ambiente da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty, Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, a fazer uso da palavra, já como palestrante, iniciando a segunda fase da nossa reunião.

O SR. MINISTRO PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO - Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite que foi dirigido ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota.

Ele, como se sabe, está acompanhando a Sra. Presidente da República em visita oficial à Índia e me solicitou que o substituísse nesta reunião, até mesmo porque os nossos negociadores-chefes, que são os Embaixadores Luiz Alberto Figueiredo e André Corrêa do Lago, estão neste momento em Nova Iorque negociando justamente o “rascunho zero” do documento final para a Rio+20.

Eu queria, naturalmente, além de agradecer o convite, cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Deputado Sarney Filho, e a Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Eu vou falar muito rapidamente das negociações em curso sobre a Rio+20, no que toca mais diretamente ao Poder Executivo e ao Ministério das Relações Exteriores. Naturalmente, os outros



Ministérios — o Governo como um todo — estão envolvidos na preparação, na organização e na negociação deste evento, mas cabe diretamente ao Itamaraty ser o porta-voz das negociações, em nome do Governo brasileiro.

Poderíamos, em termos digamos mais didáticos, separar a organização da preparação brasileira para a Rio+20 em dois planos: no plano nacional e no plano internacional.

No plano nacional, nós já realizamos quatro reuniões da Comissão Nacional para a Rio+20, que, como se sabe também, é formada por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo — Senado e Câmara dos Deputados —, da sociedade civil, do setor empresarial, da academia, de movimentos sociais. Enfim, é uma comissão representativa não só do Governo brasileiro, mas também da sociedade brasileira.

Essa Comissão produziu um documento inicial, chamado *Documento de Contribuição Brasileira à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20*, documento esse que foi encaminhado ao Secretariado das Nações Unidas e serviu de subsídio — não só, obviamente, o documento brasileiro, mas também o de todos aqueles países que participam da conferência e que fazem parte das Nações Unidas — para a elaboração do chamado “rascunho zero”, o “*zero draft*”, o documento de base para as negociações que levarão ao documento final que vai ser assinado pelos Chefes de Estado e Governo durante a Rio+20, cujo Segmento de Alto Nível ocorrerá nos dias 20, 21 e 22 de junho.

Então, esse é o quadro macro, digamos, no plano nacional.

Além disso, nós temos o Comitê Nacional de Organização da Rio+20, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, do qual fazem parte representantes de outras áreas do Governo, tanto no plano federal quanto no plano estadual, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

No plano internacional, que é o mais complexo das negociações e que exige, naturalmente, em última instância, compromissos sobre textos, no final das contas, um processo se iniciou em 2010. Em 2009, só recordando, uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas definiu que o Brasil seria a sede da conferência e também definiu os dois temas-chave da conferência: *A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza* e *A nova moldura institucional do desenvolvimento sustentável*. São os dois grandes temas da conferência.

Houve uma série de reuniões. Foram marcadas, de acordo com essa mesma resolução, três reuniões do chamado “Comitê Preparatório para a Rio+20”. Duas delas já foram realizadas. A última acontecerá no Rio de Janeiro, às vésperas da conferência, nos dias 13, 14 e 15 de junho.

Neste momento, em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas, ocorre a segunda rodada de negociações informais da Rio+20, negociações para tratar justamente do chamado “documento final”, o documento que vai ser assinado pelos governos dos países.

O Dr. Klabin mencionou, na sua fala, a sua percepção de que o documento *draft zero*, o rascunho zero, é um documento de caráter geral, muito sintético, que tem um caráter mais declaratório do que propositivo. Não resta a menor dúvida. Esse também é o nosso entendimento, o entendimento do Ministério das Relações Exteriores. Mas, para que se tenha uma ideia de como as



negociações evoluem e são fluidas, a informação de que eu disponho é de que, hoje, esse texto, que inicialmente tinha 17 páginas, com as emendas, com as sugestões que foram feitas — e também com a técnica de colocar colchetes entre textos para dizer que determinado país não está de acordo com o texto apresentado —, chegou a 170 páginas.

Enfim, matéria para discussão, para negociação, não faltará. Há um pouco de tudo. As posições dos países, naturalmente, seguem não só as suas orientações nacionais, mas também as orientações de grupos, regionais e políticos, que estão conformados no âmbito das Nações Unidas.

O Brasil faz parte do chamado “G77+China”, um grupo grande, um grupo pesado, que tem uma estrutura negociadora complexa. E muitas das posições sobre o próprio texto, seja no que diz respeito à economia verde, seja no que diz respeito à chamada “moldura institucional para o desenvolvimento sustentável”, ainda não estão totalmente, digamos, definidas intragrupo.

Talvez valesse a pena ainda mencionar outra ideia do Governo brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Governo como um todo, que são os chamados “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”. Esses Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável ocorrerão antes do chamado “Segmento de Alto Nível da Rio+20”.

Vejamos as datas, que são muitas: nos dias 13, 14 e 15 de junho, nós faremos a última reunião do Comitê Preparatório; os dias 16, 17, 18 e 19 de junho são justamente os dedicados aos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável; e nos três dias seguintes, 20, 21 e 22, será realizada a propriamente dita conferência, o Segmento de Alto Nível da Conferência.

Esses Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável me parecem ser um tema que muito diz respeito a este seminário aqui, porque são voltados justamente para a sociedade civil. Os governos não participarão desses diálogos. Nós organizaremos. Enfim, propusemos temas, que eu vou listar aqui rapidamente. São os seguintes: segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; energia sustentável para todos; economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; cidades sustentáveis e inovação; desemprego, trabalho decente e migrações; águas e oceanos.

Então, a ideia que se tem é a de utilizar esses diálogos para convocar representantes eminentes da sociedade civil, da academia. E esse diálogo resultará num texto que será encaminhado à conferência propriamente dita.

Essa é a grande novidade da Rio+20 em relação a outras reuniões multilaterais desse tipo, ou seja, a possibilidade de as discussões da sociedade civil sobre esses temas que eu listei serem submetidas à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo. Eu acho que essa seria a grande novidade. E foi uma ideia do Governo brasileiro.

Somente para completar — naturalmente, os outros membros desta Mesa vão tratar mais tecnicamente do tema da economia verde —, quero mencionar que, no plano das nossas negociações, a noção de economia verde ainda não está totalmente assentada. Não há, pelo menos no âmbito das Nações Unidas, das discussões — seja do G-77, seja dos outros grupos regionais —, uma noção clara do que seja a chamada “economia verde”.



Nós temos algumas preocupações relacionadas a aspectos comerciais. Por exemplo: de que a economia verde possa servir como um elemento de barreiras comerciais à produção dos países e ao comércio externo dos países em desenvolvimento. Mas eu não gostaria de adentrar nesse tema. Só queria mencionar algumas das preocupações que nós temos e que estão refletidas no nosso texto, da Comissão Nacional para a Rio+20.

E queria mencionar também, muito rapidamente, de passagem, que nós defendemos, no que diz respeito à moldura institucional para a Rio+20, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, fortalecimento esse que se daria pelas contribuições obrigatórias e pela universalização da participação de todos os países que são membros das Nações Unidas nesse programa, o que não acontece hoje. E também defendemos o estabelecimento do chamado “Conselho de Desenvolvimento Sustentável”, que teria justamente o condão, o propósito de unir os três aspectos, o tripé do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental propriamente dito.

Sr. Presidente, com isso eu gostaria de encerrar as minhas breves considerações a respeito do tema *Economia Verde* e da Rio+20 propriamente dita.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Quero registrar a presença do Deputado Estadual Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amazonas. S.Exa. participou de inúmeros encontros nossos, em todo o Brasil.

Muito obrigado pela sua presença aqui, nobre Deputado.

Quero registrar a presença, mais uma vez, dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Amauri Teixeira, Domingos Dutra, Jandira Feghali, Alfredo Sirkis, Paulo Piau, Marinha Raupp, Oziel Oliveira, Márcio Macêdo e Ivan Valente, que acaba de chegar; do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, que muito nos honra com sua presença aqui, um colaborador e companheiro desta causa; de representantes da Embaixada do Reino dos Países Baixos e da Embaixada da Bélgica; do Curso de Administração e do Curso de Engenharia Ambiental da Universidade Católica de Brasília; da Universidade de Brasília; da Fundação Jardim Zoológico de Brasília; do Tribunal de Contas da União; da OAB-Rio de Janeiro; da ABRALATAS; da Coca-Cola; do Ministério do Meio Ambiente; do Conselho Federal de Biologia; da Ecodata; da ADA — Agência de Desenvolvimento da Amazônia; de Cadu Valadares, Subsecretário de Sustentabilidade Socioambiental do Governo do Distrito Federal; José Paraguaçu, Secretário-Executivo do Meio Ambiente do Ceará; EcoCâmara; Greenpeace; SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional.

Vamos dar sequência às palestras, ouvindo agora o representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Dr. Hélder Muteia.

O SR. HÉLDER MUTEIA - Muito obrigado.

Muito bom dia a todos.



Particularmente, queria cumprimentar o Deputado Sarney Filho e agradecer o convite. Queria cumprimentar a Sra. Ministra Izabella Teixeira, com quem tenho trabalhado em muitas circunstâncias, os outros componentes da Mesa e todos os presentes.

Vou começar pedindo desculpas pelo meu sotaque, que é diferente. *(risos)* Eu começo sempre assim, para ser perdoado logo na partida. Eu sou moçambicano e tenho sotaque moçambicano. Ainda ontem, no mercado, alguém perguntou se eu era do Maranhão. Eu não sei... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Seria uma honra.

O SR. HÉLDER MUTEIA - Seria, de fato, uma grande honra para mim ser do Maranhão, ser brasileiro. Mas sou moçambicano. Então, falo com este sotaque meio enrolado.

Estou aqui para representar o Dr. José Graziano. Como sabem, é o novo Diretor-Geral da FAO e é brasileiro. Ele queria estar presente, queria pessoalmente abordar as prioridades da FAO em relação à problemática da sustentabilidade, da economia verde, mas este é o seu terceiro mês de trabalho e a sua agenda está atolada. Então me “mandatou”. Por isso estou aqui, para representá-lo.

O que vou apresentar agora, de forma muito sucinta — não me vou estender muito, vou ser breve, vou ser escasso nas palavras —, é a proposta da FAO para a Rio+20, o que a FAO vai trazer de novo para a Rio+20, perante os enormes desafios que nós temos na atualidade. Temos um grande problema de degradação ambiental, que é uma realidade; temos problemas; temos o desafio da explosão demográfica — somos 7 bilhões de pessoas hoje no planeta e, em 2050, seremos 9 bilhões. Então, essa é uma equação extremamente importante para levar em consideração. Temos as emissões dos gases, as mudanças climáticas, os desastres naturais, o problema da escassez de água. Há alguns dias celebramos o Dia Mundial da Água e abordamos este problema: a água doce utilizável começa a ficar escassa. Então, é uma abordagem importante também.

A degradação do solo é uma grande realidade. Ao lado da degradação do solo, temos a degradação dos pastos, a degradação das florestas; temos a perda de biodiversidade; a crise energética, que também leva a algumas atitudes de desespero; e aquele que é o tema central da FAO: hoje, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. Com toda a evolução da Ciência, o desenvolvimento econômico e social, é uma vergonha dizer que, hoje, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. E não é aquela fome que nós temos antes do intervalo do lanche, antes do intervalo do café, antes da hora do almoço, quando apetece uma picanha ou não. *(risos)* É uma fome que dói e mata. E eu, que venho do contexto africano, sei o que isso significa.

O Brasil tem algumas situações de má nutrição, de fome em algumas regiões, mas nada comparado com a realidade que se vive na África e no sul da Ásia, onde há pessoas morrendo de fome. É uma morte sofrida: a pessoa vai definhando, até morrer sem peso, sem dignidade, desprovida de tudo.

Então, dizermos que hoje há 1 bilhão de pessoas passando fome é de fato uma vergonha mundial.

E temos também as crises sociais, resultantes dos conflitos, das guerras. O mundo hoje também enfrenta muitas guerras, e isso traz problemas de fome, problemas de pobreza.



Mas o tema de hoje — e o Dr. José Graziano me pediu que ressaltasse isto — diz respeito à forma como estamos gerindo a nossa economia, que degrada a base de recursos que sustenta a vida no planeta. Estamos acelerando o desenvolvimento a custos muito altos para o nosso ambiente. E a mensagem que a FAO traz é a de que é possível, de que existe uma alternativa para encontrarmos uma forma mais sustentável de desenvolver a nossa economia, de desenvolver a humanidade, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista ambiental.

E este novo conceito de economia verde traz novas luzes. É um conceito ainda não finalizado, mas que traz novas luzes, que tem bases, não só científicas mas também empíricas, e também contradições de grande valia que demonstram que é possível desenvolver, preservando a base de recursos que sustenta a vida no planeta. Então, é importante, para isso, que nós possamos mudar os paradigmas, que comecemos a fazer as coisas de forma diferente, a ver onde estamos errados e o que pode ser melhorado.

Este debate leva-nos a uma discussão muito importante. Porque é falsa a contradição que às vezes se estabelece entre os agricultores ou aqueles que querem fazer a agricultura e os ambientalistas. Na realidade, estamos todos preocupados com o mesmo assunto. A base de recursos que os ambientalistas defendem é a mesma base que protege o recurso básico que a agricultura utiliza, que são as terras, que é a fauna, que é a água. Tudo isso é uma grande preocupação para qualquer agricultor, pequeno, médio ou grande.

A ideia é a de que nós possamos criar um quadro que elimine essa contradição e que chame a atenção para a necessidade de fazermos as coisas de forma diferente, exatamente para preservar aquilo que é sagrado, aquilo que é fundamental para a vida, aquilo que é extremamente importante, para que possamos deixar para as próximas gerações um mundo em boas condições, garantindo qualidade de vida para as futuras gerações.

O que a FAO vai trazer para a Rio+20 como proposta, dentro do conceito da economia verde, é aquilo que em inglês chamam de “*Green Economy Without Agriculture*”. Bom, não se traduz isso do inglês para o português, porque seria “esverdeando a economia”. Não é bem assim. A tradução apressada, digamos assim, que poderia ser feita é esta: a contribuição da agricultura para a economia verde. Como é que se enquadra a agricultura dentro do conceito da economia verde? Como fazer com que a agricultura jogue o seu papel, dentro daquilo que é a economia verde.

Nós sabemos que a agricultura ocupa 30% das terras do planeta e envolve 2,4 bilhões de pessoas. Tomando em consideração o setor florestal, 60% dos recursos naturais da Terra estão direta ou indiretamente ligados à atividade dos agricultores. Estamos falando aqui da água, estamos falando do Sol, estamos falando das florestas, estamos falando da fauna. Então, seria uma grande irresponsabilidade não responsabilizar os agricultores, para que tomem conta desses recursos, para que assumam princípios, práticas e valores que lhes permitam exercer as suas atividades com sustentabilidade, com dignidade e também com ganhos econômicos. É importante que nós possamos fazer isso.

Só para dar um exemplo, informo que, da água doce que nós utilizamos, da água doce que é utilizada na Terra, que a humanidade utiliza, 70% são utilizados na agricultura. E grande parte disso



em irrigação. Se conseguirmos tecnologias de irrigação que possam economizar mais água, vejamos só os ganhos.

Os agricultores, em algumas circunstâncias, por falta de conhecimento ou por ganância de lucros, utilizam excessivamente agroquímicos, que vão poluir as águas. Então, investir na formação desses agricultores, na sua conscientização sobre a necessidade de preservar esses recursos, é extremamente importante.

Um grande problema que nós enfrentamos hoje é o do desmatamento, não só para plantar soja — e não estou falando só do Brasil, mas também do mundo —, mas também para criação de gado e tudo o mais. Precisamos encontrar uma forma de fazer com que os agricultores possam cumprir o seu ideal, a sua responsabilidade, que também é o ideal do mundo. Porque não temos outra saída: temos que continuar produzindo alimentos. Mas fazendo isso de forma sustentável.

Então, este novo conceito, a que já me referi em inglês, chamado GEWA, traz essa responsabilização de todos, de todos os atores. E é importante que nós tenhamos a capacidade de envolver realmente todos neste desafio. Ninguém deve ficar de fora.

O Dr. Graziano insistiu muitas vezes: *“Refira que a economia verde precisa da agricultura, e a agricultura precisa da economia verde, porque a economia verde vai dar a plataforma para que a agricultura possa cumprir, numa nova fase, numa nova etapa, as suas atividades com dignidade”*.

Como eu referi antes, não temos outra saída: temos que alimentar o mundo. São 7 bilhões agora e serão 9 bilhões no futuro. Temos que produzir alimentos, mas temos que produzir com sustentabilidade e com responsabilidade.

Existe um grande debate sobre quais são os caminhos. Este próprio conceito GEWA, que vai ser trazido pela FAO, para debate na Rio+20, não é ainda um documento acabado, mas fornece as balizas, os princípios. E é através do debate que nós vamos chegar a uma conclusão sobre o formato final desta nova plataforma.

Muitas vezes eu falo do Brasil, em diferentes fóruns, quer dentro da FAO, quer em outros países, quando viajo. E há uma coisa que aprendi muito sobre o Brasil: no Brasil há debate; é um país muito dinâmico, em que existe democracia; é um país que está muito aberto ao debate. E nós estamos esperançados de que a experiência de debate, de participação, no Brasil, possa também servir de plataforma para mobilizar bons êxitos para esta temática de sustentabilidade.

Então, sobre os caminhos que nós temos encontrado, primeiro, é preciso uma grande vontade política, uma liderança forte, quer seja no âmbito do Poder Executivo, quer seja no âmbito do Poder Legislativo. Uma liderança forte, uma liderança que possa indicar um dos caminhos, uma liderança informada — é importante que seja uma liderança informada — sobre aquilo que são os domínios da Ciência, mas uma liderança forte que nos oriente, juntos, para um caminho definitivo, numa visão holística. Já referi que todos devem participar, mas também é preciso levar em consideração todos os ramos da Ciência, que tem sempre um papel a cumprir.

É importante a mudança de atitude. A mudança de atitude em relação à poluição, em relação a como tratamos o lixo, em relação a tudo. Mas também em relação a uma coisa elementar: em



relação ao desperdício de alimentos. Há estudos que demonstram que o alimento produzido hoje no mundo, se fosse bem distribuído, chegaria para alimentar todo o mundo, e teríamos sobras.

Bom, eu não diria que me chocou, mas... Eu participei, logo que cheguei ao Brasil, há 2 ou 3 semanas, de um churrasco. Bom churrasco. Gostei (*riso*). Mas uma coisa que me chocou é que havia lá um lugar em que se jogava fora a comida, chamado de “cemitério” ou qualquer coisa assim, onde punham todo o resto da comida. Eu comentei com um grande amigo: *“Isso que se chama aqui ‘cemitério’ alimentaria muita gente lá na África”*. Mas isso é um exemplo para uma pessoa que acabou chegar da África. Foi chocante. Teve o valor de um choque. Talvez, para os brasileiros, não seja chocante. Mas para mim foi um choque: estavam jogando fora a comida.

Então, é importante que mudemos de atitude em relação a várias coisas. Por exemplo: em relação a uma coisa elementar que fazemos todos os dias, que é o nosso regime alimentar.

É importante um grande investimento em Ciência. Eu falei que as nossas lideranças precisam ser informadas, que as nossas lideranças precisam ser municiadas de informações pelos nossos cientistas. É a Ciência que vai dizer quais são os caminhos, é a Ciência que vai acender as luzes. Porque não vai ser na base espontânea da invenção. Somos uma sociedade (*falha na gravação*) para se basear na Ciência e não no improviso.

Então, é importante que nós continuemos a investir na Ciência, na educação, e também que abordemos a problemática do gênero. Creio que o Brasil já está resolvendo esse problema do desequilíbrio do gênero, de certa forma comparado com o contexto do qual venho, que é o contexto africano, em que a mulher é muito sacrificada, em que a mulher é muito pobre. Não estou dizendo que o Brasil é um paraíso, mas, comparado com Moçambique e a África... E também, olhando para esta sala, vemos que há uma grande participação. Mas o mundo tem de resolver essa questão do equilíbrio de gênero com muita seriedade. No sul da Ásia, na África, nos lugares em que há mais pobreza, em que há mais fome, também vemos a mulher ter problemas de acesso à educação e, portanto, encurralada na pobreza.

E, quando a pessoa está encurralada na pobreza — já passei por isso e posso falar assim —, a sua situação é difícil. Quando a pessoa está na pobreza e passando fome, não adianta lhe dizer: *“Olha, aquela espécie é protegida”*. Porque ela vai caçar e vai comer. Não há como. Não adianta dizer que tem de fazer o plantio direto, sem lavoura, não fazer queimada. O indivíduo está encurralado: ou faz, ou morre.

Então, essa economia verde tem que criar condições para que possamos apoiar esses pequenos agricultores vulneráveis e encurralados na pobreza, para que obtenham as condições básicas e mínimas para cumprirem a sua missão com dignidade. E que também saibam por que devem ou não fazer aquilo. Mas devem ter alternativas. Não devem continuar encurralados na pobreza. É preciso que encontremos uma solução global para este problema da pobreza das pessoas e também dos países. Porque, da mesma forma como as pessoas atuam de forma desesperada quando estão na pobreza, os países mais pobres também atuam com políticas de desespero, com políticas erradas, exatamente porque estão numa situação de desespero.



É importante que possamos levar esta mensagem de boas práticas de gestão agrária. É importante que possamos levar esta mensagem de boas práticas de conservação do solo, do controle integrado de pragas e doenças. São coisas muito concretas que podemos transmitir aos agricultores, para fazer com que cumpram o seu ideal com dignidade.

Para concluir, eu queria dizer, de forma resumida, que o tema que a FAO vai levar para a Rio+20 é este da *Green Economy Without Agriculture*, que significa desenhar ou aprimorar o papel da agricultura dentro da economia verde, baseado em quatro pilares, basicamente: a integridade ambiental; a estabilidade econômica, que é fundamental; o bem-estar social — nós somos seres humanos e devemos viver com dignidade, e qualquer solução que encontremos deve garantir esse princípio básico, que é o da vida com dignidade; e a boa formação. Eu já disse que precisamos de lideranças fortes, de lideranças comprometidas e viradas para o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Hélder Muteia, representante da FAO, é graduado em Medicina Veterinária, é Mestre em Ciências — Economia Agrícola, pela Universidade de Londres. Em agosto de 2010, foi nomeado representante da FAO no Brasil. Começou sua carreira como representante da FAO na Nigéria e, de 2000 a 2005, foi Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em Moçambique. De 1998 a 2000, foi Vice-Ministro de Agricultura e Pesca, também em Moçambique; de 1994 a 1999, foi membro do Parlamento e Presidente da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Administração Pública da Câmara de Moçambique. Em 1997, foi Diretor Nacional do Centro de Treinamento para Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Moçambique.

Muteia também foi Chefe do Departamento Técnico de Avicultura, em Maputo, de 1989 a 1990; e, de 1982 a 1988, foi Codiretor de Projetos de Avicultura. Desde 1984 é membro da Associação Moçambicana de Escritores. Como escritor, tem livros de poesia, crônicas, contos e relatórios.

Recebeu dois prêmios: *Golden Ark Award*, em 2001, e o *Diploma de Honra*, em 2005.

Muito obrigado pela palestra.

Vamos ouvir agora a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que dispensa qualquer comentário, pela sua reconhecida competência.

A SRA. MINISTRA IZABELLA TEIXEIRA - Bom dia a todas e a todos.

O Deputado Sarney Filho fala de competência porque fui sua funcionária. Deve ser por isso que está fazendo essa referência. (*Risos.*)

Quero saudar as Sras. e os Srs. Deputados, os integrantes da Mesa e os amigos Sérgio Besserman e Sandra Rios — e desde já lhes peço desculpas porque não vou poder ficar para ouvir a sua palestra.

Fiz questão de aceitar o convite do Deputado Sarney Filho, quando conversamos a respeito deste evento. Fizemos um esforço de agenda por conta do desejo de estar aqui para este diálogo em relação às questões da Rio+20, especificamente para o debate sobre economia verde.



Acho que alguns pontos devem ser ressaltados em caráter introdutório, a respeito de como estamos hoje em relação à conferência propriamente dita.

O Ministro Paulino Franco, do Itamaraty, fez um apanhado geral dos arranjos internacionais e nacionais e do processo de negociação. E acho que o meu amigo Muteia, quando fala dos desafios e compara a África com o Brasil — sem fazer uma comparação negativa, mas mostrando a diversidade de situações —, ilustra, no olhar da FAO, os desafios que temos quando falamos de fortalecimento do multilateralismo e da decisão por consenso.

Acho que o primeiro desenho que vale ressaltar é o de que toda conferência das Nações Unidas parte do princípio do consenso. E acolher todas as teses de 194 países significa muita negociação, significa muitas vezes o momento de partida, um olhar mais conservador. Na realidade, talvez esta minha fala seja bem ilustrada pelo *zero draft*, que foi um esforço do Secretariado das Nações Unidas, de traduzir o que estava em 6 mil páginas em 17 páginas.

O resultado desse esforço tem dois olhares: 1) a capacidade de colocar as questões centrais; 2) a capacidade de produzir um documento genérico. Na realidade, sai agora de 17 páginas para 170 páginas. Então, se alguém está reclamando que o *zero draft* é genérico, que lhe falta consistência, (*riso*) tem 170 páginas para debater nos próximos 2 meses, para buscar consenso, com vistas à conferência. E esse é o processo das Nações Unidas. As pessoas que estão mais acostumadas a lidar com a ONU sabem que é até razoável o documento ter 170 páginas. A pergunta que eu faço é esta: quantos *brackets* há nessas 170 páginas? Quantos colchetes há nesse processo? Aí, sim.

Como foi dito aqui, o próprio G77+China, que é o grupo dos países em desenvolvimento e emergentes, não tem consenso entre si sobre várias teses que estão no “documento zero”.

E um dos pontos que temos ouvido que leva a um debate mais crítico a respeito da conferência é exatamente o da iniciativa de economia verde. Ela tem duas leituras muito importantes. Uma delas é esta: todo mundo reclama, todo mundo questiona que a economia não recepiona a questão do desenvolvimento sustentável. Então, o caminho identificado pelas Nações Unidas, certo ou errado, é o de procurar discutir o pilar econômico no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. E foi chamado de economia verde numa mobilização de países desenvolvidos, predominantemente.

O outro lado da questão é o de que o conceito não é claro; de que as teses, muitas vezes, são fundamentadas no neoliberalismo; de que as teses não deixam claro se vai gerar emprego e se isso é oportunidade para o desenvolvimento ou não, se o conceito de economia verde é inclusivo ou não, o que significa a economia verde estar na linha de frente. Então, temos os dois pontos, os dois extremos do debate que modela a interlocução na Conferência Rio+20 em torno da economia verde. Isso é importante sinalizar, porque, mesmo nos diálogos que o Governo brasileiro está promovendo informalmente com vários grupos ou blocos de países, isso anda não está claro. Recentemente, no início do mês, nós fizemos um diálogo com cerca de 40 países, da América Latina e do Caribe. E temos feito, desde o ano passado, consultas, em vários grupos de países, a respeito dos mandatos, a respeito das dificuldades. Mesmo nessas consultas, o entendimento não é de total convergência. Isso é a tese da democracia, isso é a tese do multilateralismo, isso é a tese da negociação.



Por outro lado, eu acho que é importante ressaltar aqui aquilo que ilustra este auditório e esta iniciativa da Frente Parlamentar de colocar todos no jogo para debater. E estou vendo vários Deputados e Deputadas amigas. Todos me telefonam, perguntando: “*Como nós podemos nos engajar?*” Estou vendo aqui minha amiga Jandira Feghali, que tem uma discussão sobre economia verde. Eu também fui procurada pelo Deputado Jean Wyllys, a respeito da participação de gays, lésbicas, homossexuais na Rio+20, nos *Major Groups*. Vejo aqui meu amigo Márcio Macêdo, que discute a questão da justiça socioambiental, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. O Sirkis, que está aqui ao lado, está muito preocupado — quase angustiado — com o fato de que a Conferência não tenha trazido, como seu mandato central, a questão do clima e a questão da biodiversidade.

Aqui estou fazendo uma síntese das inquietações que não estão só no Congresso e na sociedade brasileira, mas que também estão no âmbito do Governo. A maneira de se avançar a partir de uma resolução das Nações Unidas, que é ampla, enquanto concepção, é a de se construírem espaços específicos para o debate e para o engajamento, e não só da sociedade brasileira, mas da sociedade global planetária, e não só naquilo para influenciar, a fim de se tomar a decisão da Conferência, essas 180 páginas que hoje estão em negociação, mas também naquilo que virá no pós-conferência, que é o desafio de como nós vamos agir, de fato, após o entendimento de que há consenso geral sobre algumas teses. Eu vou usar aqui um relatório — eu tive a honra de ser membro. O Secretário-Geral das Nações Unidas instituiu um painel para se gerar um novo relatório sobre desenvolvimento sustentável — na realidade, um desdobramento do nosso futuro comum, um outro relatório do nosso futuro comum, com a participação da ex-Ministra Gro Brundtland. Foram 22 pessoas. Esse relatório está disponível na página do Ministério; e vai ser lançada, agora em abril, a versão em português. Ele tem uma avaliação política bastante robusta sobre os aspectos estratégicos da agenda de desenvolvimento sustentável nos próximos anos e sobre quais são os desafios que se colocam.

A Conferência Rio+20 está recepcionando não só os 20 anos vividos, mas os próximos 20 anos. É isso o que ela, na realidade, coloca no jogo, embora o mandato da Conferência seja muito específico em relação à economia verde e à governança do desenvolvimento sustentável. Mas isso não exclui que se tenha um processo mais amplo de debate, digo debate político, sobre as grandes questões que a ECO-92 levantou e sobre as grandes questões dos desafios da humanidade no planeta, se é que nós vamos chegar a 9 bilhões de pessoas. Esse é o tom político que está colocado sobre a mesa.

Especificamente, entendo ainda, do ponto de vista nacional, que, além dos chamados espaços formais, que foram criados com a comissão nacional, que não se limitou a aprovar o Documento Brasil — e ela continua trabalhando as fases de negociação... Só no setor empresarial, tem cinco iniciativas acontecendo para se construir uma plataforma empresarial brasileira, afora as iniciativas internacionais. Tem-se a iniciativa do Instituto ETHOS, tem-se a iniciativa da FIRJAN e da FIESP, tem-se a iniciativa da CNI, tem-se a iniciativa do CDES — Centro Empresarial de Desenvolvimento Sustentável, tem-se a iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e



Social. São cinco interlocuções distintas, com focos distintos — muitos deles, convergentes — em torno da pauta da Rio+20. Nós estamos fazendo um esforço para que haja uma proposição de uma plataforma empresarial brasileira que possa ser objeto de entendimento e de convergência com a sociedade brasileira, dos compromissos que podemos e devemos assumir na fase pós-conferência. Isso é um exemplo.

Quando participamos do fórum social temático, lembro-me de que foi extremamente rico o debate. Houve críticas, desde à economia verde até a rejeição do conceito. Houve, na realidade, um pleito muito forte em três linhas: direitos humanos, juventude e a redução de desigualdades. Mas em qualquer solução econômica tem-se que se trabalhar sobre essas questões em conjunto.

Há um debate forte, representado pelo Pinguelli, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e por outros atores sobre a mudança do clima. Qualquer que seja o debate sobre economia verde, qualquer que seja o avanço ou não sobre a questão do desenvolvimento sustentável, clima é questão determinante. Sem essa questão do clima, podemos fazer vários e vários cenários, podemos ter várias e várias decisões, assim como a questão da conservação da biodiversidade. Aí, o Muteia falou muito bem sobre a relação com a agricultura.

Mas o fato é que devemos ter um espaço de debate sobre mudança do clima, mesmo que sejam eventos convergentes sobre o guarda-chuva da convenção, mas que não estejam naquilo que é a modelagem formal das Nações Unidas, segundo a sua resolução.

Então, teremos o evento que o Deputado Sirkis está promovendo, de 14 a 17 de junho. S.Exa. dará um informe sobre isso. E nós estamos negociando a Semana do Meio Ambiente, já que o Dia Mundial do Meio Ambiente, das Nações Unidas, será comemorado no Brasil este ano; trouxemos ao Brasil. Estamos querendo, e faremos uma reunião com Pinguelli, a fim de realizar uma grande reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para a sociedade debater o clima no contexto da economia verde e no contexto do desenvolvimento sustentável.

Quais são os desafios que se impõem, uma vez que, até o ano passado, existia uma incerteza muito grande sobre Dublin? Em função da Conferência de Dublin, novos rumos de negociação foram colocados sobre a mesa. O Deputado Sirkis quer fazer exatamente uma simulação, se bem entendi sua proposta, dessas negociações, sobre o que está em xeque. E nós devemos avançar naquilo que é o engajamento da sociedade civil no debate sobre a questão do clima e o que significa a preparação do Brasil para as novas negociações.

Esse é o desenho que se busca de espaços, além obviamente de eventos paralelos. No próprio Riocentro, o Brasil vai promover um grande evento sobre combate ao desmatamento e sobre a questão de clima. E teremos também um encontro mundial de Parlamentares, que trabalharão exatamente o papel do Legislativo. Assim, também teremos um encontro mundial de juízes, que vão trabalhar exatamente o papel da legislação, o papel da lei, o papel do juiz, naquilo que é desenvolvimento sustentável. Tudo isso não está supostamente em um mandato, mas é necessário que ocorra para dar robustez à conferência e à pós-conferência.

Do ponto de vista ainda daquilo que foi sinalizado aqui pelo meu amigo, o Deputado Sarney Filho, do que é importante sobre a economia verde, sobre os desafios, quero dizer que fizemos um



debate há cerca de 15 dias. O Alto Comissário do Meio Ambiente da União Europeia, Janez Potocnik, veio fazer uma visita ao Brasil. Como vocês sabem, a União Europeia é um grupo de países que defende a economia verde. Nós fizemos um debate fechado com ele, no Rio de Janeiro, e vários pensadores, formuladores de diferentes correntes. O Governo ficou na plateia, ouvindo o que é, de repente, o confronto de teses sobre economia verde. Acho que o Besserman pode, na sua palavra, ilustrar a riqueza do debate.

Nós faremos outro, agora em abril, com o Steiner, Diretor-Geral do PNUMA, sobre governança no desenvolvimento sustentável e governança ambiental. Faremos isso no Rio de Janeiro, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. No Ministério das Relações Exteriores, estamos promovendo, chamando as pessoas que lideram o discurso internacional para o debate no Brasil. Não para conversar com o Governo, porque conversamos nas negociações, mas para conversar com a sociedade brasileira, para ouvir e responder e ter interlocução com relação às teses que a sociedade brasileira tem colocado. A favor ou contra? A avaliação que me foi passada por todos que participaram, por 80 convidados — são eventos fechados para facilitar o diálogo —, foi extremamente positiva. Foi um êxito, tanto que pediram novos. Faremos um com a Justiça e vamos fazer um com a mídia brasileira.

Então, são quadro eventos que têm a ver com informação, com o empoderamento da sociedade civil; acesso à informação. E trata-se também de preparar os jornalistas para o debate Rio+20, além da questão dos magistrados. Esses 4 eventos foram definidos, estão sendo propostos, e vamos conduzir isso nos meses de abril e maio. O Ministério do Meio Ambiente torna essa informação disponível, obviamente, e faremos, em função dos perfis, o convite às pessoas.

Hoje, o que temos no mundo é o seguinte. A conclusão desse relatório — é importante ressaltar alguns aspectos que dizem respeito à economia — é que nós temos hoje os melhores e os piores momentos do planeta. Se olharmos na história, em relação à presença do homem, veremos que a grande verdade é que todos os dias nós temos milhões de escolhas, todos nós tomamos decisões: as pessoas, individualmente, os homens de negócio, o Governo, enfim, todos tomam decisões que influenciam o nosso futuro. A questão central é que nós temos um conceito intergeracional cujos ganhos políticos acontecerão à frente, mas cuja decisão política é de curto prazo.

O que é desejável? Que se tomem decisões hoje cujos ganhos só serão absorvidos, vistos ou traduzidos como ganhos políticos mais à frente. Essa é uma das críticas, um dos gargalos colocados em relação ao questionamento que fizemos nesse grupo: por que, se todos concordam com o desenvolvimento sustentável, ele não avança? Todo mundo concorda. Até os países mais conservadores, os países que não vivem na democracia, que não têm equidade em direitos humanos, mesmo esses países concordam com a tese do meio ambiente sustentável. No entanto, por que não avançam? Quais são os requisitos, as questões e os gargalos que se colocam em relação a isso?

Duas coisas foram apontadas. Ninguém discute o paradigma do desenvolvimento sustentável. Todo mundo concorda com o princípio de não retroatividade. Tudo o que se assegurou na ECO-92 continuará como referência dentro das Nações Unidas.



Mas duas questões se colocam. A primeira diz respeito a uma falha em relação à vontade política; isso não está no discurso político. Todo mundo consegue usar a sustentabilidade de uma maneira muito perversa. A minha política é sustentável, mas as pessoas nem sequer sabem o que isso significa. As pessoas não traduzem isso em custos sociais, econômicos e ambientais. Existe essa falha política de entendimento para realmente se trazer dividendos de longo prazo para o dia a dia de quem toma decisões hoje.

A segunda questão diz respeito ao seguinte. O conceito, embora seja entendido por todos, não é uma prioridade —, é um conceito marginal. Ele não está no *main stream* das decisões das políticas econômicas e das políticas de desenvolvimento. Essa é uma visão geral de planeta, mesmo nos países mais desenvolvidos.

Esta é uma discussão que está aqui, da qual eu fiz parte, eu ajudei a escrever esse relatório. Quando a gente olha o mundo como um todo, não são apenas as desigualdades que surgem. Há uma dificuldade política de emplacar o desenvolvimento sustentável como *mainstream* das decisões de desenvolvimento. Nesse caso, a saída ou a sugestão que se faz é buscar caminhos com base numa nova política econômica para o desenvolvimento sustentável: ou se entra com a questão econômica — esse debate está no G-20, no BRIC, em todos os blocos —, ou se entra no debate econômico, ou não se tem como ser *mainstream*. O desenvolvimento sustentável não passa a ser agenda central da política econômica. Vejam, da política econômica com o desenvolvimento sustentável; isso não quer dizer que se trata de economia verde — atenção!

Aqui surge mais um conflito associado: existe uma tese defendida por alguns países de desenvolvidos de que não se fala de economia verde, mas sim de crescimento verde — *green grows*, não *green economy*. Isso tudo está no mesmo debate. Por exemplo, no mundo financeiro, no G-20, há um debate real, robusto, sobre *green grows*, particularmente se os países estão em crise econômica. Esse debate está modelando, em parte, o diálogo com o setor privado, com alguns governos, com a sociedade e alguns países.

Vejam a complexidade do que estamos falando. Sérgio Besserman poderá ilustrar isso bem, em face do debate que nós fizemos no Rio de Janeiro, porque já foi questionado sobre isso. Ao defender o conceito de *green economy*, ele foi questionado sobre os aspectos de como *green grows*, o crescimento verde, estaria interagindo, ou não interagindo; ou se isso seria, na realidade, colocar o pilar econômico sozinho, dissociado de toda uma visão mais ampla de economia, olhando-se apenas a questão do crescimento.

Além disso, é claro que, para avançar nessa política econômica rumo ao desenvolvimento sustentável, é absolutamente essencial aproximar ciência ambiental de política. Ou se tem ciência ou se tem dado científico para influenciar os formuladores, tomadores de decisão no mundo político, ou então nós continuaremos trabalhando fora do *mainstream*.

Isso é uma conclusão. Porque a ciência... Quando se fala em limites do planeta, por exemplo, sem se ter um dado científico, fica um conceito vago, fica um conceito de interesse de comum entendimento, mas sem a robustez necessária para que se possa avançar naquilo que são os desafios econômicos, sociais e ambientais.



Há uma questão que eu reputo como uma das mais importantes nesse relatório, que fala exatamente da questão dos nexos entre os temas, dos *links* entre os temas.

Não dá para falar em desenvolvimento sustentável sem... No relatório nós não falamos mais em 3 pilares separados; nós falamos de todos juntos, embora tenhamos de reconhecer, e é necessário que se reconheça, o que se passa. Porque você tem que ter um equilíbrio no tamanho desses pilares, você tem que ter uma igualdade. E vou falar, mais à frente, um pouco sobre governança.

A grande verdade é que você está trabalhando sobre se *mainstream* é um conceito só, porque as 3 variáveis devem estar no pensamento de quem toma decisões, na formulação e na tomada de decisão sobre política de desenvolvimento.

E mais ainda: é importante que a gente avance naquilo que são os custos de fazer com os custos de não fazer. E aqui há uma dificuldade tremenda de precificação dos cursos sociais, econômicos e ambientais. Isto é uma tese sem consenso: é o custo de agir, o custo da ação *versus* o custo da inação. Ou se coloca isso na mesa para todos, mesmo que a gente incorra em erros naquilo que são as externalidades ambientais, a precificação de externalidades ambientais, como os economistas gostam de falar, e que tem falhas de mercado, que é a questão do clima, e que, portanto, a regulação, os papéis desta Casa e do Poder Executivo são estratégicos... Porque você vai ter que regular onde há falhas de mercado. Se você for mais neoliberal, mais ligado ao que está vivendo o mundo hoje... E essas discussões estão todas permeadas naquilo que é o conceito de economia 20, ou na abrangência do debate, Jandira, sobre economia 20.

E isto, clima, determina de cima para baixo; e, gostando-se ou não se gostando, para se trabalhar as questões de clima vamos ter que olhar as externalidades ambientais ou socioambientais, e vamos ter que trabalhar com os custos da inação dessa ação.

Essa é uma linguagem baseada em conhecimentos técnico-científicos, é um caminho que se sugere para que se busque dentro disso o que a gente chama de transição, uma transição de 10 anos. Isso tem várias leituras, mas não dá para continuar com um cenário de *business as usual*. É insustentável, não há inviabilidade, é excludente. Então, você vai piorar a situação de desigualdade hoje, vai piorar a situação da fome, vai piorar a situação do excesso de uso de recursos naturais. Esta é uma tese que tem consenso; e não é uma tese somente ambientalista, mas uma tese formulada para aqueles que estão pensando em sustentabilidade e desenvolvimento, que está em todos os grupos políticos que hoje debatem o futuro do planeta do ponto de vista do desenvolvimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vamos nos organizar; depois, nós vamos abrir para perguntas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Roberval, vamos esperar. Na hora certa, vamos abrir a palavra para a sociedade civil se manifestar.

A SRA. MINISTRA IZABELLA TEIXEIRA - Roberval, deixe-me terminar.



Aqui tem uma outra questão importante. Eu vejo muitas críticas sobre a Rio+20, porque estão tirando... Isso não é ambiental; querem falar do social. Mas nós não estamos separando o social do ambiental. É clara a relação com a questão econômica. E aí há os debates, todos associados, em relação às novas tecnologias. E também esse conceito de economia verde vai de fato trazer mais empregos e novas oportunidades de desenvolvimento. Isso tudo está sob questionamento no debate, hoje, na Conferência.

E mais, ainda. Há, essencialmente, algumas questões que são listadas como estratégicas dentro do debate, dentro dessa relação de nexos. Portanto, ao se falar de comida, água e energia, isso não pode ser falado separadamente. Essa ligação, as ligações estratégicas, como é que isso se dá, é o que se sinaliza como caminho para se avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como também nos esforços globais em relação à questão científica. Sem uma robusta iniciativa científica global, é impossível avançar na agenda do desenvolvimento sustentável, como foi preconizado em 1992.

Temas como produção e consumo sustentáveis, cidades... É essencial esse olhar sobre o tema cidades, o crescimento da população, de que Helder Muteia fala e como sinalizam os relatórios da ONU. Isso não se dará no campo; dar-se-á, em grande quantidade, nas cidades. Na América Latina, são na ordem de 80% a 90% os cenários que estão sendo desenhados. E estamos falando de uma pressão adicional sobre os recursos destinados às cidades. Há um debate, sim, sobre a equidade, sobre a agenda de gênero, o acesso, por exemplo, das mulheres à força de trabalho, e não só na África. Mesmo no Brasil há desigualdades regionais importantes, que devem ser postas, e a discussão sobre novos mecanismos de financiamento.

É claro que o que foi vivido nos últimos 20 anos se revela completamente insuficiente e fora do foco de debate. Entra nessa situação o papel do setor privado. São teses que estão no debate, hoje. Estou querendo compartilhar com os senhores a visão nacional e internacional, como isso está permeando o debate no Brasil e fora dele. O capital privado passaria a ter uma função mais estruturante do que teve 20 anos atrás. Essa é uma discussão corrente que está no âmbito da Rio+20.

Gostaria, ainda, de sinalizar três aspectos que determinam a visão inovadora sobre governança e desenvolvimento sustentável.

É necessário avançar no processo de governança, na visão não só da integração, mas também do arcabouço institucional daquelas instituições. O Brasil também tem esse desafio, que lida com o desenvolvimento sustentável. Se você quer unir, deve ter a capacidade de planejamento e de formulação de médio e longo prazo. Essa palavra volta recorrentemente. Segundo, é preciso haver nas Nações Unidas — e este é um debate que o Ministro Paulino Franco travou aqui — a discussão sobre como mudar o *status* de avaliação e monitoramento e de governança do desenvolvimento sustentável. Seria um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas? Busca-se isso. Essa tese tem mais consenso do que a tese da Agência de Meio Ambiente exclusivamente. Está-se buscando o caminho de fortalecimento do PNUMA, que leve a um organismo internacional ou a um novo organismo internacional — mas não há



consenso; inclusive, entre os países em desenvolvimento — mas não é o caso do Brasil —, a respeito de se partir para uma agência.

Estas são as teses predominantes: deve haver fortalecimento, a curtíssimo prazo, com recursos associados — hoje, menos de 20 países contribuem para o PNUMA; deve haver uma estrutura de governança que seja mais universal; e deve ser aberto um processo, para identificar qual o formato ideal para o programa, sobre se será uma agência ou outro tipo de organismo internacional, para que seja assegurado o seu fortalecimento e a sua mudança de escala. É isto que está sendo construído em termos de governança, o entendimento, porque para haver o *mainstream*, o desenvolvimento sustentável, o pilar ambiental deve ter o mesmo *status* de outros pilares. Este é o reconhecimento de que isso precisa ser fortalecido.

Do ponto de vista das Nações Unidas, do ponto de vista do que temos discutido no Brasil, vemos três coisas muito objetivas: uma diversidade de teses, um caminho para construir convergência; a exclusão de temas estratégicos, que estamos buscando incluir, como clima e biodiversidade, no arcabouço da conferência *side event*; e, finalmente, o desafio de trazer à sociedade civil, por intermédio dos diálogos, não só os diálogos enquanto estão acontecendo, mas a pós Rio+20, para a construção de uma agenda brasileira ambiciosa, de transição, sobre a questão dos novos rumos do desenvolvimento sustentável no Brasil. É importante que a sociedade brasileira pactue com isso, em função da Rio+20, que imagine que novos caminhos são esses, sem retrocesso da legislação ou dos aspectos ambientais, mas com a busca de engajamento entre o socioambiental e o econômico.

Sem a erradicação da pobreza, sem o novo patamar de governança ambiental e sem uma economia que pense e incorpore os custos do desenvolvimento sustentável, da inação e da ação, será impossível avançarmos em uma agenda mais robusta do desenvolvimento sustentável.

Esse é o caminho que estamos buscando na interlocução com o Governo brasileiro, que não se limita ao Ministério do Meio Ambiente. Chamo atenção para o fato de que o Governo está, na realidade, buscando a interlocução com outros Ministérios. Daí a importância, na Comissão, de toda a Conferência estar centrada, além do Ministério das Relações Exteriores, também nos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e da Fazenda. Os três estão trabalhando com essa visão de como vamos caminhar, pós-Rio+20, com relação aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento no Brasil e no planeta. Espero ter o engajamento desta Casa nas novas leis, mas fundamentalmente que a gente, Deputado Piau, não tenha retrocessos no Código Florestal e nas novas legislações ambientais que estão sendo debatidas nesta Casa.

Conto, então, com o apoio dos Deputados, dos Parlamentares, e convido, desde já, todos da Frente Parlamentar para o debate com o Steiner, agora em abril. Só falta confirmar a data com a agenda dele, mas deve ser no dia 19, depois da Semana Santa, ou em 23 de abril.

Muito obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Ministra. (*Palmas.*)

Quero convidar, para fazer parte da nossa mesa, e registrar a presença do Presidente da ANA, nosso companheiro Vicente Andreu, sempre atento e presente em todas as nossas reuniões



quando convocado e questionado. É um prazer. Foi uma falha nossa não ter registrado a sua presença logo no começo nem ter pedido a presença de um parceiro nosso na questão ambiental e grande companheiro. Seja bem-vindo!

Gostaria também de registrar a presença dos Deputados que chegaram, da Deputada Elcione Barbalho, que é da Frente Parlamentar Ambientalista, da Deputada Rosane Ferreira, também da Frente Parlamentar Ambientalista, da Deputada Marina Santanna, também da Frente Parlamentar Ambientalista e da Comissão de Meio Ambiente, do Deputado Ricardo Tripoli, também da Frente Parlamentar Ambientalista e da Comissão de Meio Ambiente, do Deputado Fernando Ferro, também da Frente Parlamentar Ambientalista e da Comissão de Meio ambiente. Quero registrar também a presença da delegação da União Europeia, bem como do Deputado Bohn Gass, também da Frente Parlamentar Ambientalista e do PT do Rio Grande do Sul.

Agora vamos passar a palavra ao Prof. Sérgio Besserman.

O SR. SÉRGIO BESSERMAN - Muito obrigado, Sr. Presidente, companheiros de Mesa, Srs. Deputados e demais presentes, é uma grande oportunidade. Já pedi ao Presidente da Mesa, Deputado Sarney Filho, que prepare um papel grande escrito "tempo", porque a oportunidade é tão boa e eu gosto de falar. Ele vai me disciplinar bastante. Peço aos senhores que não acompanhem nenhuma das respostas que eu vou dar. Acho que ninguém no mundo tem as respostas, mas que, se possível, se inquietem. Vou tentar responder às perguntas que vamos colocar.

No século IX, dois jovens, e falo por inspiração do Deputado e da Deputada, Karl Marx e Friedrich Engels, escreveram um rascunho e guardaram-no na gaveta. Esse rascunho começava com uma frase, da qual eles não gostaram porque riscaram. Quando o rascunho foi descoberto, essa frase foi tão genial que hoje faz parte do texto que se chama ideologia alemã. Esta frase é a seguinte: só existe uma ciência, a ciência da história; só existe uma realidade, a realidade histórica. Essa divisão que estamos fazendo e que muitas vezes é utilizada analiticamente para justificar esse problema do meio ambiente, mas temos a questão do combate à pobreza, temos a questão do desenvolvimento econômico, temos não sei mais o quê. Isso tudo são divisões que criamos em nossas mentes. A realidade histórica de hoje faz da Rio+20 uma conferência das nações unidas, mas é apenas um momento de um grande processo político. Estamos no olho do furacão. Estamos frente, e não é num futuro distante, mas no futuro de agora, começando desde ontem, ao longo dos próximos anos e décadas, as maiores transformações econômicas, sociais, políticas e do pensamento humano, em toda a história da civilização, quer nós façamos o que é necessário, quer nós não façamos nada. Isso é importante compreender. Não existe economia verde, não existe problema do meio ambiente; existe um momento histórico em que o rumo atual, o modo de produzir e consumir da civilização, no momento, esbarrou nos limites do planeta. O que era uma discussão teórica 20 anos atrás, em 1992, na Rio-92, não é mais. Então o contexto histórico era da seguinte ordem: vínhamos de *Tatcher*, Reagan, George Bush pai, com um otimismo ingênuo de que havia terminado essa história de que nunca mais haveria grandes crises econômicas, de que o mercado e a humanidade, com a sintonia fina dos bancos centrais, a Internet, poderiam enfrentar qualquer que fosse o desafio. Havia a ideia *naïf*, ingênuo, de que estamos entrando num novo renascimento ou coisa que o valha.



Quando a Conferência se reúne no Rio de Janeiro (Estocolmo+20), que foi a Rio-92, para discutir desenvolvimento sustentável, a ciência apresentou a realidade irrefutável de que nós tínhamos grandes problemas pela frente. A reação das autoridades, dos Chefes de Estado, dos setores econômico e social foi: *“Bom, então temos grandes problemas pela frente. Vamos resolvê-los”*. Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, sobre as causas do aquecimento global; convenção sobre a biodiversidade, sobre a extinção da vida; convenção para o combate à desertificação; e a Agenda 21 foram decisões da Rio-92.

Vinte anos depois, a realidade é muito diferente. Em primeiro lugar, sabemos que a história absolutamente não havia terminado. Estamos frente à maior crise econômica desde 1929. Nenhum dos desequilíbrios macroeconômicos globais, fundamentais, que levaram à crise, foi ainda sequer enfrentado. Portanto, continuaremos a conviver com a crise ainda por um bom tempo. A ciência continuou trabalhando, nesses 20 anos, com mais dinheiro para pesquisar, em função das preocupações de todos nós, e nenhuma das decisões — nenhuma — da Rio-92 foi implementada numa escala que mereça alguma atenção. Em 2012, o otimismo ingênuo já se foi, a humanidade se reúne, e não se sabe se haverá a coragem ou não — este será o aspecto mais decisivo da Rio+20: não será a profundidade intelectual, será algo que caberá aos políticos do mundo —, de a Rio+20 encarar a realidade, que hoje não é mais ciência complexa, mas uma álgebra quase simples de que temos gigantescos problemas e uma janela na história, uma janela de oportunidades, de 10 a 20 anos, para resolver; ou então ela não vai ter a coragem de fazer face a esta realidade.

Economia verde é economizar um recurso aqui, economizar um recurso acolá e jogar uma purpurina verde para se continuar fazendo as coisas do mesmo jeito? Ou economia verde é a busca de um modo de produzir, consumir e de desenvolvimento humano que não esbarre nos limites do planeta? Porque esse “esbarrar nos limites do planeta” trará muito custo, muito sofrimento desnecessário, no futuro. Não se trata do fim da humanidade, de apocalipse; trata-se da mesma história de sempre: os pobres do planeta, desta vez contadas as centenas de milhões de pessoas, que são as que estão em posição mais vulnerável e que têm menos recursos para se defender, irão sofrer muito. (*Palmas.*)

No tempo que me cabe, eu gostaria apenas de chamar a atenção, de novo, para a fragilidade das divisões: meio ambiente, economia etc. E eu gostaria de chocar a todos, imagino — não sei se a todos. E quero começar por dizer que não há problema nenhum em relação a meio ambiente. Isso é uma grande bobagem. Essa oposição entre preservação e conservação ambiental, de um lado, e de crescimento econômico, luta contra a pobreza, desenvolvimento do espírito humano, de outro, é um anacronismo do século XX e, na verdade, algo quase idiota. Corre da onipotência narcísica da humanidade, que ouviu que somos feitos à imagem e semelhança de Deus, e entendeu errado que somos deuses. Nós não temos poder nenhum para fazer mal à natureza do planeta. Quem quer que esteja nessa luta achando que “Precisamos salvar a natureza do planeta. Temos que ter responsabilidade. Estamos estragando a natureza, vamos salvá-la”, isso tudo é bobagem! O nosso tempo é um — e curto. Vivemos por volta de 80 anos; Jesus esteve aqui há 2 mil anos; a civilização tem 7 mil anos; a agricultura, 11 mil anos; e o primeiro bebê idêntico a nós, *homo sapiens*, que, bem



educado, estaria aqui, concordando, discordando ou pensando em outra coisa, tem apenas 200 mil anos. A vida no planeta — e aqui apelo para o senso de proporção de vocês — tem 3 bilhões e 600 milhões de anos. E só a vida pluricelular, essa biodiversidade que amamos, tem somente 650 milhões de anos. Vocês conseguem pensar nisso? Se projetarmos num relógio de 24 horas, isso significa que nós chegamos aqui nos últimos segundos. Nas 23 horas, 59 minutos e muitos segundos. E o planeta já passou por problemas mega, giga, incomensuravelmente maiores do que tudo o que a humanidade possa sonhar em fazer para daqui a 500 anos. É desse jeito que damos nomes às eras geológicas: paleozoico, era da vida antiga. Aí, veio o Apocalipse, e ela acabou. Se a humanidade existisse naquela época exatamente como existe hoje, a chance de sobrar um de nós seria zero. Nós somos o topo da cadeia alimentar. mas 5 a 10 milhões de anos depois está tudo aí de novo. Veio o mesozoico, a era da vida média, que acabou, de novo, numa extinção, ao final do período cretáceo. Então, o planeta já passou por 5 apocalipses, muito superiores à tese de fazer explodir todas as bombas nucleares e botar para fora toda poluição que a gente possa fazer; ou seja, funcionar a carga máxima. E o foram incomensuravelmente superiores.

Pelo tempo da natureza, 5 milhões, 10 milhões de anos depois, ela se recupera. Quando eu falo com os meus alunos de Economia, uso uma imagem mais coloquial: se eu fosse um vendedor de apólices de seguro intergaláctico, em busca de fazer grana, eu viria aqui à Terra, descobriria a Terra em crise ambiental, e tentaria vender apólice de seguro para a natureza! (*Risos*) A natureza viraria para mim e diria: *“Oh, meu filho! Eu não pago um centavo por isso. Eu não estou com um problema; eu estou com uma coceira. Se me encherem muito o saco, eu me livro dessa coceira”*.

Agora, você tem bons clientes, que somos nós. Então, aquela ideia de preservação e conservação ambiental, de um lado; e de crescimento econômico e combate à pobreza, no outro extremo, isso não faz sentido. Repito, quem mais sofrerá com a crise ambiental são os pobres. É aquela ideia *“Não me cause essa restrição agora, para proteger não sei o quê. Porque eu tenho que combater a pobreza.”*

Relativamente à Amazônia, havia antes uma hipocrisia: precisamos ocupar, crescer, botar gado, botar boi, população, por razões de crescimento econômico e soberania nacional, etc. Trata-se de uma argumentação hipócrita. Ela caiu. Ninguém mais diz isso hoje. Aí, surge uma nova hipocrisia: se vivem na Amazônia 20 milhões de pessoas, nós precisamos então botar mais bois, crescer, para que elas saiam da pobreza. Ora, aquele é o pior IDH do Brasil. O IDH do arco do desmatamento é muito pior do que o IDH da Favela da Maré e do Complexo do Alemão. (*Palmas.*) É isso que querem oferecer para essas 20 milhões de pessoas?! É mais disso?! É mais ocupação extensiva, mais grilagem, mais coisas desse tipo, em nome do combate à pobreza?! (*Muito bem!*)

Essa hipocrisia não se sustenta na realidade dos fatos. O mesmo vale para o planeta. A ideia de continuar com o atual modo de produzir e consumir em nome do combate à pobreza é uma falsidade! Quem irá se mover por conta da elevação do nível do mar serão 20% da população de Bangladesh e muitos outros ao largo de todo o planeta, e quem já sofre com os eventos climáticos extremos são os que estão em posição vulnerável. Quem irá sofrer problemas de segurança alimentar por conta da desertificação ou da perda de qualidade dos solos são as populações pobres.



Há uma única realidade: a econômica, a social e a da nossa relação com os limites do planeta.

Eu vou me socorrer aqui de palavras do ex-Ministro da Economia Delfim Netto, que ninguém consideraria um ambientalista poético. Ele disse: *“Eu sempre soube que um dia esbarraríamos nos limites do planeta”*. Eu não sei se isso é cascata ou não, mas é bem possível, porque ele estudou na USP numa época em que o Hogan esteve por lá, etc. e tal. Mas o que me interessa é a segunda frase que ele pronunciou: *“Eu nunca imaginei que veria isso”*.

Porque nós não estamos falando de esbarrar nos limites do planeta amanhã; estamos falando que já perdemos o bonde da história.

O grande tema que o Deputado Alfredo Sirkis, com toda a razão, prioriza, é o das mudanças climáticas, aquelas que são o problema mais grave, mais urgente, mais profundo. O tempo já passou. Se o limite do perigo, como disseram Chefes de Estado em *Copenhagen*, como Obama, Wen Jiabao, Lula, Sarkozy, Gordon Brown, devidamente informados pela ciência e pela CIA, pela KGB, pelo Gabinete de relações internacionais, é de 2 graus centígrados — isso já é muito grave! Mais do que isso, a gente começa a correr riscos que ninguém na vida cotidiana ou nos negócios consideraria racional assumir. Vejam que eu, que tenho acompanhado a ciência, não tenho nenhuma dificuldade para ser enfático e dizer que isso já era! Nós não temos nenhuma chance de aquecer por apenas mais 2 graus centígrados. Pode haver uma mega, uma gigarrevolução, que fará com que tudo mude, os preços de toda a economia global e, portanto, a competitividade das nações. O Brasil acha que vai muito bem, mas, de repente, descobre que não é competitivo, mesmo no *agribusiness*. *E pode ser o caso de uma empresa, a maior do mundo, que acha que está muito bem, mas que, de repente, pode falir — como já aconteceu e irá acontecer muitas e muitas vezes. E nós aqui, achando que estamos preparando o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, mas que de repente descobrimos que não é esse o futuro que imaginávamos, que não temos mais chance com esses 2 graus centígrados. Se fizermos uma gigantesca revolução, como eu dizia, talvez consigamos ficar em 3 graus centígrados. Parece pouco, mais isso já é 50% acima do limite do perigo. É como estar numa estrada e ver uma placa escrita: “Não faça essa curva a mais de 100 quilômetros, que você pode sofrer um grave acidente”. Pois nós iremos fazer essa curva. E, se fizermos uma gigantesca revolução, nós iremos fazer essa curva a 150 quilômetros por hora, 50% acima do limite do perigo.*

Estamos extinguindo a vida a uma velocidade de um dos 5 grandes apocalipses da história natural do planeta. E isso não irá acontecer em 2050; isso está acontecendo agora!

Voltando aos jovens Karl Marx e Friedrich Engels, a frase é: *“Um fantasma assombra o planeta”*. É o fantasma do atual desenvolvimento insustentável, que tem que ser transformado em desenvolvimento sustentável. E não o será na Rio+20; será no âmbito de um processo político no qual a humanidade estará frente ao desafio mais complexo e inédito da sua história — eu termino —, porque consciente e porque nós estamos desafiados a fazer coisas que a humanidade jamais fez.

Em primeiro lugar, a decisão tem que ser da humanidade. E a humanidade é um conceito abstrato, porque, no concreto, nós somos indianos ou paquistaneses, israelenses ou palestinos, rubro-negros ou vascaínos. Pela primeira vez, quanto à molécula de gás efeito estufa, tanto faz se



ela vem da fábrica mais moderna do Japão, de um carro em Manhattan, de um brasileiro desmatando a Amazônia ou de um indiano cozinhando em bosta de vaca nas ruas de *Nova Delhi*, que ela vai para a atmosfera e aquece o planeta. Teremos que tomar uma decisão global. Nunca o fizemos, e quando fazemos nos dias de hoje, como na *Conferência* das Nações Unidas sobre *Biodiversidade*, em *Nagoya*, *a lacuna de governança global é de tal ordem que eu me permito a seguinte frase: não faz a menor diferença. Ter acordo, como em Nagoya, sobre biodiversidade, ou não ter acordo nenhum não faz a menor diferença. O que era de bom acontecer iria acontecer, e os desastres pela frente acontecem da mesma maneira. A humanidade tem que se insurgir enquanto humanidade.*

Número dois: temos que tomar uma decisão no tempo. Nunca o fizemos antes. Hitler queria mil anos de Reich; Sérgio Motta e José Dirceu, 20 anos de poder. Mas nunca ninguém sabe para quê. Agora é diferente. Agora nós temos que trazer a custo presente. Os políticos que se elegem por 2 anos, 4 anos ou 8 anos têm que ser pressionados pela cidadania e pelo eleitorado a fazer algo que jamais fariam em circunstâncias em que não houvesse essa pressão. Têm que trazer para o seu mandato, hoje, custos a fim de evitar sofrimentos, e prejuízos, e desinteligência daqui a 30 anos, 40 anos, quando não só não estarão nos seus postos como nem vivos estarão.

Será que a humanidade vai ser capaz de fazer isso, num modo de produzir e consumir cuja finalidade é apenas o crescimento econômico? Lembro-me de uma frase já consagrada: *“A filosofia do crescimento a todo custo é a filosofia da célula cancerosa”*. Mas também é a filosofia de cada um de nós. Não há valores, o que há hoje é crescimento, maximização da acumulação de capital, crescimento, crescimento, crescimento econômico. Seremos capazes de mudar isso, optando por um modo em que continue a haver crescimento, mas em função do desenvolvimento?

A linguagem às vezes trai para o bem e para o mal. Para o mal, por exemplo, em qualquer língua, ela nos separa da realidade da natureza. Meio ambiente, ambiente, *environment*, eu e o ao redor. Uma gigantesca besteira. Há 7 bilhões de caras no mundo? Bom, dentro de cada um de vocês há 100 trilhões de bichinhos. Num pedacinho de tártaro de vocês há muito mais espécies vivas do que no Jardim Zoológico de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, somados. Eu não disse “bichinhos”, eu disse “espécies”. Desde Darwin sabemos que a vida é uma coisa só, uma única história e uma única teia. Estamos destruindo a natureza do nosso tempo. Não estamos destruindo a natureza, nunca teremos capacidade para isso. Estamos destruindo a natureza da qual dependemos. Dependemos do clima, da biodiversidade, dos solos, dos recursos hídricos. Nós é que sofreremos. Nós não estamos separados dela. Somos parte dela e dependemos dela.

Mas a linguagem, às vezes, trai igualmente para o bem, na palavra desenvolvimento, ou *desarrollo*, *development*, *développement*. Isso não quer dizer crescimento a todo custo, quer dizer prefixo “des”: desfazer. Desfazer o que está envolvido, desfazer o que está arrollado, desfazer o que está envelopado — *development*.

Desenvolvimento também é crescimento econômico. Mas é muito mais do que isso. É libertar o potencial. É o que as mães querem para os filhos. Não querem que eles apenas ganhem dinheiro, embora isso faça parte. Woody Allen disse que dinheiro não traz felicidade, mas provoca uma sensação tão parecida que às vezes não dá para distinguir. (Risos.) O que as mães querem para os



filhos é mais do que isso. Seja qual for o filho, vitimado por alguma doença ou superdotado, a mãe olha e diz: *“Eu quero que ele realize o que ele pode ser”*.

É desse desenvolvimento que a humanidade precisa. Esse é o desenvolvimento sustentável. Mas ninguém sabe o que ele é. É do nosso tempo histórico encontrar a resposta para essa linda pergunta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Sérgio Besserman.

Sérgio Besserman é economista, ecologista, Presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio de Janeiro, comentarista de sustentabilidade e economia urbana de diversos veículos de comunicação, membro do conselho de organizações não governamentais que tratam do tema. Ocupou ainda, entre outros cargos, a Diretoria de Planejamento do BNDES, a Presidência do IBGE e a do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos — IPP.

Comunico que, logo após a manifestação da última expositora, Sandra Rios, vamos abrir a palavra aos Parlamentares aqui presentes e, em seguida, aos que quiserem pronunciar-se.

Registro agora a presença de mais alguns Parlamentares, os Deputados Assis do Couto, Leonardo Gadelha, Felipe Bornier, Augusto Carvalho, Marco Tebaldi e Janete Rocha Pietá, e do representante da Embaixada da Eslovênia.

Com a palavra Sandra Rios.

A SRA. SANDRA RIOS - Muito obrigada, Deputado Sarney Filho.

De fato, para mim, é uma grande oportunidade participar deste debate. Eu devo confessar que sou economista, não sou ecologista. Na verdade, o tema da economia verde, da sustentabilidade é bastante recente na minha agenda de trabalho. Eu venho da área de comércio e inserção internacional do Brasil. Comecei a tomar contato com as questões da economia verde, do desenvolvimento sustentável pela via do comércio internacional.

Pela discussão da agenda de políticas comerciais internacionais, pela percepção de que as questões do desenvolvimento sustentável, das políticas públicas estavam já influenciando os fluxos de comércio, as decisões de investimento e as percepções sobre política industrial, nós passamos a perceber, no Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento — CINDES, ao qual pertença, que era fundamental entender um pouco melhor o tema referente a desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, mudanças climáticas, suas implicações sobre políticas públicas, políticas industriais e políticas comerciais.

Depois que se entra nesse mundo, nessa discussão, é muito difícil deixar de pensar nisso em relação a qualquer tema de política econômica que se esteja estudando ou debatendo.

Recentemente fui a um seminário sobre o futuro do comércio do Rio de Janeiro, meu Estado, em que debati sobre as tendências da economia fluminense, do comércio exterior do Rio de Janeiro, e me dei conta de que eu estava falando sobre economia verde, desenvolvimento sustentável, tendo em vista que percebemos que a economia do Estado está se concentrando em setores que são intensivos em emissão de gases de efeito estufa. São questões que têm de ser levadas em consideração. Particularmente, quando pensamos nas questões de comércio e nas barreiras que



tenderão a ser criadas ao comércio de produtos intensivos em emissão de carbono, é fundamental ter em conta essa dimensão.

A minha percepção sobre a economia verde é muito semelhante ao comentário que a Ministra Izabella Teixeira apresentou pela manhã, quando fez sua intervenção. A questão da mudança climática é determinante para o debate sobre a transição para a economia verde, queiramos ou não. Eu não digo que ela deva ser mais relevante ou menos relevante, mas que ela é determinante. Se é determinante, é inescapável. Portanto, é preciso que se comece a pensar e a debater esse tema de forma um pouco mais decisiva e mais detalhada, em relação ao que temos feito até agora.

Eu não vou entrar na discussão do conceito de economia verde, porque, como já foi dito aqui hoje, esse debate conceitual é muito complexo. Porém, aproveitando que estamos no Parlamento brasileiro, que vai ter de lidar com as questões posteriores à Rio+20 e às negociações climáticas, para adaptar a legislação brasileira às necessidades dessa nova agenda, eu queria chamar um pouco a atenção para a percepção que venho tendo ao estudar essas questões. Há uma desconexão no Brasil entre as agendas de mitigação de emissão de gases de efeito estufa e a agenda de transição para a economia verde ou para uma economia de baixo carbono. Acho que essa é uma peculiaridade do Brasil, é um caso diferente do de países desenvolvidos ou de outros países em desenvolvimento, onde essas duas agendas estão muito mais conectadas.

Por que essa é uma peculiaridade do Brasil? Porque, de um lado, no Brasil, a intensidade da emissão de gases de efeito estufa está centrada na questão do desmatamento e, de outro lado, porque nossa matriz energética é relativamente limpa, sobretudo se comparada à dos outros principais atores da economia internacional.

Essa característica brasileira tem levado a uma menor atenção sobre as políticas econômicas, particularmente as políticas industriais relacionadas à transição para a economia verde. Nós temos centrado as nossas atenções na questão do desmatamento. Com isso, temos conseguido avanços importantes em relação à agenda de mitigação de emissão de gases de efeito estufa. Mas, a meu ver, não estamos preparando, por meio de políticas públicas, a estrutura produtiva brasileira que seria desejável para uma economia de baixo carbono, se pensarmos em 20 anos para frente.

Esse é o tema a que nos temos dedicado a estudar no CINDES. Temos buscado fazer uma revisão da literatura internacional sobre políticas industriais para a transição para a economia verde e considerar exemplos de outros países que vêm tendo sucesso na adoção de medidas de estímulo à produção de baixo carbono.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que essa discussão de política industrial no Brasil ficou muito ideologizada. Por um bom tempo, ouvimos dizer que política industrial era um palavrão, que não se podia discutir política industrial. De outro lado, temos a noção de política industrial como instrumento desenvolvimentista. Eu acho que essa agenda de desenvolvimento sustentável traz um novo sentido para a política industrial: utilizar os instrumentos de política pública para orientação da economia em direção a um processo e a uma estrutura produtiva de caráter mais limpo e mais sustentável.



Basicamente, temos três conjuntos de instrumentos de políticas que podem ser utilizados. O primeiro diz respeito à remoção das barreiras ao crescimento verde. Isso tem a ver com o debate sobre subsídios à produção intensiva em emissão de carbono. Isso se refere particularmente, acho, aos subsídios ao consumo de combustíveis fósseis.

Há a questão da remoção das barreiras ao comércio de bens ambientais. Para o Brasil, as barreiras à exportação do etanol simbolizam bem esse aspecto. Há todo o debate sobre regulação, discute-se se o mercado vai ser suficiente para lidar com essa questão. Parece evidente que a regulação é fundamental para lidar com as inúmeras falhas de mercado relacionadas a mitigação de emissão de gases de efeito estufa.

E há a questão da implementação de medidas que promovam a difusão de novas tecnologias, de financiamento para adaptação à reconversão.

De modo geral, há duas importantes dimensões da política industrial verde — se quisermos chamá-la assim — que se contrapõem. É importante que discutamos isso, pelo menos como marco teórico. Existe a dimensão da reconversão para a economia verde. Trata-se de reverter o processo produtivo em um processo produtivo mais limpo. Esse é um processo inescapável, que os países terão que perseguir, seja como resultado de negociações e compromissos internacionais, seja como decisão doméstica no sentido de se atuar na direção do desenvolvimento sustentável.

Essa agenda de reconversão requer forte intervenção do Estado para dotar as economias dos países de condições, de instrumentos políticos e econômicos para que caminhem no rumo do processo de reconversão. O problema é que, de modo geral, essa é uma agenda defensiva.

Toda vez em que se fala em reconversão industrial, pensa-se que a essa reconversão estarão associados custos e que esses custos geram impactos negativos sobre a competitividade. Quando ocorrem impactos negativos sobre a competitividade, há imediatamente a preocupação com as barreiras que podem ser criadas ao comércio, como reação a isso.

Essa é uma discussão absolutamente legítima. Mas hoje eu queria chamar a atenção para a segunda dimensão das políticas industriais verdes, que tem a ver com as oportunidades. Um país pode enfrentar esse processo de reconversão, buscando forçar sua indústria a se voltar um pouco mais para o desenvolvimento verde, importando tecnologias, importando produtos. Não necessariamente esses novos produtos e essas novas tecnologias têm que ser produzidas domesticamente. Mas, se encaramos esse processo como uma nova oportunidade de crescimento, perceberemos que a agenda de inovação verde é uma agenda fortemente portadora de oportunidades.

A minha percepção é de que a economia brasileira tem as vantagens comparativas necessárias para o desenvolvimento nessa direção. Eu acho que a indústria brasileira já se deu conta disso. Pelo que venho acompanhando em diversos setores, há um forte sentimento de que existem oportunidades, mas nós não temos instrumentos de política econômica e industrial suficientemente mobilizados para estimular que esse processo se dê dessa maneira.

Para concluir, eu queria dizer que temos estudado os casos de política industrial em países que vêm apoiando esse processo. É o caso da Coreia, é o caso da China. Eu não defenderia, contudo, os mesmos instrumentos que a China vem adotando no caso do Brasil, porque há uma série



de questões institucionais. Temos que tomar cuidado quando pensamos em políticas industriais. De qualquer maneira, é importante olhar o que a China está fazendo.

Nós temos alguns estudos já divulgados sobre isso, sobre políticas na Coreia, na China, na Dinamarca, em Israel. Enfim, há uma série de experiências que podemos olhar. Mas, quando observamos a experiência brasileira recente, o que percebemos é uma enorme contradição. De um lado, há esforços importantes de mitigação de emissões relacionadas à redução do desmatamento, há, nas políticas industriais, instrumentos pontuais oferecidos pelo BNDES, pela FINEP, mas há também, de outro lado, nas políticas recentes do Brasil, enormes contradições.

O Brasil tem reagido em termos de política industrial com instrumentos voltados para aumento da produção, estímulo à produção de bens industriais, e sem incluir condicionalidades para o desenvolvimento verde nem oferecer instrumentos de estímulo a essa produção.

É fundamental a combinação de regulação, precificação e oferta de condições de financiamento e de estrutura tributária que possa estimular esse processo de desenvolvimento e de inovação.

O recado mais importante que eu gostaria de deixar é que não vejo contradição entre transição para a economia verde, transição para a economia de baixo carbono e crescimento, particularmente se estivermos pensando em crescimento sustentável. Existem inúmeras oportunidades para serem exploradas. O Brasil tem condições de enfrentar essa agenda. Precisa é de um ambiente político-institucional e de instrumentos de política industrial e econômica que sejam compatíveis e estimulem esse processo.

Se entrarmos um pouco mais nesse debate e procurarmos discutir os instrumentos de política possíveis de serem adotados, estaremos mais bem preparados para enfrentar as negociações internacionais, com posições mais coerentes com a nossa visão de futuro.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Sandra Rios é economista, Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento e professora de Política Comercial do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Passo a palavra ao Deputado Sirkis, que é o Presidente da Subcomissão Especial Rio+20 da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Inicialmente queria agradecer muito ao Sergio Besserman por ter evitado que esta reunião fosse, como tantas outras, extremamente abstrata, uma nuvem de palavório em torno da Rio+20. Colocou o dedo na ferida, na essência das coisas.

Eu vou procurar, sem o mesmo brilho dele, atuar exatamente na mesma linha.

A Rio+20 tem duas grandes características. Por um lado, é uma conferência oficial das Nações Unidas, com 193 países que precisam decidir por consenso aquilo que conseguirem aprovar. Por outro lado, é um processo político multifacetado que envolve segmentos da sociedade internacional e da sociedade do país que está sediando essa reunião, onde é possível se avançar politicamente. Refiro-me a ideias, mobilização em torno de ideias, mobilização em torno de propostas



dentro da nossa sociedade e do mundo como um todo, da sociedade civil globalizada. Diante disso, temos de escolher qual é o nosso caminho, o nosso nicho.

Existe, com legitimidade, uma quantidade enorme, uma plethora de discussões sendo colocadas na Rio+20 que não são os dois temas da conferência oficial, que vêm a ser economia verde e governança. Mas vou inicialmente falar desses dois temas. Quer dizer, nem vou falar sobre governança, porque nada acontecerá na conferência internacional das Nações Unidas sobre governança. Nada vai acontecer. Vão mudar o nome de um programa, que é o PNUMA, para uma agência e vão transformar uma comissão em conselho. Seria toda uma outra discussão saber por que nada vai mudar em termos de governança. Mas a realidade é essa.

Onde pode eventualmente haver algum avanço, desde que, de fato, as coisas mudem profundamente, é na questão da economia. Quero dizer que não achei muito feliz a escolha do nome “economia verde”, não porque eu não seja favorável à economia verde, e sim porque é um conceito confuso, traz um ruído de comunicação e uma série de polêmicas que não têm nada a ver com aquilo que se quer discutir. As pessoas que não têm discurso, que estão presas ao passado, a polarizações do passado, de repente, descobrem um mote para começar a discutir se é neoliberalismo ou não, quando, desculpem-me, o neoliberalismo está enterrado, está morto que nem um vampiro, que nem o Drácula, com uma barra de madeira cravada no peito. Não é essa a discussão.

A melhor forma de discutir o assunto é sair do campo conceitual e ir para o campo prático. A Conferência das Nações Unidas, em vez de fazer um documento balofo, de obesidade mórbida, de mais de 100 páginas, deveria considerar quatro, cinco, seis pontinhos singelos, para ver se avança alguma coisa.

Nós tivemos a oportunidade, em nossa Subcomissão, de estabelecer essa discussão e propor quatro pontos, simples, singelos. Possivelmente, haverá outros, mas vamos começar.

Em primeiro lugar, temos que discutir e questionar profundamente o PIB como o grande alfa e ômega dos indicadores em termos de desenvolvimento. Não é. O PIB não é isso. É muito boa uma metáfora, um exemplo que foi dado pelo nosso colega Deputado Eduardo Azeredo, que falou da Ilha de Espanhola, onde ficam dois países, a República Dominicana e o Haiti. Ao longo da história, por uma série de razões que não vem ao caso considerar, a República Dominicana preservou as suas florestas, e o Haiti destruiu completamente as suas florestas. Quem sobrevoa a Ilha de Espanhola vê, de um lado, a parte florestada e, do outro, a parte completamente desmatada. Isso coincide com a fronteira dos dois países. Hoje em dia, o Haiti é o país mais pobre da região, com uma série de situações que conhecemos. Quando se deu esse processo, durante a fase em que se promovia esse amplo desmatamento, como se comportavam os PIBs do Haiti e da República Dominicana? É claro que o PIB do Haiti estava lá em cima, e o da República Dominicana estava cá embaixo. Só esse exemplo nos mostra que o PIB, simplesmente, não quer dizer nada.

Uma comissão de notáveis, tendo à frente Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, foi encarregada pelo Presidente Sarkozy de elaborar um estudo sobre um novo indicador. Eles produziram um catatau. É até muito interessante. Foi redigido numa linguagem acessível a cada um



de nós. Não está em economês, está numa linguagem que conseguimos entender rapidamente. E existe ali uma profusão de questões que deveriam fazer parte do indicador.

Penso que deveria haver uma simplificação, sendo incorporados alguns vetores fundamentais em termos ambientais e sociais. A ONU tem condições de fazer isso a tempo da conferência no Rio? Não, é claro que não. Mas ela pode aprovar como princípio o fato de que o PIB já era e que precisamos de um novo indicador. Se a Conferência for capaz de fazer isso, já será um avanço fantástico.

Segundo ponto: recomendação para que os países mexam nos respectivos sistemas tributários. Não seria aumento da carga tributária, pelo menos não em todos os países — alguns, de fato, precisam aumentá-la. Seria considerada, ao menos, a substituição de tributos que são regressivos do ponto de vista ambiental e social por tributos que levem em conta questões como intensidade de carbono, biodiversidade.

Falo de tributos, e falo também de subsídios. Toda política de taxação, de subsídio, de não taxação precisa ser revista à luz da preocupação com as mudanças climáticas e com a extinção da biodiversidade no planeta. Isso tem que ser uma parte integrante dos critérios que compõem os sistemas de tributação dos 193 países que estão ali.

Também tem que se discutir a questão de taxas internacionais. Há toda a discussão sobre a Tobin *tax*. Neste momento os recursos nas mãos dos Estados nacionais e dos Governos são relativamente limitados. Há trilhões — trilhões — de dólares nas mãos do capital especulativo. Tem que haver uma estratégia inteligente para direcionar esses trilhões que estão ali, andando feito espectro que ronda a Terra, a que o Sergio se referiu, para uma economia produtiva, de um lado, geradora de emprego e renda, e de baixo carbono, de outro. Um dos instrumentos nesse caso pode ser uma taxa, como a Tobin *tax*, que tem sido muito discutida por aí afora, dentro de uma perspectiva que estimule a economia de baixo carbono e a preservação da biodiversidade.

O terceiro ponto seria um investimento público no campo desses 193 países e das agências multilaterais. Seria um New Deal planetário, com grande investimento público gerador de empregos nas áreas de reflorestamento, recuperação ambiental, energias limpas e renováveis, saneamento, habitação, com toda a perspectiva verde incorporada, evidentemente. Uma coisa é construir casas e edifícios totalmente divorciados do ambiente natural, outra é fazer isso com aquecimento solar de água, energia solar, economia de eletricidade, de água. Cabe, então, um grande investimento público, uma visão neokeynesiana com conteúdo de economia verde.

Finalmente, atribuição de valor econômico aos serviços ambientais prestados por ecossistemas. É totalmente absurdo que os serviços que são prestados pela Floresta Amazônica, em termos de absorção de carbono e renovação de oxigênio, que são prestados pelo Pantanal, que são prestados pelos manguezais, que o novo Código Florestal quer destruir, é totalmente absurdo que esses serviços ambientais sejam precificados, considerados como algo que não vale nada, que está aí para ser tascado, como se diz no Rio de Janeiro. Tem que haver o reconhecimento do valor econômico intrínseco desses serviços ambientais.



Eu falei de quatro, mas há outras importantes questões que poderiam ser consideradas. Se essa conferência fosse capaz de definir que esses quatro pontos são princípios válidos para serem posteriormente esmiuçados, dentro da lentidão que é peculiar ao processo das Nações Unidas, essa conferência não estaria perdida, já seria um avanço.

Tenho ouvido muito se falar de metas. Quero dizer o seguinte: seria positivo que a Rio+20 definisse metas numa série de campos; agora, ao fazer isso, não dá para esquecer que já definimos metas. A Agenda 21, aprovada na Rio 92, é um conjunto de metas e ações. Existem as metas do milênio. Certo, são para os países em desenvolvimento, não alcançam todos os países. Mas é complicado começar a definir metas sem fazer o balanço das metas que anteriormente definimos.

Um dos grandes problemas da Rio+20 é que não está previsto um momento em que ela realize, de fato, um *follow-up*, um *check list* da Rio 92, o que acho seria totalmente pertinente. Se temos uma conferência que fecha um ciclo iniciado há 20 anos pela Rio 92, tínhamos que ter um momento em que se fizesse o *check list* da Convenção do Clima, da Convenção da Biodiversidade, da Convenção da Desertificação e da Agenda 21, para ver o que fizemos, onde avançamos, onde não avançamos. Então, para estabelecer realmente novas metas, o que acho louvável, temos de fazer um balanço do que diabo aconteceu com as metas que anteriormente foram fixadas.

Para concluir, duas palavras sobre a questão do clima. É evidente que não pode haver discussão de economia verde nem de governança internacional que esteja divorciada da discussão sobre o clima, por razões óbvias. Como isso é impossível na conferência oficial, resolvemos fazer algo. A iniciativa não é minha — tive apenas a ideia —, é das Subcomissões Rio+20 do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, das Comissões de Meio Ambiente, de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia do Congresso Nacional, com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Governo do Estado de Pernambuco e de algumas organizações não governamentais. A singela iniciativa é chamada de Desafio Rio-Clima, Rio Climate Challenge, que consiste numa espécie de jogo de guerra que, na verdade, é um jogo profundamente de paz. É uma simulação entre grupos de contato de diversos países do que seria um acordo internacional que atendesse, de fato, aos parâmetros da ciência.

Sabemos que hoje o IPCC diz que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre não pode ultrapassar 450ppm. Para termos 50% de chance de que a temperatura se mantenha em 2 graus, coisa que o Sergio diz ser praticamente impossível, com o que até concordo, é necessário manter a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera nesta proporção, 450ppm. Há, contudo, um abismo em relação ao conjunto de metas obrigatórias assumidas pelos países signatários do Anexo I do Protocolo de Kyoto e às chamadas NAMAs, as metas voluntárias. Se todos cumprirem religiosamente isso tudo, ainda assim haverá uma distância abissal, chamada de *gap*, no linguajar climático internacional.

Então, o objetivo desse exercício é justamente ver o que seria necessário para, de fato, lidar com essa questão do *gap* e mostrar para a sociedade global, dentro da linha apresentada aqui pelo Sergio Besserman, diante da emergência planetária relacionada à questão climática, que é possível e



necessário proceder dessa maneira. Provavelmente teremos mais de um cenário a respeito de como isso pode ser alcançado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Deputado Sirkis.

Vamos passar à lista dos demais Parlamentares. Concederei a palavra ao Deputado Ivan Valente. Eu só pediria brevidade. Nós estamos ao vivo na Internet, e a reunião está sendo gravada pela Câmara. Sinto que já há certa exaustão da plateia. Então, vamos ser o mais breves possível. Não é o caso de isonomia em relação aos palestrantes, que tiveram seu tempo praticamente liberado. Temos agora de respeitar um pouco o cansaço do pessoal.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Respeitando o cansaço do pessoal, cumprimento a Mesa, os companheiros e companheiras. Serei curto mesmo.

Em primeiro lugar, queria dizer que a Rio+20 é um grande palco. Ela não muda a economia, não muda os processos que estão em evolução.

O que a economia verde pretende discutir? Seria o modo de produzir e consumir de maneira diferente? É a economia de baixo carbono? A economia verde, para mim, não sei, soa meio mal. A moeda americana é verdinha. Então, já se fica com impressão ruim desse negócio.

O problema é outro. O que me importa mais aqui é dizer o seguinte. Vindo para cá hoje, li, no jornal *Valor Econômico*, se não me engano, que a grande maioria dos Chefes de Estado, considerando-se os Estados Unidos e a Europa, não confirmou presença ainda. Só os Chefes de Estado da África e da América Latina confirmaram presença nessa conferência.

Sabemos que os protocolos, na maioria das vezes, não são cumpridos, como é o caso do Protocolo de Kyoto. Sabemos que questões centrais da atualidade, como biodiversidade, mudanças climáticas, não estão no centro da pauta da Rio+20, mas podem ali ser colocadas. Esse é ponto. O colocar depende muito da forma como se traduzem na política as questões. Para mim, discutir Rio+20 é discutir economia mundial. Discutir economia mundial é a solução que os europeus estão dando. Eles exigem cortes monumentais e sacrifícios brutais, por exemplo, do povo grego, exigem que junte 13 bilhões de euros, e depois o Banco Central europeu dá 1 trilhão de euros para os banqueiros europeus se safarem.

Nesta própria Mesa, a FAO está falando de fome, fome na África, fome no mundo, e 1 trilhão de euros são dados aos banqueiros para se safarem.

Enquanto existir economia especulativa, não existirão soluções imediatas. Entenderam? É criminosa a forma como hoje são geridos os próprios recursos. A economia é de papel. Existem mais de 40 trilhões de dólares girando pelo mundo, enquanto o PIB real talvez seja menos de um décimo disso, o PIB da indústria, da produção agrícola, etc.

Sr. Presidente, faço questão de falar um pouco sobre o papel do Brasil. Isso está me importando em especial. Vamos sediar a Rio+20. O Brasil é a quinta economia do mundo, é um dos maiores territórios do mundo, é o país que tem grandes vantagens comparativas: água, biodiversidade. Exemplo disso são as nossas florestas. O Brasil tem voz. Essa é a questão. Então, o



Brasil pode fazer desse palco um espaço importante, central, para apresentar propostas relativamente à questão climática, à produção econômica, à geração de energia, a matrizes desse tipo. O Brasil tem condições de desempenhar um papel de vanguarda, algo que não tenho visto. Ao contrário.

Nesse sentido, Deputado Sarney, na peroração, quero perguntar o seguinte: como vamos nos apresentar como vanguarda na Rio+20 aprovando um retrocesso brutal, que é esse Código Florestal ruralista que está aqui? (*Palmas.*)

Além disso, criminosamente — quero usar esse termo —, foi aprovada na CCJ, semana passada, a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, que rigorosamente retira da União a capacidade de demarcar terras indígenas, terras quilombolas e de unidades de conservação.

O que é isso? É com essa aura que o Governo brasileiro vai entrar numa conferência como a Rio+20? Ao contrário, deveríamos ser o exemplo. Não podemos apresentar como vantagem comparativa para o mundo isto: jogar fora os relatórios da SPBC e das universidades e dizer que vamos continuar fazendo com que o BNDES financie uma FRIBOI da vida, que produz carne, com um boi por hectare. Esse é o rendimento.

Então, essa é a questão. É a nossa crise.

Para nós, estes são pontos centrais da Rio+20: discutir a questão climática, discutir a questão da biodiversidade, debater sobre a economia mundial, mobilizar a sociedade. Isso levaria o Brasil a ter um papel de vanguarda.

Antes disso, temos de fazer a nossa lição de casa: não deixar que retrocessos como os relacionados ao Código Florestal e à PEC 215 passem pelo Congresso Nacional. No caso do Código Florestal, como não se trata de emenda constitucional, que ao menos a Presidente da República vete os dispositivos que anistiam os responsáveis por desmatamento, desflorestamento e trabalhe a favor da reprimarização da economia brasileira e não de um outro modelo alternativo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Deputado Ivan.

Convido o Deputado Fernando Ferro a fazer uso da palavra, como último Parlamentar inscrito.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, de maneira rápida vou expressar uma preocupação, já que teremos oportunidade, com esse evento mundial, de refletir não apenas sobre conceitos e incertezas que surgem nesse debate, mas também a respeito do papel que o Parlamento brasileiro tem em relação a isso.

Uma questão em que trabalhamos por quase mais de 1 ano nesta Casa foi a elaboração de uma proposta de marco legal sobre energias renováveis no Brasil. Como ocorre em vários países, tínhamos uma série de projetos de lei, com diversas sugestões e propostas de utilização e de melhora da nossa matriz energética. Já é boa, comparada à média mundial, mas isso não nos autoriza a ficar tranquilos ou sentados diante dessa glória, achando que isso é normal. Temos que aprofundar exatamente a diversificação da matriz e a sua limpeza.



O Projeto de Lei nº 630, que relatamos, oferece uma série de sugestões, como uma contribuição do Parlamento, para dotar o País de legislação nessa área do marco das energias renováveis, que hoje são regulamentadas por meio de decretos ou de iniciativas, que, de certa maneira, propiciaram, no caso das fontes eólicas, ampliação da sua presença. Isso, de certa forma, foi bafejado pela crise na Europa, que terminou deslocando produtores e oportunidades para o Brasil e para a América Latina. Mas, enfim, deveríamos definir regras mais perenes nesse campo.

Nesse sentido, esta Frente Parlamentar pode oferecer sugestões, pode inclusive atuar para que se aprove neste ano, como um dos compromissos relativos à contribuição do Brasil na Rio+20, legislação que possa compatibilizar, entre os países, um marco legal mundial sobre energias renováveis. Compreendo que não seja possível uma uniformização total, mas, dentro das características de cada país, há possibilidade de elaborar uma legislação nessa linha.

Minha sugestão, portanto, é no sentido de que possamos, inclusive como resultado desta reunião, levar ao Presidente da Câmara, Marco Maia, o esforço de se colocar essa matéria para que pelo menos no Brasil se apresente na Rio+20 com um dado, e, em particular, o Legislativo brasileiro, com uma contribuição no sentido de dotar o País de um marco legal de fontes renováveis alternativas, que nós não possuímos. Evidentemente, vivemos alguns movimentos, como o PROINFA e algumas ações, mas não articuladas dentro de uma visão mais global e mais incluyente de um conceito de matriz energética limpa, mas assim poderemos contribuir com o debate, como a expressão da vontade do Parlamento brasileiro de colaborar não apenas no discurso, mas com ações práticas que viabilizem posturas no sentido da construção de uma economia mais sustentável.

Era isso, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Vamos ouvir agora uma observação do Presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Senhoras e senhores, companheiros de mesa, boa tarde.

Muito rapidamente, sobre a Rio+20, embora eu concorde que o cenário de preparação, o contexto geral, muitas vezes não está carregado de otimismo, eu queria dizer que nós, da Agência Nacional de Águas vemos com muita expectativa a realização dessa Conferência, particularmente em relação ao tema da água. Nós estamos fazendo um grande esforço para que o tema da água venha a ter uma relevância na Rio+20 e, particularmente, em relação a três temas sobre os quais eu queria falar muito rapidamente para todos os senhores.

O primeiro deles é o da governança; se a governança, do ponto de vista de uma questão geral, como o Deputado Alfredo Sirkis mencionou, pode não ser importante para a questão ambiental, para a água é. Nós estamos defendendo que haja uma identidade da água no âmbito das Nações Unidas, e estamos apostando que essa decisão possa vir da Rio+20. Estamos fazendo uma articulação inclusive em nível com global. É evidente que isso não quer dizer que teremos sucesso, mas estamos apostando muito nisso.



A segunda questão é a relação entre mudanças climáticas e água. Nós queremos recolocar, até para fazer frente e rediscutir com a sociedade a questão das mudanças climáticas, a necessidade de se retomar a discussão sobre reservatórios de água no Brasil e no mundo. São, naturalmente, as condições que se tem para fazer frente às grandes inundações, se tem para fazer frente ao período de seca, oferecendo a necessária segurança hídrica e elementar.

O terceiro ponto queremos desenvolver também na Rio+20 é com relação ao pagamento dos serviços ambientais, fundamentalmente em relação à proteção dos recursos hídricos na sua qualidade e quantidade.

Então, também temos identidade com várias questões que foram apresentadas aqui, e é esse o nosso esforço de mobilização em torno da Rio+20.

Por último, eu queria trazer à luz também, penso que o Deputado Ivan Valente fez com muita propriedade, o fato de que não dá para discutir a Rio+20 sem discutir a realidade brasileira, que é influenciada e influencia a Rio+20. Nesse sentido, nós gostaríamos de dialogar — uma pena que o Deputado Paulo Piau não esteja mais presente — em relação à proposta que tem sido divulgada pela imprensa, não tenho acesso ao relatório ainda, da redução das matas ciliares, da redução da faixa de 30 metros (*palmas*), e da proposta de encaminhar os Estados para que eles deliberem sobre essa questão.

Nós entendemos que não há base científica alguma para sustentar uma proposta dessa natureza, e isso trará prejuízo sensíveis. Não há base política do pacto federativo brasileiro para uma situação desse jeito. É só imaginar um rio que faça fronteira entre dois Estados: de um lado o Estado devastou tudo, foi até o limite do rio; o outro lado tentando proteger. Quer dizer, não há nenhuma consistência em termos do pacto federativo numa proposta dessa natureza, e eu, no pouco tempo que tenho aqui, queria registrar isso.

Nós queremos dialogar pela manutenção de no mínimo a faixa de 30 metros, o que a ANA tem defendido desde o início dessas discussões, e que, se remetida aos Estados essa competência, ela tem que ser no sentido complementar, ou seja, de alargar a proteção oferecida e não no de defender qualquer definição de matas ciliares, o que teria consequências desastrosas para os recursos hídricos do nosso País.

Era isso, muito rapidamente. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Como era inevitável essa discussão sobre a Rio+20, não poderíamos deixar de tratar aqui do Código Florestal, que foi muito bem abordado pelo Deputado Ivan Valente e agora pelo nosso Presidente Vicente Andreu.

Temos aqui inúmeras perguntas. Pergunta da Giovanna de Oliveira ao Sérgio Besserman; pergunta do Bernardo Pinheiro de Azevedo, da UnB, dirigida à Mesa, Deputados e Ministros; pergunta de Brent Milikan, a quem quiser responder; pergunta de Roberto Vamos, do Fórum Mundial de Sustentabilidade, ao Alfredo Sirkis; Ana Cláudia Barros Mota ao Alfredo Sirkis; pergunta para a Profa. Sandra Rios de Cleber Santos; pergunta de Tiago Domingues Aleixo para todos da Mesa,. Enfim, com isso as perguntas estão encerradas.



Nós temos ainda 10 minutos, então, vamos pedir ao Besserman que, se possível, já faça alguma observação, para a Profa. Sandra Rios também.

De Wallace Pinto também para Sandra Rios.

O SR. SERGIO BESSERMAN - Sendo bastante rápido, a pergunta da Giovanna é sobre mobilidade sustentável, lembra a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Essa é uma questão central. Oitenta por cento da população brasileira é urbana, é preciso dar mobilidade a todos, eu acho que há alguns avanços. Na cidade do Rio de Janeiro, em especial, os ônibus, os BRTs, metrô sobre pneus, vão promover algo de mobilidade sustentável, e há um avanço grande também na construção de ciclovias, principalmente em áreas populares, porque a atual rede de ciclovias é toda zona Sul, para lazer, etc.

Acho que registrar esses avanços é importante, e também os há em outras cidades, mas tão importante quanto registrar o avanço, ou mais, é dizer que nós estamos a quilômetros e quilômetros de distância de planejar as cidades com uma mobilidade inteligente, potencializando o uso de bicicleta, que é onde a Giovanna trabalha. Acho que estamos décadas atrasados, e há um imenso campo pela frente.

Quanto à Camila, da Conservation International, com quem eu tenho a honra de colaborar com muitos trabalhos e de fazer parte atualmente de um conselho, ela pergunta: considerando que uma revolução radical é improvável num curto prazo e se reformas pequenas e cumulativas são um caminho possível. Não, não são mais. Eu também acho uma revolução radical, que não tem nada a ver com as revoluções do século XX, soviéticos, chineses etc., improvável, mas não. Infelizmente, embora todas as contribuições sejam relevantes, a da Camila, a minha, a da Giovanna, como consumidor, como cidadão, não. Nesse caminho não temos mais tempo. É indispensável que a macroeconomia global precifique os valores que a humanidade se dispõe a assumir, especialmente o fim da civilização dos combustíveis fósseis e a construção de uma economia de baixo teor de carbono. Isso tem que estar no preço das mercadorias, para que a economia de mercado se subordine a esses valores que nós estaremos estabelecendo. Isto é o que nós podemos chamar de revolução radical: as empresas terem um norte definido, sistemas tributários, e assim por diante. Se isso será possível ou não, é o desafio dos nossos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Professora Sandra Rios.

Quero registrar também uma pergunta do Sr. Afonso Farias.

A SRA. SANDRA RIOS - Eu tenho duas perguntas aqui dirigidas a mim, a primeira é do Wallace Pinto: para o Prof. da USP, Ricardo Abramovay, o problema da economia verde é que o aumento da eficiência no uso da energia não compensa o aumento do consumo e do uso de recursos. Ele lembra a situação mundial de exaustão física do uso de consumo.

Os estudos que eu tenho lido a respeito do aumento de eficiência dos investimentos no uso de energia indicam o contrário, que eles têm custo negativo. O que falta, na realidade, são políticas públicas que induzam nesse sentido de uso de energia. O resultado não tenho a menor dúvida de que não é aumento de custo, mas redução. O nosso problema atual é que temos uma estrutura de



incentivos que tem a ver com as políticas tributárias e de financiamento e de subsídios que é perversa e atua no sentido contrário ao que deveria atuar.

A pergunta do Cleber Santos do Ministério da Agricultura: se é possível avaliar os avanços e demandas de uma política agrícola aliada à economia verde. Infelizmente, não tenho como responder essa pergunta porque não estudei a política agrícola, estudei a política industrial, mas acho que é da maior relevância e cabe, sim, uma dedicação ao estudo da política agrícola, particularmente num país como o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

As outras questões serão respondidas por e-mail, e vamos fazer a distribuição delas por falta de tempo e também porque muitos dos expositores aos quais essas questões foram dirigidas já não se encontram mais presentes.

Quero agradecer a todos a presença. Foi muito proveitosa esta nossa última reunião do ciclo de debates sobre a Rio+20. Acredito firmemente que, com as ações que a Frente Parlamentar Ambientalista realizou ao longo do ano passado e que agora se encerram, nós cumprimos o nosso objetivo, que era justamente colocar a sociedade civil a par do que era a Rio+20. Muita gente não sabia. A pesquisa deu que só 8% da população tinha ouvido falar sobre a Rio+20.

Então, acho que nós conseguimos colocar pelo menos a sociedade civil organizada nessas reuniões nas assembleias, a classe política, os Deputados Estaduais, e agora vamos entregar ao Ministério de Relações Exteriores e ao Ministério de Meio Ambiente a sistematização de todos esses debates na certeza de que eles serão levados em conta na reunião da Rio+20 e serão incorporados pelo Governo brasileiro como uma contribuição da sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

Está encerrada a presente reunião.

II.III. Notas taquigráficas de audiência pública sobre economia verde:

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - SUB. ESPECIAL RIO + 20,		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0629/12	DATA: 17/05/2012
INÍCIO: 09h27min	TÉRMINO: 12h27min	DURAÇÃO: 03h00min



TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h00min

PÁGINAS: 66

QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores.

ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

SÉRGIO MARGULIS - Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente.

SUMÁRIO: Debate sobre a economia verde.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Senhoras e senhores, gostaria de dar boas-vindas aos presentes. Vamos dar início à nossa reunião ordinária de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Especial Rio+20, que conta com a presença dos seguintes convidados, a quem chamo para compor a Mesa: Embaixador André Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Sérgio Margulis, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; Aloísio Lopes Pereira de Melo, Coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Esta reunião de audiência pública é realizada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 149, de 2012, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de minha autoria e de autoria do nobre Deputado Eduardo Azeredo, e tem como objetivo acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, com enfoque na economia verde, um dos temas que será abordado no evento.

Esclareço aos ilustres convidados e aos Srs. Parlamentares que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem ao microfone. Ela também está sendo televisionada pela *TV Câmara*.

Após as exposições dos convidados, abriremos para debates com os Parlamentares inscritos e outras pessoas na audiência.

Eu gostaria, primeiro, de pedir desculpas aos nossos convidados. Houve aqui uma pequena confusão: eu julgava que a reunião havia sido marcada para as 9h30min — em geral, sou de pontualidade britânica.

Em segundo lugar, o porquê desta audiência pública. Sabemos que os dois temas a serem tratados na conferência oficial Rio+20 são justamente economia verde e governança internacional.

Em relação à governança internacional, particularmente, não tenho grandes expectativas. Acho que o momento não poderia ser mais desfavorável, haja vista o que sucede neste momento na Zona do Euro, na União Europeia, que são as formas mais avançadas de governança supranacional existentes neste momento no planeta, e também o advento das eleições nos Estados Unidos, em que



uma das partes tem o hábito de atacar a Organização das Nações Unidas e até de acusá-la de querer assumir o controle sub-reptício dos Estados Unidos. Então, o momento não é muito favorável.

Por outro lado, a economia verde é de fato a bola da vez do mundo, porque está claro que se trata de uma resposta para a crise econômica e que não se pode continuar fazendo economia como *as usual*. E esse tema de fato ocupa um lugar central no debate planetário sobre economia, sustentabilidade, relação entre ecologia e economia.

Nota-se, sobretudo aqui no Brasil, um debate muito atrasado sobre essa questão. Existem pessoas que têm dificuldade de se situar nas discussões do século XXI e buscam refúgio em polarizações ideológicas do século XX para se situar e de alguma forma se sentir, de alguma maneira, participando da Rio+20.

Então, há aquela questão de que, na verdade, a economia verde é a nova face do neoliberalismo ou de que a economia verde seria um mero expediente de determinados países para avançarem na sua agenda comercial. Em relação a esse último aspecto, pode até ser que a alguém ocorra isso, mas, pelo amor de Deus, a economia verde tem um escopo muito mais vasto do que isso.

Nesta Comissão, com a relatoria do nobre colega Eduardo Azeredo, a minha Presidência e os nossos outros integrantes, nós, no ano passado, fizemos uma discussão de recomendações que gostaríamos de ver incluídas na proposta brasileira para a Rio+20.

Nessa ocasião, em relação à economia verde, nós ressaltamos sobretudo quatro pontos fundamentais. Primeiro, a necessidade de revisão do PIB como o indicador mor do desenvolvimento, totalmente inadequado; a ideia de que é necessário atribuir valor econômico a serviços prestados por ecossistemas; a ideia de que é necessário reformar os sistemas tributários nacionais e, eventualmente, instituir uma taxa internacional, no sentido de substituir tributos regressivos — no caso das tributações nacionais — e subsídios regressivos por uma tributação e um sistema de subsídios mais vinculado à maior ou à menor intensidade de carbono de determinada atividade econômica; e, finalmente, aquilo que nós poderemos apelidar de um *New Deal Verde* planetário, que é a recomendação de um grande investimento público por parte de governos e bancos multilaterais em inovação tecnológica, visando baratear radicalmente o custo das energias limpas, em atividades de reflorestamento em grande escala, em atividades de saneamento e em reformas da infraestrutura de transportes em todo o mundo.

Então, nós pensamos, aqui nesta Subcomissão, simplesmente na adoção desses quatro pontos singelos como princípios, porque, ao contrário da Rio 92, as duas grandes discussões da Rio+20 estão no início de um ciclo, e não no final. Se conseguíssemos consagrar esses princípios, mais a ideia das chamadas metas de desenvolvimento sustentável, desde que consigamos, de alguma forma, harmonizar isso com as metas anteriores, a Agenda 21 e as Metas do Milênio, estas duas coisas — os quatro pontos mais as metas — já seriam um fator importantíssimo de avanço nessa conferência oficial no campo da economia verde.

Para prosseguirmos essa discussão, eu tomei a liberdade de convidar os nossos palestrantes — Sérgio Margulis, com a sua longa experiência de Banco Mundial; André Corrêa do Lago, com a



sua não menos longa experiência à frente das nossas equipes de negociadores nas conferências de clima e outras afeitas ao meio ambiente; e o representante do Ministério da Fazenda, Aloísio Lopes Pereira de Melo, porque eu considero um dos fatos mais auspiciosos do processo que precede a Rio+20, internamente falando, o fato de que o Ministério da Fazenda agora participa ativamente dessas discussões.

No passado, havia nos governos, tanto Federal quanto de Estado e de Município, uma questão de que apenas a área ambiental tratava das questões ambientais e de sustentabilidade. Isso é, evidentemente, uma fragilidade institucional a toda prova, porque, de fato, é fundamental que a área econômica dos governos, a área tributária, a área de planejamento, os bancos oficiais, todo esse contexto esteja profundamente envolvido nessa discussão, porque estou convencido de que as grandes respostas virão da nossa capacidade de casar a questão ambiental com a questão econômica, de combinarmos ecologia com economia e inaugurarmos a era da economia verde, do desenvolvimento sustentável numa escala planetária.

Sem mais delongas, eu gostaria de passar a palavra ao Embaixador André Corrêa do Lago, que tão brilhantemente tem defendido as cores do Brasil nos fóruns internacionais.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Obrigadíssimo, Deputado. É uma honra estar aqui, Sras. e Srs. Deputados, é um prazer para o Ministério das Relações Exteriores ver o quanto um tema tão relevante para as relações internacionais tem adquirido no Brasil um interesse, uma dimensão que acho extremamente positiva, muito na linha do que o Deputado acabou de dizer, no sentido de o Brasil ser cada vez mais contemporâneo, ou seja, nós não podemos ter uma discussão baseada no passado. Nós temos que olhar as oportunidades que essa agenda representa para o Brasil.

Então, como disse o Deputado, essa questão da economia verde é um dos temas da Rio+20. Basicamente, são dois grandes temas, que é a questão da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza; e o outro grande tema é o da governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Ambos temas e o nome da conferência tem a expressão desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável é um conceito resultado de muitos anos de luta, principalmente dos países em desenvolvimento, para que o meio ambiente estivesse associado à questão do desenvolvimento. Ou seja, o meio ambiente, a dimensão ambiental, a dimensão econômica e a dimensão social têm que andar juntas, para que nós possamos encontrar uma forma de desenvolvimento realmente efetiva e balanceada.

Realmente, o ponto que vamos discutir hoje, que é a questão da economia verde, tem levantado dificuldades enormes desde o início, Deputado. Por isso, inclusive, o título já imediatamente carrega economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, e era uma grande preocupação dos países em desenvolvimento não substituir o conceito de desenvolvimento sustentável e o contexto de erradicação da pobreza — também está no título —, porque havia, por parte de certos países, uma grande preocupação de fortalecer em excesso a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável. Inclusive, alguns interpretam que, na economia verde, o verde vem do



dólar. Então, mais um argumento para V.Exa. ficar contente de ver visões abertas e modernas sobre a questão.

O fato é que esse tema tem apresentado resistência, principalmente de certos países que confundem um pouco aquilo que V.Exa. mencionou há poucos minutos, a questão de atribuir valor econômico aos ecossistemas, de interpretar que vai ser atribuído um preço aos ecossistemas, que se vai atribuir um preço à natureza; e, portanto, que tudo, de certa forma, é um enorme esforço de assegurar que o setor privado possa cumprir com funções — eu acho que nós todos concordamos aqui — em que o Estado tem que ter um papel chave.

A primeira reação nessa negociação tem sido de cautela de muitos países. Por isso, por exemplo, o Grupo dos 77 e a China, que é o grupo dos países em desenvolvimento, os mais de 130 países em desenvolvimento, grupo dentro do qual o Brasil negocia, tem-se dedicado muito a listar aquilo que não pode ser a economia verde; ou seja, há um esforço muito maior em dizer o que ela não é, do que em dizer o que ela é. Mas dizer o que ela não é já é uma forma de dizer o que ela é, já é um certo avanço, e tem ido um pouco nessa direção.

Pessoalmente, eu considero que este conceito de economia verde é uma oportunidade muito grande para fortalecer o pilar mais fraco do desenvolvimento sustentável, mais fraco no sentido daquele que menos têm atuado, que é o pilar econômico. Por isso também fico muito contente de ver aqui o Aloísio, de ter visto este envolvimento do Ministério da Fazenda, que tem permitido justamente ao Brasil trabalhar a questão do desenvolvimento sustentável no seu significado mais profundo e nos três pilares.

Portanto, eu acho que a agenda da economia verde pode ser um instrumento para que os atores econômicos se convençam em adotar paradigmas de desenvolvimento sustentável nas suas ações. É claro que há vários setores que já o fazem, há várias empresas que já o fazem. Mas a realidade é que o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista dos ministérios econômicos no mundo, não é *mainstream*, não é o conceito de base. Ao contrário, em geral, os ministérios que cuidam da parte econômica, evidentemente, têm cuidar da parte econômica, portanto, os elementos que entram nisso podem ser um tipo de intervenção com a qual se deve ter uma certa atenção.

Mas, na realidade, eu acho que essa é uma fase que entendemos melhor quando vemos os países desenvolvidos. Os países desenvolvidos chegaram ao conceito de desenvolvimento sustentável em três fases. Primeiro, eles se desenvolveram economicamente. Décadas e décadas depois, eles incorporaram a dimensão social. Durante décadas, eles foram incorporando a dimensão social dentro de uma lógica econômica e que está plenamente estruturada dentro dos países desenvolvidos. Após incorporar a dimensão social é que começaram a incorporar a dimensão ambiental. Então, foi uma coisa em três fases muito longas, de décadas e até séculos entre o início de uma e a incorporação da terceira.

Os países em desenvolvimento dizem sempre que é muito difícil abordar os três ao mesmo tempo, porque os três desafios acontecem concomitantemente nos países em desenvolvimento — mais ainda nos países mais pobres, evidentemente. Então, isso representa um desafio muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Para a democracia também.



O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - É verdade. Faz parte do social.

Essa questão da democracia que V.Exa. levantou, aliás, é muito interessante, porque alguns países alegam até que planejar a longo prazo o desenvolvimento é um grande desafio para a democracia, porque ela, em geral, trabalha em tempos muito mais curtos. No fundo, é um desafio muito grande, e isso entra nessa discussão de maneira muito clara.

Mas, em todo caso — não vou continuar a falar do Ministério da Fazenda porque o Aloísio vai fazê-lo —, a realidade é que nós sabemos que os ministérios de meio ambiente do mundo, a maior parte dos quais foi criada depois da Rio 92, inclusive o nosso, levantaram a bandeira do desenvolvimento sustentável com muita bravura, mas, de certa maneira, associaram sustentabilidade apenas à dimensão ambiental. Ou seja, quando falamos da sustentabilidade de algo, muita pessoas acham que nos estamos referindo apenas à questão ambiental, quando, na realidade, o conceito é que deve haver sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade social. E, num mundo em desenvolvimento, se não há sustentabilidade econômica, não adianta ser sustentável ambiental e socialmente, porque não dá para fazer nem o projeto nem o plano.

A questão econômica é da maior importância, e nós esperamos que, a partir da Rio+20, esse conceito de economia verde permita que efetivamente o desenvolvimento sustentável torne-se um paradigma para os atores econômicos.

Há vários elementos muito positivos nisso. O Sérgio, como vem do Banco Mundial, também vai expor isso muito melhor. Mas a realidade é que o Banco Mundial e o FMI têm levado em consideração essa questão, esse conceito de desenvolvimento sustentável de maneira muito séria. Eles não são entidades da ONU, mas fazem parte do sistema das Nações Unidas.

Recentemente, no Banco Mundial, em Washington, houve um café da manhã pela Rio+20, com a presença do Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, da Diretora-Gerente do FMI, Christine Lagarde, do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, do nosso Ministro Mantega e de mais 40 ou 50 Ministros da Fazenda, em que se discutiu a importância do pilar econômico para que o desenvolvimento sustentável possa realizar-se.

Outro elemento que eu considero muito positivo é a entrada no mercado consumidor de centenas de milhões de novas pessoas. Esse é um desafio imenso, obviamente, para o planeta, mas, por outro lado, é um elemento extraordinário, que muda a escala do consumo mundial e, portanto, torna muito mais viáveis certas dimensões da inovação que poderão ser levadas à diante graças a essa perspectiva.

A Rio+20 deverá ser — eu espero — o primeiro momento em que se vai começar a olhar para o mundo já pensando na pós-erradicação da pobreza. A erradicação da pobreza é uma prioridade mundial, mas nós temos visto, nos últimos anos, que importantes países em desenvolvimento, entre os quais Brasil, China, Índia e Indonésia, conseguiram erradicar a pobreza em um ritmo muito maior do que se imaginava.

Isso simplesmente prenuncia que vamos ter o mundo com um número significativo de pessoas fora da pobreza. Inclusive, há grande possibilidade de se chegar a 2050 com entre 9 e 10



bilhões de consumidores. Vários economistas consideram que se poderá superar a pobreza absoluta bem antes de 2050.

Então, é um desafio enorme. Temos que assegurar que essas pessoas tenham uma vida digna no planeta. Então, é muito mais que a preservação do planeta, é assegurar que a população mundial possa ter uma vida digna neste planeta. Para isso, a Rio+20 tem que pensar nas mudanças essenciais para isso, porque com os atuais padrões de vida da classe média, nós não vamos estar vivos em 2050 com 9 bilhões de pessoas com o padrão de classe média atual.

Nós temos que mudar. Espero que a Rio+20, através dos objetivos do desenvolvimento sustentável, aborde, de maneira muito clara, a mudança dos padrões sustentáveis de produção e consumo que vão ter um impacto sobre a economia e vão, de certa forma, traduzir o que é economia verde. Essa é uma oportunidade extraordinária, inclusive, de o Brasil estar associado a isso e ser vanguarda nesse esforço, tanto de Governo, como de Parlamento e sociedade civil, todos unidos para assegurar que essa oportunidade não seja perdida pelo nosso País.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Embaixador André Corrêa do Lago.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Nós vamos, primeiro, deixar nossos palestrantes terminarem.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Eu só queria justificar, Deputado Sirkis — desculpe. Acho que é superinteressante esta audiência, mas eu queria pedir desculpas, porque tenho agora um debate sobre cooperação Sul-Sul na Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, sobre a questão do desenvolvimento agrícola e a questão africana.

Estou superinteressada neste assunto e vou acompanhá-lo. Achei muito interessante, embaixador, seu enfoque. Infelizmente, tenho que sair, porque nesta Casa temos várias atividades.

Eu gostaria apenas de fazer um acréscimo. O conceito de sustentabilidade, tendo em vista o que o senhor afirmou no sentido de que mais sabemos o que não deve ser, acho que o que deve ser é tratar a sustentabilidade sob o ponto de vista de inclusão das mulheres onde há mais pobreza, inclusão dos povos, das comunidades autênticas ou tradicionais, como os indígenas.

Então, peço desculpas, mas estou indo a outro seminário, organizado pela OPAS. Depois, vou recolher os dados aqui apresentados. Quero parabenizá-lo, Deputado Sirkis — desculpe, eu sei que essa é a norma, mas nós saímos porque sempre temos mais de um compromisso —, por esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - O.k. Agradeço muito à Deputada.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Aloísio, que aqui representa o Ministério da Fazenda.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Muito bom dia, Deputado Sirkis, todos os senhores e senhoras presentes, meus colegas de Mesa, Embaixador André e Sérgio Margulis. Nós agradecemos a oportunidade. Registro aqui os cumprimentos enviados pelo Secretário de Política Econômica, Márcio Holland.



Gostaríamos de compartilhar com os senhores um pouco da visão que temos, no Ministério da Fazenda, do nosso envolvimento nesse processo.

(Segue-se exibição de imagens.)

De fato, como o Deputado bem referiu, a temática economia, meio ambiente e política ambiental é bastante nova para o Ministério da Fazenda. Desde 2010, temos uma área dedicada a isso no Ministério, que tem explorado esses temas, inicialmente muito motivado pela elaboração e implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, tema que trata basicamente da regulação da atividade econômica para fins ambientais. Junto com isso, houve nosso crescente envolvimento no conjunto das políticas de meio ambiente e políticas sociais desenvolvidas pelo Governo Federal.

De fato, se olharmos para a agenda do Ministério da Fazenda nos últimos 10 anos, verificaremos que o Ministério tem-se dedicado a desafios bastante importantes, como o que o Embaixador André bem colocou: o desafio dos países que estão no processo de desenvolvimento. A própria retomada de uma agenda nacional de crescimento com inclusão social tem sido um foco importante do Ministério da Fazenda nesse período e um desafio, acho que como todos reconhecem, bastante grande para o País.

Então, o avanço e a consolidação disso nesse período tem sido um esforço grande para o Ministério, um processo de aprendizado e nos habilita hoje a pensar de forma mais ampla, mais integrada. O Brasil tem feito isso de uma forma que tem sido reconhecida mundialmente como uma forma diferenciada de se tratar uma agenda de crescimento que garanta inclusão social. Estamos falando isso em um contexto de crise internacional, que não é algo menor, não é algo menos significativo. O Ministério da Fazenda tem-se dedicado de fato a uma agenda bastante complexa e desafiadora e, por outro lado, bem-sucedida.

Nessa perspectiva, quando olhamos hoje o debate em torno de uma economia verde — mais uma vez, como o Embaixador André disse —, quando olhamos para o futuro, continuamos com um importante desafio, o desafio de um desenvolvimento inclusivo no Brasil, que, além de inclusivo, dê conta da agenda ambiental.

Avançar na estratégia de crescimento econômico de fato e de aumento da renda *per capita*... Avançamos em termos de renda *per capita*, mas estamos muito longe de patamares adequados. Avançar no combate à desigualdade acho que não é um desafio só para o Brasil, hoje se coloca também como desafio para os países desenvolvidos. Importantes avanços têm sido reconhecidos.

São importantes alguns debates, como o do Itamaraty, feito na sexta-feira. Sempre há alguém que vai lá e fala que é impressionante o avanço, em tão pouco tempo, na redução das desigualdades do Brasil. No mesmo debate, alguém fala do quanto é pouco significativo o avanço obtido diante da desigualdade que ainda persiste na sociedade brasileira.

Enfim, essa agenda do crescimento, a elevação da renda *per capita* e redução de desigualdade persiste como uma agenda importante para o Brasil. Agora, o que se coloca para nós, Ministério da Fazenda, Governo e sociedade brasileira, é como compatibilizar isso com uma agenda que faça isso de forma sustentável e consolide avanços.



Também, mesmo na área ambiental, é importante reconhecer que o Brasil tem conseguido, na verdade, dar conta de vários desafios ao mesmo tempo, isso sem querer dizer que as coisas estão resolvidas. Mesmo em termos ambientais *strictu sensu*, o Brasil é reconhecido com um dos poucos ou o único país que atendeu aos compromissos, como, por exemplo, o da Convenção da Biodiversidade em relação à criação de áreas protegidas. Tem conseguido promover, ainda que com desafios e dificuldades, uma expansão substantiva da produção agropecuária com crescimento de produtividade muito maior que uma expansão horizontal de área.

Nós sabemos que, em cada uma dessas agendas, temos ainda muitas questões, como a estruturação e consolidação das unidades de conservação, o aumento efetivamente da sustentabilidade no setor agropecuário, mas acho que isso nos anima a dizer que damos conta dessa agenda complexa.

Sobre o debate internacional de economia verde, gostaria só de pontuar um pouco a visão que temos tido no Ministério. Entendemos que a Rio+20 não vai ser uma conferência — esperamos que não seja — para se ficar discutindo o melhor conceito de economia verde ou uma disputa entre esse conceito e o conceito de economia sustentável. Entendemos que é uma oportunidade única de se estabelecer uma agenda muito pragmática e muito objetiva de ação dos governos e de compromissos internacionais que permita que o mundo avance e encare esses novos desafios apresentados para o desenvolvimento.

É um contexto em que várias análises indicam que não teremos, por exemplo, recursos naturais tão disponíveis e de baixo custo, como tivemos no século passado. Muito pelo contrário, é muito possível que a restrição, a menor disponibilidade de recursos naturais, o aumento, o custo crescente dos recursos dos produtos agropecuários tendam a ser possíveis estrangulamentos para o desenvolvimento, além efetivamente de se ter de administrar os efeitos adversos de processos como da mudança do clima, etc. É um contexto bastante desafiador.

Então se trata para nós muito mais de uma agenda. Esperamos que a Rio+20 traga uma agenda bastante pragmática, bastante objetiva, que mostre que é possível fazer, o que é possível fazer e que se construa uma agenda de engajamento em torno dessa visão.

Entendemos que temos também ressalvas, quando esse tipo de preocupação de que uma agenda de economia verde, como alguns países ou alguns grupos defendem como um viés excessivamente tecnológico, também não interessa ao Brasil. Não queremos que isso dê margem a que se criem parâmetros de que são bons produtos, de que são boas tecnologias, sabendo-se que os países desenvolvidos é que tenderão a se beneficiar de quaisquer definições restritivas em torno de produtos verdes, tecnologias verdes. Então olhamos com cuidado, com ressalva esse tema, mas temos a abordagem, inclusive, do que foi proposto no documento brasileiro, de uma economia verde que seja inclusiva como um conceito, ainda que vago, mas suficiente para traduzir um pouco a visão que o Brasil tem de avançar nessa agenda de crescimento e de inclusão social, e essa agenda como uma perspectiva efetiva, um caminho efetivo para a superação inclusive da crise por que passam os países da zona do euro, países desenvolvidos. Oportunidade, mesmo nesses países, tem um



processo de resgate de geração de emprego, de crescimento de renda para os setores menos favorecidos em torno de uma agenda efetiva de investimentos em atividades e tecnologias verdes.

A agenda que o Deputado Alfredo Sirkis apresentou, os quatro pontos propostos para a Rio+20, temos discutido e debatido. Devo dizer que o Ministério da Fazenda está avançando na consolidação desses temas, dessa agenda. Vou pontuar aqui algumas questões às quais o Ministério da Fazenda tem-se dedicado, tem analisado, sem dizer que temos posições finais.

E acho que é importante dizer também, Deputado, que não estamos trabalhando na perspectiva de que a Rio+20 vai ser o momento em que o Ministério da Fazenda, o Governo brasileiro vai anunciar novas medidas. Acho que é o momento de fazer balanço, é uma agenda importante que se abre daqui para frente, é uma oportunidade que temos de incorporação e de ampliação do nosso leque de políticas econômicas. Mas não entendemos que é o ponto de chegada, o momento chave para anunciar novas medidas. Mas temos trabalhado em torno disso e diria que são possíveis inovações que vêm dessa agenda.

Primeiro, em torno da precificação das externalidades. Olhamos para o que o Brasil já tem e vemos que já tem muita coisa em termos da política de clima e mesmo no conjunto das políticas ambientais. Mas temos sido meio que um samba de duas notas nesse tema. Trabalhamos basicamente com regulação, comando e controle, estabelecimento de normas, ir lá fiscalizar o cumprimento de normas. Quer dizer, a política de combate ao desmatamento, em grande parte, está em cima disso. E, em outros setores, mesmo na etiquetagem veicular, trata-se um pouco disso, estabelece-se um padrão, e os agentes econômicos se ajustam a esse padrão. Vai-se lá fiscalizar, multar e punir quem não cumprir esse padrão. Isso é o que temos feito.

De outra mão, o instrumento que usamos é o das subvenções, quer seja na forma de subvenção direta de preços, quer seja de taxas de juros, mas, na hora em que oferecemos financiamentos, mas a taxas de juros mais baixas para determinados setores, determinadas atividades — isso está na nossa agenda, temos feito isso — isso custa para o Governo Federal.

Por exemplo, no plano ABC da agricultura, que é importante, com baixa emissão de carbono, há um custo elevado, e o Governo tem feito, tem oferecido 3 bilhões e 150 milhões de reais nessa safra. A cada 1 bilhão aplicado nas condições atuais, o Governo Federal tem de arcar com algo próximo a 500 milhões de reais em subvenção ao longo de 10 anos, que é de 8 a 10 anos o ciclo de financiamento.

Ou seja, isso é o que já temos feito, subvenção e também redução de alíquotas em alguns setores e tal. A precificação de fato seria uma inovação em termos da nossa agenda na política, nos instrumentos econômicos para política ambiental.

Temos analisado, em especial para a política de clima, a possibilidade de efetivamente estabelecer um sistema doméstico em que a emissão de carbono tenha um preço, tenha um custo, e estabelecer, a partir daí, uma possibilidade de mecanismo de transação de comércio de emissões aqui no Brasil e tal. Então esse é um tema que está em análise, é uma perspectiva.

O Governo encarou esse desafio, a possibilidade dessa inovação. Temos um grupo interministerial conduzindo essa análise, o Embaixador André integra esse grupo e tal. E o Ministério



da Fazenda, ao coordenar esse trabalho, possivelmente entraremos em uma outra etapa de análise disso. É algo bastante inovador, mas no sentido de dizer que estamos, sim, com a perspectiva de incorporação desse novo tipo de instrumento econômico-ambiental, que é o de colocar preço a externalidades negativas que hoje têm impacto e têm custos que têm de ser arcados por toda a sociedade, mas que não entram na planilha de custo de ninguém.

A questão do capital natural nas contas nacionais, acho que é outro tema que sei que o Sérgio Margulis não vai deixar escapar. O Ministério do Meio Ambiente tem sido bastante ativo em colocar esse debate, e temos feito internamente a análise disso junto com o setor da área de macroeconomia da Secretaria de Política Econômica, conhecendo um pouco o que existe de proposta metodológica para isso, tentando compreender as implicações de o Brasil aderir a um sistema como esse, mas temos visto isso como algo bastante positivo. Envolve ainda acho que desenvolvimento da própria metodologia, mas julgamos interessante a possibilidade de que possamos efetivamente ter também uma contabilização de qual é o capital natural, o patrimônio de recursos naturais do País, como ele varia ao longo do tempo e poder associar a uma variação do produto do PIB também uma variação do capital natural associado no País.

Então temos olhado isso com bastante interesse, estamos ainda, Sérgio, conduzindo esse diálogo, essa análise. É algo que está sob avaliação, mas que olhamos com uma perspectiva bastante positiva.

A valoração efetivamente, que é um tema que desperta bastantes reações, essa reação de que tudo é precificar os recursos naturais, é algo que já até fizemos uma rodada com o IPEA, com especialistas, para conhecer o estado da arte dos estudos de valoração de recursos naturais no Brasil. Sabemos que é algo que internacionalmente é complexo, e que talvez seja uma agenda que demande mais tempo, mais investimento, mais estudo. Mas é algo que também temos olhado com atenção e que vai ser condição, por exemplo, para que possamos encarar toda uma agenda que está colocada, que está, vamos dizer assim, na nossa frente. O Governo Federal está analisando, enfim, os meios para implementar isso, por exemplo, na linha de pagamentos por serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos, que tendem também a ser também uma importante inovação da política, é algo que é trazido pelo Código Florestal. O próprio Governo Federal apresentou um projeto de lei para instituir uma política para isso em 2008.

Então esse componente de valoração de serviços ecossistêmicos é algo que é novo, complexo, acho que demanda investimento de conhecimento e de informação, mas que estamos dispostos a encarar.

Obviamente também a agenda de incentivos e subvenções, como falei, é algo que o Governo Federal já pratica, e aí há uma possibilidade de crescimento, por exemplo, de apoio ao desenvolvimento de tecnologia mais eficiente do ponto de vista energético, do ponto de vista de conservação de recursos naturais.

No fundo, na área de clima, já temos todo um conjunto de linhas para financiar desenvolvimento tecnológico e produção de equipamentos em áreas que são ainda novas, inovadoras, etc.



Temos possibilidade de trabalhar do ponto de vista tributário especificamente para apoiar o desenvolvimento e a consolidação de tecnologias que são ainda novas. Temos o caso da eólica, que já está deslançando, mas há um conjunto de inovações bastante possíveis.

Enfim, acho que esses são temas nos quais estamos ativamente trabalhando, e esperamos participar ativamente do debate da Rio+20 com uma postura bastante positiva, propositiva. Como o Embaixador diz, vemos isso como uma oportunidade e vemos o Brasil com um papel protagonista para estabelecimento de um agenda efetiva, positiva, que dê os rumos para o desenvolvimentos nos próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Gostaria de passar a palavra para o Sr. Sérgio Margulis, para a sua apresentação.

Eu pediria que pelo menos uma parte dessas luzes, se possível, fosse apagada para facilitar a visualização do *PowerPoint*.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Bom dia. Obrigado, nobre Deputado, meu velho amigo Sirkis, parceiro de frescobol, e outras.

Em relação às colocações que já foram feitas aqui, há coisas que são muito provocadoras. Eu, antes de fazer a apresentação, que é uma série de dados para embasar mais tecnicamente, vou pegar, primeiro, esses 4 pontos, essas recomendações da Comissão. Deixa eu ser bem, desculpe-me a minha posição, crítico quanto a isso.

O PIB é disparadamente o melhor indicador, jamais inventado, para medir valor agregado. Então, o PIB mede valor agregado e não bem-estar social, degradação do capital natural. Ele mede valor agregado, produção. E, para isso, ele é muito bom, ele é extremamente elaborado no seu cálculo e é universalmente aceito. O problema com esses indicadores, como o PIB, é que o conceito tem que ser universalmente aceito, globalmente. Ou seja, todos os países do mundo o adotam para se compararem para uma série de outras decisões.

Então, o PIB é muito bom. Não se pode é querer usar o PIB para saber como vai o meio ambiente, por exemplo. E somente o PIB não mede como vão as pessoas no País. Ele não diz nada disso. O PIB *per capita* já melhora um pouco, mas, como sabemos, ele vai distante disso. Então, o problema não é o PIB, mas quais são os novos indicadores que têm que ser agregados ao PIB para medir o bem-estar da sociedade, o valor do capital natural, etc. Então, são os novos indicadores.

E eventualmente, um dia, quem sabe, talvez, agreguemos isso com o PIB de uma maneira melhor. Os próprios economistas pensam muito em como melhorar o PIB, por exemplo, depreciar o capital, incorporar isso dentro do PIB, no capital natural pode-se colocar medidas de degradação do meio ambiente, etc. Mas são complexas essas questões. Então, vamos continuar com o PIB, mas vamos pensar nos novos indicadores de sustentabilidade social, ambiental, etc.

O segundo item, que são os serviços ecossistêmicos e a precificação, o Aloísio já colocou, mas é uma questão para ser apresentada de volta para esta Casa. Nós fizemos um estudo no IPEA alguns anos atrás. É muito difícil — aliás, junta com terceiro, que são os tributos vinculados —, do ponto de vista fiscal e tributário, é muito complicada a legislação brasileira. Ela não tem muito espaço



para instituir, por exemplo, o Princípio do Poluidor Pagador, não é trivial. Uma colocação preliminar é que não é muito simples criar uma figura. A Constituição e as leis não permitem simplesmente taxar a poluição emitida por um agente econômico. É tão simples quanto isso. Então, é uma questão que volta muito para esta Casa. Nós podíamos estreitar uma relação para tentar avançar nisso.

Quanto ao último e quarto ponto, eu concordo. Essa é a enorme, grande questão, que se chama *New Deal* Verde interplanetário. Você falou sobre as energias, o reflorestamento, o saneamento e o transporte. Essa é a questão da crise econômica que eu acho que é temporária. Por mais que todos nós fiquemos impressionados e amedrontados, é uma crise que, de alguma maneira, vai passar. Não estou minimizando não, é seriíssima e talvez como não se viu antes. Há menos de duas décadas o euro não se sustentar vai sobrar para todo mundo. Mas, de alguma maneira vai se ajustando. Ao que não vamos nos ajustar é quando o polo norte estiver todo derretido. Aí vai ser mais complicado. Demoram mil anos — exatamente mil anos, um milênio — para a camada do polo norte, por exemplo, recongelar se o nível de emissões globais for nulo durante todo o período. Então, esquece, é melhor não derreter o círculo polar, mas ele já está irreversivelmente, nos próximos 5 anos, destinado a desaparecer. Essas questões são mais preocupantes. E esse *deal* eu acho que passa por aí e volta para os ombros do nosso querido embaixador, que tem a simples responsabilidade de resolver isso junto à comunidade internacional. Coisa pequena.

Agora vou fazer duas considerações sobre economia verde. Pergunto: a quem interessa esse negócio de economia verde? Quando se fala em economia verde, vem logo um pouco de paranoia: *“Lá vem o Banco Mundial, os Estados Unidos e esses caras imporem coisas para a gente”*. Tem uma hora, você mesmo falou, o verde vem do dólar. Eles são sempre maus, estão ali querendo comer até a última entranha das nossas tripas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Pode até ser, mas o crescimento verde, o desenvolvimento sustentável interessa fundamentalmente aos países em desenvolvimento. Ninguém está preocupado com o aquecimento global na Holanda, que é um País Baixo, mas todo mundo está preocupado com o aquecimento global em Bangladesh. Por que será? Porque só Bangladesh tem que estar muito preocupado no curtíssimo prazo, no longo prazo, como vai todo mundo ficar inundado, então, não tem jeito. Mas Bangladesh é muito preocupante. E a Holanda é muito mais baixo nesse sentido do que Bangladesh. Ninguém nunca nem ouviu falar, os holandeses não estão preocupados com isso.

Ressalte-se que só os países pobres em desenvolvimento têm que estar preocupados com a questão do aquecimento global. E não adianta dizer que isso é problema dos americanos, que eles têm que resolver, eles que fizeram a lambança e agora nós pagamos o pato. Essa lógica infelizmente não vale, não dá nem para começar a pensar por aí. Podemos cobrar deles muita coisa, tudo, mas quem tem que parar de emitir, quem tem que estar preocupado e puxando esse diálogo somos nós, porque somos nós os interessados. Nós somos vulneráveis, mais vulneráveis. Definimos vulnerável como a capacidade de resposta a choques externos, a sua resiliência. Os países da OCDE não são, eles não estão... *“Ah, Miami vai ser inundada, vai sofrer mais 10 furacões anuais em média”*. Os



Estados Unidos estão tranquilos quanto a isso, não tem problema. Não estão tão tranquilos, mas é menos preocupante para eles do que para nós. Então, a leitura é: interessa a nós.

O outro aspecto é que o Brasil, no momento em que vive, junto com a China e a Índia explicitamente, tem que tomar uma posição de liderança clara nisso. E é irreversível. Esperamos que o Brasil continue nessa posição de liderança. O Brasil tem que ser muito arrojado para puxar isso para a frente. Nós queremos crescer limpo, vamos ter que gastar dinheiro na questão das tecnologias novas, da energia limpa, etc. O embaixador disse corretamente que a pobreza, por incrível que pareça, é tão fácil de resolver.

Nós, num curtíssimo espaço de tempo, tivemos avanços enormes. Mas podemos fazer muito mais. Nossa dívida social é sem tamanho, ainda mais o Brasil com o Coeficiente de Gini que tem, mas, de qualquer maneira, o Brasil agora deu uma galopada. E é bom que continue, é louvável. Mas nós precisamos galopar no outro lado, o lado ambiental. O Brasil precisa ser arrojado nesse sentido. Nós queremos ser o país — incrível, o Brasil virou o país do futuro no presente. Então, essa agenda do limpo, do ambiental, é toda de nosso interesse.

A minha apresentação tem um monte de dados, provocações. Honestamente eu não me preparei para esta audiência, mas, de todo modo, tenho alguns dados. Eu vou passar algumas coisas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Muita gente perguntou qual é a diferença desse negócio de economia verde, de desenvolvimento sustentável.

A Rio-92 consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, como atender as gerações presentes sem comprometer as disponibilidades futuras e integrar os três pilares, econômico, social e ambiental, mas ficou o desafio de como integrar isso.

O mundo deu voltas. Nós estamos num patamar melhor.

Eu coloquei que todas as crianças, os estudantes e as donas de casa sabem que é preciso crescer de forma sustentável, quer dizer, crescer protegendo o meio ambiente. As crianças, os estudantes e as donas de casa sabem, mas alguns setores produtivos da sociedade brasileira sabem, e não querem admitir isso. Aí vem a questão de quem paga.

Os avanços de conhecimento de tecnologia mostraram que é possível crescer muito mais de forma limpa e eficiente. E o Brasil foi muito bem, obrigado, em setores como energia, agricultura e reflorestamento. Inclusive, foi um modelo. Podemos ficar orgulhosos disso. Mas parou por aí! E depois?

Está bem. Fizemos o Proálcool, agriculturas *zero tillage* — plantio direto. A EMBRAPA tem uma capacidade de genética sem tamanho, incomparável mundialmente. O Brasil é uma referência. Quanto ao reflorestamento, o Brasil aprendeu, como ninguém, a fazer o reflorestamento em condições distintas e com plantios rápidos. Mas temos que continuar essa corrida. O Brasil está ficando meio assim. Onde está a energia solar, a eólica? Ainda há espaço para nós avançarmos muito.



Essa crise de 2008 e o despertar para o aquecimento colocam novos paradigmas agora. E eu acho que o aquecimento global... Quando falamos em limites de crescimento, pensem mesmo no carbono.

Sou uma pessoa da área de meio ambiente, mas fico confortável em dizer o seguinte: na dimensão do que estamos falando, questão de recursos hídricos, florestas — florestas, mais ou menos —, poluição do ar, a crise ambiental de que falávamos em 1992, nesses 20 anos, aprendemos muito e não é impossível termos controle muito firme sobre essas questões. Quanto ao aquecimento global, não. Esse é, realmente, o desafio. O *Silent Spring* falava que os minerais iriam acabar, desse tipo de limite ao crescimento. Não é disso que se está falando, já aprendemos que isso não é limite de crescimento, de forma alguma. O que é realmente limitante são o carbono e os outros gases de efeito estufa.

Esta frase eu quero deixar explícita — Cláudio Frischtak, colega nosso consultor e grande amigo, belíssimo economista: “*é a natureza do crescimento que tem que ser repensada*” (...) “*uma nova economia, produtora de bens e serviços ‘verdes’, com um padrão de consumo distinto do atual*”. E a pergunta é se “*será capaz de gerar emprego, renda (...) bem-estar, consistente*” com uma população ainda crescente e com aspirações também crescentes de consumo tradicional.

O André, o Embaixador afirmou que, como vai entrar um monte de gente nesses novos mercados consumidores, é justo, digno e desejável que tenham acesso a esse consumo. Mas, se for do jeito que ele é hoje, não dá, a conta não fecha de forma alguma.

Eu coloquei a pergunta se isso é preocupação para país rico ou para país pobre, mas já apresentei a minha posição.

Aqui há alguns dados sobre economia, coloquei a minha disciplina acadêmica.

Este é o crescimento do PIB do Brasil entre 1995 e 2010, quer dizer, extraordinário desempenho do Brasil. A nossa balança comercial — não dá para ler muito bem, imagino, daí de trás — também tem saldo de 50 bilhões de dólares, quer dizer, é muito... é claro que é em função da taxa de juros, preços de *commodities* etc. mas também em função do nosso setor de exportação.

O Brasil entrou no comércio internacional como um *player* importante. Se olharmos para o setor agrícola, o Brasil é importantíssimo.

No entanto, surpreendentemente ou não, o Brasil exporta recursos naturais. Se olharmos em termos de intensidade de recursos naturais, capital e trabalho embutidos nas exportações brasileiras, veremos que o Brasil exporta meio ambiente: exporta água, exporta minério, exporta agricultura. Então, devíamos tentar aumentar um pouco o peso do verde e do vermelho ali embaixo.

Em relação à pobreza, o Brasil, como eu disse, vai muito bem, obrigado. Esse é um trabalho do Ricardo Paes de Barros, da SAE, conhecido de quem milita na área. Como o Embaixador mencionou, essa linha vermelha são as Metas de Desenvolvimento do Milênio, MDGs. O Brasil, em 2006, já havia atingido as metas que estavam programadas para 2015, e a uma velocidade grande. Essa é a evolução da pobreza extrema no Brasil. Realmente, é notável, e é inegável, também, a importância do Governo Lula. A inflexão ali começa realmente no período do Governo Lula.



Outra maneira de ver isso é o índice de Gini. O Brasil sempre teve uma posição meio vergonhosa, vamos ser honestos, com relação à nossa distribuição de renda. Se há uma coisa de que não podíamos nos orgulhar era isso. E ainda temos que continuar não nos orgulhando, porque a distribuição de renda no Brasil não é nada boa. De qualquer forma, o gráfico pelo menos é alentador, porque, fora outros vieses e outras inflexões não desejadas, estamos indo muito bem, obrigado, em uma trajetória correta.

Isso aqui pode ser um pouco mais complicado, mas mostra o crescimento da renda *per capita*, dividindo a população brasileira em grupos de 10. Então, são os 10% mais ricos, os 10% mais pobres, e todo mundo aí no meio. O começo, a primeira barra, mostra a taxa de crescimento da renda *per capita* dos mais pobres no Brasil. Então, a taxa de crescimento da renda dessa população mais pobre é muito mais alta do que, olhando para o extremo à direita do gráfico, a taxa de crescimento da renda dos 10% mais ricos. Vemos que a renda dos ricos cresceu muito menos do que a renda dos mais pobres. Então, é uma trajetória resiliente. É isso que faz a renda ser distribuída. Vai crescendo, não quer dizer que a renda dos ricos tenha que parar de crescer. Ela cresce, só que cresce menos do que a da população pobre. Então, o Brasil realmente pode ficar orgulhoso dessa trajetória social.

Esses são os programas de transferência do Governo, que não preciso lembrar: aposentadoria urbana, aposentadoria rural, Bolsa Família. O mais notável deles é o Bolsa Família, em termos do impacto, das transferências condicionais. Mas eu acho que eu não vou abordar isso agora. Eventualmente, falaremos sobre isso.

No que se refere ao meio ambiente, o mundo e o Brasil podem ficar bastante orgulhosos. Não tenho tempo para falar sobre todos esses indicadores. Esse, por exemplo, é o consumo de ODS.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Será que devemos ficar orgulhosos do Brasil, mesmo depois da votação do Código Florestal?

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Pois é. Isso aí... Eu não posso... Vamos deixar espaço para as intervenções depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Eu pediria que as intervenções ficassem para o final.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não estou orgulhoso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Tudo bem. Todos vão ter oportunidade de intervir depois das exposições dos nossos convidados.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Obviamente, eu estava falando sobre a questão social, e posso voltar o eslaide no qual eu mencionava que há setores da sociedade que não estão ainda muito em linha com isso.

O gráfico mostra o consumo de Ozone Depleting Substances, que são substâncias que destroem a camada de ozônio. À esquerda, o vermelho, é o consumo no âmbito mundial e, à direita, no Brasil. Isso é notável. Apesar de ser fácil, porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Pois é. É relativamente simples a solução, porque era somente um conjunto de empresas que emitiam isso, da refrigeração. Era um grupo pequeno. Elas mesmas,



as empresas, tinham a solução para o problema. Então, era bem mais fácil esse acordo. Não estou minimizando o esforço envolvido. O fato é que o Embaixador deve ter negociado isso. Foi coisa fácil. Difícil vai ser o clima, mas, enfim, resolveu-se muito bem, obrigado.

Em relação às áreas protegidas, aí está o percentual, não dá para ler direito, mas são as áreas de florestas, costeiras e marinhas. Então, está crescendo o número de áreas protegidas. Também estamos numa tendência boa.

(Segue-se exibição de imagens.)

O acesso à água limpa está muito bem também. O Brasil sempre esteve bem. Só não esteve bem na sua distribuição. A Região Norte, como vou mostrar no gráfico, mais do que a Região Nordeste, inclusive, não está... Surpreendentemente; não é por falta água. Se há uma região que tem água para burro é a Região Norte.

Embaixo está o número de acordos ambientais. Então, há vários avanços.

Agora, a matriz energética brasileira é outra coisa da qual, em âmbito global, o Brasil pode se orgulhar. Temos uma matriz ainda bastante limpa. Todos sabem que ela vai ficar suja, que o Brasil está exaurindo sua capacidade de produção de energia limpa. Há preços, há correntes de mercado das fontes de energia — vamos deixar isso bem claro. A tendência é o Brasil realmente agora sujar a sua matriz energética. Mas, até agora, vamos bem na fotografia, obrigado.

Este é o único gráfico que eu coloquei sobre aquecimento global, que é, como os senhores sabem, a variação das temperaturas e os extremos — isso é o que interessa. O aumento da média de temperaturas anômalas não está na tendência que nós queremos, e é isso o que realmente preocupa. Quando há uma nevada no sul dos Estados Unidos, em maio, ou quando há um ciclone na costa do Atlântico Sul, como tivemos há uns 3 anos — esses eventos completamente fora do mapa é que são os preocupantes.

Esta é a origem das emissões. Os senhores sabem que esse é outro problema, como o Deputado já colocou, que não nos deixa orgulhosos, porque as emissões do Brasil são majoritariamente decorrentes do desmatamento da Amazônia e Cerrado brasileiros. Ninguém fica contente por isso. É uma pena. Poderíamos ser um emissor tão baixo, mas temos esse fardo nas costas. Essa também é uma questão fácil que o nosso Embaixador está resolvendo nas negociações internacionais.

O setor privado também... A pergunta é: como trabalhar com o setor privado? É basicamente isso, é a questão da responsabilidade social corporativa. Isso vai ter um papel agora, porque tem que ser com o setor privado. O Governo cada vez tem menos importância como produtor de bens e serviços, mas ele é o regulador. E como trabalhar isso? Está muito mal, parado. Acho que esse é um diálogo que tem que aumentar.

Finalmente, economia verde. Acho que ainda existe muito espaço para avançar sobre as ineficiências e aproveitar o que é *win-win*, o ganha-ganha, principalmente no setor de energia. Isso não é caro nem é muito complicado, mas é preciso ter vontade política.

Nisso eu e o Alfredo concordamos, porque tem que ter um avanço. Mas acho que não podemos, Alfredo, esperar um grande fundo de não sei o quê. Não é nada, isso aí é o setor privado



correndo atrás de onde estão as oportunidades. Sim, alguns programas de incentivo do Governo, etc., associação com universidades, algum tipo de fomento... Mas acho que também não é tão complexo assim. Acho que é de interesse privado sair nessa corrida.

Os obstáculos são: inércia política de interesses particulares, de governança, em parte, financeira. O Deputado colocou que o Código Florestal foi barrado. Pois está aí. Há interesses. Há uma inércia para vencer isso.

O mundo permanece profundamente desigual. Isso é outra questão. Ou seja, os países ricos consomem 75% de tudo com apenas 16% da população mundial. Daqui a 20 anos, a população vai ser 90-10 e a renda, 50-50. Quer dizer, a desigualdade de população vai aumentar mais ainda para um consumo só 50-50. Então, essa desigualdade mundial não vai passar.

Crescer é fundamental. Os avanços sociais são inegáveis, ainda que inegavelmente tardios, mas, no âmbito global, nós precisamos melhorar a distribuição. O *mainstream* ambiental foi tímido em geral, mas não foi nulo. No Brasil, nós temos iniciativas como o Protocolo Verde, Bolsa Floresta, Bolsa Verde, quer dizer, são ganhos, mas têm quer ser continuados.

E, finalmente, o último *slide*. Respeitar os limites dos recursos naturais é fundamental, principalmente quanto ao carbono. A inovação tecnológica foi meio esquecida na equação passada. Na Rio 92 isso não apareceu muito. Hoje em dia eu acho que é um dos cerne da questão. Os custos globais para lançar uma economia verde global demanda alguma coisa como 1 trilhão de dólares. Ocorre que 1 trilhão de dólares não é nada se olharmos para o PIB mundial, que é de 61 trilhões de dólares. E os ganhos esperados seriam da ordem de 3 trilhões de dólares. A Rio+20 não vai tratar do aquecimento global, não tem problema com isso. Há um foro específico para discutir o aquecimento global. Mas a questão ambiental que realmente preocupa é o aquecimento global.

Está aí o meu *e-mail* para os colegas que quiserem fazer qualquer consulta e demais esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Inicialmente eu vou fazer algumas considerações, depois vou passar a palavra para os Deputados presentes.

Eu gostaria de explorar a nossa discordância em relação à questão do PIB, porque você, como economista e passou a vida toda trabalhando com ele, então, gosta do indicador, mas eu queria fazer algumas observações. Eu gosto sempre de citar uma metáfora muito interessante que foi levantada pelo nosso colega Eduardo Azeredo, que estava aqui presente e teve que se retirar. Ele, numa das reuniões desta Comissão, ilustrou muito bem um dos problemas que pegam profundamente com o PIB, pedindo para visualizar a Ilha de Espanhola. A Ilha de Espanhola, nós sabemos, tem 2 países: a República Dominicana e o Haiti. Ao longo da sua história, a República Dominicana mal que bem preservou as suas florestas, e o Haiti desmatou completamente o seu território. Hoje, o Haiti é o país mais pobre das Américas disparado.

Mas o que acontecia na época em que o Haiti promovia esses megas desmatamentos em termos de cálculo do PIB? Evidentemente que o PIB do Haiti estava lá em cima e o PIB da República Dominicana estava embaixo. Mas isso se reverteu mesmo em crescimento econômico futuro, já não



falo nem em desenvolvimento social e econômico equilibrado. Mas mesmo o crescimento mais bruto, digamos assim, simplesmente quantitativo, ele pode ser comprometido por política desse tipo. No entanto, enquanto elas estão acontecendo, o PIB está crescendo. A mortandade no trânsito joga o PIB para cima.

A Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, junto com uma equipe de primeiríssima qualidade, foi encomendado, alguns anos atrás, pelo Presidente Sarkozy, um estudo. Eu tive a paciência de ler aquele negócio, que é um catatau desse tamanho — graças a Deus escrito em linguagem bastante acessível; não está em “economês”. Então, para mim, primeiro, salta aos olhos que aquele calhamaço não é aplicável ao PIB da forma com que foi concebido, porque o Stiglitz e a sua equipe levantaram demasiadas variáveis que teriam que ser incorporadas ao PIB. Inclusive colocaram a situação de que a grande maioria dos países sequer, no seu sistema de contabilidade nacional, neste momento, tem a capacidade de registrar essas variáveis.

Mas penso que pelo menos a incorporação de uma variável ambiental ou duas e uma variável social ou duas ao PIB seria absolutamente fundamental, porque, embora o que você coloque seja verdade, que, do ponto de vista estritamente acadêmico, o PIB é neutro, ele, porém, mede o crescimento quantitativo da produção, digamos assim, em última análise.

O fato é o seguinte: o PIB passou a ser considerado politicamente a grande referência de desenvolvimento econômico dos países. Então, os Governos ficam apavorados quando seu PIB baixa e ficam eufóricos quando seu PIB sobe. Muitas vezes, isso tem pouco a ver não só com a questão social daquele país específico, como sequer com suas possibilidades de desenvolvimento futuro, como se aquele crescimento do PIB naquele momento estivesse prometendo um desenvolvimento, mesmo quantitativo, no futuro.

Eu acho que, de fato, ele é um indicador deficiente. A solução está em você criar outros indicadores, como o que eu chamo de indicador mascote. Vamos criar aqui um indicador verde que leve em consideração isso tudo. A tendência que vemos com esses outros indicadores — e alguns você até citou, como o de Gini, etc. — acaba com você criando um indicador mascote, mas sendo que o PIB continua sendo o alfa e o ômega do desenvolvimento econômico.

Acho que a Conferência Rio+20 é uma oportunidade para se contestar essa questão. O caminho seria incorporar uma ou duas variáveis do Relatório Stiglitz no cálculo do PIB e adotar isso como, de fato, o PIB. Mas não manter o PIB exatamente como está, eis que tem de haver outro indicador, o mascote, que serve para a imprensa usar para determinados artigos e tudo, mas de que o mundo oficial praticamente não toma conhecimento. Então, essa é a primeira observação que eu queria fazer.

A segunda observação é em relação àquele conceito que nós discutíamos: o conceito do *New Deal Verde*. Eu vejo que aqui há dois aspectos. Acho que é um investimento governamental, sim, público, dos Estados, no mundo todo, que evidentemente é apoiado por um investimento, que eu consideraria também público, das agências multilaterais. E penso que aqui existe outro aspecto que precisa ser discutido, que é este: de que forma você consegue atrair esses trilhões que hoje se encontram na especulação financeira internacional, em uma época em que os Governos têm pouco



dinheiro em caixa, mas quando há recursos abundantes especulativos na finança internacional, na mão de fundos de pensão, na mão de *venture capitals*, na mão dos próprios bancos de investimentos, na mão de uma gama relativamente variada de agentes? Eles estão aí, como uma nuvem, flutuando, causando esses sobressaltos econômicos que temos visto. E a pergunta de 1 milhão de dólares que não quer calar: qual seria a maneira de atrair esses capitais da especulação para uma economia produtiva de baixo carbono? Acho que esse é o grande desafio. O que eu chamei aqui de *New Deal Verde* não é suficiente, dado o fato de que os Governos, neste momento, têm uma disponibilidade relativamente escassa de recursos.

Então, como seria isso, uma taxação, uma Taxa Tobin, uma taxa internacional do carbono, estímulos, criação de toda uma nova arquitetura financeira internacional, uma espécie de Bretton Woods do baixo carbono? Isso é possível? Esse é o caminho? Acho que essas são questões extremamente pertinentes que se colocam.

Finalmente, quanto à questão do combate à pobreza e dessa euforia nossa, dos chineses e, de alguma forma, também dos hindus em relação aos avanços dos últimos anos contra a pobreza, acho que foram avanços extremamente importantes. Agora, quando dizemos que a classe média do Brasil aumentou em 30 milhões ou que a classe média da China aumentou em 400 milhões de pessoas, acho que é necessário ter uma cautela significativa. O aumento da capacidade de consumo das pessoas e das famílias não significa necessariamente que elas passaram a incorporar a classe média, na medida em que existe uma série de fatores, como de educação, culturais e de infraestrutura, que ainda puxam esse vasto contingente da população, quer no Brasil, quer na China, quer na Índia, para trás. Então, na verdade, o que houve foi um aumento de consumo bastante acentuado dos mais pobres, o que é evidentemente uma situação que pode até ser reversível. Irreversível é quando os povos atingem um nível de educação, um nível cultural e passam a morar dentro de um contexto de infraestruturas básicas que de fato qualificam a sua vida cotidiana. O simples aumento de consumo é bom, é importante, não é trivial; mas ele não é suficiente para indicar, digamos assim, uma conquista definitiva no que se refere ao combate à pobreza.

Eu gostaria de saber se existem entre os Parlamentares alguém que... Ivan Valente se inscreveu. Estão abertas as inscrições, primeiro, aos Parlamentares, e, depois, aos outros membros aqui da nossa distinta plateia.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres convidados, primeiro, eu queria pedir desculpas por não poder ter ouvido o conjunto das intervenções. Nós estamos reunidos aqui, eu e o Deputado Aluizio, da Frente Parlamentar pelo Voto Aberto. Trata-se de uma campanha que precisa vingar, porque, daqui a pouco, o Senador Demóstenes vai a plenário e vai ser absolvido. Aqui tudo é possível. Jaqueline Roriz foi; então, não duvido de que o Demóstenes também seja. Nós precisamos tomar medidas para não desmoralizar a nossa própria atividade, não é Aluizio? Então, peço desculpas a vocês.

Quero dizer que o tema da Rio+20 é complexo porque é uma análise global. Mas eu parto da ideia de que o país que sedia a Rio+20, que é o Brasil, deveria ser, digamos assim, o hospedeiro, a figura que recepciona, mas, ao mesmo tempo, o *enfant terrible* da Rio+20. Ou seja, ele não pode



chegar lá fazendo todas as médias, aquelas médias conformistas de que o mundo é assim mesmo. E, nessa correlação de forças, eu começo pelo final.

O nosso assessor, o Sérgio, abordou a questão do que significa hoje a concentração de bens, serviços e felicidade, vamos dizer assim, nos países ricos, que detêm 16% da população e consomem 75% do que se produz. E a tendência é aumentar isso, 90% a 10% nos países centrais, porque a demografia é muito baixa nesses países. Mas o poder se concentra não agora debaixo da crise.

Então, há uma crise. Eu não tenho certeza de que o debate seja uma questão... Eu pergunto a todos que aqui estão, do Ministério da Fazenda, das Relações Exteriores, o seguinte: qual é o impacto dessa crise que nasceu em 2008, que foi mais grave, volumosa, evidentemente, e também conceitualmente, do que a crise de 1929? Aquele era um outro estágio da era do capital, vamos chamar assim. E esse estágio mostrou que a hegemonia do capital financeiro chegou a tal ponto que eles determinam a vida e a morte no planeta. Isso é verdade. Então, nós estamos ainda propondo coisas, como a Taxa Tobin, por exemplo, que é uma medida amplamente aceita de justiça social, mas muito pouco para o que significa a concentração e o lucro financeiro no mundo. É muito pouco.

Agora mesmo, na Europa, nós tivemos a seguinte questão. Há uma violenta pressão para que a Grécia, que é um país relativamente pequeno populacionalmente, faça um mega-ajuste fiscal, um sacrifício brutal na sua população, para economizar alguns bilhões de euros. No entanto, o Banco Central europeu que congrega lá o núcleo central, controlado pela Alemanha e pela França, particularmente pela Alemanha, deu 1 trilhão de euros para esses bancos, para ficarem sossegados com a crise grega.

Agora, o que fica, Sirkis, é o seguinte: é saber se esse capital, baseado na emissão de títulos, etc., é um capital real, que poderia ser transformado em capital produtivo, em investimento produtivo. Porque há muita especulação. Então, existem grandes papéis; e há uma distorção entre o mundo virtual, do papel, e o real, do capital.

Ao mesmo tempo, o que está acontecendo na Europa agora — há o exemplo da Grécia, da França, da Holanda — é uma movimentação anti-austeridade. Isso é claro, é flagrante e é muito bom que aconteça, porque austeridade não resolve nada. Isso aí é concentração maior de renda, de riqueza e de poder.

Então, eu trouxe essas questões para nós. Por que eu disse que o Brasil devia ser o *enfant terrible*? Pelo seguinte: uma das boas iniciativas do Brasil foi não ter aceito a ALCA — Área de Livre Comércio das Américas, porque aquilo era negociar em condições absolutamente desiguais, assimétricas, o que causaria mais dependência e mais concentração no topo. Mas ainda não é suficiente, porque o sistema não é denunciado.

O Deputado Paulo Piau, como eu, é um combatente antiagronegócio, não do agronegócio em si, mas da lógica que ele tem no Brasil. Os ruralistas acham que fazemos o papel do núcleo central da economia americana ou europeia. Ao contrário, nós somos anti-imperialistas. Dizem que essa palavra está ultrapassada, mas não está — não é, Sirkis?



Então, qual é o problema? O problema não é se nós vamos competir com uma reprimarização do País. Nós temos que ter outra matriz, esta é a questão. Para discutir Rio+20, efeito estufa, outra economia, parece-me que temos que ver o seguinte. Aqui no Brasil, valoriza-se... Descobriu-se o pré-sal. Mas, digam-me uma coisa: será que a biodiversidade brasileira, em termos de potencial econômico, social, futuro, não é maior do que o pré-sal? A biodiversidade é como se estivesse num armário. Isso não vale nada. Por exemplo, será que o Brasil um dia vai ter uma potente indústria farmacêutica, de química fina, e aproveitar a floresta para a produção, de forma sustentável e tal? Essa é uma outra discussão. Nós vamos discutir o pré-sal, e nós estamos discutindo *royalties*. Farinha pouca, meu pirão primeiro. Os Municípios, os Prefeitos estiveram aqui. Quer dizer, tudo se resume ao imediato.

Então, o que eu queria dizer é um pouco isso. Eu acho o seguinte, que nós deveríamos fazer sinalizações.

Quero finalizar — nosso tempo é curto; desculpe-me, Sirkis — com a seguinte questão. Fizemos aqui toda uma campanha... Por exemplo, eu acho que o Brasil tem um potencial brutal, que é o da posse da água potável, da biodiversidade e uma extensão territorial fantástica, e que pode aumentar, e muito, a sua produtividade agrícola. Tem-se que mudar a matriz, não reprimarizar o País. Esta é a nossa divergência com o agronegócio. E a sinalização que nós demos com o Código Florestal foi um grave erro para a sociedade, em todos os termos, seja na questão da emissão de gases, seja na questão de fortalecer um tipo de modelo, seja na ideia de que o Brasil, para ser um país mais justo, caminha por aí.

Eu não concordo com a ideia da suficiência, de que nós demos um salto estratégico do ponto de vista da distribuição de renda. Não houve isso no Brasil, desculpe-me. É verdade que houve alguma distribuição de renda, mas ela produz um consumo, na minha opinião, pouco sustentável e até predatório. Vejam o que se investe na indústria automobilística, quando mandamos o cidadão pagar 400 reais por mês por um automóvel. São mais e mais carros. Em São Paulo se anda a uma velocidade de 11 quilômetros por hora, no máximo.

Então, essas questões precisam entrar em uma lógica de matriz. Nós temos que ter uma outra visão. E eu não acho que isso seja, e finalizo com isso, em se dando à iniciativa privada. Esta é uma discordância com Sérgio. É o contrário. Temos que reverter a ideia. O Estado precisa assumir sua função estratégica de um país que tem um imenso déficit, um passivo social em todos os sentidos. Por exemplo, nós somos aqui um dos lutadores pelo investimento de 10% do PIB para a educação. Está-se votando o PNE aqui, o Plano Nacional de Educação. E isso não passa. E não passa porque o Brasil gasta metade do que arrecada, pagando juros, amortizações e rolagem da dívida. Essa é a realidade do Orçamento brasileiro. Então, não se tem 10% do PIB e não se tem alavancagem para o futuro.

Quem conhece a educação brasileira sabe que vamos crescer até um certo ponto. Quem conhece uma sala de aula no Brasil — e não estou falando do Norte e Nordeste; estou falando de São Paulo, porque sou Deputado por São Paulo —, sabe que é péssimo o nosso ensino. A qualidade do ensino da esmagadora maioria da população brasileira é péssima!



Então, eu acho que o nosso País precisaria de uma ousadia, que eu chamaria de ousadia política. Por isso os exemplos com a biodiversidade, os gases de efeito estufa, a questão do Código têm um efeito simbólico muito forte não só para o Brasil, mas para os países Terceiro Mundo, os BRICS, que deveriam resgatar esses pontos. Mas eu não sei o que a Rio+20 pode nos mostrar além da ampla hegemonia que têm os grandes países capitalistas centrais. Vamos verificar. Acho que esse é um grande debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Dr. Aluizio, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ALUIZIO - Deputado Sirkis, demais membros da Mesa, eu vou ao encontro do que o Deputado Ivan Valente falou, mas vou usar outra máxima brasileira, principalmente no interior do País: quem convida dá banquete.

O Brasil é o país da biodiversidade, do sol, da água, da província petrolífera do pré-sal, mas é também o país do Código Florestal, o país da desigualdade, é o país da educação ruim. O Estado que hoje se oferece, que convida para a Rio+20, tropeça no processo educacional da sua própria população. E faço uma pergunta muito singela e clara: qual é o retrato do Brasil para os integrantes da Rio+20? como sairemos desse processo? Porque hoje estão nas mãos da Presidente o veto do Código Florestal, o veto da provável ruptura dos contratos com os *royalties* do petróleo; e, mais uma vez, o Brasil, que se baseia na política do hidrocarboneto, faz questão de dividir aquilo que ainda não tem.

Então, eu queria perguntar à Mesa: qual é o retrato do Brasil? O que os nossos convidados vão encontrar? Ao sair, o que eles vão falar de nossa casa? Lembrando que quem convida dá banquete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - E em terra de cego quem tem olho é rei. (Risos.)

Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Presidente Sirkis, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo requerimento para este debate. Claro que estamos aqui buscando informações para formar as nossas opiniões. Eu estou muito feliz aqui hoje porque coincidiram bastante os nossos pensamentos. Mudamos de fórum, de ambiente, Deputado Ivan Valente, e acho que muita coisa está coincidente aqui. Que beleza! Com algumas coisas não concordamos, mas com o voto aberto nós concordamos totalmente. Essa biodiversidade tem que ser aproveitada.

Fiquei muito feliz quando o senhor falou da biodiversidade sendo transformada em produtos. Isso é extremamente importante. Mas como este País não investe em educação, e como também não investe em ciência e tecnologia, nossa biodiversidade vai ficar paralisada se não tivermos mais do que 1,1% de investimento do PIB, e como referência, na área de ciência e tecnologia. Evidentemente, isso é fundamental para que possamos avançar.

Mas eu não entendi bem a palavra do meu grande colega: o país da água, do sol, do Código Florestal... Eu não entendi se o Código Florestal seria como a nossa água. Temos 12% da água doce



do mundo. Quer dizer, que bom que temos um Código Florestal hoje. Eu não entendi se ele falou do Código Florestal do lado negativo. Gostaria de ter esse esclarecimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pois é, exatamente! *(Risos.)* Mas acho que, na verdade, o mundo procura um modelo diferente. A gente vê na história que isso é chover no molhado, como a questão do comunismo, do socialismo, do capitalismo. Não vamos repetir essa história. Mas a verdade é que avançamos muito e que o mundo procura um modelo produtivo de valorização das competências, sejam grupais ou individuais, mas, evidentemente, com distribuição de renda mais adequada. Com toda a tecnologia que temos hoje no mundo, não é aceitável que a fome ainda grasse no planeta. Segundo a FAO, quase 1 bilhão de pessoas ainda passam fome neste mundo; não têm o suprimento necessário de energia e de proteína.

Mas eu queria aqui entrar um pouco na defesa do próprio Código. Muitas vezes, nós responsabilizamos os produtores que avançam. Mas eu queria aqui também fazer um papel: acho que está muito...

Na Rio+20 nós vamos receber Chefes de Estado, e possivelmente esse não vai ser o momento para lavar roupa suja — roupa suja se lava em casa. Mas o Governo tem de aprender também a cumprir sua parte. Primeiro, que a legislação brasileira já nasce em um cipoal. Temos de mudar esse conceito de fabricação de leis aqui. A lei já nasce complexa. Estou dizendo isso, porque, nessa discussão do Código, outro dia tinha uns 8 assessores, uma metade entendendo o texto por um lado e a outra metade entendendo o texto por outro. Imaginem aqui, na fonte; imaginem o cidadão lá embaixo! O que digo exatamente é que a gente está sempre, eu diria, atingindo o art. 24 da Constituição, que diz que cabe à União traçar normas gerais. E a gente fica entrando na norma específica, como queremos agora, como o Senado insistiu, com muita força, continuar com normas específicas de Brasília.

Então eu diria hoje que, nesse aspecto, mesmo no aspecto ambiental, Brasília atrapalha muito o Brasil, porque, a partir do momento em que temos Estados, alguns com deficiência, mas na sua grande maioria já com capacidade técnico-institucional bastante apropriada, a gente ainda insiste em tomar decisões de Brasília para o Brasil inteiro, isso não é nada inteligente. É questão da regrinha básica das metragens nas beiras dos rios, que foi o ponto mais discutido nesta Casa e no Senado. E continua a mesma discussão, sem entendimento, ou as pessoas não querendo entender que nós temos de distribuir essa competência com os Estados, sim, e até com os Municípios, sim, para que realmente a União seja um Estado fiscalizador, um Estado supervisor dessa lei. E aí já temos outros órgãos também com essa competência.

Então, para a gente proteger efetivamente o meio ambiente — a Rio+20 tem esse viés de desenvolvimento, de combate à fome, mas também de proteção do planeta —, a gente tem de ser um pouco mais inteligente. Primeiro, concordo, *in totum*, com o Deputado Ivan Valente quando diz que a educação é a chave. Se a gente não tiver educação, o País não vai avançar. Mas, antes que isso aconteça efetivamente, nós temos de ter inteligência e fazer políticas públicas capazes de buscar parcerias.



Não adianta a gente ficar responsabilizando hoje os produtores rurais pela degradação do meio ambiente. Eles são hoje provedores e responsáveis por tudo que está ali, responsáveis pela Reserva Legal, responsáveis pelas Áreas de Preservação Permanente. E isso não é justo. A sociedade tem de pagar por esse preço, e não apenas os produtores rurais.

Então, Deputado Ivan Valente, eu diria que, independente de ser agronegócio, independente de ser agricultura empresarial ou familiar, nós temos de ter políticas capazes de fazer com que os agentes, sejam urbanos ou rurais, tenham no meio ambiente um aliado favorável ao desenvolvimento. Porque hoje, do jeito que está a coisa, do jeito que está a lei atual, que é um verdadeiro Frankenstein, ela não pode ser cumprida. Portanto, houve aí o "Veta, Dilma!", um movimento absolutamente inconsequente — eu diria um movimento mais político-partidário do que um movimento pelo desenvolvimento. Nós temos de fazer com que esse pessoal, na verdade, tenha uma lei aplicável, tenha uma lei que possamos ter o prazer de cumpri-la, e não, evidentemente, Deputado Sirkis, o horror de conviver com uma lei em que todo dia é uma autuação, todo dia é uma multa, todo dia é o Ministério Público assinando TAC.

Então, faço aqui esta observação, porque sei que o Código Florestal será tema de debate na Rio+20 sim. Mas temos de interpretar o que está ali: a história deste País, o que é o Código Florestal efetivamente

Mas temos de interpretar o que está ali: a história deste País, o que é efetivamente o Código Florestal. O que a imprensa tem dito sobre o Código Florestal é um negócio bárbaro entre o que está no texto escrito — não é opinião — e o que a grande mídia brasileira tem colocado, e isso me parece de uma irresponsabilidade total e absoluta! Se querem retratar o que está no texto, tudo bem, o.k., está no texto, as pessoas podem divergir. Agora, deturpar o texto escrito não contribui com nada.

Para concluir, quero falar sobre a questão da política agrícola.

Concordo em que ela tem de ser mais bem elaborada. Os outros países não são modelos para nós, nem no aspecto do desenvolvimento nem no aspecto ambiental. Cada país tem sua independência, tem de desenvolver seu próprio modelo de desenvolvimento. Concordo com tudo isso. É claro que o Brasil é um país diferente, possui ainda essa biodiversidade maravilhosa. E podemos ser diferentes do resto do mundo que já acabou com tudo, mas temos de buscar parceria.

Acho que o Código Florestal vem reparar um comportamento que não foi conveniente, mas que também não tinha lei, não tinha consciência ambiental — afinal, meio ambiente é uma questão nova. Não estou contemporizando. Acho que essa pressão dos ambientalistas, das ONGs, é uma pressão positiva, para que a gente ache o caminho do equilíbrio, o caminho da conveniência, mas sem prejudicar evidentemente o lado brasileiro.

Como disse o Dr. Sérgio, hoje nós somos referência em produção de alimentos, em produção de energia limpa, e nós temos de nos orgulhar disso. Agora, temos de acertar o caminho. Eu sempre falo que essa é uma questão grave. Uma pessoa pode dar um cavalo de pau num carro, mas não pode dar um cavalo de pau num trem de ferro. E modelo de desenvolvimento é trem de ferro e não carro. Por isso, quando a gente busca um consenso, uma conciliação, é efetivamente defendendo o texto do Código Florestal, porque 40% do território brasileiro já está antropizado.



Nós estamos dando oportunidade a essas pessoas de regularizarem sua situação. Nós não podemos falar que está existindo anistia e que isso vai provocar desmatamento. Acho que esse é um ato, perdoem-me, de irresponsabilidade com a própria Nação brasileira.

Então, acho que a Presidente Dilma pode ir para a Rio+20 exibindo o Código Florestal e não dizendo “Que vergonha este Código Florestal!” Basta realmente a gente discuti-lo e interpretá-lo corretamente.

Queria fazer outra sugestão, porque temos aqui pessoas do Governo. Que o Governo, que tem a mídia tão pesada neste País, possa colocar efetivamente para a sociedade brasileira o que está escrito no Código Florestal — efetivamente, sem paixão, sem ideologia, sem interpretação. O que está escrito? Isso. O povo brasileiro quer isso? Quer. Não quer? Então, evidentemente nós temos de mudar nossa posição, porque nós estamos no Congresso Nacional.

Acho que vender uma coisa que é escrita, e com um outro viés, não me parece bom nem para a Rio+20 nem para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau.

Antes de devolver a palavra aos nossos convidados, gostaria de tecer algumas considerações sobre o que V.Exa .acabou de dizer.

Em primeiro lugar, quero enaltecer o seu tom cordato, a sua simpatia. Penso que, se V.Exa. tivesse sido o Relator do Código Florestal desde o início, ainda que não o considere imparcial, mas se tivesse sido, desde o início, pelo seu temperamento, que é o oposto do temperamento do Relator anterior, e pelo fato de V.Exa. parecer uma pessoa mais propensa ao diálogo do que seu antecessor, é possível que essa discussão não teria sido o diálogo de surdos que foi aqui dentro. Porque, de fato, não existe um antagonismo entre uma visão ambientalista avançada e os interesses da grande maioria dos produtores rurais, sobretudo dos pequenos produtores da agricultura familiar, daqueles que produzem os alimentos essenciais no Brasil. Não há antagonismo entre a preocupação desses dois segmentos.

No entanto, desde o início, a discussão aqui foi absolutamente polarizada. Desde o início, o Deputado Aldo Rebelo acusou todos aqueles que defendiam nossa posição, os ambientalistas, das coisas mais disparatadas. Eu, por exemplo, numa dessas reuniões, fui objeto da acusação mais chique que já me fizeram na vida: o de ser um agente da agricultura francesa. Achei isso realmente uma glória: ser agente da agricultura francesa! Então, aquele foi um diálogo de surdos.

Da mesma forma como colocado por alguns dos nossos convidados, eu vejo profundas deficiências no esquema de comando e controle, como, digamos, a base de uma política de preservação. Eu acredito muito mais em estímulos; acredito em parcerias e em estímulos.

Por outro lado, concordo em que é muito difícil aplicar-se rigidamente uma legislação a toda extensão de rios no Brasil, considerando que o rio ora é de um modo, ora é de outro modo, e que existe uma diversidade de regiões.

Penso que hoje, inclusive, nós e, acho, as exposições durante esse processo, sobretudo do INPE, do Carlos Nobre, de seu irmão Antonio Nobre, exibiram todas as ferramentas que hoje estão à



disposição, para se poder analisar não genericamente, mas, naquele trecho de rio, qual a necessidade que aquele trecho de rio tem especificamente na largura da sua faixa marginal de proteção. Hoje é perfeitamente possível, tecnologicamente, de se chegar a uma precisão muito grande, embora, pelos exercícios e modelagem que eu tenho visto, de fato, dificilmente abaixo de 15 metros. Estivemos com o responsável pela agência Nacional de Águas em outra audiência, e ele colocou que, do ponto de vista realmente do que eles propugnam, que é a defesa dos corpos d'água, para que de fato se possa ter uma chance de manter esses rios, apesar do processo de crescimento global, ele considera que 30 metros é algo mais do que razoável. Mas, de qualquer jeito, admito que poderíamos ter um tipo de legislação em que, basicamente, houvesse um mínimo, e onde se delegasse o resto a uma análise *ad hoc* feita pelo ferramental tecnológico que hoje está disponível. Mas isso nunca teve chance de ser discutido.

Outra questão é que vejo, na questão de recuperação do meio ambiente degradado, que poderíamos chegar a uma situação em que plantar floresta se convertesse em um excelente negócio para os grandes, para os médios e para os pequenos produtores. Nós imaginamos que vai haver uma disponibilidade de títulos de emissão de carbono, se houver um acordo firmado, da ordem talvez de 200 ou 300 milhões, num prazo relativamente curto. E o Brasil é o país melhor capacitado para recepcionar esses títulos, podendo eventualmente os bancos oficiais adiantarem um financiamento para o produtor rural e se ressarcirem com esses títulos de emissão, desde que, obviamente, e o Embaixador há de concordar comigo, não haja aquela fraude, aquela dupla contagem que muitas vezes aconteceu em relação aos títulos de carbono, notadamente os da Europa. Mas, de qualquer maneira, esse é um caminho.

A ideia é de que nossa pecuária é pouco produtiva. Temos aí 1 boi por hectare; e poderíamos ter 3 facilmente. Isso poderia liberar uma quantidade de terra para reflorestamento; poderia ser, digamos, dois terços por biodiversidade e um terço por reflorestamento econômico.

Ou seja, existia um campo vasto de diálogo de negociação. Mas aconteceu aqui dentro um rolo compressor, aproveitando-se realmente o poderio que a bancada ruralista, de fato, tem, e aproveitando-se, com habilidade e até com uma certa inteligência política, as várias contradições de natureza fisiológica que existem entre o Governo e sua base de apoio. Consta-se que se criou uma maioria absolutamente avassaladora, que em nenhum momento quis dialogar, e que procurou caricaturizar as posições ambientalistas. E é claro que quando chega o momento de polarização grande, cada um recua e passa a fazer não aquele discurso que de fato é um discurso da realidade, mas um discurso que sua base social quer ouvir.

Então eu reconheço que, muitas vezes, subo à tribuna já descrente da possibilidade de diálogo com V.Exas. que representam o setor rural. Então, na hora de falar, vou falar para meu público, que é o público ambientalista, sobre quem mais eu baixo o sarrafo. Senão vão dizer: "*Poxa, Sirkis! Você anda muito moderado. Como é que é essa história? Queremos o bom e velho Sirkis de volta*".

Então, tenho que fazer um discurso *a la* Ivan Valente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Estou falando em termos de estilo. O nosso estilo de discursar é diferente. V.Exa. é mais vibrante, e eu sou mais acanhado, digamos assim. Mas, como dizia, subindo à tribuna, para agradar meu público, tenho de ter aquele tom extremamente agressivo, que acho que não constrói; porque, quando se chega a um impasse político total, como se chegou no caso do Código Florestal, acaba cada um recorrendo às armas que possuem. Então esse setor ruralista tem uma arma de uma avassaladora maioria aqui dentro, enquanto nós temos a arma de termos o setor artístico do nosso lado: tem a Camila Pitanga, tem a mídia toda, tem a opinião pública nacional e internacional — e pronto! E vamos aí para o jogo de soma zero, cada um com seus *assets and liabilities*, como diriam os americanos. E vamos para o jogo de soma zero, porque essa discussão do Código Florestal poderia ter sido interessante, que passa pela questão de economia verde no setor rural, onde pudéssemos realmente olhar, dentro das preocupações de cada, porque entendo a preocupação, entendo perfeitamente a preocupação de vocês em relação à burocracia governamental. Muitas ONGs foram vítimas também de coisas totalmente absurdas no campo do IBAMA, por exemplo. No Rio de Janeiro, a Polícia Federal pegou, tempos atrás, uma quadrilha dentro do IBAMA que fazia extorsão das atividades econômicas, no caso urbano. Colocou uns tantos quantos na cadeia.

Então não acho que o comando e controle, a fiscalização e a repressão sejam o melhor caminho. Mas, às vezes, eles são o caminho que temos.

Se formos analisar como que o Brasil conseguiu de fato, pela primeira vez na sua história, a partir de 2006, diminuir substancialmente o desmatamento, vemos que houve um componente repressivo, grandes operações da Polícia Federal, um envolvimento das Forças Armadas, o confisco de uma enorme quantidade de toras de madeira ilegal, todo um trabalho de pressão em cima das indústrias, fechamento de serrarias clandestinas, etc.

Por outro lado, houve uma arma fundamental, que foi singelamente negar o crédito dos bancos oficiais para aquelas propriedades que tivessem sido embargadas por desmatamento irregular. Tenho a impressão — não tenho certeza — de que, de todas as armas utilizadas nesse período de desmatamento da Amazônia, a mais eficaz foi essa.

E, dentro da mudança do Código Florestal, houve uma série de sutis tentativas, umas sutis, outras menos sutis, de fazer com que isso parasse de valer. Porque o grande problema é este. Concordo com V.Exa. em que num mundo melhor do que vivemos aqui, num país melhor do que o que nós vivemos aqui, teríamos uma legislação genérica definindo alguns padrões mínimos. Aí então haveria, sim, uma autonomia maior por parte dos Governos de Estado e das Prefeituras, e com todo o ferramental tecnológico, para poder cada decisão extremamente levar em consideração aquela situação específica existente nesse ou naquele ponto e naquele momento.

Agora, o problema é que temos Governos de Estado onde a máquina de fiscalização é totalmente dominada pela corrupção do latifúndio. Tivemos numerosos escândalos que mostraram até que ponto esses organismos são completamente dominados por interesses vinculados aos desmatadores. E a esfera federal, conquanto também possa também padecer desse problema. O



escândalo do IBAMA no Rio de Janeiro, 4 ou 5 anos atrás, atesta isso. Mas ainda é aquele mecanismo de controle em que se pode confiar um pouco mais.

Então não é que os ambientalistas tenham um culto à concentração de poderes dentro do Governo Federal. Pelo contrário, eu pessoalmente gostaria que os Municípios no Brasil, que os Estados da Federação tivessem mais poderes, e o Governo Federal, menos poderes. Mas que, do ponto de vista da prática do dia a dia e das ações do dia a dia, se não fosse assim, não teríamos conseguido os avanços que conseguimos contra o desmatamento — se não houvesse sido o Ministério do Meio Ambiente na gestão da Senadora Marina Silva, depois na gestão do Ministro Carlos Minc e agora também com a Izabella Teixeira, com a capacidade de se mobilizar que teve, se não tivesse havido essa ação toda.

Agora, é bom que seja dessa maneira? Penso que não. Teria sido muito melhor se pudéssemos construir com o conjunto dos produtores rurais, tanto os do *agrobusiness*, que, a princípio não tenho nada contra, quanto os menores. Para mim o importante é a prática; só que a prática, às vezes, de fato, é muito negativa. Mas, enfim, as grandes propriedades de *agrobusiness* destinadas à exportação, juntas com a média e a pequena propriedade, destinadas a produzir alimentos para o mercado interno. Aí então teria sido de fato possível uma discussão de Código Florestal completamente diferente daquela que acontecia.

Como eu acredito realmente no veto — não sei se ele vai ser total ou parcial —, penso que este tema vai voltar à discussão entre nós. Espero que a segunda fase de discussão seja mais da natureza, como eu tenho colocado, do que da forma como que se deu a partir da relatoria que precedeu a de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Eu não gostaria de transformar este debate aqui — há vários convidados — num debate sobre o Código Florestal nem fazer um balanço dele. Eu queria falar também sobre isso, e muito. Mas, por enquanto, poderíamos encerrar por aqui este capítulo, Piau, porque já debatemos muito, dizendo o seguinte: quem quiser ficar com o Moreira Mendes, fique; quem quiser ficar com a Camila Pitanga, fique. (*Risos.*) Eu acho que nós ganhamos essa batalha.

Vamos aos nossos convidados, até porque podemos fazer esse balanço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Vamos ouvir agora, na mesma ordem das intervenções originais, o Embaixador André Corrêa do Lago.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Muitíssimo obrigado.

Vou fazer uns breves comentários, primeiro, sobre a sua intervenção, Deputado, sobre a questão do PIB.

Esses indicadores existentes, os quais V.Exa. chamou de mascote, na realidade já tiveram um impacto muito grande. O Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Gini e outros são muito levados em consideração; mas, na verdade, eles são indicadores que mostram que ainda estamos na fase de incorporar a dimensão social. Os indicadores para a dimensão ambiental podem ser mais bem desenvolvidos. Eu acho que a Rio+20 vai trazer o apoio dos países a isso.



Por que isso é muito complicado? Porque ninguém quer que os novos indicadores derrubem a posição de um país. O PIB ainda é a grande referência.

Então, na hora em que os países emergentes estão tendo um PIB alto, começa a discussão de que PIB não é importante. Obviamente, isso é muito frustrante para muito dos nossos amigos no G-7, que se esforçaram há anos. Todo mundo diz que tem de melhorar o PIB. Mas, na hora em que melhora o PIB, não vale. Agora mudou a regra.

Então, nós temos de assegurar que seja construtiva a criação desses novos indicadores, que seja uma coisa que facilite, e que realmente tenha um pouco desse estímulo que o senhor mencionou.

Deputado Ivan Valente, com relação a essa questão de o Brasil ser o *enfant terrible* da Rio+20, a verdade é que o Brasil é um país muito complexo: tem respostas extraordinárias em coisas completamente diferentes e tem um território completamente diferente. Há vários países que dizem que o Brasil representa o mundo inteiro, de certa forma, porque o Brasil tem tudo dentro do Brasil. Tem desde as desigualdades até avanços extraordinários. E o Brasil, no fundo, é a prova de que a resposta numa região não é a resposta certa em outra região. Eu acho essa uma das grandes lições que vamos ter na Rio+20.

Na Rio-92 havia a ilusão de que um modelo tinha de ser seguido. Hoje em dia é muito claro que tem de haver modelos adaptados às realidades não só de um país, mas até a uma região do país. Esse conceito se fortaleceu muito nos últimos anos, e o Brasil é a prova viva disso aí. Ou seja, não há uma resposta única para os desafios. O Brasil, de certa forma, mostra várias respostas, dependendo das circunstâncias.

A crise está acontecendo no mundo e, às vezes, dizemos que ela vai atrapalhar a Rio+20. Num certo de ponto de vista, sim, se acharmos que a Rio+20 tem que ser dinheiro dos ricos que vá para os pobres. Mas os ricos estão sem dinheiro, e, com esse modelo, realmente, vai ser meio difícil termos resultados muito espetaculares na Rio+20. Por outro lado — é trágico, mas é interessante —, não temos só uma crise econômica e financeira; nós temos a crise ambiental, e temos uma crise social. Nós temos crise nos três pilares do desenvolvimento sustentável, e, portanto, é o momento de se questionar o modelo atual. E esse questionamento do modelo atual é favorecido pela crise, porque quando não há crise as pessoas dizem: “não, estamos mais ou menos indo bem, vamos acertar um pouquinho aqui, acertar um pouquinho ali”.

A realidade é que nós precisamos de uma mudança muito grande, e essa é a grande contribuição da Rio+20, porque a Rio+20 veio para falarmos de longo prazo, e ninguém está conversando sobre o longo prazo. Está todo o mundo falando da semana seguinte, da crise da Grécia, no máximo do ano seguinte, mas ninguém está falando do longo prazo. E essa é a grande contribuição da Rio+20: poderemos falar de modelos novos, modelos diferentes. O Deputado Piau também mencionou isso. E eu acho que essa vai ser uma grande oportunidade.

Eu não vou falar do Código Florestal, porque o assunto foi encerrado, por sugestão sua, mas a realidade é a seguinte...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Longe de mim encerrar o problema do Código Florestal! *(Risos.)* Eu quero encerrar aqui, na nossa discussão.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Exatamente. Então, eu não vou entrar nisso daí, para não despertar um tema, aliás, fascinante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - *(Risos.)* Então, é isso. Eu agradeço muito a oportunidade de nósirmos aqui e podermos discutir com os senhores e as senhoras esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Eu gostaria de passar a palavra ao Aloísio, pedindo-lhe que, se puder, comente um pouco a questão de tributos, a discussão sobre tributos, a necessidade de transformar, no caso de um país com uma taxa tributária tão elevada quanto a do Brasil, ou de substituir tributos existentes por alguma coisa que seja mais vinculada à intensidade de emissão de carbono. Sérgio Margulis levantou algumas dificuldades a respeito disso, como a de que a solução, eventualmente, passaria até por legislação. Gostaria de saber um pouco como é que o Ministério da Fazenda encara essa questão.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - *O.k.*, Deputado.

Primeiro, comentando esse ponto da questão dos tributos, a gente entende, sim, que há possibilidade de, como foi feito em alguns momentos, inclusive por questões conjunturais, para manter o nível de atividade econômica etc., fazer alterações, reduções de tributos para determinadas atividades, e também para cumprir objetivos, digamos, viabilizar atividades, setores que tragam ganhos ambientais, principalmente esses setores que estão introduzindo inovações, tecnologias que estão desenvolvendo-se, em fase de disseminação e tal. Então, é possível, sim, acionar instrumentos de redução de carga tributária e tal, para alguns segmentos.

É lógico que esse é o tipo de medida que se toma caso a caso, pontualmente. Não dá para pensar, até pela complexidade legal dos setores envolvidos, numa reforma tributária verde, algo mais ambicioso. Eu não trabalharia com esse tipo de expectativa. Mas acionar instrumentos tributários é possível, sim.

Com relação especificamente à emissão de carbono, é o tipo de análise, como eu disse, que a gente está desenvolvendo. Digamos que são políticas que podem ser complementares, mas se aplicam de forma diferenciada. Há experiências internacionais de tributação em carbono para setores de atividades específicas. O que a gente considera, nessa análise que a gente está fazendo sobre a possibilidade de estabelecer um sistema doméstico de um mercado de carbono, é uma outra forma de fazer com que o setor privado absorva, de certa forma, o custo da redução das emissões de gases de efeito estufa, algo que a gente tem feito hoje com recurso público, e, na forma de incentivo direto aos setores, passaria a ser absorvido, então, pelos setores privados, internalizado nas atividades, com uma característica de dar flexibilidade para que as reduções de emissões sejam feitas onde é mais barato, onde o custo é menor.

Quando se imputa o tributo, a flexibilidade é zero; o Estado diz qual é o preço do carbono e diz que se tem de pagar esse preço pelo carbono que se emite. Ao estabelecer um instrumento de mercado confere-se certa flexibilidade, porque se estabelece um limite de emissão; se para um setor



for muito caro reduzir a emissão de carbono e para outro setor essa redução é mais barata, vai-se para lá e compra-se crédito desse setor, ou compra-se a licença desse setor que pode reduzir mais a um custo menor. Então, esse é, um pouco, um tipo de análise de qual instrumento é o mais adequado. Mas, como eu disse, esse princípio de introduzir, de apreçar uma externalidade como a emissão de carbono é algo que está sendo considerado, e eu acho que é uma inovação importante no âmbito do Ministério da Fazenda.

Sobre a Rio+20 há algumas questões que foram levantadas aqui. Eu acho que vale a pena informar, por exemplo, que há um circuito de debates, no âmbito da Rio+20, que ocorre lá, na conferência, e que ocorre também em eventos paralelos, por exemplo, sobre inovações no campo no setor financeiro, relativas a financiamento sustentável. O Protocolo Verde, aqui citado, é uma iniciativa importante no Brasil, e a gente até colocou-o no documento nacional, como uma referência, no sentido do comprometimento das instituições financeiras — inicialmente foram os bancos públicos federais, depois os bancos privados, por intermédio da FEBRABAN — com um conjunto de princípios. A adesão é de ordem voluntária, e tem sido monitorada.

Uma boa notícia é a de que o Banco Central entrou ativamente no monitoramento disso, e vai promover no dia 13, salvo engano, nos eventos prévios, ali, um debate sobre essa experiência em torno de financiamentos sustentáveis, com esse eixo do Protocolo Verde e também com o eixo da inclusão financeira, que é algo em que o Brasil avançou bastante e é também uma importante referência internacional, no sentido do microcrédito, do crédito para população de baixa renda, do acesso a serviços financeiros, que avançou muito, e dos desafios novos colocados: de novos serviços financeiros, como seguros; de criar cultura de poupança e tal. Então, há toda uma agenda em torno do financiamento como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que vai ser discutida lá, e da qual a gente participa.

Outra iniciativa importante: como foi citado aqui, houve o café da manhã no encontro de primavera lá do FMI, com os ministros das finanças sentados à mesa para discutir o assunto. Até pude acompanhar o depoimento do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Foi muito interessante, porque ele disse que era um momento para ele muito significativo a oportunidade de estarem os ministros de finanças sentados para discutir esse tema, e manifestando-se de forma bastante ativa, pró-ativa. Sabemos que o contexto não é nem um pouco favorável; há um monte de ministros de finanças com uma agenda, digamos assim, para lá de emergencial batendo à porta deles, com as questões de crise e tal, mas há um esforço de envolvê-los ativamente.

O Ministério da Fazenda está promovendo um encontro dos ministros de finanças do G-20 também durante a Rio+20, no dia 21, não é, Marco Aurélio? O horário ainda está em definição, mas o intuito é trazer esse circuito — que, eu diria, como o Embaixador bem comentou, é um circuito novo, um público novo — para este debate da sustentabilidade.

No mais, eu comentaria que o Brasil, ao convocar a Rio+20 como anfitrião, assim faz tendo muito a mostrar. E tem, de fato, não é? No campo da política social o Brasil é referência, com os programas de transferência de renda etc., com a própria política de elevação do salário mínimo, com essa experiência brasileira de promoção de um processo de desenvolvimento e crescimento com



inclusão, e com alguma redução da desigualdade, mais uma vez reconhecendo que qualquer avanço nesse campo ainda é pequeno, muito havemos de avançar, mas o Brasil tem muito a mostrar.

É óbvio que, estando aqui, seremos também alvo, estaremos de certa forma expostos, e temos de lidar com o que nos fragiliza e nos expõe. Possivelmente o Código Florestal vai levantar esse tipo de questionamento, porque certamente é mais do que consolidado hoje o papel que as florestas desempenham para a regulação do clima, além da biodiversidade, da garantia de regularidade de recursos hídricos etc. Então, na verdade, como eu disse, a nossa expectativa, falando pelo Ministério da Fazenda, é de que a Rio+20 seja de fato um espaço para o desenvolvimento de agendas muito pragmáticas, muito objetivas, de uma nova plataforma de intervenção, uma plataforma internacional de mobilização dos países, em que bons exemplos, casos exitosos — e o Brasil tem alguns para colocar à mesa — podem servir de referência para uma agenda mais ampla.

Nesses vários temas colocados aqui, como a revisão do PIB, ou a busca de novos indicadores, como eu disse, a gente está bastante engajado nisso, entendendo que essa é uma agenda muito positiva. Eu não citei aqui a tal agenda dos objetivos do desenvolvimento sustentável, que a gente tem discutido no âmbito do Governo, inclusive no Ministério da Fazenda, no sentido de eleger um conjunto de objetivos, metas que incorporem também a dimensão econômica e a ambiental articuladas à dimensão social, como compromisso. É uma agenda que a gente entende como bastante possível, bastante positiva. E é, como eu disse, uma oportunidade também para o estabelecimento e a alavancagem de uma agenda doméstica de inovações no nosso campo, de uma aproximação do que existe de instrumento econômico para o conjunto dos instrumentos ambientais.

Dá muita vontade de comentar todas as questões sobre o Código Florestal, que nos afetam diretamente. Nosso Ministério manifestou-se também com relação à questão dos vetos, mas eu acho que esse é assunto para vários outros debates. Agradeço desde já a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Bem, o Embaixador André Corrêa do Lago vai ter de se ausentar daqui a pouco. Dou a palavra aqui a Sérgio.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Eu adorei as intervenções dos Srs. Deputados, mas há uma passagem... Eu gostaria muito que o Deputado Piau estivesse aqui de volta, porque ele disse uma coisa que me deixou bem impressionado. Eu não estou fazendo campanha para ser Deputado, mas eu acho que é bem significativo e a gente deve ter em mente o que ele disse, que foi mais ou menos isto: "Quando a gente estava no meio da discussão, a falta de entendimento é que levava a isso, levava àquilo; a falta de clareza, então, levava as pessoas aqui dentro a não ter uma compreensão; imaginem o que é que o cidadão lá embaixo estava entendendo".

Foi aí que me caiu a ficha. Não é que me caiu a ficha; eu sempre tive muita clareza disto: para mim, o cidadão está sempre lá em cima. Honestamente, é uma questão de linguagem, mas eu acho que isso é fundamental aqui. A gente está tratando, nessa questão de desenvolvimento sustentável, é do cidadão. Ele é o nosso patrão. Ele está lá em cima, e a gente aqui tem de fazer um esforço. É impossível — esta é uma cobrança que eu estou fazendo aqui à Casa —, como é que pode passar uma discussão a ser político-partidária? Ela é na essência, porque o nosso patrão está,



lá pagando o nosso salário, nós somos funcionários públicos, e a gente tem de dar satisfação para ele lá em cima.

Bom, feito esse comentário, vamos ao PIB. O PIB, Sr. Embaixador, quando o Brasil começar a fazer a contabilidade ambiental, o PIB brasileiro tem de aumentar. Ele não vai cair. A gente não vai ficar mal na fotografia, a gente vai ficar bem. Isso é que é desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável é o Brasil crescer mais e ficar mais limpo. É isso. Desculpe; na minha pequena existência, desde o primeiro dia em que eu comecei a trabalhar com economia ambiental, é isto: apostar em que quanto mais limpo maior o crescimento, mais eficiente. Então, fazer o PIB verde é fazer o Brasil sair melhor ainda na fotografia e a gente orgulhar-se disso.

Um segundo ponto: eu concordo, Alfredo; eu acho que... eu não sei como é que eu me defino, se neoliberal ou não, mas eu trabalhei numa instituição neoliberal; também não sei bem o que é isso, mas, enfim, o Estado tem de...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Olhe, eu sei o que é, ouviu? *(Risos.)* Eu sei o que é. Se precisar eu lhe digo.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Ah, então que o senhor me diga. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Consenso de Washington, essas coisas que o Ministério da Fazenda conhecem bem.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - *(Risos.)* O senhor acha que eu... O senhor acha, não; o senhor está dizendo que eu sou um agente do mal, porque eu trabalhei 22 anos... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - *(Risos.)* Eu estou dizendo que se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Não acho que o Banco Mundial seja...

O SR. SÉRGIO MARGULIS - *(Risos.)* Ah, o Banco Mundial não é neoliberal? Então, está ótimo! Então, eu estou bem na fotografia com o senhor. Mas, de qualquer forma, tem de haver de fato o empurrãozinho do Governo. Eu já tinha dito que isso é fundamental. Só que eu acho o seguinte: é de interesse do setor privado — o Deputado Piau tinha de estar aí, porque eu estou dialogando com ele —, é de interesse do setor privado essa iniciativa de correr atrás de energia limpa. Se eu tivesse esse dinheiro... *(Risos.)* Água, nem é preciso dizer; o que estou dizendo agora é que essas fontes limpas, puxa, são um maná para investimento!

Estamos de acordo. Eu falei da questão da distribuição de renda, e concordo completamente: eu não sei se ela foi feita na essência, mas a gente tem de olhar os indicadores. Quer dizer, a pobreza, medida seja lá como for, está caindo, está numa tendência decrescente, o que é bom. Mas eu não sei se a distribuição foi estruturante ou não. Isso eu também não sei.

Deputado Dr. Aluizio, adorei a sua pergunta. Logo que perguntou qual é o retrato que o Brasil mostra, veio-me à mente a música de Cazuza: *“Brasil, mostra a sua cara, quero ver quem paga...”* Esse “quero ver quem paga” é que é a questão. Quem vai pagar?

Bom, o retrato do Brasil — e disso eu posso falar, já que estive 20 anos fora — é espetacular. Eu fiz a opção de sair do Banco Mundial; eu trabalhei 22 anos lá, e por opção eu disse: não, vou sair mais cedo, quero voltar, quero pegar meus últimos anos aqui, quando ainda tenho energia para colocar aqui e trabalhar direto. É claro, houve um pedido da Ministra, e com muita honra eu vim. É



outro Brasil! Gente, o Brasil, 20 anos depois, dá um orgulho que nem imaginam. É, sim, eu tenho de dar este depoimento, do Brasil é para se ter orgulho, sim. Antigamente acho que a gente só falava de futebol, não é? Era do que a gente tinha orgulho. Agora, do futebol nem sei se é para se ter tanto orgulho (*risos*), mas o fato é que o Brasil é um *show* de bola. Podemos até dizer: “Não, essa camisa é feia”; “Não, essa não, não”; o nosso time, por exemplo, está feio na fotografia, o Flamengo; mas, *o.k.*, o Brasil é, sim, inacreditável! Eu vivi aqui, eu sei como era, sei da dificuldade; eu trabalhei com a África, trabalhei com os países do Oriente Médio, trabalhei com outros países. É, sim, é incrível! O Brasil fez muita coisa.

E há essa outra questão aí sobre a democracia, de que se estava falando no começo, não é? Quer dizer, a democracia atrapalha; a gente olha o modelo chinês, o pessoal lá vai tocando aquele rodo, porque não têm de perguntar nada a ninguém...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Espere. É claro, e essa é a graça do Brasil, não é? É o máximo! (*Risos.*) Ninguém explica, mas tudo está funcionando. Não sei como, mas vai indo, não é? (*Risos.*)

Então, agora eu queria dizer uma última coisa, e, desculpem-me, também tocando nessa questão, mas eu vou tocar, porque não é só a questão do Código Florestal. Aí a pergunta seria para o Deputado Piau, e depois eu vou ver como é que isso funciona, mas é o seguinte: quando a gente olha, tirando o foco do Código Florestal, para um Brasil que exporta álcool, que era produzido por... Não é mais, mas ainda há... Bem, não sei se há ainda, mas até pouco tempo atrás havia trabalho infantil envolvido, trabalho escravo; quando a gente olha para um Brasil que produz aço, fazendo uma lambança ambiental sem tamanho; quando a gente vê cada cidadão num carro indo para o trabalho, emitindo cada vez carbono, em *pickups* cada vez maiores; quando a gente vê uma produção de frango em que o diabo do frango toma tanto hormônio que não consegue ficar em pé, tudo isso, um produtor rural, esses do Código, sim, o fazendeiro, o pecuarista da Amazônia, o agente do desmatamento, ele tem horror disso. Ele vai dizer: “Que horror!” Não dá orgulho nem a eles, a ninguém dá orgulho ver um Brasil com essa cara.

Então, a pergunta é, sim, voltando a eles: escutem, não vai demorar muito para que qualquer cidadão do mundo, inclusive do Brasil, mas imediatamente, talvez, os cidadãos europeus — a gente diz isso meio emblematicamente — já, já, vão dizer: “Não vou comer arroz produzido numa fazenda na Amazônia que não está cumprindo a lei”. E isso vai acontecer! É óbvio que vai. Eu não estou nem falando aqui da regulação, se é neoliberal ou não, ou de deixar o mercado tomar conta. Será que eles não estão vendo isso? Não estão vendo que o mundo caminha rapidamente para isso? Este é o mundo do desenvolvimento sustentável, é um mundo verde, em que as pessoas de jeito nenhum vão consumir o que foi produzido na base de trabalho escravo, na base de trabalho infantil, com desmatamento, com isso, com aquilo, que não vem com os selos, porque há essa combinação do consumo e da produção, que tem de ser limpa e tal. Esse é o Brasil que a gente, que eu, desculpem-me, eu sou um assessor, eu não sou ninguém, eu sou só um assessorzinho da Ministra, mas esse é o Brasil que a gente quer propor, essa é que é a nossa motivação.



Então, esse negócio do Código Florestal, de ficar brigando para se colocar lá uma regra que não seja pró-ambiente, quer dizer, não haver reservas, não haver preservação, é de uma falta de lógica privada que não dá para entender. Então, isto é uma cobrança, sim, desculpem-me, à Casa, para reflexão: se é de interesse de todo o mundo, como é que se pode ser contra isso? Isso vai acontecer via mercado, se não for na base da regulação, porque a regulação é em curto prazo, mas o mercado está indo para isso. Eles têm de abrir o olho! A minha preocupação é com eles, sim. Eu quero protegê-los. Escutem, eles produzem alimento. A comida aqui no Brasil é muito barata, e eles caras estão fazendo direito o dever deles. Eles produzem bem, e tal; então, queremos que eles continuem a produzir. Só que não precisam produzir nesse limite da irresponsabilidade ambiental. E não vai afetar, inclusive, a economia deles. É isso que eu não entendo. Incomoda-me, e eu queria argumentar. Infelizmente o Deputado não está, mas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que ele acha que vai incomodar. São pontos de vista imediatistas, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Sérgio, é exatamente isso. Quer dizer, o problema todo é o imediatismo. São coisas, sim, muito particulares, até o fato de termos aí 14 Parlamentares que na verdade estão legislando em causa própria quando fazem com que caiam por terra multas e autuações havidas neste período todo, pelo menos 14 que têm, alguns, até multas acima de R\$ 1 milhão. Então, não deveriam estar, mas estão com a possibilidade inclusive de legislar em causa própria.

Eu queria dar a palavra agora para as pessoas da audiência. Daniela estava inscrita.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Sirkis, antes, só uma questão: a projeção feita por Sérgio está disponível também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Está.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depois, então, vou consultar. Eu peço desculpas, eu vou ter de viajar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Tem a palavra Daniela.

A SRA. DANIELA - Eu tenho algumas perguntas e algumas considerações. Primeiro, aproveitando que o Deputado está saindo, quero falar sobre o Código Florestal. Eu acho que é importante relacionar toda essa discussão sobre o Código Florestal com uma proposta que surgiu de uma organização que está acompanhando o processo da Rio+20; é um sistema de ouvidoria, que eles chamam de *ombudsperson*, para gerações futuras. Consiste em avaliar o impacto que teriam para as gerações futuras os grandes projetos, as grandes políticas públicas, nacionais e internacionais. Então, a ideia seria fazer também um filtro do impacto que o Código Florestal teria para gerações futuras, e não só num prazo mais imediato. Essa seria uma discussão interessante a ser feita aqui nesta Casa.

Em relação à Rio+20, quero expressar uma preocupação com o país anfitrião. É uma pena, o Embaixador já foi embora, mas existe o Monumento da Paz, que foi inaugurado no Rio de Janeiro durante a Eco 92 e que simboliza a unidade dos povos. Diversos países trouxeram um punhado de areia da sua região, e foi construído esse monumento por um artista brasileiro. Quero fazer só um



alerta: esse monumento está totalmente detonado, bastante baqueado, e, obviamente, como nós somos o país anfitrião, acho que é interessante dar-lhe alguma atenção, com uma reforma mínima, pelo menos para que as pessoas que estiveram aqui há 20 anos possam visitar o monumento agora. É um monumento muito simbólico daquela Conferência, e para esta Conferência ele está precisando de algum cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Daniela, mande-me uma foto do monumento, por favor, para eu cobrar do...

A SRA. DANIELA - De antes e de depois? De antes, quando era bonito, e de depois, como está agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Sim.

A SRA. DANIELA - Está bem, pode deixar.

O segundo ponto relaciona-se com toda essa discussão da erradicação da pobreza. Nós estamos falando de economia verde no contexto da erradicação da pobreza. Uma coisa que eu tenho notado nas discussões é uma analogia, como se fossem sinônimos, da questão da erradicação da pobreza com a da redução das desigualdades sociais e econômicas. Elas não são sinônimas, e nas discussões vem sendo dito que ao se erradicar a pobreza, ou a pobreza extrema, reduz-se a desigualdade social e econômica. Não é bem por aí. Então, eu acho que é um pontuação que eu não tenho visto o Governo brasileiro fazer de forma muito clara, e também outros países. Eu não estou acusando o Governo brasileiro, mas, nas discussões em geral, isso não tem sido muito bem diferenciado, e quando isso não é bem diferenciado também se deixa de analisar o que é a pobreza, no sentido mais amplo.

A discussão aqui hoje foi muito voltada para o que é a pobreza econômica, a pobreza material, financeira, que obviamente é um elemento da pobreza, mas se nós não incorporarmos nesta discussão as outras dimensões da pobreza, a pobreza cultural, por exemplo, ou a riqueza, o que pode ser a riqueza cultural — pode-se discutir o tema pelos dois ângulos —, deixaremos de trabalhar soluções mais sistêmicas para uma pobreza que, obviamente, não é só econômica. O indivíduo que é pobre pode ser pobre economicamente, financeiramente, mas também é desprovido de uma série de outras riquezas, de outros valores de que precisa para se desenvolver plenamente como ser humano, e essa discussão eu também vejo bastante ausente numa conferência em que se tenta uma abordagem mais holística, mais sistêmica, para esses problemas que a humanidade enfrenta neste momento. Então, não percebi essa discussão, que deveria ser muito forte, não digo aqui nesta Mesa, mas nas discussões em geral sobre a Rio+20.

E quando se faz essa discussão da pobreza sob uma abordagem econômica — e obviamente a questão econômica é um pilar fundamental, e isso foi comentado por todos aqui na Mesa; ou seja, é um elemento que precisa ser discutido — é importante que a economia verde traga uma tentativa de fortalecer esse pilar como uma contribuição para o desenvolvimento sustentável; até aí, *o.k.*; mas quando nós falamos em erradicar pobreza inserindo um contingente cada vez maior de indivíduos como consumidores, inserindo-os num mercado consumidor, e foi essa a palavra mais utilizada aqui, eu não ouvi em momento algum uma discussão sobre como utilizar ferramentas em sistemas



econômicos, ou modelos econômicos, que ajudem a efetivar direitos humanos. Então, eu senti a ausência, nesta discussão aqui, hoje, de uma preocupação de como podemos usar esse modelo econômico, essas propostas de uma economia verde, para realmente efetivar direitos humanos. Falamos de mercado consumidor, de consumidores, mas em momento algum eu ouvi falarem de valorização, efetivação, elevação do *status* de um cidadão, do conceito, da compreensão e da consciência de cidadania. Então, deixo só o alerta, para que nesta discussão não se priorizem o pilar econômico e o papel que o indivíduo vai ter como consumidor em detrimento do seu papel como cidadão.

E aqui eu trago uma outra discussão. Quando nós falamos em atribuir valores econômicos a recursos naturais e serviços ecossistêmicos, isso pode ser *o.k.* como mecanismo de transição, mas na discussão aqui eu senti falta do elemento, do conceito de corresponsabilidade, de responsabilidade compartilhada, seja entre nações, seja entre regiões, blocos regionais do mundo, seja entre Estados de um país — e aqui entramos um pouco na discussão do pré-sal. Então, atribuir um valor mercadológico, um valor econômico a esses recursos, isso seria *o.k.* por um período, até ocorrer a adaptação a um modelo que seja mais adequado para a sociedade poder desenvolver-se de forma sustentável e plena, mas fica de fora, parece, uma leitura, uma análise mais crítica da capacidade potencial de os países conversarem entre si, buscarem soluções que beneficiem a todos. Ficamos num *approach*, numa abordagem muito econômica mesmo, com uma total falta de reflexão sobre a capacidade de colaboração, de se reconhecerem recursos como bens, patrimônios comuns da humanidade. Então, senti a ausência disso na discussão.

Eu tenho vários outros pontos, mas sei que o tempo está esgotado; então, depois conversei mais com quem quiser sobre esses assuntos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Está inscrita Renata, mas a Deputada Rosane Ferreira pediu a palavra, e ela tem prioridade.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Obrigada, Renata. Serei bem breve.

Primeiro, quero justificar-me; eu estive aqui no início dos trabalhos, ouvi atentamente o Sr. Aloísio e consegui ouvir quase inteiramente o Sr. Sérgio, e depois tive de me ausentar. Sou membro da CPMI que trata da violência hoje acometida contra as mulheres e tive de ir ao Senado. Estou voltando agora, mas terei acesso às notas taquigráficas desta audiência, e vou ficar atenta.

Eu só queria ressaltar duas questões, para mim fundamentais. Uma é essa questão da mercantilização, essa coisa do comércio. Na saúde — nós discutíamos isto na Seguridade Social — médicos são hoje prestadores, pacientes são usuários e as medidas e as ações, por exemplo, num plano de saúde, vêm como um pacote. Então, há mercantilização mesmo, e hoje levanta-se muito essa questão da mercantilização, de mercado, de economia verde e tudo mais, tudo sempre com um viés econômico, e quando nós tentamos puxar as coisas para outro lado sempre há uma resposta comercial, econômica, no ato.

Esses dias eu questionava uma pessoa sobre o preço de uma determinada bolsa de determinada grife. Eu dizia que ali não havia matéria-prima que justificasse aquele valor, ali não havia tecnologia que justificasse aquele valor, e a pessoa equacionava o preço daquele produto, daquele



catálogo, em cima da felicidade da pessoa que o usaria. Aí não valia mais PIB, valia “FIB”, valia a felicidade de poder usar a tal bolsa (*risos*). Então, sempre há um viés em que a questão econômica se sobrepõe, em que o capital se sobrepõe. É uma coisa impressionante! Mas nós não podemos fugir disso, não podemos fugir desse momento. E, sobre essas observações que a oradora que me antecedeu fez, é verdade, é preciso olhar tudo com o viés do ser humano, da humanidade.

Aqui dentro desta Casa a discussão do Código Florestal foi cruel, foi muito difícil, porque todos os argumentos que se usavam eram muito frágeis, mas eles tinham o conjunto, tinham a força de estarem representando e de estarem advogando em causa própria, o que os energizava ainda mais. Era uma coisa vital!

E, para finalizar, nós temos de fazer com que as pessoas se apropriem da ideia de que nós somos um planeta inteiro, de que a biodiversidade é importante, de que nós fazemos parte do meio e cada ser vivo, da flora, da fauna, tem uma missão, tem um porquê de estar aqui. E do ponto de vista da economia nós deveríamos agora, Deputado Sirkis, propor uma discussão que tem de ser feita também, com relação à parte econômica: a de como nós vamos fomentar a indústria da reutilização, da reciclagem. Eu acho que isso tinha de estar sendo debatido.

Eu quero finalizar mesmo dizendo isto: hoje nós vemos uma série de situações que agredem a natureza, e os resíduos sólidos estão nesse viés muito sério, e nós não vemos, por exemplo, um problema com as latinhas de alumínio, mas nós vemos problema com o vidro, com o plástico, com todo o resto, e nós temos de fazer — e eu estou propondo — uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano, junto com a Comissão de Meio Ambiente, e é preciso que a Fazenda esteja lá, que o BNDES esteja lá, para que nós possamos discutir um pouquinho a valorização da reutilização, linhas de crédito para fomentar a indústria da reciclagem, porque nós estamos precisando facilitar que isso aconteça em nosso País. Essa também é uma resposta que nós temos de dar, dentro da questão da economia verde. Tem de valer a pena reutilizar, tem de valer a pena recolocar matéria-prima no mercado, e fazer valer a pena significa fomentar mesmo a indústria da reciclagem. Nós não temos problemas com a lata de alumínio porque o alumínio tem valor agregado; nós temos problema com todo o resto que não vale a pena recolher do meio ambiente nem reutilizar, mas essa é uma discussão para a próxima vez.

Finalizo parabenizando-os pelo evento e agradecendo aos senhores a presença aqui. Esta Casa tem de viver muitos outros momentos como este que estamos vivendo aqui agora. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Deputada Rosane.

Só uma pequena observação, a respeito da atribuição de valor econômico para serviço prestados por ecossistemas; isso, na verdade, ao contrário das aparências, é exatamente o oposto da mercantilização da natureza. O que acontece é que hoje existe uma série de recursos ambientais que são totalmente de graça. O cidadão pode apropriar-se deles, utilizá-los, destruí-los, dilapidá-los, porque não existe, não lhes é atribuído valor econômico algum, não é atribuído. Então, por exemplo, pode-se atribuir um valor econômico a um determinado terreno, ainda que completamente florestado, mas ele é avaliado como terreno, como extensão de terra; não existe uma avaliação, por exemplo, do



serviço de fotossíntese que aquilo faz; não existe, em relação à mata ciliar, uma atribuição de valor econômico à proteção de águas que ela oferece, e assim por diante.

Então, na verdade, muitas vezes eu tenho visto neste processo sobretudo aquelas forças a que me referi no início da intervenção, que estão ali, presas ao século XIX, mais ou menos, contestando que isso representa a mercantilização da natureza, quando é exatamente o contrário: isso representa a inversão da tendência que a economia moderna tem de absolutamente considerar que esses recursos são de graça, para serem apropriados e jogados dentro de uma máquina de fazer lucro a troco de nada.

Tem a palavra Renata.

A SRA. RENATA - Bom dia a todos. Eu sou Renata, do Greenpeace. Eu queria especialmente fazer uma pergunta para Aloísio, mas antes vou fazer uma consideração. Eu tenho acompanhado este processo da Rio+20 desde do final do ano passado, e nós sempre ouvimos que a participação do Ministério da Fazenda tem sido importante, até fundamental. Eu acho que realmente, para haver uma mudança em cenário nacional, esse envolvimento do Ministério da Fazenda é sem dúvida primordial.

Já que estamos falando do tema da economia verde, foi dito aqui por uma das partes que se espera que a conferência não seja para discutir o conceito, mas para discutir uma agenda pragmática relacionada à questão de economia verde. Então, eu pergunto: o que seria essa agenda pragmática? O que seria, digamos assim, o ponto a ponto, para clarear um pouco mais esse tema, no que se refere ao Governo brasileiro? Porque eu acho que não está claro o que é economia verde. Que não seja para conceituar, mas para mostrar o que realmente vem a ser economia verde, do ponto de vista do Governo brasileiro.

E até, colocando esse assunto em voga, nós temos, junto com a conferência oficial, a questão da Cúpula dos Povos, que recentemente soltou uma nota negando, digamos assim, a economia verde. Então, como o Governo brasileiro recebeu essa questão de a Cúpula dos Povos negar a economia verde? Fica, enfim, esse antagonismo, e é nesse sentido a minha indagação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Só quero fazer uma rápida observação em relação a isso. Eu acho que Renata tocou num tema que de fato é significativo. "Cúpula dos Povos" é um nome muito pomposo, não é? Muito pretensioso. Parece até que 6 bilhões de pessoas no planeta são representadas nessa cúpula, quando na verdade só uma certa quantidade de ONGs que estão aí, algumas com trabalho meritório, outras menos, mas... Eu li meio na diagonal esse documento, ouvi algumas referências a ele, e a impressão que me deu é de que aquelas pessoas, que não entendem qual é a discussão do século XXI, refugiam-se numa discussão que lhes é mais fácil, porque são aquelas famosas polarizações ideológicas do século XX; acham que economia verde é a nova face do neoliberalismo, e ao mesmo tempo eu ouvi lá o raciocínio de que a economia verde não vai à essência da contestação do capitalismo.

Ora, pelo amor de Deus! Infelizmente, ou felizmente, eu não sei como definir, mas a realidade é que o mundo é uma economia de mercado. Todos os países, com uma única exceção, são países



de economia de mercado. A China é uma economia de mercado, Cuba está transformando-se numa economia de mercado. Tecnicamente, o único país socialista que resta no mundo é a Coreia do Norte. Então, é uma discussão completamente sem pé nem cabeça.

Poderiam dizer, na discussão de economia verde, que não vale realmente disfarçar barreiras protecionistas e interesses comerciais em economia verde. Está bem, acho que é um ponto plausível, que a economia verde, como foi aqui dito, não pode apenas concentrar-se na questão tecnológica, porque isso vai favorecer, basicamente, os países que são detentores dessa capacidade de inovação, cada vez menos, aliás. Mas eu acho essa observação dessa pomposamente chamada Cúpula dos Povos uma coisa meio fora de esquadro. Acho que está fugindo daquilo que deveria ser a discussão real.

Tem a palavra Aloísio.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Bem, comentando essa questão, e talvez um pouco as questões anteriores também, eu citei aqui alguns dos pontos que ao nosso ver, sob o olhar do Ministério da Fazenda, do Governo brasileiro, devem compor essa agenda. É óbvio que, nesse processo negocial que o Embaixador descreveu aqui, processo típico de negociação da ONU com cada país, com quase 200 países na mesa, países com direito de objeção e veto ao avanço e tal, não é muito claro qual o tipo de compromisso, qual é a agenda efetiva que vai sair após a Rio+20. A expectativa que nós temos, e acho que parte do Governo tem, é de que saiam dali plataformas que permitam que novos acordos e compromissos sejam desenvolvidos, detalhados no futuro e implementados em certo prazo, após 2015 etc.

Numa agenda como essa, por exemplo, poderia estar esse tipo de iniciativa de revisão de indicadores, de olhar para uma nova metodologia de apuração de produtos, de PIB, que incorpore ou que tenha uma conta anexa que reflita o balanço dos ativos ambientais do país e o fluxo dos recursos naturais que ingressaram no sistema econômico e dos — vamos dizer assim — fluxos contrários de resíduos que impactaram os recursos naturais. Ou seja, é uma agenda em torno da definição de uma metodologia internacional, acordada pelos países, e o comprometimento dos países de implementar essa metodologia em “x” anos. Então, esse é um tipo de compromisso que pode sair dali.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável entendemos que podem ser também uma agenda interessante, que vai estabelecer a semelhança, mas esperamos que de forma aprimorada em relação ao que foram os objetivos de desenvolvimento de milênio, focados numa agenda social, talvez com uma imprecisão quanto aos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Só um adendo, porque exatamente nesse ponto há algo que me deixou muito preocupado. Eu tive uma conversa colateral aqui com o Embaixador André Corrêa do Lago, que me disse que não haveria indicadores numéricos associados a esses objetivos, e eu já começo a ficar um pouco mais desanimado, porque ter objetivo sem indicadores é complicado.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Mas eu acho que ele falou do ponto de vista do processo negocial. É muito pouco provável que se chegue ao fim da Rio+20 com indicadores e com as metas quantitativas desses indicadores definidas ali. O que sai dali é uma plataforma em que



os países talvez tenham definido quais são os temas em torno dos quais vão ser acordados os indicadores, se eles vão ser globais, se eles poderão ser traduzidos em metas nacionais ou não, quais são os prazos etc., quer dizer, toda uma agenda de especificação pós Rio+20, mas a expectativa é de que a Rio+20 talvez abra essa plataforma, firme o compromisso dos países de desenvolverem um novo sistema de apuração de indicadores, de metas indicadoras, e de que isso seja desenvolvido e implementado. Os processos são dessa forma.

Há uma agenda, por exemplo, que até se baseou numa proposta brasileira de uma plataforma de cooperação tecnológica. Eu acho que hoje um tema relevante, que vem por conta não só do clima, da agenda do clima, mas do próprio desenvolvimento, é o do acesso às novas tecnologias, dos mecanismos efetivos pelos quais os países em desenvolvimento e os agentes econômicos desses países tenham acesso às novas tecnologias e tal. Então, há necessidade de desenvolver uma plataforma específica para criar um instrumento tecnológico que seja efetivo e acessível e que evite ou reduza um pouco o viés de concentração de domínio tecnológico em alguns países.

Há também uma série de outros compromissos em torno, por exemplo, de iniciativas como compras nacionais sustentáveis, que devem comprometer os países, com o poder que o Estado tem, ao fazer as suas compras e tal, de introduzir novos padrões sustentáveis, de indução a isso pelas suas próprias aquisições. Enfim, esses são alguns exemplos do que deveria compor uma agenda mais pragmática de objetivos.

O risco que nós vemos é o de gastar-se uma conferência com este tipo de debate de se economia verde é uma nova etapa do capitalismo etc., quer dizer, algo que fique numa “ideologização” do debate e que talvez não acrescente do ponto de vista conceitual, fique muito mais na disputa e efetivamente não estabeleça uma plataforma que nos permita uma nova etapa de trabalho, de cooperação internacional, numa agenda renovada que seja compatível com os desafios que nós temos hoje, neste novo século.

E comentando alguns outros pontos, primeiro, sobre a questão da desigualdade e da redução da pobreza, ou da pobreza extrema, na verdade eu citei isso como dois elementos distintos. Quer dizer, o Brasil reconhecidamente avançou muito na redução da pobreza; há um programa, o Brasil Sem Miséria, que tem uma meta que, eu diria, é bastante ambiciosa, a da eliminação da pobreza extrema no Brasil; muitas vezes ela é mais claramente identificada com a dimensão renda, mas desde o desenho, por exemplo, do Bolsa Família, como agora, no Brasil Sem Miséria, considera-se como parte dessas estratégias a ampliação de acesso aos serviços básicos, a ampliação direta de acesso aos direitos sociais básicos. Isso está lá, de certa forma. Quando se olha o Bolsa Família, vê-se que há uma dimensão de acesso à educação e de acesso à saúde associada, tendo sido inclusive reconhecida como uma inovação importante nesse tipo de instrumento de transferência. Está também no Brasil Sem Miséria, em que, junto com o pacote, o elemento de transferência de renda tem a incorporação dessas famílias às redes de proteção social, ao identificar que existe um público que até hoje não conseguiu ser minimamente reconhecido por essas redes, por esses serviços. Então, estão



associados, na forma como o Brasil formula, ainda que o principal indicador apareça como sendo o de renda.

Agora, de fato, isso não é equivalente à redução de desigualdade, que é outra agenda, muito mais complexa, muito mais estrutural, como foi dito aqui, e como foi mostrado também. É até interessante, abrindo parênteses, que neste debate o assessor do Ministério do Meio Ambiente trouxe mais dados econômicos do que o assessor do Ministério da Fazenda. *(Risos.)* Estamos em um novo momento, de fato. Mas isso mostrou que de fato é algo muito mais estrutural, muito mais complexo. Houve uma movimentação; quer dizer, reduziu-se um pouquinho o Índice de Gini no Brasil, de 0.57 para talvez 0.53, ou 0.54, reduziu-se um pouco a desigualdade, mas isso é algo muito mais complexo, muito mais difícil, e, como eu disse, é também um desafio, e não só para o Brasil; mesmo nos países ricos e desenvolvidos, há uma agenda hoje, uma pressão em torno do aumento da desigualdade nesses países também, e do conjunto de distorções que isso provoca, do ponto de vista das relações sociais, das tensões políticas que isso cria. Então, é uma agenda comum, e realmente é distinta, não é a mesma do desenvolvimento.

E com relação ao que a Deputada comentou, de fato fazemos parte dos comitês da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, e especificamente da política de Logística Reversa, e estamos abertos para discutir efetivamente medidas que possam auxiliar nesses setores, em especial na estruturação da atividade econômica da reciclagem, que também tem de ser tratada como atividade econômica, na medida em que se viabilizar, na medida em que se incorporar de fato ao ciclo econômico das atividades, não sendo um apêndice chato que alguém tem de carregar e que só gera custo etc. E para isso, criar um ambiente no sentido de uma menor carga tributária ou outro tipo de benefício que possa viabilizar essas atividades é perfeitamente factível. Lógico que cada um deles tem de ser desenhado especificamente.

A precificação é o que tenciona os debates biológicos em torno da economia verde, ou seja, o medo de que tudo vire preço. Mas acho que o caso da água, que também já começa a ser observado no Brasil pelo Programa Produtor de Águas, exemplifica isso muito claramente. À medida que se estima quanto custa não ter água limpa, como o serviço de água vai ter que gastar com a limpeza dessa água, isso é custo efetivo que tem que ser transferido aos consumidores. Quanto aos mananciais, à medida que se fornece água mais limpa, com menor índice de poluentes, que reduz o custo do tratamento, é possível estimar qual o valor econômico associado à proteção das nascentes pelo que isso reduz de custo na hora de fazer o serviço.

Há uma abordagem já implementada que mostra que especificar, explicitar, os valores envolvidos naqueles recursos naturais ajudam não apenas com o papel didático junto à população e aos agentes econômicos, como também a desenhar instrumentos que permitam que o custo seja efetivamente incorporado àqueles ciclos, àquelas atividades econômicas. Devemos avançar nesse sentido. Por exemplo, o impacto de uma obra. Se nós soubéssemos mais claramente quanto custaria retirar um manguezal, em termos da perda de proteção de encostas, de recursos pesqueiros e etc., se isso pudesse ser um valor econômico que entrasse na conta da viabilidade de empreendimentos,



ajudaria, talvez, na tomada de melhores decisões de investimentos, de melhores decisões econômicas.

Há um pouco essa lógica de caminhar no sentido da valorização, e acho que é um ganho, um avanço que nós podemos ter nas políticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito alvissareiro ouvir isso de parte do Ministério da Fazenda.

Apenas em relação à questão da concentração de renda e da diminuição da pobreza, o exemplo óbvio é o caso da China. A China, nos últimos 30 anos, conseguiu a façanha de retirar quase 500 milhões de pessoas da linha de pobreza. No entanto, foi um país onde a concentração de renda se agravou brutalmente. De fato, uma coisa não se confunde com a outra. O Brasil felizmente conseguiu avanço nos dois campos, um mais acentuado, a redução de pobreza; o outro mais modesto, na concentração de renda. Os Estados Unidos significativamente tiveram, nos de últimos 20 anos, uma concentração brutal de renda e um certo aumento da pobreza. Essa é uma discussão importante, mas aparentemente tem sido, nos últimos anos, mais fácil simplesmente diminuir a pobreza do que diminuir a concentração de renda.

A SRA. CELINA - Meu nome é Celina. Eu sou da assessoria técnica da Liderança do Partido Verde. Quando meus amigos querem brigar comigo, eles me chamam de conceitualista. De fato, eu acho que, sem conceitos claros, nós não chegamos a lugar algum.

Uma das coisas que pegam, quando se começa a discutir economia verde ou qualquer tipo de economia, é que dificilmente se faz distinção clara entre o que é economia, que originalmente, etimologicamente, significa administração da casa, e o que é finança monetária. Então é uma distinção que nós temos que fazer, se realmente quisermos chegar a algum lugar. Porque não adianta precificar as coisas se não temos em vista que queremos um outro tipo de administração da casa. É disso que se trata a economia verde. Como vamos passar a administrar a casa, ou seja, a nossa casa, a terra toda, usando instrumentos que são estritamente monetários? Como se faz isso? Para mim isso não está claro em lugar nenhum. Eu não quero entrar na linha do anticapitalismo ou neocapitalismo — eu não sou neoliberal —, mas é um risco que se corre e serve inclusive para explicar à população o que se quer de fato.

Transformar tudo em dinheiro serve para algumas coisas. E eu concordo com o exemplo da água, porque se tem claramente o que significa não fazer. É um custo, claro. Por outro lado, quando se fala para um cidadão: "*Olha, não vamos desmatar o mangue porque isso impacta em recurso pesqueiro*" — e impacta mesmo, o mangue é berçário de peixes —, o custo é distribuído pela sociedade, mas o lucro de desmatamento do mangue é individual.

Então, para mim, o cerne desta discussão ainda está no fato de que os custos ambientais são socializados e os lucros da devastação ainda são privatizados.

Como se muda esse paradigma para fazer com que, de fato, uma questão de economia verde, de administração verde, seja factível? Para mim, essa é uma questão-chave sobre a qual gostaria de ouvir opiniões.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Parece-me que atribuir valor econômico aos serviços prestados por ecossistemas é um passo importante. Possivelmente não é o único, mas é um passo importante, porque, dentro da cultura vigente, esses recursos naturais estão aí sem valor, estão aí como disponíveis, mas são insumos, são matérias-primas.

Na verdade, existe uma diferença muito grande entre uma matéria-prima de mineração, por exemplo, que se extrai e se usa como insumo em determinada produção, e o ecossistema, que presta serviços, como é o caso do manguezal que foi citado aí; da mata ciliar, que presta serviço; da Floresta Amazônica, que presta serviço, do Pantanal, que presta serviço etc. E isso simplesmente não é considerado no mundo da economia.

De fato, essa é uma discussão extremamente importante.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - A essência da questão ambiental... Para não dizer que há um agente do mal, que desmata o manguezal, que auferir lucro e que o custo social é diluído pela sociedade e pelas espécies... Quando a senhora anda de carro, por exemplo, faz exatamente a mesma coisa. *(Risos.)* Não há como mudar isso. A senhora, quando veio para cá hoje, causou uma externalidade global, mesmo que...

A SRA. CELINA - Eu vim de metrô. *(Risos.)*

O SR. SÉRGIO MARGULIS - E causou uma externalidade global, ainda assim, porque a senhora veio de metrô, que usa a energia elétrica, que vem de hidrelétricas. A senhora pode ter minimizado a sua pegada de carbono, mas que a senhora causou uma externalidade, a senhora causou — sinto muito —, para apropriar um bem comum, que é a natureza. *(Risos.)*

É por isso que temos a questão ambiental, exatamente por isso. É a definição. É assim que é a questão ambiental. É dela.

E quanto à questão do valor, também bate um pouco no que a colega falou sobre a questão da cultura e tal. São valores. Os economistas são assim... A gente faz a conta.

Por acaso, eu sou economista do meio ambiente; passei a minha vida fazendo conta de valorar serviços ambientais. É isso que eu sei fazer. Tentamos dar valor a isso, incorporar. Estamos brigando.

Aliás, Deputado Alfredo Sirkis, eu não sabia, mas li em algum lugar que existe um projeto de lei ou um decreto para que o Brasil faça o PIB verde, a contabilidade ambiental. Há um projeto de lei sobre isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Ótimo, seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Se esse projeto for a votação, dificilmente vai ser aprovado.

O SR. SÉRGIO MARGULIS Ah, bom, se vai ser aprovado, não sei. Sei que nós, do Ministério da Fazenda, em parceria com o IBGE, estamos buscando fazer isso, porque tecnicamente não é nada simples. Mas estamos tentando fazer isso na esfera do Executivo.

Também há o fato de que ninguém resolveu essa questão do crescimento e da distribuição. Aliás, sobre essa dicotomia, joga a culpa um pouco sobre o pessoal da área social, porque nós, da



área de meio ambiente, conseguimos avançar mais, nos últimos 20, 30 anos. Tivemos algum avanço na integração dessas duas coisas, economia e meio ambiente. E houve muito menos avanço, no meu entendimento, não tem como avaliar isso, na questão social.

Então, continua-se trabalhando crescimento de um lado e distribuição do outro — distribuição envolvendo aí as coisas que você falou: cultura, acesso à informação etc.

Sobre a Rio+20, há uma coisa para internalizarmos, que é a pergunta do Deputado: com que cara a gente vai. Temos que ir com uma cara não de quem vai cobrar, mas de quem vai ouvir e aprender. Porque, como essa Conferência não é sobre o clima, vamos discutir direitos dos cidadãos, acesso à informação, acesso aos serviços públicos. E, nesse sentido, só temos a aprender, por exemplo, com a Comunidade Europeia. Realmente, eles estão anos-luz na nossa frente nesse sentido, e é uma chance para aprendermos esses valores. Não é mole, nós crescemos, houve esse esforço todo e aí passou um índice de Gini miserável em termos de pontos: de 0,58 para 0,53, o que é um enorme avanço, mas ainda é píffio. Esses países estão lá na frente da gente, e não podemos desprezar isso: bons valores, fraternidade, transporte coletivo. Temos que aprender com eles como se faz. Europa e Estados Unidos são um pouco diferentes. Mas os Estados Unidos têm valores de democracia que são fantásticos.

Então, vamos para essa Conferência para aprender muito. Mas a questão do carbono, realmente, não. Acho que esse é um bem comum global, e a posição é outra. Acho que é saudável a separação, mas, do ponto de vista da colocação estratégica política do País, é completamente diferente. Quando sentarmos para a negociação do clima, temos que cobrar. Mas acho que nesta, Rio+20, devemos aprender, *share experiences*, compartilhar experiências. Acho que esse é o tom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Sérgio, muito obrigado.

Pergunto se mais alguém gostaria de falar. (*Pausa.*)

Pegando este último ponto que o Sérgio colocou, minha chefe de gabinete, Grace, muito atenta à *TV Câmara*, acaba de me dizer que o projeto do PIB verde é de autoria do Deputado Otávio Leite, e é o PL nº 2.900, de 2011.

Eu penso que a Rio+20 deveria, por um lado, ter incluído, no seu tema, um balanço de há quantas andam todos aqueles textos que foram sacramentados na Rio 92: a Convenção do Clima, da Biodiversidade, da Desertificação e a Agenda 21. Quando uma conferência se referencia em outra, como é o caso da Rio+20, seria de bom alvitre que se fizesse um balanço da anterior.

Por outro lado, acho que a questão do clima ronda a Rio+20 como um espectro. Porque é impossível se discutir economia verde, sem se discutir clima; é impossível se discutir governança internacional sem se discutir clima.

Por essa razão, as Subcomissões Rio+20, da Câmara e do Senado, tomamos a iniciativa de convocar, com apoio do Governo do Estado de Pernambuco e da Prefeitura do cidade do Rio de Janeiro, a Rio Clima, ou Rio Climate Challenge, que é uma reunião que começa no dia 13 e vai até o dia 18. Depois, há um *show* acústico, no dia 21, com Gilberto Gil, Andy Summers e amigos, totalmente dedicado à discussão do clima e até à modelagem de um cenário que possa representar uma simulação de um acordo do clima que tenha o condão de manter a concentração de gases de



efeito estufa na atmosfera, neste século, abaixo de 450 PPMs; que preserve um aumento máximo de temperatura em 2 graus; e que, até 2020, consiga fazer com que a curva de emissões, deste ano, que está, neste momento, estimada em 56 gigatoneladas seja reduzida para 44 gigatoneladas, que se seria uma curva minimamente compatível com o objetivo de chegar aos dois indicadores anteriores.

Na verdade, vamos ter, por um lado, uma série de discussões, uma série de debates e, por outro lado, vamos ter três grupos de trabalho concentrados de forma muito assídua e prolongada mesmo. Serão dias e dias de reunião, na modelagem de uma proposta para o clima, envolvendo pelo menos os principais países emissores, que são basicamente os países do G20, em que nós possamos colocar uma proposta realista e factível de mitigação, de financiamento de uma economia de baixo carbono e de adaptação no campo da segurança alimentar e das questões envolvendo águas. Então, o objetivo em adaptação é um pouco mais restrito.

Estamos buscando antigos chefes de Estado para se incorporarem a essa discussão. Haverá uma instância exclusiva de políticos no dia 18. As outras discussões serão conjuntas, entre políticos formuladores de políticas públicas, gente da área acadêmica e científica e gente da área econômica governamental e privada.

Então, esperamos concretizar tudo isso e ainda com o *show* que vai se dar durante o segmento de alto nível, que vai ser no dia 21, no Forte de Copacabana, onde vamos aproveitar para anunciar as conclusões a que o Rio Clima chegou, inclusive, com recomendações, tanto para este momento final da Rio+20, quanto para dezembro deste ano, quando vamos ter a COP 18 no Catar.

É uma tentativa que esta Subcomissão e as outras Subcomissões ligadas às Comissões de Relações Exteriores, de Defesa Nacional e de Meio Ambiente da Câmara e do Senado estão fazendo para que, de fato, a questão do clima não suma da agenda pública da Rio+20.

Gostaria de agradecer pela presença ao Aloísio, ao Sérgio e ao André, que já foi embora.

Quero dizer que, para uma quinta-feira, tivemos um comparecimento Parlamentar bastante significativo. Tivemos 7 ou 8 Parlamentares que passaram por aqui; tivemos a presença dos nossos companheiros do Greenpeace, da comunidade Bahá'í, de outras entidades e dos assessores parlamentares, que sempre assistem, com muita atenção, a essas atividades.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.



ANEXO III – INFORMAÇÕES REFERENTES A EVENTOS ADICIONAIS EXTERNOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS, RELATIVOS À RIO + 20, APOIADOS PELA SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Constam deste anexo a programação e dados relativos a eventos que foram apoiados pela Câmara dos Deputados e estimulados pela Subcomissão para acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, conquanto a externos à Câmara dos Deputados, tanto do ponto de vista de organização, quanto de localização e realização.

III.I. INICIATIVA / DESAFIO RIO CLIMA OU RIO CLIMATE CHALLENGE:

O evento denominado *Rio Climate Challenge*, ou *Desafio Rio Clima*, ou *Iniciativa Rio Clima* foi um dos múltiplos eventos paralelos à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Teve a coparticipação das duas Casas do Congresso Nacional e o objetivo de analisar a problemática candente do clima planetário, sob enfoque metodológico inovador, no sentido de vislumbrar alternativas passíveis de minimizar os efeitos adversos decorrentes do aquecimento global que já se fazem sentir, em um momento em que o conjunto de países da Organização das Nações Unidas fez a opção de deixar esse tema fora da mesa de negociações.

Resultaram das trocas de experiências então ocorridas compromissos de ação no sentido de serem viabilizados programas e projetos tendentes a minimizar as consequências do aquecimento global, assim como a determinação comum de ser formado um banco de ideias, com sede no Rio de Janeiro, para que se possa proceder à contínua troca de experiências e viabilizar ações que possam ajudar a minimizar os problemas decorrentes do desequilíbrio climático, sempre mais perverso para os menos afortunados.

Em face da importância do tema, que não foi incluído no temário da conferência principal, do apoio prestado ao evento pelo Congresso Nacional, assim como da metodologia utilizada e dos participantes presentes, optou-se por também incluir, neste relatório, os principais dados referentes a esse acontecimento.



III.I.I. Ato conjunto das Subcomissões Rio + 20, do Congresso Nacional:



SENADO FEDERAL

ATO CONJUNTO DAS SUBCOMISSÕES RIO +20 DO CONGRESSO NACIONAL.

As presidências das subcomissões Rio + 20 do Congresso Nacional, dando sequência ao Ato Conjunto que tomou a iniciativa de promover com outras instituições oficiais nacionais, internacionais e da sociedade civil a iniciativa Rio/Clima – *Rio Climate Challenge* –, estipulam sua data de realização para os dias 14, 15, 16 e 17 de junho, de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com uma reunião preparatória a ser realizada em Recife, no dias 13, 14 e 15 de abril, de 2012.

Instituem, ainda, uma coordenação parlamentar para os referidos eventos formada pelos presidentes das subcomissões Rio + 20, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, e incumbem o deputado Alfredo Sirkis, presidente da sub-comissão Rio + 20, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, para realizar o trabalho de coordenação e ligação com os demais parceiros nacionais e internacionais para a organização das mencionadas reuniões.

A referida Coordenação Parlamentar do Rio/Clima reunir-se-á, quinzenalmente, para acompanhar a evolução dos preparativos e tomar as decisões pertinentes.

Por fim, solicitam à Presidência do Congresso Nacional que promova a expedição dos convites oficiais às autoridades nacionais e internacionais, bem como a solicitação de apoio às instâncias federais, estaduais e municipais que couber.

Brasília, 1º de março de 2012.



**ATO CONJUNTO DAS SUBCOMISSÕES RIO+20 DO
CONGRESSO NACIONAL.**

Senador Fernando Collor de Melo
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Senador Rodrigo Rollemberg
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de
Fiscalização de Controle

Deputado Alfredo Sirkis
Presidente da Subcomissão Rio+20 da Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional

Senador Cristovam Buarque
Presidente da Subcomissão Rio+20 e do Regime Internacional sobre
Mudanças Climáticas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa
Nacional

Deputado Sarney Filho
Presidente da Subcomissão Rio+20 da Comissão de Meio Ambiente e
Desenvolvimento sustentável

Senador Sérgio Souza
Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas

III.I.II. Prospecto relativo ao evento:

Rio Climate Challenge (RCC) – Rio/Clima



1 – O que é

Uma iniciativa, a ser realizada de 13 a 21 de junho, durante a Conferência Rio + 20, envolvendo grupos facilitadores, não-oficiais, provenientes de países grandes emissores e de alguns países grande vulnerabilidade para simular e modelar um esforço comum mais ambicioso visando um compromisso internacional sobre Clima capaz de atender à demanda da ciência face ao aquecimento global.

O objetivo é simular um cenário factível de mitigação, adaptação e financiamento que possa mobilizar a sociedade, influenciar governos e facilitar futuros avanços tanto no processo da ONU como em ações nacionais ou de grupos de países.

A ideia é iniciar a “negociação” de um “acordo” envolvendo os maiores emissores e alguns dos mais vulneráveis. Isso contribuirá para sensibilizar e mobilizar a opinião pública internacional mostrando que existem caminhos factíveis desde que os contextos políticos nacionais se tornem mais favoráveis. Isso pode facilitar a negociação dos governos no âmbito da COP 18 e de conferências subsequentes oferecendo-lhes uma modelagem já previamente simulada entre quadros políticos, científicos, acadêmicos e empresariais influentes destes países.

O RCC propiciará ao Rio de Janeiro manter o status de cidade de referência internacional nas questões ambientais globais conquistado na Rio 92 quando foi assinada a Convenção do Clima. O evento terá uma abertura de considerável poder de comunicação com um show acústico, em recinto fechado, de grandes artistas internacionais e a presença de personalidades de primeira linha.

2 – Convidados

2.1 – Facilitadores dos seguintes países ou grupos de países:

2.1.1 – BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China);

2.1.2 - União Européia (Alemanha, França, Reino Unido e UE);

2.1.3 - Umbrella Group (EUA, Canadá, Austrália, Japão Indonésia e Rússia);

2.1.4 - Liga Árabe + Golfo (Arábia Saudita e Qatar)

2.1.5 – Aliança dos Pequenos Estados Insulares, AOSIS (Granada, Tuvalu, Maldives)

Pode-se, eventualmente, acrescentar alguns outros facilitadores mas o critério é articular em torno destes cinco grupos já estruturados e não ultrapassar o número de 20

2.2 - Os grupos de contato



Os grupos de contato dos diferentes países terão três componentes básicos: o político, o científico e o econômico. O critério para formação dessas equipes facilitadoras envolve um mix de influência política e expertise em modelagem de emissão/mitigação/adaptação e financiamento. Durante a reunião eles simularão uma negociação em torno dos temas: mitigação, adaptação, financiamento e métrica.

Estão sendo convidados alguns estadistas veteranos e/ou políticos influentes, diplomatas e quadros técnicos para explorar cenários de metas mais ambiciosas para além do Anexo I de Kyoto e dos NAMAS de Copenhagen/Cancun. Essas “delegações” poderão manter contato e um grau de concertação com seus respectivos governos e, na medida do possível, incluir quadros susceptíveis de jogar um papel futuro nas tomadas de posição nacionais relativas às mudanças climáticas.

No componente científico a prioridade deve ser dada a cientistas, acadêmicos e técnicos de governo que trabalhem com modelagem de cenários capazes de fornecer aos governos leques de opções.

No componente econômico é recomendável incluir quadros gestores tanto de governos, bancos oficiais e multilaterais quanto da iniciativa privada. O número de componentes das delegações não é rígido: poderia variar de três a dez.

Além dos grupos de contato por países haverá um supranacional com a participação de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, de setores da economia incluídos no chamado “global sector”, tais como os setores financeiro, de petróleo, carvão, automobilístico, agribusiness e de ONGs de atuação internacional.

Tratando-se de uma simulação eventuais lacunas em grupos de contato nacionais ou no supranacional poderão ser preenchidas por facilitadores brasileiros ou de outros países desde que tenham conhecimento e preparo suficiente para exercer o papel que lhes seja atribuído. Ela se desdobra no tempo como um think tank baseado no Brasil e que irá apoiar as futuras negociações do clima, tanto as que aconteçam no marco da UN FCCC quanto outras que possam surgir no futuro (G 20, por segmento econômico, no Conselho de Segurança da ONU, concertações bilaterais, etc.)

Oficialmente a iniciativa é das subcomissões Rio + 20, da Câmara de Deputados e do Senado, da prefeitura do Rio de Janeiro e do governo do estado de Pernambuco, com participação de todos órgãos e entidades que se disponham a participar.

3 - Produtos esperados do Desafio Rio Clima

3.1 - O Desafio do Rio (The Rio Challenge) – um documento com um ou mais de um cenário(s) de compromissos de mitigação, adaptação e financiamento. Em relação à mitigação ele deve ter como critério atender



ao limite estabelecido pelos cientistas do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) de manter a concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em 450 ppm.

No concernente à adaptação deve lidar com as ameaças mais graves já tidas como inevitáveis. Em relação ao financiamento deve procurar modelar cenários que levem em conta tanto esforços governamentais e multilaterais quanto privados. Deve modelar mecanismos que atribuam valor econômico à redução de emissões, absorção e fixação de carbono, ao prazo menor para sua entrada em vigor e à repartição de responsabilidades de financiamento mediante critério que considere o histórico de emissões das partes e sua respectiva contribuição para a concentração atual e futura de GEE na atmosfera.

3.2 – A proposta de uma nova métrica unificada para metas dos vários países relativamente às mudanças climáticas. Atualmente utilizam-se “anos base” diversos (1990, 1995, 2000, etc...) ou a intensidade de carbono por ponto percentual do PIB, dificultando muito a comparação dos esforços dos diversos países. Também ambiciona-se apresentar a proposta de um ícone ou gadget, simbólico, de grande visibilidade que registre a progressão da concentração de GEE na atmosfera, como instrumento de alerta, conscientização e mobilização da sociedade.

3.3 – Recomendações de propostas para a Rio + 20, e COP 18: o encontro poderá produzir recomendações para a Rio + 20, no tocante às interfaces entre seus temas e os temas oficiais da reunião: economia verde e governança, bem como, para a COP 18 em dezembro e 2012, no Qatar, e outros futuros encontros do sistema ONU/CP.

3.4 – Instituição do Desafio Rio Clima como um think tank destinado a continuar esse trabalho no futuro junto às COP da ONU e de outras negociações bi e multilaterais sobre Clima.

Os objetivos enunciados são maximalistas. A dinâmica da realidade pode vir a fazer com que alguns deles sejam desdobrados no tempo, até 2015, para quando está previsto um novo acordo sob a égide da Convenção do Clima.

4 – Agenda e dinâmica dos trabalhos propostas para o Desafio Rio Clima:

A reunião terá duração de 5 dias.

Data: 12/6/2012 – Chegada dos participantes ao Rio de Janeiro.

Data: 13/6/2012

Local: Centro de Convenções da Firjan



Horário: 10h às 12h30 e 15h às 17h30:

Apresentações, em plenário, sobre o tema: “Atualização de informações sobre o Clima” e reuniões preparatórias dos grupos de mitigação, adaptação, finanças de baixo carbono e métrica.

Data: 14/6/2012

Local: Centro de Convenções da Firjan

Horário: 10h – 12h30

Abertura solene presidida por Maurice Strong, com a presença do ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, do ex-secretário da UNFCCC Ivo de Boer e de outras personalidades.

Horário: 15h às 19h

Apresentações e debates em plenário sobre o tema “Atualização de informações sobre o Clima”.

Concomitantemente, nas salas de reunião, três grupos de trabalho farão exercícios para a construção de cenários para mitigação, adaptação e finanças de baixo carbono.

Data: 15/6/2012

Horário: 9h30 às 12h30 e 15h às 19h

*Plenário: apresentações e debates sobre o tema “**Riscos climáticos exponenciais**” para o dimensionamento dos riscos dos feedbacks: até que ponto a liberação de metano no Permafrost do Ártico e nos oceanos, a acidificação dos mesmos e as liberações de carbono decorrentes de secas em florestas tropicais influem nas metas de mitigação a serem perseguidas?*

*Debates a serem realizados à tarde: “**Propostas para Mitigação**”.*

***Salas de reunião:** três grupos de trabalho farão exercícios para a construção de cenários para mitigação, adaptação e finanças de baixo carbono.*

As conclusões dos grupos deverão ser levadas a debate em plenário.

Data: 16/6/2012

Salas de reunião:

***Manhã:** redação das conclusões dos cenários dos grupos de trabalho referentes à mitigação, adaptação e finanças de baixo carbono.*

Data: 17/6/2012

Local: Forte de Copacabana

Horário: 10h

Sessão de encerramento da parte do evento referente à Construção



de Cenários do Desafio Rio Clima presidida pela secretária da UNFCCC Christiana Figueres, Maurice Strong e ex-presidentes brasileiros e personalidades internacionais.

Data: 18/6/2012

Local: Centro de Convenções da Firjan (13º andar)

Horário: 9h às 12h30 e 14h30 às 19h30

Negociação simulada para o “Rio Climate Challenge First Draft” restrita a políticos e estadistas.

Data: 19/6/2012

Local: Centro de Convenções da Firjan (13º andar)

Horário: 9h às 12h30

Local: plenário do 13º andar

Mesa de debates: “As Cidades e o Clima”.

Horário: 14h30 às 19h30

Mesa de debates: “Empresas e economia do baixo carbono”.

Organizador: Forum Clima e Instituto Ethos.

Data: 20/6/2012

Local: Riocentro

(Horário a marcar) Conferência de imprensa referente ao Desafio Rio Clima.

Data: 21/6/2012

Local: Forte de Copacabana

Horário: 21h às 23h – Concerto acústico Rio/Clima com Gilberto Gil, Andy Summers & amigos.

III.I.III. Painéis apresentados:

Nesse evento, há registro dos seguintes onze painéis realizados:

1. **Mudanças climáticas nos marcos 2015-2020-2050**, em que se lembrou que, em 2013, encerra-se a vigência do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, muito embora nas últimas conferências dos Estados Partes a esses instrumentos internacionais muito pouco tenha sido discutido sobre o que viria depois;



2. Efeitos exponenciais do aquecimento global e reengenharia, no qual foi debatido o aspecto de que o uso de previsões e projeções futuras para que sejam validadas ações políticas é objeto de enormes controvérsias;

3. Reflexão e ação em face do aquecimento global, painel que se fundamentou no raciocínio de que, segundo o IV Relatório do *International Panel on Climate Change*, IPCC, o aumento do efeito estufa é um fato e esse é agravado pelas atividades humanas;

4. Caminhos possíveis para que sejam alcançadas as metas de 450ppm e 2°, que partiu da premissa de que há claros indícios de que ainda é possível ser contida a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera em 450 partes por milhão e manter o aumento médio da temperatura do planeta abaixo de 2 graus centígrados;

5. Discussão de um marco inicial propositivo da Iniciativa Rio Clima, discussão que se fundamentou na constatação de que, até o presente momento, o debate pertinente às ações internacionais conjuntas necessárias à contenção do aquecimento global pouco avançaram e têm enfrentado óbices significativos, sendo a maior delas atingir-se um consenso entre 193 Estados, devendo-se refletir a respeito de como o processo pode ser repensado;

6. Financiamento para a economia de baixo carbono, oportunidade em que foi colocada a questão de como poderia ser repartido o preço da adaptação e da contribuição dos vários países para um *Fundo Verde do Clima*, no qual se encontrasse uma média ponderada, que considerasse emissões agregadas per capita e emissões históricas;

7. Adaptação à mudanças climáticas, segurança alimentar e águas;

8. O clima sob a ótica parlamentar;

9. Inovações e projeções futuras quanto a mudanças climáticas, painel no que teve o objetivo de colocar em evidência o papel da inovação técnico-científica para o enfrentamento do problema climático planetário;

10. A economia de baixo carbono e as empresas, painel organizado pelo Instituto Ethos e Fórum Clima, em que se debateu que o desafio do clima requer a concentração de esforços, em que o segmento empresarial tem papel fundamental a desempenhar;

11. Cidades e Clima, painel coordenado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, SMAC, teve o objetivo de analisar as projeções para o crescimento populacional que indicam que quase toda a população estará concentrada nas zonas urbanas, o que implica a necessidade de serem enfrentados os desafios relativos a como serem organizados os sistemas de moradia, transporte e saneamento nas zonas adensadas.



III.I.IV. Memória de reunião preparatória ao Desafio Rio Clima, realizada em Recife, Pernambuco

Reunião preparatória no Recife define os grupos de trabalho para a Rio Climate Challenge

Com a participação de cerca de 50 especialistas brasileiros e de sete outros países, realizou-se, no final de semana, no Recife, em Pernambuco reunião preparatória do Rio/Clima – The Rio Climate Challenge. O objetivo foi preparar a grande reunião dessa iniciativa paralela à conferência Rio + 20,, a ser realizada no Rio de Janeiro, nos dias 14 a 17 de junho de 2012.

Participaram do evento o ex-ministro da cultura Gilberto Gil, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, o prefeito do Recife, João da Costa, o secretário de meio-ambiente daquele estado, Sérgio Xavier, o secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), Luís Pinguelli, o secretário executivo do Fórum de Mudanças Climáticas do Rio de Janeiro, Sérgio Besserman –representando o prefeito do Rio, Eduardo Paes - o ex-presidente do FBMC, Fabio Feldmann; a responsável por economia verde do governo do Rio de Janeiro, Suzana Khan, o professor Emilio de La Rovere da COPPE, o ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro Tasso Azevedo, o professor Eduardo Viola, os professores do MIT e da Tufts University Travis Franck e Mieke van der Wasseem, o presidente do Breakthrough Institute Michael Shellemberger, e o professor Bana e Costa, da London School of Economics, entre outros especialistas dos EUA, África do Sul, Índia, Suécia, Espanha, Portugal e Brasil.

Dois convidados especiais, o ex-ministro da Justiça de Israel, no governo Isaac Rabin, Yossi Beilin, e o secretário geral da OPL, Yasser Abed Rabbo, aportaram à reunião seu depoimento sobre a Iniciativa de Genebra, da qual foram ambos artífices, que consistiu em um abrangente e detalhado acordo de paz simulado entre Israel e os Palestinos, realizado em 2003.

Na cerimonia de abertura, presidida pelo governador Eduardo Campos, participaram também o Senador Sérgio de Souza (PMDB) e os Deputados Federais Alfredo Sirkis (PV), presidente da sub-comissão Rio + 20, e coordenador da Rio/Clima, Sarney Filho (PV), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Márcio Macedo (PT), presidente da Comissão de Mudanças Climáticas e Fernando Ferro (PT).

Os trabalhos de preparação foram coordenados pelo deputado Alfredo Sirkis e pelo facilitador sul-africano Mark Young. Foram acordadas a metodologia e a agenda da reunião de junho destinada a traçar as grandes linhas de um Acordo do Clima que atenda aos ditames da ciência para



manter a concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera abaixo do limite de 450 ppm, mediante uma simulação de negociação entre os principais países emissores e alguns dos mais vulneráveis.

A reunião do Rio/Clima, durante a Rio + 20,, terá uma sessão de abertura, no dia 17, presidida por Maurice Strong - que dirigiu a Rio 92 - com a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do ex-secretário executivo das negociações do Clima da ONU, Ivo de Boer, da secretária executiva da Convenção do Clima da ONU, Christiana Figueres e de alguns ex-chefes de estado ainda a confirmar. Na noite de abertura haverá um concerto acústico com Gilberto Gil, Andy Summers & amigos.

De acordo com o encontro realizado no Recife, foi estabelecido que haverá três trilhas de negociação: mitigação, tratando a redução de GEE pelos vários países e segmentos da economia mundial; adaptação, buscando estratégias voltadas para águas e alimentos na previsão de um aumento da temperatura de 4.5 graus até o final do século – a tendência atual – e de financiamento da transição para economias de baixo carbono.

Os grupos formados para o Rio Clima tratarão ainda de inovação tecnológica (energias limpas, novos produtos financeiros) e de uma nova métrica unificada na forma de medir os compromissos de redução de emissões dos diversos países. As conclusões serão debatidas e negociadas por dirigentes políticos dos 15 países de maior emissão e quatro dos mais vulneráveis que esboçarão, durante a Rio + 20, as grandes linhas de um Acordo do Clima capaz de atender à ciência.

Também serão elaborados pontos de recomendação para o "segmento de alto nível" (Chefes de Estado) da Rio + 20, atinentes a economia verde e governança e recomendações para a COP 18, em dezembro, no Qatar.

O Desafio Rio/Clima, ou Rio Climate Challenge, deverá constituir um think tank (um centro de reflexão) sobre mudanças climáticas, baseado no Rio de Janeiro, e destinado a interagir tanto com o processo da ONU quanto com outras instâncias que venham a tratar do Clima, que no consenso já formulado no Recife, deveriam incluir o G-20 e o Conselho de Segurança da ONU.

Disse o Deputado Alfredo Sirkis: "Demos um passo muito importante. Agora é certo que a questão do Clima será abordada em profundidade durante a Rio + 20, e teremos, ao final, um instrumento de sensibilização da opinião pública internacional à disposição dos governos, mostrando que 'sim, é possível' um esforço planetário que consiga conter a concentração de GEE na atmosfera abaixo de 450 ppm com a possibilidade de limitar em 2 graus o aquecimento médio do planeta, neste século".

Segundo ele, "se a curva atual de emissões de GEE não for revertida



vamos até o final do século para um aquecimento de 4.5 graus. Pior: com os eventuais efeitos exponenciais, os feedbacks – liberação do metano do permafrost do Ártico e do fundo do mar, a perda da capacidade de absorção de carbono dos oceanos e das florestas tropicais, consequências do aquecimento já em curso – corremos o risco de que isso vá a 6 graus! O cenário de 4.5 graus já será um inferno na terra, com colapso da agricultura em diversos países, fome, migrações descontroladas, guerras em torno da água e terras férteis, furacões, enchentes e aumento do nível dos oceanos. Um aumento de 6 graus não dá nem para pensar... Por isso temos que aproveitar a janela de oportunidade dos próximos 20 ou 30 anos, que os cientistas dizem existir, para prevenir essa catástrofe anunciada para a geração de nossos netos, viabilizando uma economia de baixo carbono através de medidas duras de corte de emissões e precificação do carbono, um “Bretton Woods do baixo carbono”, trazendo os trilhões de dólares do sistema financeiro especulativo para as energias limpas e uma revolução na inovação tecnológica”.

Para Sirkis, “o Brasil está bem posicionado para liderar esse processo e o Rio precisa garantir seu lugar como a cidade de referência de tudo isso, afinal, foi aqui, na Rio 92 que foi negociada a Convenção do Clima”.

A reunião preparatória no Recife foi uma iniciativa das subcomissões Rio+20 no Congresso Nacional, com a realização do Instituto Ideação em parceria com a Fundação Ondazul, e o patrocínio do Governo de Pernambuco, da Prefeitura do Recife e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

III.II. RECOMENDAÇÕES DA RIO CLIMATE CHALLENGE OU INICIATIVA RIO CLIMA, OU DESAFIO RIO CLIMA PARA A CONFERÊNCIA RIO + 20,:

Recomendações da Iniciativa Rio/Clima ou Rio Climate Challenge (RCC) para a Conferência Rio + 20,

1 – Economia Verde

1.1 - Rever o PIB(Produto Interno Bruto) enquanto principal indicador da economia e construir uma nova métrica incorporando variáveis qualitativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

1.2 - Atribuir valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.

1.3 – “New Deal verde”: um massivo investimento público de governos e instituições multilaterais em energias limpas, recuperação ambiental e geração de emprego, como caminho de saída da presente crise

1.4 - Substituir sistemas tributários e de subsídios por outros



vinculados à intensidade de carbono. Eliminar subsídios aos combustíveis fósseis estabelecendo mecanismos de compensação social direta para fazer frente a suas consequências diretas e indiretas sobre a economia familiar.

1.5 – Reforma do sistema financeiro internacional mediante um “Bretton Woods” do baixo carbono instituindo mecanismos e produtos capazes de atrair o capital financeiro internacional para uma economia produtiva de baixo carbono.

Essas ações devem articular-se com outras destinadas a estabelecer mecanismos internacionais justos e eficientes de transferência de tecnologias e um mecanismo coletivo para a aquisição patentes de tecnologias limpas “genéricas” para transferência aos países mais pobres. Devem facilitar o investimento público e privado rumo a universalização do acesso à energia limpa e focar no financiamento para projetos de desenvolvimento resilientes às consequências futuras do aquecimento global. Devem promover a agricultura de baixo carbono e o manejo de ecossistemas.

2 - Governança

2.1 – Adotar uma métrica unificada para dar mais transparência às metas obrigatórias e objetivos nacionais voluntários no que diz respeito à redução de emissões de GEE e de um “termômetro-símbolo”, de grande visibilidade, nas ruas e praças de cidades de todo o mundo, que vá indicando diariamente a concentração de GEE na atmosfera e sua aproximação do limite de 450 ppm.

2.2 – Desenvolvimento de mecanismos internacionais para o Clima assentados em regras, verificação e responsabilização internacional.

2.3 – Ampliar a discussão da questão climática para outros foros do sistema da ONU como o Conselho de Segurança, a outros eventuais formatos de negociação, bem como, sua inclusão na agenda e na missão do G 20.

III.III. RESUMO DE RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES DA RIO CLIMATE CHALLENGE OU INICIATIVA RIO CLIMA, OU DESAFIO RIO CLIMA, PARA A COP 18

No evento Rio Climate Challenge, ou Iniciativa Rio Clima, ou Desafio Rio Clima, os participantes fizeram recomendações julgadas pertinentes a serem apresentadas à 18ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, mais conhecida como COP 18, sigla em inglês para *Conference of the Parties of the United Nations Framework Convention on Climate Change*. Considerou-se oportuno anexar a este relatório o resumo preliminar das sugestões feitas pelos participantes, que são a seguir relatadas:

A Iniciativa Rio Clima reuniu-se na cidade do Rio de Janeiro, entre os



dias 13 e 16 de junho de 2012.

Este evento teve o objetivo de trazer um novo olhar e uma nova abordagem às discussões sobre mudanças climáticas, utilizando métodos inovadores. O objetivo era apontar soluções razoáveis e factíveis para resolver um dos maiores desafios para as sociedades dos tempos atuais, qual seja o de enfrentar as mudanças climáticas. Isso inclui a questão de como abordar este problema em um mundo composto por interesses nacionais, diferenças sociais e individuais, o que tem feito o problema se agravar.

Por essas razões, inovou-se no “desenho” do evento. Em primeiro lugar, desejou-se construir uma visão comum do futuro, o que poderia estimular a geração de novas idéias e a uma escala de priorização dos pontos levantados. Os participantes foram convidados a ir além dos interesses nacionais, para enfrentar este desafio em nome da sociedade global.

Especialistas em mudanças climáticas de diferentes países, instituições, setores e nacionalidades trabalharam no Rio de Janeiro, com o auxílio de equipes de facilitadores de diferentes partes do mundo, através de várias abordagens.

Esse experimento para a construção de cenários, em que foram combinados uma ampla gama de perspectivas e um conjunto comum de apresentação de propostas foi um desafio. Ao mesmo tempo, o trabalho em equipe com base nessas premissas, possibilitou cobrir um amplo espectro de recomendações que contribuirão para os trabalhos em curso da iniciativa do Rio Clima.

Os participantes trabalharam em dois grupos:

- (1) Mitigação e Finanças para Baixas Emissões de Carbono e**
- (2) Adaptação às Mudanças Climáticas.**

*O grupo que abordou o tema. **Mitigação e Finanças para Baixas Emissões de Carbono** apresentou as seguintes conclusões, como componentes de sua visão para abordar o problema, e definiu critérios para a priorização dos pontos apresentados, partindo da premissa de que “As negociações oficiais são resultado de um processo onde as pessoas defendem as posições de seus países de origem, e, portanto, o progresso é lento. Em contraste, os trabalhos da Iniciativa Rio Clima começaram com uma visão compartilhada do futuro: um mundo onde o aquecimento global estaria contido a não mais que 2 graus C de aumento da temperatura, e com a concentração de gases de efeito estufa abaixo 450ppm (o nível que os cientistas acreditam que é necessário para impedir uma mudança climática catastrófica)” Partindo dessa premissa, asseguraram: “Geramos dessa maneira recomendações sobre ações que podem ajudar a alcançar esse estado futuro”.*



No processo de construção das recomendações do grupo, os participantes concordaram que três seguintes critérios são os mais importantes para a construção de alternativas:

- grau em que a opção a ser adotada pode reduzir emissões;
- grau em que essa opção contribui para o aumento equânime da prosperidade;
- grau em que contribui para a inovação e para uma mudança sistêmica.

Separadamente, as recomendações foram também classificadas em relação à sua **possibilidade de concretização**. Esses critérios foram utilizados para estimular a geração de recomendações e, em seguida para avaliá-las. O ranking proposto para as recomendações reflete uma média ponderada em que se contrapõem as recomendações aos três critérios mencionados.

Colocou-se o foco das recomendações, que requerem colaboração internacional, em atos internacionais a serem celebrados entre governos, ou através de ações e parcerias conjuntas, quer de caráter bilateral ou multilateral.

Recomendações Top 10

1) Reforma do PIB. Nossa recomendação principal é a reforma do indicador Produto Interno Bruto para incorporar novas métricas que reflitam variáveis qualitativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. A mudança da medida que influencia as tomadas de decisão sobre a economia dos países ajuda na construção de uma economia de baixo carbono.

2) Atribuição de valor monetário aos serviços ecossistêmicos. Atualmente, o valor econômico dos serviços prestados pelos nossos ecossistemas não são refletidas nos preços. Ao incorporar esses valores, pode-se alterar a forma como são tomadas as decisões visando construir um mundo de baixo carbono, valorizando e protegendo os ecossistemas de forma adequada.

3) Investimento público massivo de organismos internacionais: torna-se necessário um "New deal verde": propomos um investimento público massivo dos governos e instituições multilaterais em energia limpa, recuperação ambiental e geração de empregos como um caminho para sair da atual crise econômica;

4) Utilização de instrumentos fiscais e eliminação dos subsídios ao preço dos combustíveis fósseis de acordo com sua intensidade de emissão. Acreditamos que devem ser alterados os impostos correntes e o sistemas de subvenções relacionados com a intensidade de carbono. Devemos eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis, e usar o dinheiro



economizado para estabelecer mecanismos de compensação sociais equitativos;

(Deve ser notado que esse é um desafio do ponto de vista da equidade: grande parte dos subsídios aos combustíveis fósseis destinam-se ao provimento do aquecimento e do gás de cozinha para populações mais pobres. Assim, acredita-se ser importante esses recursos serem canalizados para outras vias de acesso à melhoria da qualidade de vida das mesmas pessoas que seriam afetadas pela retirada dos subsídios - mas isso deve ser feito através de mecanismos de baixo carbono);

5) *Criação de um "Bretton Woods" do baixo carbono: um sistema financeiro com uma moeda comum ligada a redução de carbono, e com mecanismos capazes de atrair o capital financeiro para uma economia de baixo carbono – enquanto na versão original do Acordo de Bretton Woods, foi utilizado o ouro como padrão, gostaríamos de projetar um sistema global financeiro moderno ligado à baixa produção de carbono.*

6) *Criação de mecanismos para transferência tecnológica e capacitação: existe uma necessidade urgente do desenvolvimento e do dimensionamento da tecnologia de baixo carbono e da capacidade de construir infra-estrutura de baixo carbono, razão pela qual sugere-se um mecanismo internacional para acelerar essa transferência entre países.*

7) *Redução do custo de tecnologias de baixo carbono: deseja-se que governos e comunidade internacional adquiram patentes para criar genéricos de tecnologias limpas visando a sua transferência para os países mais pobres.*

8) *Mudança do foco das finanças para o desenvolvimento resiliente: veem-se oportunidades para abastecer setores econômicos ligados à economia clima e ao desenvolvimento de infraestrutura, sendo necessário redirecionar os fluxos financeiros existentes (atualmente investidos no desenvolvimento de infraestrutura prejudicial ao clima) para setores econômicos viáveis que atendam equitativamente a economia de baixo carbono e a proteção de países e cidadãos contra os piores efeitos das mudanças climáticas.*

9) *promoção de agricultura de baixo carbono e do manejo de ecossistemas: pesquisa recente mostra que a agricultura e agro-silvicultura são, potencialmente, um sumidouro para 30% das emissões atuais de gases de efeito estufa e, a fim de utilizar esse potencial, a agricultura precisa ser desenvolvida de uma forma que respeite o ambiente, revendo as formas de uso da terra, dos fertilizantes nitrogenados, além de outras decisões-chave no desenvolvimento da agricultura, processo que deve ser coordenado de forma eficaz em nível internacional para potencializar seu efeito;*

10) *Direcionamento do investimento do setor público e privado no sentido do acesso universal à energia limpa: pesquisa recente desenvolvida*



pele PNUMA mostra que o investimento em energia renovável está crescendo rapidamente, conquanto isso não seja suficiente para a conversão para as energias renováveis na velocidade desejada, sendo necessária mais ação internacional no sentido de serem acelerados esses investimentos.

Recomendações adicionais:

11) *Elaboração de campanhas internacionais coordenadas visando a mudanças de comportamento. Existem dois focos para a mudança de comportamento: o consumo e a pressão pública sobre os governos. Padrões de consumo são a raiz de grande parte do nosso mundo carbono-intenso. Os funcionários dos governos, mesmo com as melhores das intenções, enfrentam fortes dificuldades para viabilizar mudanças em políticas públicas, de forma ainda mais forte, quando a população não está exigindo formas de vida que sejam carbono-menos-intensas. Propõem-se ações coordenadas em âmbito internacional visando à mudança em massa de comportamento no consumo e na forma da população exigir dos governos e das empresas atitudes que tornem as sociedades menos dependentes das emissões de gases de efeito estufa.*

12) *Promoção de mecanismos de financiamento para projetos. Para as economias - em particular para os países de baixa renda - devem ser criados mecanismos de financiamento baseados em projetos adequados que precisam ser desenvolvidos; é necessário investir-se em tecnologia de baixa emissão de carbono e de infraestrutura adequada para limitar as emissões rapidamente. Se não houver investimentos na busca dessa tecnologia, os negócios tradicionais, na linha "business-as-usual", continuarão. É necessário envidar esforços para desenvolver esses novos mecanismos que priorizem a baixa emissão de carbono.*

13) *Acordo internacional sobre desenvolvimento urbano. Como as cidades contribuem com aproximadamente 70% das emissões de gases de efeito estufa⁴⁵, elas são o principal foco para a redução de emissões. Podemos equipar e desenvolver as nossas cidades para serem carbono-menos-intensas com colaboração internacional apropriada.*

14) *Estabelecimento de direitos individuais de emissão per capita no mundo. Propõe-se um orçamento de carbono limitado e por pessoa no planeta, com o direito de comercializar direitos de emissão entre os indivíduos. Essa estratégia serviria para conduzir as escolhas e o comportamento individuais na direção da baixa emissão de carbono, a fim de gerarem-se fundos para ações de mitigação e adaptação ao clima, promovendo a equidade entre ricos e pobres.*

⁴⁵ Disponível em: <http://www.smartplanet.com/blog/cities/un-cities-contribute-70-percent-of-global-greenhouse-gas-emissions/364>



15) *Conter o desmatamento.* O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas estima que 20% dos emissões globais vêm do desmatamento, mas, ainda assim, o desmatamento continua. Acredita-se que ações internacionais mais vigorosas são necessárias para, finalmente, deter-se o desmatamento.

16) *Educação para a sustentabilidade.* As gerações atuais, envolvidas nos processos de tomada de decisão política, desconhecem, muitas vezes, os impactos ambientais totais das decisões que tomam, inclusive sobre as gerações futuras. É necessário transformar a educação, em todos os níveis, da pré-escola à universidade, nos lares e na sociedade em geral, em prol de um entendimento mais profundo sobre sustentabilidade, a fim de que se possa influenciar positivamente, do micro ao macrocosmo, essas escolhas.

17) *Promoção do reflorestamento.* Acredita-se que o reflorestamento é vital, a fim de expandir o potencial de serviço prestado pelas florestas, tanto como sumidouro de carbono, quanto para promover a biodiversidade. No entanto, é importante que esse processo seja bem avaliado e monitorado, de modo a se garantir que as políticas de reflorestamento ou de utilização de incentivos não sejam implementadas de forma a agravar a destruição das florestas nativas.

18) *Desenvolvimento de uma abordagem baseada em regras com aplicação eficaz.*

Acredita-se que metas de redução de carbono nacionais, juridicamente vinculantes e voluntárias, são necessárias, a fim de facilitar a redução das emissões.

O grupo que trabalhou o tema medidas de mitigação no Desafio Rio Clima firmou a seguinte declaração, que, acreditamos, deva ser adotada e posta em prática pela comunidade internacional:

“ Respeitando-se o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, baseado num compartilhamento equitativo e justo dos compromissos, todos os governos devem formular metas nacionais quantificáveis de emissões para o ano de 2020 (para os países de renda alta e média). Até 2025 e 2030, essas metas devem estar estabelecidas para todos, utilizando-se uma linha de base comum.*

Essas metas devem ser previstas nas legislações nacionais. A UNFCCC deve definir procedimentos de monitoramento, relatórios pertinentes à verificação do cumprimento dos compromissos, assim como prever mecanismos de implementação dessas metas.

De acordo com o IPCC, a fim de que sejam mantidas as concentrações de GEE na atmosfera abaixo de 450ppm, as emissões globais precisam ser reduzidas em, pelo menos, 80%, até 2050. Essas concentrações devem totalizar não mais do que 450 ppm, até 2100.

Muitos países, incluindo o grupo de países considerado mais



vulnerável, estão clamando por índice inferior, 350ppm. Países de renda mais alta têm a obrigação de fornecer apoio financeiro e tecnológico, acima de tudo, para países de baixa renda, a fim de tornar possível a concretização dessas metas. “

Nesse sentido, entendem-se como quantificáveis as emissões absolutas por país, por ano. As linhas de base, de outro lado, devem iniciar-se no início da contagem que está sendo feita, ao invés de se traçar linha de base para cálculos de emissões históricas.

19) Promoção de ações e políticas de cap-and-trade . Um sistema cap-and-trade (captura e transação de carbono), foi visto pela maioria dos participantes da Iniciativa Rio Clima como uma tendência positiva na redução das emissões nacionais e globais. Precisa ser implementado de uma maneira que garanta uma redução real das emissões, evitando-se fugas de carbono (leakages), ou seja, políticas que simplesmente mudam as emissões de uma parte do mundo para outra.

20) Estabelecimento de normas e padrões internacionais de eficiência energética. A eficiência energética é um caminho mais rápido para a redução das emissões do que uma alteração em direção às fontes de energias renováveis, que são uma oportunidade que não deve ser desperdiçada.

Propomos o desenvolvimento de normas de eficiência energética para eletrodomésticos, máquinas industriais e outros equipamentos, de modo a que contribuam para o uso mais eficiente da energia.

Através do estabelecimento de padrões globais, podemos aumentar a probabilidade de que todos os fabricantes apliquem tais normas. Ao mesmo tempo, precisamos garantir que essas normas sejam adequados às condições locais.

21) Inclusão das alterações climáticas nas missões e agenda do G20. Embora o G 20 já discuta temas referentes às mudanças climáticas, acredita-se que esse debate deva ser redimensionado na agenda desse órgão-chave no processo global de tomada de decisões.

22) Criação e estabelecimento de um totem/medidor em ruas e praças públicas de cidades em todo o mundo. Sugere-se a criação de um "gadget" ou relógio, ou totem global de rua mostrando a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera à medida em que progride em direção à 450ppm. Instrumento desse tipo ajudaria a aumentar a consciência pública e a mudança comportamental, bem como a promover a pressão adequada sobre os governos.

23) Ampliar o escopo das discussões climáticas para outras instâncias do sistema internacional, como o Conselho de Segurança e outras instâncias de negociação. Enquanto o processo da UNFCCC, obviamente, o principal fórum de decisões sobre a mudança climática, nós



reconhecemos que as decisões-chave sobre a nossa economia global e da sociedade estão sendo tomadas em outro lugar (por exemplo, a OMC), e nós acreditamos que a mudança climática deve estar no centro dessas discussões.

24) Criação de métricas unificadas e / ou linhas de base relacionados com metas de mitigação e etapas de compromissos. Acreditamos que mais investigação e estudo sejam ainda necessários para avaliar a possibilidade da construção de linhas de base comuns e / ou métricas.

Conquanto se reconheça que houve boas razões para a variedade de linhas de base e métricas existentes e utilizadas para estabelecer compromissos de emissão de carbono, essa variedade pode levar à confusão e tornar mais difícil para os meios de comunicação construir a compreensão pública clara a respeito da matéria. Esta compreensão do público, por sua vez, é importante para os cidadãos pressionarem os governos a assumirem compromissos suficientes.

Acredita-se que, no mínimo, seja necessária uma métrica comum para harmonizar as várias formas de exibição de emissões e compromissos (quer seja essa uma métrica já existente, ou seja uma nova).

25) Taxação das emissões provenientes da aviação e transporte marítimo.

Embora seja tema controverso, pois muitas vezes são pequenas ilhas-Estado que dependem do transporte marítimo e aéreo por uma questão de necessidade de sobrevivência, acredita-se, em geral, que é necessária tributação que ajude a dar conta dos custos do carbono emitido na aviação e nos transportes marítimos.

Recomendações consideradas mais factíveis:

As recomendações acima arroladas estão classificadas de acordo com sua contribuição global (para reduzir as emissões, melhorar a prosperidade com equidade e inovação e para uma mudança sistêmica).

Classificaram-se também as opções de acordo com a sua factibilidade (incluindo-se a viabilidade política e financeira).

As seguintes recomendações foram consideradas mais factíveis, ou seja, são as medidas sugeridas consideradas de maior impacto com o menor custo (político ou financeiro):

- 1) facilitar o investimento do setor público e privado para viabilizar o acesso universal à energia limpa;
- 2) realizar campanhas internacionais coordenadas que visem à mudança comportamental;
- 3) educar para a sustentabilidade;
- 4) utilizar, em praças públicas, medidores, relógios ou gadgets de



emissão global;

5) criar instrumentos para o financiamento de projetos de ação para o desenvolvimento de estratégias de diminuição da emissão de carbono.

O grupo de trabalho que analisou a Adaptação às Alterações Climáticas adotou os conceitos e posicionamentos listados a seguir.

Quanto ao enquadramento da questão e principais barreiras entendeu que:

A adaptação às alterações climáticas representa uma oportunidade para criar uma sociedade clima-resiliente e abrir novos caminhos para o desenvolvimento sustentável. Se formos capazes de reformular a abordagem atual, a adaptação poderá ser uma oportunidade para melhorar as comunidades, sistemas sociais e biológicos em todo o mundo. Essas melhorias beneficiariam diretamente as comunidades locais, mas também aprimorariam o sistema econômico global e social, em última análise, melhorariam o bem-estar global.

Os participantes do Desafio Rio Clima identificaram vários obstáculos fundamentais que impedem uma ação mais rápida e significativa para um mundo clima-resiliente. Constatou-se que uma das principais barreiras para a ação está na falta de recursos ou fundos disponíveis. Portanto, grande parte dos esforços dispendidos no evento concentrou-se na identificação de fundos adicionais a serem viabilizados a partir de uma variedade de fontes que podem ser mobilizadas.

Os participantes do RCC acreditam que enquadramento tradicional da questão – quem paga os custos, quem deve receber os recursos - limita o número de partes interessadas no processo, desacelerando as medidas de adaptação necessárias.

Arrolam-se, a seguir, as recomendações dos participantes sobre o processo de adaptação necessário. Todas foram construídas a partir de ideias e esforços atualmente existentes apoiados pelos participantes, ao mesmo tempo em que introduziram-se novas abordagens, que deverão ser investigadas em debates futuros, tanto da Iniciativa Rio Clima, quanto em outros fóruns.

Quanto às recomendações relativas a adaptação, o grupo participante posicionou-se no sentido de que as recomendações baseiam-se em duas categorias principais: maior mobilização de fundos de várias fontes e alinhamento mais forte das iniciativas de adaptação às necessidades de desenvolvimento, especialmente nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, concluiu que:

1) a ideia de adaptação deve ser reelaborada para destacar atividades 'ganha-ganha' que geram sociedades resilientes e novos caminhos para o desenvolvimento sustentável, verificando-se que oportunidades de negócios existem para empresas e comunidades que têm



uma visão sobre os riscos climáticos integrada e de longo prazo.

2) Mobilização de múltiplas fontes de financiamento para viabilizar projetos de adaptação nos países menos desenvolvidos: embora o apoio principal seja o financiamento internacional, o investimento do setor privado e das fundações de apoio deve ser melhor elaborado e utilizado;

3) Os esforços de adaptação devem estar alinhados com as prioridades de desenvolvimento local, como a adaptação local e / ou planos de desenvolvimento de baixo carbono.



ANEXO IV – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

IV.I. OUTRAS CONEXÕES ELETRÔNICAS ÚTEIS

Sítio oficial do governo brasileiro sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio + 20:

<http://www.rio20.gov.br/>

Documentos disponíveis no Ministério das Relações Exteriores sobre a Rio + 20,:

<http://www.itamaraty.gov.br/search?SearchableText=rio+%2B+20>

Documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20,):

https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1_english.pdf.pdf

IV.II.I. Sítios eletrônicos correlatos na Câmara dos Deputados:

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, CREDN:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn>

Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável, CMADS:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/noticias/rio-20-nossa-selecao-dos-melhores-sites-sobre-a-conferencia>

<http://www2.camara.leg.br/portal/Camara/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/noticias/audiencia-publica-discutira-economia-verde-e-tributacao>

Comissão de Finanças e Tributação

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft>

Câmara Hoje

<http://www2.camara.leg.br/tv/materias/CAMARA-HOJE/410913-SECRETARIO-GERAL-DA-RIO-+20-DISCUTE-NO-SENADO-OS-PREPARATIVOS-PARA-O-EVENTO.html>

IV.I.II. Sítios eletrônicos correlatos no Senado Federal:

Subcomissão permanente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de Acompanhamento da Rio + 20, e do Regime de Mudanças Climáticas, CRER+20

<http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/CRE/CRE R20/AudPub.asp>



<http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/CRE/audPub.asp>

Subcomissão temporária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, CMARIO20

<http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/CMA/CMARIO20/audPub.asp>

IV.II.III. Outros sítios eletrônicos de interesse:

Sítio da Universidade de São Paulo, contendo dissertações e teses sobre temas relevantes e de interesse da Rio + 20,, entre 1992 e 2011:

<http://www.prg.usp.br/usprio+20/>

Quadro síntese dos atos multilaterais em vigor para o Brasil sobre meio ambiente

http://www.bioclimatico.com.br/pdf/biblioteca/conv_a_quadro_sobre_os_acordos.pdf